

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA



**DO CONTRATO AMBIO-SOCIAL
A UMA ANTROPOLOGIA DA ESPERANÇA:
CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE
NA ERA DA CRISE AMBIENTAL**

Bruno Paulo Castendo Rego

**DOUTORAMENTO EM
FILOSOFIA DA NATUREZA E DO AMBIENTE**

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA



DO CONTRATO AMBIO-SOCIAL
A UMA ANTROPOLOGIA DA ESPERANÇA:
CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE
NA ERA DA CRISE AMBIENTAL

Bruno Paulo Castendo Rego

Tese orientada pelo Prof. Doutor Viriato Soromenho-Marques e co-orientada pelo Prof. Doutor Filipe Duarte Santos, especialmente para a obtenção do grau de doutor em Filosofia da Natureza e do Ambiente

2015

*Esta Dissertação é dedicada à geração de 1960,
às suas utopias e à sua inquietude,
que nos legou a subversiva ideia de que um outro mundo é possível
e à memória do Professor Ulrich Beck (1944-2015),
com quem partilhei algumas horas num dia frio de Munique,
que dedicou a sua vida a desbravar outros mundos possíveis.*

Resumo

Esta Dissertação insere-se nas áreas de Filosofia da Natureza e do Ambiente e Filosofia Política e pretende pensar a cidadania e a sustentabilidade do ponto de vista da complexidade da crise ambiental contemporânea. Num primeiro momento, pretende-se argumentar que, no que concerne à complexidade das questões envolvidas na crise ambiental global, a noção de cidadania ecológica desenvolvida recentemente por alguns autores revela-se extremamente redutora face à perspectiva redutora dos seus argumentos.

Num segundo momento, partindo da crise global do ambiente como eixo axial de uma profunda crise civilizacional contemporânea, pretende-se construir uma noção mais ampla de cidadania ambiental do que as noções formuladas até este momento.

Trata-se de, em face da complexidade da crise ambiental contemporânea, tomar o conceito de ambiente como categoria ontológica fundamental para a nossa sobrevivência no planeta e também para a sobrevivência das formas de vida não humanas, e repensar as bases do contratualismo moderno através da possibilidade de ampliação do contrato social a um Contrato Ambio-Social que contemple as condições do mundo e dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico dos ecossistemas planetários ameaçados pelas acções tecnocientíficas antropogénicas e a preocupação para com as gerações futuras nos limites de um realismo antropocêntrico moderado e responsável.

Delimitadas as fronteiras teóricas da cidadania ambiental, pretende-se depois, através das mesmas, determinar a possibilidade de enriquecer o clássico triângulo conceptual do conceito de sustentabilidade (social, económico e ambiental), enfocando-o numa perspectiva mais lata como um possível mito de mobilização da sociedade civil face aos desafios ambientais contemporâneos na perspectiva de uma antropologia da esperança e de uma utopia concreta, cujas ferramentas de pensamento crítico aos paradigmas estabelecidos nos permitam o exigente e estimulante exercício de divisar futuros modelos sociopolíticos alternativos, equitativos e sustentáveis.

Abstract

This Dissertation was made in the disciplines of Natural and Environmental Philosophy and Political Philosophy, and aims to think of citizenship and sustainability from the complex perspective of the contemporary environmental crisis.

In a first moment it is argued that, in face of the complexity involved in the global environmental crisis issues, the notion of ecological citizenship recently developed by some authors is in itself too narrow due to the lack of a larger scope of its arguments.

In a second moment, taking the global environmental crisis as the main axis of a deeper contemporary civilizational crisis, it is intended to focus on a wider theoretical notion of environmental citizenship than its previous approaches.

This notion of environmental citizenship intends to forge a new approach on the contractualist theory by taking the environment as the primary condition of possibility regarding the existence of the human condition and of the non-human forms of life as well. With this approach, it will be argued that our social contract becomes, thus, an Enviro-Social Contract in which environmental issues play a vital role to the planetary human and non-human forms of life, and also to the future generations in the limits of a restrained and responsible anthropocentrism.

From the emerging notion of environmental citizenship it will be researched the possibility of enriching sustainability's classic conceptual triangle (social, economic and environmental) and of a new and larger focus on it. Sustainability will be considered in the light of a possible myth of engagement of civil society in environmental issues, as an anthropology of hope, and as a concrete utopia whose tools of critical thinking to the established paradigms will allow the stimulating and demanding effort of design alternative, equitable and sustainable future sociopolitical models.

CONCEITOS - CHAVE

Cidadania

Ambiente

Sustentabilidade

Esperança

Utopia

KEY CONCEPTS

Citizenship

Environment

Sustainability

Hope

Utopia

Índice Geral

Resumo 3

Conceitos-chave 4

Índice Geral 5

Introdução – Cidadania, sustentabilidade e crise global do ambiente: o estado da arte 11

1. Apresentação do tema da Dissertação, objectivos e estado da arte 11

2. Estrutura temática dos capítulos 14

3. A natureza interdisciplinar da Dissertação 16

Capítulo 1 – Anatomia Sociopolítica de um Conceito I: cidadania na Grécia Antiga 18

1.1. Algumas considerações prévias em torno da história da cidadania 18

1.2. Cidadania: anatomia sociopolítica de um conceito. A Grécia Antiga dos séculos IX e VIII a.C. 21

1.3. Esparta nos séculos VII e VI a.C.: a participação pública num Estado oligárquico 25

1.4. Atenas no século V a.C.: A democracia 28

1.4.1. Péricles: o elogio da democracia 30

1.4.2. Algumas vicissitudes da democracia grega 32

Capítulo 2 – Anatomia Sociopolítica de um Conceito II: A Era das Revoluções - Da “Gloriosa Revolução” à Revolução Francesa 35

2.1. Para uma génese histórica da(s) revolução(es): os alvares da modernidade 35

2.2 A “Gloriosa Revolução” Inglesa de 1688: a solução conciliadora 37

2.3. A Revolução Americana de 1776: a emergência de um cívico “admirável mundo novo” 41

2.4. A Revolução Francesa de 1789: a “Mãe” de todas as Revoluções	48
Capítulo 3 – Cidadania na Contemporaneidade: de T.H. Marshall à Participação 2.0 na Era da Informação - Um olhar panorâmico	55
3.1. T. H. Marshall e o regresso da cidadania ao debate político contemporâneo	55
3.2. Cidadania digital e ciberdemocracia: novas ferramentas de participação cívica no mundo global	61
3.2.1. Manuel Castells e <i>A Era da Informação</i>	61
3.2.2. Cidadania digital	62
3.2.3. Cidadania Digital e Redes Sociais: participação 2.0	64
3.2.4. Cidadania digital e o futuro	66
Capítulo 4 – Cidadania ecológica: um conceito insuficiente perante os desafios da crise ambiental	68
4.1. A busca de novos horizontes teóricos para a cidadania em face da crise do ambiente	68
4.2. A cidadania ecológica segundo Andrew Dobson	73
4.3. A cidadania ecológica à luz da crise global do ambiente: algumas das fragilidades da concepção de Dobson	82
Capítulo 5 – A natureza na sociedade e na história como premissas fundamentais da cidadania ambiental e do Contrato Ambio-Social	87
5.1. A singularidade da crise ambiental I: A “fusão” entre natureza e sociedade sob o signo da incerteza no caos da modernidade. Esboço de uma Sociedade de Risco	87
5.2. A singularidade da crise ambiental II: A natureza na história. O ambiente como momento histórico decisivo para a condição humana	94
Capítulo 6 – A crise ambiental como possibilidade de revisão do contratualismo moderno. A génese da cidadania ambiental e do Contrato Ambio-Social	99
6.1. A cidadania ambiental como expressão de um Contrato Ambio-Social	99

6.2. As montanhas não pensam nem assinam contractos naturais: a inviabilidade de um ecocentrismo *avant la lettre* - A patologia distópica da Ecologia Profunda 108

Capítulo 7 – Da religião moderna do progresso à tentação contemporânea do pós-humano: a tecnociência com um aroma de abismo 117

7.1. Sob o signo do progresso: para uma genealogia da tecnociência e da sua relação com a natureza 117

7.1.1. Ciência e Natureza na Antiguidade e Idade Média 118

7.1.2. A instrumentalização da natureza: a génese do projecto tecnocientífico da modernidade 120

7.1.2.1. A emergência de um novo paradigma e de um novo triângulo de alianças: homem/ciência/técnica e natureza/poder/utilidade 120

7.1.2.2. Pico della Mirandola - *Oratio de Hominis Dignitate* (1486): a liberdade como destino e o homem no centro do universo 122

7.1.2.3. Francis Bacon, Descartes e Leibniz - *New Atlantis* (1624), *Discours de la Methode* (1637) e *Hypothesis Physica Nova* (1671): a ciência como a grande conquista da humanidade 123

7.1.2.4. Auguste Comte - *Plan des Travaux Scientifiques* (1822): a fé ilimitada na ciência e a utopia do Progresso 125

7.2. Progresso infinito, Singularidade e Pós-Humanismo: a tecnologia é A SALVAÇÃO! – Ciborgues e Gnosticismo Tecnológico 127

Capítulo 8 – A ciência e o progresso nos limites planetários: Contrato Ambio-Social e tecnociência 132

8.1. Ulrich Beck e a falência da racionalidade tecnocientífica na contemporaneidade 132

8.2. A unidimensionalidade da tecnociência e o cepticismo climático: para uma exposição e crítica da racionalidade tecnocientífica e das relações perversas entre ciência e economia 137

8.2.1. A unidimensionalidade da tecnociência e a paralisia crítica do indivíduo na sociedade industrial: uma reflexão sobre o paradigma tecnocientífico na perspectiva de Hebert Marcuse	138
8.2.2. Cepticismo climático <i>made in USA</i> : o exemplo de uma relação perversa entre ciência e os interesses dominantes da economia	140
8.2.2.1. O cepticismo no seio da comunidade científica	141
8.2.2.2. <i>Lobbies</i> : o cepticismo climático na sua vertente económica	142
8.3. A esfera tecnocientífica dentro dos limites planetários: para um novo contrato social para a ciência	146
8.3.1 Algumas considerações sobre o estado actual da ciência	146
8.3.2. Ciência Pós-Normal e Limites Planetários: a ciência sob a perspectiva do Contrato Ambio-Social	148
Capítulo 9 – Para além do PIB: indicadores para uma economia mais humana. Contrato Ambio-Social e equidade social	156
9.1. A crise financeira de 2008 e os limites do modelo económico actual	156
9.2. A natureza como valor: ética ambiental para uma economia mais humana - A perspectiva de Holmes Rolston III	161
9.3. O efémero na sociedade espectáculo e a era do vazio: economia e hiperconsumo	164
9.4. A economia nos limites da sustentabilidade: posições alternativas ao paradigma dominante I	167
9.4.1. Kenneth Boulding e a nave espacial Terra	167
9.4.2. A perspectiva da sustentabilidade de Herman Daly	168
9.5. Para além do PIB: economia e equidade social - Posições alternativas ao paradigma dominante II	172
9.5.1. Amartya Sen: as capacidades humanas como um indicador fundamental para o desenvolvimento económico	172

9.5.1.1. A análise das capacidades	175
9.5.2. A transição para uma economia sustentável: Tim Jackson e a redefinição do conceito de prosperidade	178
9.6. Contrato Ambio-Social e equidade social: os novos horizontes da justiça em demanda da sustentabilidade e os desafios do futuro	181
Capítulo 10 – Desafios e perspectivas da crise ambiental e da sustentabilidade: do fim da história ao temor como entropia da cidadania ambiental	187
10.1. Desafios da crise ambiental contemporânea. Alguns dos cenários para o século XXI	187
10.1.1. Alterações climáticas: um desafio do século XXI	187
10.1.2. A questão energética	189
10.1.3. Crescimento da população e segurança alimentar: como alimentar o mundo em 2050?	190
10.1.4. As megacidades	191
10.1.5. A escassez mundial de água e segurança ambiental	192
10.1.6. Refugiados ambientais	192
10.2. Crise ambiental, presente e futuro: um perfume de fim de mundo. Decadência civilizacional e fim da história? A perspectiva de Oswald Spengler	193
10.3. Crise Ambiental e Responsabilidade – Hans Jonas, a entropia da cidadania e a possibilidade de uma distopia	197
Capítulo 11 – Do Contrato Ambio-Social a uma Antropologia da Esperança: a sustentabilidade como mito mobilizador e utopia concreta do século XXI	205
11.1. Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável? Contradições e indefinições de um conceito	205
11.1.1. Origem e história do conceito	205
11.1.2. Indefinições e insuficiência conceptual do desenvolvimento sustentável	207
11.1.3. A política como pilar da sustentabilidade	209

11.1.4. A cultura como pilar da sustentabilidade	210
11.2. Notas para uma antropologia da esperança: a sustentabilidade como utopia concreta e possível mito mobilizador do futuro	213
Capítulo 12 – Refundar 1968: o movimento ambiental na óptica da sustentabilidade como Antropologia da Esperança	227
12.1. Contra a primavera silenciosa dos paradigmas da modernidade: a ascensão do movimento ambiental no espaço público	227
12.1.1. As raízes do movimento ambiental (1850-1945): tendências conservacionistas	227
12.1.2. O movimento ambiental global nas décadas de 1960 e 1970: consciência e sensibilização face à gravidade dos problemas ambientais	229
12.2. Os riscos tecnológicos e ambientais como alargamento do espaço público: Ulrich Beck e a ascensão do movimento ambiental na contemporaneidade	232
12.3. Refundar 1968: algumas reflexões sobre a cidadania e o movimento ambiental na óptica da sustentabilidade como antropologia da esperança	237
Conclusão – Um novo contrato social ou um Contrato Ambio-Social? Alguns tópicos inconclusivos sobre a ideia de Europa numa perspectiva cosmopolita	243
Bibliografia	256

Introdução – Cidadania, sustentabilidade e crise global do ambiente: o estado da arte

1. Apresentação do tema da Dissertação, objectivos e estado da arte

As implicações globais da crise ambiental contemporânea na esfera social e na esfera política nas últimas três décadas trouxeram novos desafios conceptuais às ciências sociais e humanas em geral e, nesse sentido, também à filosofia política.

Dada a relevância que assumem as questões ambientais nas agendas políticas locais, nacionais e internacionais, uma das grandes tarefas da filosofia do ambiente e da filosofia política e, num panorama mais geral, da ciência política do nosso tempo, no que diz respeito a uma teoria da cidadania, é a procura e elaboração de um território conceptual que tenha em conta a relação entre cidadania, ambiente e sustentabilidade ou como afirma Angel Valencia Saíz, um dos autores pioneiros neste campo, determinar **a possibilidade de encontrar um equilíbrio entre a reivindicação de direitos ambientais e a ideia de responsabilidade colectiva**¹.

Apesar de a relação entre cidadania, ambiente e sustentabilidade *sensu stricto* ser uma área de investigação relativamente recente, iniciada, sobretudo, pela teoria social e pela ciência política anglo-saxónica na década de 1990 no seguimento do ressurgir do interesse pelo estudo das questões da cidadania em geral, podemos elencar algumas das contribuições para o tema em dois ângulos distintos de teorização:

- Uma perspectiva que, partindo do breve, mas clássico e influente, texto do sociólogo britânico, T. H. Marshall, sobre a cidadania, “Citizenship and Social Class” (1950), centra-se na elaboração conceptual da relação entre cidadania e ambiente privilegiando, sobretudo, um enfoque na esfera dos direitos cívicos, à semelhança da posição adoptada por Marshall. É este o caso de autores como Bart Van Steenberghe e Howard Newby, cujas aportações ao tema teremos oportunidade de analisar;
- Uma outra perspectiva que se demarca da elaboração histórica das etapas da cidadania efectuada por Marshall e apresenta a relação entre cidadania e ambiente dando um ênfase especial à esfera dos deveres ecológicos e da responsabilidade para com as

¹ Angel Valencia Saíz, “Ciudadania Ecológica: una noción subversiva dentro de una política global” in M. Alcantara (ed.): *Política en América Latina. I Congreso Americano de Ciencia Política*, p. 281.

gerações futuras e com formas de vida não humanas, como são os casos de Mark Smith, Pete Christoff e John Barry, aos quais também devotaremos a merecida atenção.

Não obstante o mérito que estas primeiras contribuições tiveram no desbravar de um território intelectual até então nada trilhado e de contribuírem para a ampliação do debate em torno das questões ambientais em conexão com a cidadania, devemos, no entanto, ao cientista político britânico, Andrew Dobson, a mais original e completa teorização no que diz respeito à construção de um conceito cidadania ecológica, nomeadamente em trabalhos como o artigo “Ecological Citizenship: A Disruptive Influence” (2000), mas, sobretudo, a obra *Citizenship and the Environment* (2003), espaço que Dobson dedica plenamente ao desenvolvimento dos seus argumentos nesta matéria com mais acuidade e detalhe.

Filiando-se indubitavelmente, na perspectiva da segunda vaga de autores que referimos acima, o panorama que Dobson nos oferece em termos da relação entre cidadania, ambiente e sustentabilidade encontra-se, infelizmente, reduzido a uma espécie de narrativa materialista de produção, consumo e troca de recursos naturais.

Sem querermos adiantar muito neste momento, até porque a concepção de Dobson será alvo de uma detalhada análise ao longo desta Dissertação, podemos, no entanto, afirmar que a sua noção de cidadania ecológica defende uma abordagem cívica essencialmente centrada na esfera dos deveres ou, como o próprio afirma, em comunidades de obrigação, sendo a cidadania ecológica na sua óptica construída com base num processo não recíproco entre o hemisfério norte e o emergente hemisfério sul do globo.

Nesta Dissertação pretendemos ir mais além da perspectiva dos autores já citados e propomo-nos a pensar a cidadania não apenas sob o hipotético prisma de conflito entre direitos e deveres - até porque a noção de cidadania ambiental que procuraremos desenvolver postula uma relação de equilíbrio entre ambos - e dos limites disciplinares da ciência e da teoria política, mas sim abordar o tema sob um ângulo conceptual incomparavelmente mais amplo.

O principal objectivo desta Dissertação é **pensar a cidadania e a sustentabilidade do ponto de vista da complexidade da crise ambiental contemporânea**, algo que, estamos em crer, não foi logrado pelos autores que mencionámos e que é essencial para compreender a relação entre cidadania e ambiente.

Assim, num primeiro momento, pretendemos argumentar que, em face da complexidade das questões envolvidas na crise ambiental global, a noção de cidadania ecológica desenvolvida nomeadamente por Dobson e também por outros autores, assume um carácter extremamente redutor devido à ausência de uma perspectiva mais ampla dos seus argumentos no que diz respeito a questões-chave da relação entre cidadania, ambiente e sustentabilidade.

Num segundo momento, partimos da crise ambiental contemporânea como eixo axial de uma profunda crise civilizacional na contemporaneidade e pretendemos construir as coordenadas territoriais teóricas de uma noção mais ampla de cidadania ambiental do que até aqui tem sido feito: como possibilidade de construir um novo **enquadramento cívico regulador da relação entre o ser humano e o meio natural**.

Não pretendemos substituir uma perspectiva antropocêntrica por um enfoque ecocêntrico na relação homem/natureza, como fazem alguns autores e correntes de pensamento da ética ambiental, nem formular uma visão contratualista ecocêntrica de um hipotético contrato natural para substituir o nosso modelo de contrato social na linha de alguns dos argumentos sustentados, sobretudo, pela ecologia profunda.

Trata-se de, em face da complexidade da crise ambiental contemporânea, tomar o conceito de ambiente como categoria ontológica fundamental não só para a nossa sobrevivência no planeta, mas também para a sobrevivência das formas de vida não humanas, e repensar as bases do contratualismo moderno através da possibilidade de ampliação do contrato social, enquanto metáfora para a génese das relações sociais e políticas humanas, a um **Contrato Ambio-Social** que contemple as condições do mundo e dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico dos ecossistemas planetários ameaçados pelas acções tecnocientíficas antropogénicas e a preocupação para com as gerações futuras nos limites de um **realismo antropocêntrico moderado e responsável**.

Por outras palavras, esta Dissertação pretende levar a cabo a tarefa de pensar uma noção de cidadania ambiental de cariz antropocêntrico, isto é, na perspectiva dos direitos ambientais como extensão dos direitos humanos encarados como deveres para com as gerações futuras e para com o mundo natural, alargando nesse sentido as bases do contratualismo moderno à realidade planetária contemporânea.

Recusando a tónica dos discursos quase apocalípticos ou de pedagogias do temor que muitas vezes surgem associados aos cenários dos impactos futuros dos problemas ambientais (nomeadamente no que diz respeito às alterações climáticas) e que, além de constituírem uma possível parálise da acção cívica, como o tentaremos demonstrar, podem tornar-se ineficazes no intento de comprometer de forma efectiva o indivíduo como uma parte activa e indispensável na resolução das questões ligadas ao ambiente, pretendemos sublinhar igualmente o **momento histórico único** que representa a crise ambiental contemporânea e os titânicos desafios que coloca à cidadania e à sustentabilidade:

- O de nos incitar a procurar uma noção de cidadania ambiental que, tendo o ambiente como condição ontológica da nossa sobrevivência, promova a revisão do nosso contrato social com base na reivindicação de modelos políticos baseados na equidade social e de paradigmas económicos e tecnocientíficos operando dentro das fronteiras da sustentabilidade planetária, bem como que reflecta a responsabilidade cívica perante a preservação do mundo natural e o cuidado com as gerações futuras e formas de vida não-humanas;

- A possibilidade de enriquecer o clássico triângulo conceptual da sustentabilidade (social, económico e ambiental), enfocando-a numa perspectiva mais lata como um possível mito de mobilização da sociedade civil face aos desafios ambientais contemporâneos na perspectiva de uma **antropologia da esperança** e de uma **utopia concreta**, cujas ferramentas de pensamento crítico aos paradigmas estabelecidos nos permitam o árduo, exigente e, igualmente, estimulante exercício de divisar futuros modelos sociopolíticos alternativos, equitativos e sustentáveis. Este argumento constitui o terceiro momento fundamental desta Dissertação.

2. Estrutura temática dos capítulos

Feita que está a apresentação geral das principais linhas temáticas da nossa investigação, consideremos agora mais em detalhe o itinerário que vamos percorrer ao longo dos próximos doze capítulos.

Antes de nos acercarmos à relação entre cidadania e sustentabilidade à luz da crise ambiental contemporânea, começamos por fazer uma incursão histórica, na qual pretendemos surpreender as etapas mais marcantes do percurso empreendido pelo

conceito de cidadania. É esse o objectivo dos capítulos 1 e 2, onde pretendemos dar conta dos momentos-chave históricos cruciais para o desenvolvimento do conceito: Esparta e a Atenas do século V a.C., na Grécia Antiga, e as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa dos séculos XVII e XVIII.

O capítulo 3 aborda a cidadania na contemporaneidade e pretende oferecer uma visão panorâmica dos seus principais problemas: desde o “renascimento” académico da cidadania no pós-guerra através do clássico texto de Marshall e dos principais autores que tratam o tema desde a década de 1990, até à complexidade que representa a interacção da cidadania com as novas ferramentas de comunicação digital neste início de século.

Com o capítulo 4 entramos propriamente nos temas de fundo desta Dissertação, ao analisarmos com detalhe a concepção de cidadania ecológica de Andrew Dobson e de outros autores e aos expormos as suas insuficiências teóricas face à representação da complexidade da crise global do ambiente.

O repensar das bases do contratualismo moderno é feito nos capítulos 5 e 6, partindo da natureza na sociedade e na história como premissas fundamentais para a possibilidade da sua ampliação a um Contrato Ambio-Social e para a elaboração da nossa concepção de cidadania ambiental, pensada do ponto de vista da crise ambiental global.

A procura de novos paradigmas económicos e tecnocientíficos operando dentro das fronteiras da sustentabilidade planetária como reivindicação do Contrato Ambio-Social e da cidadania ambiental é o tema dos capítulos 7, 8 e 9, nos quais abordamos detalhadamente algumas propostas alternativas aos modelos tecnocientífico e económicos dominantes.

O capítulo 10 confronta-se com os grandes desafios presentes e futuros que a crise do ambiente impôs à nossa contemporaneidade e pretende sustentar que, do ponto de vista da cidadania ambiental, o temor como apresentado por Hans Jonas em o *Princípio de Responsabilidade* assim como a transição argumentativa da sua ética ambiental para um plano de prática política, pode representar uma parálise cívica no que diz respeito à tarefa de comprometer os indivíduos nas tarefas da sustentabilidade.

O capítulo 11 pretende pensar a sustentabilidade na óptica do Contrato Ambio-Social e do conceito de cidadania ambiental estabelecido nos capítulos anteriores e alargar o seu

eixo conceptual a um pilar cultural e antropológico. Formulamos a sustentabilidade na aceção do que designamos como uma antropologia da esperança, isto é, como possível mito mobilizador da sociedade civil neste século, o qual não será concretizável sem algumas das ferramentas de pensamento crítico que nos são oferecidas pelo pensamento utópico.

O capítulo 12 que encerra a nossa investigação aborda os movimentos ambientais e sociais na óptica da sustentabilidade como antropologia da esperança e termina por concluir que a primeira só poderá constituir um efectivo mito mobilizador da sociedade civil na perspectiva da cidadania ambiental se for recuperado para os movimentos sociais na contemporaneidade o que designamos como o “espírito de 68”, certas características que nos foram legadas pelo activismo da década de 1960, ou seja, a ideia de que um outro mundo é possível, de que existem outras alternativas sociopolíticas e socioeconómicas capazes de se oporem aos paradigmas dominantes e insustentáveis.

3. A natureza interdisciplinar da Dissertação

Antes de encerrarmos esta Introdução devemos ainda tecer algumas considerações sobre outro aspecto importante desta Dissertação. A tarefa a que nos propusemos, isto é, pensar a cidadania e a sustentabilidade do ponto de vista da complexidade da crise ambiental, longe de constituir a derradeira palavra sobre o tema ou de o esgotar, pretende sublinhar a natureza específica da cidadania ambiental e, sobretudo, chamar à atenção para a sua complexidade.

Daí, ao longo das páginas que se seguem, insistirmos com uma certa frequência na falta de amplitude analítica com que os autores que nos precedem abordaram o tema. Contrariamente a outros domínios teóricos da cidadania, uma concepção de cidadania que pretenda partir da crise global do ambiente para o seu horizonte de reflexão será, ela própria, igualmente complexa e terá de enfrentar problemas que nunca lhe foram colocados anteriormente.

Mas não só. Além de complexa, a cidadania ambiental não se pode eximir ao diálogo interdisciplinar, característico de quem se dedica às questões ambientais. Mais do que qualquer outro domínio ou área de saber, o ambiente e a sustentabilidade, independentemente do seu prisma de análise, convocam a um diálogo aberto e riquíssimo (embora nem sempre frutífero por força da compartimentação quase

hermética ainda existente entre áreas de saber), em que a diversidade de perspectivas presentes é fulcral para a obtenção de uma visão de conjunto.

É, sobretudo, para esse aspecto interdisciplinar que pretendemos alertar. Mais do que uma investigação especializada e encerrada nos limites de uma dada área de conhecimento, esta Dissertação, através do rumo temático que procurou empreender, constitui uma visão de conjunto e um diálogo cruzado, por vezes panorâmico, de diversas disciplinas, de diversos autores e de diversas leituras.

A isto não é também alheio a própria natureza interdisciplinar do Programa Doutoral de Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, cuja frequência da parte curricular no ano lectivo de 2010/2011 possibilitou e influenciou, de alguma forma, as páginas que se seguem.

Assim são múltiplas as Ariadnes que nos guiaram por este labirinto e que nos ajudaram a sair dele. Estando cientes de que uma linha de análise tão abrangente quanto possível pode comportar diversos riscos, eventualmente alguma perda de profundidade analítica em determinados aspectos, cremos, no entanto, que só desta forma poderíamos concluir com êxito, pelo menos assim o esperamos, a tarefa que pretendemos levar a cabo. Caso contrário, a não fazê-lo, teríamos incorrido no erro que apontámos a outros autores que se debruçaram sobre o tema.

A este respeito, e para terminar, reclamamos como inteiramente nossas as palavras de Lewis Mumford em a *História das Utopias*, que resumem de forma brilhante a intenção, o método e os objectivos que convergiram nesta Dissertação:

“Havendo renunciado às recompensas, embora não ao labor, do especialista, tinha-me lançado conscientemente na minha carreira de «generalista», ou seja, alguém que se interessa mais por combinar fragmentos num padrão ordenado e com significado do que por uma investigação minuciosa dos diversos componentes – (...)”².

Dito isto, é tempo de partirmos em busca da génese histórica do conceito de cidadania.

² Lewis Mumford, *História das Utopias*, p. 13.

Capítulo 1 – Anatomia Sociopolítica de um Conceito I: cidadania na Grécia Antiga

1.1. Algumas considerações prévias em torno da história da cidadania

Ao procurarmos aferir com um certo rigor a origem histórica do exercício da cidadania não deverá constituir motivo de admiração se afirmarmos que, à semelhança de muitas das conquistas intelectuais logradas pelo género humano, é no solo da Grécia Antiga que se testemunha pela primeira vez, tanto quanto a tradição histórica nos permite conhecer, a concretização daquilo que poderemos denominar como um dos primeiros momentos de maturidade política da história da humanidade.

Porém, antes de indagarmos as origens históricas da cidadania, tenhamos algumas considerações prévias no que diz respeito aos nossos objectivos neste ponto. Além de fragmentária, por não podermos dar conta aqui de forma detalhada das diversas etapas que constituem o desenvolvimento histórico da ideia e da prática da cidadania¹, a nossa intenção é, sobretudo, captar as suas manifestações essenciais no plano da história e que constitui um dos pressupostos da noção de cidadania ambiental que iremos procurar desenvolver como hipótese de trabalho em páginas mais avançadas da nossa investigação.

Neste esboço histórico, mais do que uma pura descrição cronológica, pretendemos evidenciar uma ideia: surpreender na história as condições sociais e políticas em que a cidadania representou um desbravar, obviamente não concretizado à luz de uma marcha progressiva como a própria história testemunha, do caminho para a democracia². Como teremos oportunidade de observar quando abordamos a construção teórica de uma noção de cidadania ambiental, defendemos que a democracia é um requisito **indispensável** para o pleno exercício da condição cívica.

¹ Para esse efeito recomendamos os estudos de Paul Magnette, *Citizenship, The History of an Idea* (2005), de Derek Heater, *A Brief History of Citizenship* (2004) e também de Jaime e Carla Pinsky, *História da Cidadania* (2003).

² O argumento que subjaz ao longo das páginas desta tentativa de apreensão histórica do nosso objecto de investigação é de que, apenas numa estrutura política de cariz democrático – não obstante as suas imensas lacunas e fragilidades –, através da **participação no espaço público**, o homem é capaz de se expressar plenamente como **ser político**.

Importa-nos, por isso, esclarecer que neste regresso às origens do conceito de cidadania, à semelhança de Aristóteles,

“(…) a nossa definição de cidadão é, sobretudo, a do cidadão num regime democrático”³.

Já o afirmámos. É naquele que é considerado o berço espiritual do pensamento ocidental que a construção da ideia de cidadania, o seu exercício e a ideia de participação política não só se vão forjando paulatinamente, bem como começam a adquirir algumas das suas características fundamentais, algumas das quais permaneceram até à contemporaneidade, num quadro de referência política desenvolvido em algumas cidades-Estado da Grécia clássica, mas que teve o seu expoente máximo na Atenas do século V a.C.

Ao indagarmos as origens históricas do conceito de cidadania, aflora-se-nos uma questão essencial e que, obviamente, não poderia deixar de ser colocada:

- O que contribuiu decisivamente para que a génese da ideia de cidadania como a entendemos hoje, assim como o seu exercício, se tenha desenvolvido no mundo antigo na Grécia e não em qualquer outro lugar?

Apesar de a resposta ser complexa e exigir um estudo aprofundado e comparado da história política da antiguidade que aqui não podemos realizar a não ser de forma muito sucinta, podemos adiantar que a cidadania, entendida como concretização de certas potencialidades sociais e políticas do ser humano, isto é, como o vínculo a uma comunidade política em que se é detentor de direitos e deveres para com a mesma⁴, só poderia surgir numa fase já adiantada de consolidação do processo civilizacional no longo caminho intelectual percorrido pela humanidade desde os seus primórdios.

³ Aristóteles, *Política*, Livro III, 1275b5.

⁴ Diderot e D’Alembert, na *Encyclopédie* (1753), no verbete dedicado a cidadão, definem-no como “(…) celui qui est membre d’une société libre de plusieurs familles, qui partage les droits de cette société, et qui jouit de ses franchises”.

Isto porque, como afirma Derek Heater:

“A cidadania (...) exige a capacidade para uma certa abstracção e sofisticação de pensamento. Um cidadão tem de compreender que o seu papel implica estatuto, um sentido de lealdade, o cumprimento de deveres e a posse de direitos primeiramente não em relação a outro ser humano, mas em relação a um conceito abstracto, o Estado”⁵.

Aqui reside, quanto a nós, uma das peças essenciais que nos permite discernir com um pouco mais de clareza este complexo enigma⁶ que continua a ser até hoje o conceito de cidadania:

- São precisamente a **capacidade de abstracção** e a **sofisticação de pensamento** inerentes ao espírito cultural helénico que fecundam e desenvolvem de um modo intelectualmente refinado na antiguidade ideias que encontraram nos últimos três séculos solo sagrado para a sua plena expressão: a ideia de democracia, a participação no espaço público, a soberania popular e a liberdade individual.

Depois destas primeiras breves considerações introdutórias, foquemos a nossa atenção mais detalhadamente nas condições sociais e políticas que permitiram a génese histórica do conceito de cidadania no mundo antigo.

⁵ “Citizenship (...) requires the capacity for a certain abstraction and sophistication of thought. A citizen needs to understand that his role entails status, a sense of loyalty, the discharge of duties and the enjoyment of rights not primarily in relation to another human being, but in relation to an abstract concept, the state”. Derek Heater, *Citizenship – The Civic Ideal in World History, Politics and Education*, p. 2. A tradução das citações ao longo de toda a Dissertação é da nossa autoria, excepto onde indicado.

⁶ Apesar de conseguirmos abarcar de forma algo clara o que representa a cidadania para um grego clássico, convém referir que o tema se encontra longe de estar esgotado. É o que sustenta Ifigenija Radulovic, no artigo intitulado, “Citizenship in Ancient Greece – Athens and Sparta: Terms and Sources”, p. 25: “The notion and problem of citizenship in ancient Greece is very complex and it continues, in different contexts, to be the object of scientific research even very recently (...)”.

1.2. Cidadania: anatomia sociopolítica de um conceito. A Grécia Antiga dos séculos IX e VIII a.C.

Apesar de a ideia de cidadania, bem como a de democracia, serem nativas dilectas do labor teórico do horizonte intelectual grego clássico não as podemos pensar, nem sequer viver, na contemporaneidade como foram pensadas e vividas pelos gregos⁷.

Começamos por afirmar isto precisamente para tentar tornar mais claro algo que ainda subsiste profundamente enraizado quando se procuram estabelecer analogias entre a democracia grega e a democracia contemporânea, tentando evidenciar um certo padrão de continuidade entre ambas. O que pretendemos é, como tentaremos demonstrar nas páginas que se seguem, o contrário: demarcar as características da cidadania grega clássica e enfatizar o seu carácter de **singularidade**.

Onde começa esta singularidade que cria irremediavelmente uma barreira de significado histórico entre nós e os nossos antepassados gregos?

A primeira diferença, e também a mais significativa, está no modo de organização social e político legitimamente adoptado pelos gregos como sendo o que mais se adequava às suas necessidades: a *pólis*, isto é, a **cidade-Estado**. É absolutamente fundamental compreender a emergência da mesma no contexto histórico para podermos surpreender com mais clareza a génese do conceito de cidadania, dado que ambos estão intrinsecamente associados⁸.

Além de ser impossível reproduzir de forma absolutamente fiel o que terá sido a cidade-Estado⁹ ou representar com exactidão a relação de um grego para com a mesma¹⁰, por

⁷ É a tese que sustenta Norberto L. Guarinello, no artigo intitulado “Cidades-Estado na Antiguidade Clássica” em Jaime e Carla Pinsky (Orgs.), *História da Cidadania*: “A cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenómeno único na História. Não podemos falar de continuidade no mundo, de repetição de uma experiência passada e nem mesmo de um desenvolvimento progressivo que unisse o mundo contemporâneo ao antigo”. Cf. *op. cit.*, p. 29.

⁸ Embora nem todas as regiões da Grécia tenham adoptado a *pólis*, optando antes por estruturas políticas de modelo federalista. Disso dá conta o artigo de Jeremy McLerney, “*Polis and koinon*: Federal Government in Greece” in Hans Beck (Ed.), *A Companion to Ancient Greek Government*, pp. 466-479.

⁹ “(...) é tão difícil oferecer uma definição cabal da cidade-Estado como é (...) definir Estado nacional”. Guarinello, *op. cit.*, p. 30. Também H.D.F. Kitto, eminente historiador da Grécia Antiga, sustenta o mesmo ponto de vista: “Sem uma noção clara do que era a *pólis*, e do que ela significa para os Gregos, é

só conseguirmos de forma indirecta conhecer a época histórica a que nos referimos, é a sua dimensão territorial e a sua densidade populacional que nos chamam de imediato a atenção para o abismo que se interpõe entre a nossa condição contemporânea e a Grécia clássica.

Para além de se caracterizarem por uma predominância mormente **rural**¹¹, a maior parte das cidades-Estado não ultrapassava os cerca de cinco mil habitantes, algumas de maior dimensão tendo vinte mil habitantes, exceptuando, por exemplo, Atenas, grande entreposto comercial, ou Esparta, cidade-Estado de cariz essencialmente militar, que albergavam cem mil habitantes¹².

Outra característica que deve ser salientada sobre a estrutura das cidades-Estado é a sua **diversidade e fragmentação** política, social e cultural:

“(…) sob o termo cidade-Estado abarcamos povos distintos, culturas diferentes, com os seus próprios costumes, hábitos quotidianos, leis, instituições, ritmos históricos e estruturas sociais (…)”¹³.

Localizadas, sobretudo, nas margens do Mediterrâneo¹⁴, as cidades-Estado emergem numa época de francas **transformações históricas**¹⁵ a nível social e económico em território grego, caracterizada por um período de **crescentes migrações populacionais e trocas comerciais**¹⁶ em que o aparecimento da moeda importada da Lídia a partir de

impossível compreender devidamente a História Grega, o espírito grego, ou as realizações gregas”. Kitto, *Os Gregos*, p. 107.

¹⁰ A este respeito recomendamos a obra citada de H.D.F. Kitto, capítulo 5, e o excelente estudo de Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga*, Livro Terceiro.

¹¹ Guarinello esclarece que: “O termo ‘cidade-Estado’ não se refere ao que hoje entendemos por ‘cidade’, mas a um território agrícola composto por uma ou mais planícies de variada extensão, ocupado e explorado por populações essencialmente camponesas (...)”. *Op. cit.*, p. 32. Veja-se também a este respeito Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudo de História da Cultura Clássica: Volume I – Cultura Grega*, p. 173 e ss.

¹² Guarinello, *op. cit.*, p. 30.

¹³ Guarinello, *op. cit.*, p. 30.

¹⁴ “A história das cidades-Estado é, em primeiro lugar, geograficamente localizada e circunscrita. Não é parte da história universal, como a entendemos hoje, mas de uma região específica do planeta: as margens do mar Mediterrâneo”. Guarinello, *op. cit.*, p. 31. Cf. igualmente os artigos de A. J. Graham, “The colonial expansion of Greece” e “The western Greeks” in *Cambridge Ancient History 3.3. – The Expansion of the Greek World Eight to Sixth Centuries B.C.*, pp. 83-162 e 163-195.

¹⁵ Entre os séculos IX e VIII a.C. Cf. M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 174.

¹⁶ Guarinello, *op. cit.*, p. 31. Como afirma M.H. Rocha Pereira: “A criação de colónias contribuiu poderosamente para desenvolver o comércio marítimo e a indústria, à qual se abriram novos escoadouros”. *Op. cit.*, p. 176. Registe-se que o estabelecimento de colónias se dá entre cerca de 775 a.C. e 560 a.C., período que os historiadores da Grécia designam como período arcaico. Cf. M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, pp. 174 e 175.

625 a.C.¹⁷, e o posterior estabelecimento de colónias no norte de África, sul de Espanha, Mar Negro e Itália por parte de gregos e fenícios¹⁸, permite, paulatinamente, uma difusão do modelo grego de cidade-Estado nos territórios colonizados, o que provocará ao longo dos três séculos seguintes uma profunda alteração no tecido social e político dos mesmos.

As metamorfoses, contudo, são lentas. A introdução da propriedade privada prova ser fundamental nesta transformação. As cidades-Estado começam por ser **comunidades agrárias**, “associações de proprietários privados de terra”¹⁹. A partir deste momento acentua-se uma tendência que ganhará eco nos séculos seguintes e que constituirá um traço decisivo da vivência cívica grega, até mesmo no esplendor do século de Péricles: a **exclusão**.

O acesso às terras é direito exclusivo dos membros da comunidade, estando vedado aos que não fazem parte dela²⁰, ou seja, os estrangeiros. Vão-se assim consolidando progressivamente as estruturas das primeiras cidades-Estado.

A defesa comum das propriedades agrícolas contra agressões externas, assim como a arbitragem de disputas entre proprietários de terras cada vez mais agudizadas, demandam a necessidade de criação de **mecanismos públicos e colectivos** para o efeito. Preconiza-se o **espaço público**, que se constituía nos lugares comuns como os templos ou os mercados, como **cenário de mediação de conflitos** sob o denominador de uma **lei comum** que, segundo Guarniello

“(…) obrigava a todos e que se impôs como norma escrita, fixa, publicizada e colectiva”²¹.

Poder-se-á afirmar, em consonância com Moses I. Finley, que mediante um processo de transformações sociais e económicas moroso, gradual e que não decorreu seguramente

¹⁷ M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 176.

¹⁸ Guarniello, *op. cit.*, p. 31.

¹⁹ Guarniello, *op. cit.*, p. 32.

²⁰ Guarniello, *op. cit.*, p. 32.

²¹ Guarniello, *op. cit.*, p. 33. Mantemos a ortografia do português brasileiro do texto.

com a fluidez cronológica como o apresentamos nestas páginas, que os gregos inventaram a política²²?

A identidade comunitária constrói-se através da **participação no espaço público**. É através deste que a relação dos indivíduos, muitas vezes sem qualquer unidade étnica ou de qualquer outra índole²³, com a comunidade adquire vínculos fortes e assim se vai solidificando o exercício da vivência cívica.

Como afirma Guarinello,

“Pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio da vida quotidiana, com os seus ritos, costumes, regras, festividades²⁴, crenças e relações pessoais”²⁵.

Nesta passagem encontramos já delineados alguns dos traços principais daquilo que constitui a vida numa cidade-Estado. Abordemos agora os dois modelos clássicos de cidades-Estado que a antiguidade nos legou: o de Esparta e o de Atenas. Começemos por aquela que ficou conhecida como a República da Lacedemónia.

²² Finley, em *Politics in the Ancient World*, afirma que a política “(...) is an invention made separately by the Greeks and the Etruscans”. Cf. *op. cit.*, p. 89. Na mesma ordem de ideias, a este respeito, Guarinello considera que “Aqui reside a origem mais remota da política, como instrumento de tomada de decisões colectivas e de resolução de conflitos (...)”. Cf. *op. cit.*, p. 33.

²³ Para lá da ausência de um denominador comum, Guarinello afirma que a identidade comunitária foi “(...) criada e recriada, reforçada e mantida por mecanismos que produziram o cidadão ao mesmo tempo que faziam nascer cultos comuns, moeda cívica, língua, leis, costumes colectivos (...)”. *Op. cit.*, p. 34.

²⁴ Nomeadamente, as festividades religiosas onde os cidadãos prestavam culto às divindades de cada cidade-Estado. Os cultos eram comuns e estavam, na sua larga maioria, sob a organização da própria comunidade. Para uma análise mais profunda sobre o fenómeno religioso na antiguidade clássica veja-se a obra de Jean Pierre Vernant, *Mito e Religião na Grécia Antiga* que constitui uma excelente introdução a este tema.

²⁵ Guarinello, *op. cit.*, p. 35.

1.3. Esparta nos séculos VII e VI a.C.: a participação pública num Estado oligárquico

Segundo Werner Jaeger,

“A criação mais característica de Esparta é o seu Estado, e o Estado representa aqui, pela primeira vez, uma força educadora no mais vasto sentido da palavra”²⁶.

A criação do Estado espartano, bem como a sua constituição (conhecida como a **Grande Retra**), está associada a uma figura de contornos lendários: **Licurgo**, legislador espartano que terá vivido no século IX a.C. e que, segundo Plutarco²⁷, biógrafo e ensaísta do século I d.C., reformou o sistema político, as leis e a forma de governo na sua cidade-Estado à semelhança das leis que vigoravam em Creta²⁸.

Sem podermos, contudo, aferir da sua originalidade, de acordo com W.G. Forrest,

“Licurgo adaptou tanto quanto criou e muito do que ele produziu tinha sido alterado ou substituído muito antes dos estudiosos dos séculos V e IV a.C. começarem a estudar a sua «Esparta Licúrgia» contemporânea”²⁹.

Além da constituição espartana, Licurgo teria estabelecido as bases políticas e administrativas da cidade-Estado, criando novas instituições³⁰ e um modelo social que não é, de todo, semelhante às características que enumerámos na génese das cidades-

²⁶ Werner Jaeger, *Paideia – A formação do homem grego*, p. 109.

²⁷ Saliente-se que não existem fontes históricas fidedignas que nos permitam conhecer plenamente a vida de Licurgo. Um dos seus biógrafos mais conhecidos na antiguidade é Plutarco que inicia a sua obra, *Licurgo – Reformador de Esparta*, dizendo que “Nada se pode afirmar com segurança do legislador Licurgo. A sua origem, as suas viagens, a sua morte, finalmente as suas próprias leis e a forma de governo que estabeleceu são relatadas diferentemente pelos historiadores; (...)”. Cf. igualmente W.G. Forrest, *A History of Sparta: 950/192 BC*, p. 40 “Lykourgos himself is a shadowy, possibly even a mythical figure (...)”.

²⁸ Na sua obra, Plutarco afirma que Licurgo viajou para Creta: “(...) onde observou cuidadosamente o governo e teve frequentes conferências com os homens de maior reputação. Concordeu plenamente com algumas das suas leis e coligiu-as para as aplicar quando regressasse a Esparta; outras houve que rejeitou”. Plutarco, *op. cit.*, p. 18.

²⁹ “Lykourgos adapted as much as he created and much of what he produced had been altered or even superseded long before fifth-or- fourth-century scholars began to study their contemporary «Lykourgan Sparta»”. W.G. Forrest, *op. cit.*, p. 40.

³⁰ Para uma descrição detalhada das instituições espartanas e das funções desempenhadas por cada uma delas veja-se W.G. Forrest, *op. cit.*, pp. 40-50.

Estado. Isto porque o Estado espartano é um Estado essencialmente **militar** onde até as refeições são **comunitárias**.

Numa sociedade de governo **oligárquico**³¹ fechada ao comércio e à entrada de estrangeiros, e cuja educação é ministrada pelo Estado com o objectivo fundamental de dotar os seus cidadãos de qualidades militares³² através de um rigoroso regime de preparação física desde os sete anos de idade visando o adestramento bélico e a defesa da cidade, a participação dos cidadãos na administração pública é considerada uma **homologação de virtude cívica**³³, imprescindível até para a manutenção do exercício de direito político.

É aos *homoioi*³⁴, cidadãos espartanos de pleno direito, que cabe a administração pública da cidade. Permaneciam-lhe adstritos de modo permanente quer para o exercício de cargos políticos, quer para a participação na guerra, sendo **impossibilitados por lei** de se dedicarem a outro tipo de actividade que não as actividades bélica ou política.

Considerados como iguais perante o Estado e possuindo todos os cidadãos espartanos parcelas de terra pública em exacto número (outra das reformas que teria sido introduzida por Licurgo³⁵), é este **princípio de igualdade** que lhes garante um vínculo de pertença territorial bem como um estatuto social.

Segundo W.G. Forrest:

“Se não a criou, Licurgo difundiu amplamente entre os espartanos a noção de ser cidadão e um elemento essencial nesta noção era a igualdade de todos os cidadãos, não como humanos, mas como cidadãos. Como cidadãos, os espartanos possuíam um lote de terra (*kleros*) semelhante que significava a vários níveis um modo de vida padrão, eram vistos como iguais perante a lei (...)”³⁶.

³¹ O governo espartano era composto por dois reis e a sucessão era hereditária.

³² As três grandes virtudes criadas por Licurgo, na opinião de Forrest, eram: a habilidade e a eficiência militares e a austeridade. Cf. *op. cit.*, p. 50

³³ Derek Heater, *op. cit.*, p. 11.

³⁴ Termo que em grego significa iguais. Cf. Forrest, *op. cit.*, p. 50.

³⁵ Cf. Forrest, *op. cit.*, p. 51.

³⁶ “Lykourgos vastly enlarged, if he did not create, for Spartans the idea of being a citizen and an essential element in this idea was the equality of all citizens, not as human beings but as citizens. As a citizen the Spartan had an equal *kleros* form which he supported what was in many respects a standard way of life, he had an equal standing in the eyes of the law (...)”. Forrester, *op. cit.*, p. 51.

Apesar de ser um regime político de cariz oligárquico, conseguimos já perceber com mais clareza o que representa o exercício da cidadania para um grego da época clássica: além de constituir um **modo de vida**, é algo que penetra todas as esferas do homem.

De acordo com Paul Magnette:

“A cidadania definia todos os âmbitos da vida dos cidadãos. Os antigos não distinguiam entre o que viria a ser denominado como esfera pública e esfera privada”³⁷.

Mas isto não é tudo. Uma outra característica da vivência cívica espartana, e que é inerente à esfera política de outras cidades-Estado na Grécia da época, é o que os gregos designavam por *atimia*, ou seja, o não cumprimento dos deveres cívicos que acarretava a **perda do estatuto de cidadão**³⁸. A exclusão da actividade cívica a que, como iremos ver mais adiante, estavam sujeitos todos aqueles que não possuíam direitos de cidadania – e que representavam uma grande leque da população – alargava-se aos que se demitiam, voluntaria ou involuntariamente, de tal tarefa.

Apesar de amplamente louvada na antiguidade como modelo de cidade-Estado³⁹, seria em Atenas, território que testemunhou a primeira experiência democrática da história humana de forma sistemática, que a vivência cívica se associa à noção de soberania popular.

³⁷ “Citizenship defined all aspects of citizen’s lives. The ancients made no distinction between what would come to be called public and private spheres”. Paul Magnette, *Citizenship, The History of an Idea*, p. 7.

³⁸ Cf. Derek Heater, *A brief history of citizenship*, p. 11.

³⁹ Por exemplo a cidade ideal que Platão procura construir na *República* é claramente influenciada por Esparta.

1.4. Atenas no século V a.C.: A democracia

A primeira referência à palavra democracia que se conhece surge pela primeira vez com Heródoto⁴⁰, historiador grego, cerca de 450 a.C. Neste ponto em particular, como afirma M.H. da Rocha Pereira, estamos perante

“(...) uma das muitas conquistas gregas de que a cultura ocidental continua a viver (...)”⁴¹.

Existirão, provavelmente, poucas passagens que resumam de forma tão brilhante o porquê de o regime democrático ateniense ter permanecido vivo na memória intelectual do Ocidente como os três seguintes trechos da *Política* de Aristóteles e que, em nosso entender, demarcam-no de forma crucial da estrutura política de outras cidades-Estado, precisamente no âmbito mais caro à nossa investigação: o exercício da cidadania. Sigamos a lucidez analítica do Estagirita.

Referindo-se principalmente a Atenas, Aristóteles é da opinião de que

“(...) não há melhor critério para definir o que é o cidadão em sentido estrito, do que entender a cidadania como capacidade de participação na administração da justiça e no governo”⁴²,

ao passo que num outro tipo de regime político,

“(...) nalgumas cidades, o povo não tem funções: não se instituem assembleias regulares mas apenas se convocam pontualmente conselhos, sendo as decisões judiciais atribuídas a juízes específicos”⁴³.

A terceira passagem é a que depõe mais claramente a favor do regime ateniense:

“Chamamos cidadão àquele que tem o direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade. Consideramos cidade, em resumo, o conjunto de cidadãos suficiente para viver em **autarquia**”⁴⁴.

⁴⁰ No Livro IX das suas *Histórias*. Cf. Magnette, *op. cit.*, p. 10, bem como M. Oswald, *Nomos and the Beginnings of the Athenian Democracy*, p. 120.

⁴¹ M. H. Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 180.

⁴² *Política*, Livro III, 1275a20.

⁴³ *Política*, Livro III, 1275b5.

⁴⁴ *Política*, Livro III, 1275a20. O bold é nosso. Informe-se a este respeito que, para Platão, a cidade ideal não poderia exceder o número aproximado de 5000 habitantes. Cf. *Leis*, 5 737e-738^a e 771a-772d. Não

A palavra autarquia, que devém do grego *αυταρχία* e que significa o comando de si mesmo, é a pedra de toque que explica o motivo da Atenas do século V a.C., tanto na antiguidade como no decurso da história posterior, ter sido considerada um modelo de governo exercido pelos **próprios cidadãos de forma autónoma**.

Esse trabalho de aperfeiçoamento do sistema político ateniense é, sobretudo, obra de um homem: **Péricles** (495 – 429 a.C.). Mas isto não é tudo. Antes de nos determos na sua figura convém recuar um pouco no desenrolar da história sociopolítica de Atenas para compreendermos melhor a acção deste fulgurante estadista.

A democracia ateniense não emerge por pura gestação espontânea no século V, ancorando antes as suas raízes nas reformas de dois legisladores anteriores a Péricles, de seu nome, respectivamente, Sólon (638 - 558 a.C.) e Clístenes (570 – 507 a.C.).

O século VI, de um modo geral, é marcado por um **declínio da hegemonia da aristocracia** que, à excepção de Esparta⁴⁵, baseava a sua forma de governo primordialmente em **regimes tirânicos** predominantes em muitas das cidades-Estado gregas face a novos modelos de organização política e social. A perda de **privilégios** por parte da aristocracia permitiu uma ampliação do espaço público a outras classes sociais, o que permitiu um fortalecimento da coesão das próprias comunidades⁴⁶.

Em consonância com o declínio da aristocracia surgem as primeiras figuras importantes na construção da democracia ateniense. A primeira delas é Sólon, a partir de 594 a.C., através das suas reformas a nível económico e social - a abolição da escravatura por dívidas, a criação de medidas de protecção à agricultura, à indústria e ao comércio, bem como a criação de um sistema monetário próprio⁴⁷ -, abre espaço para reformas de teor político – a criação de quatro classes de cidadãos, a instituição do tribunal de Helieia, ao qual todos os cidadãos podiam apelar face às sentenças dos magistrados⁴⁸.

adiantando números, Aristóteles, em *Ética a Nicómaco*, afirma o seguinte: “Nem dez homens constituem uma *pólis*, nem com cem mil existe já *pólis*”. Cf. *Ética a Nicómaco*, 9, 1170b 31-32.

⁴⁵ M. H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 178.

⁴⁶ Guarinello, *op. cit.*, p. 39.

⁴⁷ M. H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 189.

⁴⁸ M. H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 189.

Clístenes, na senda de Sólon, ainda em pleno século VI, altera a distribuição do poder, criando as dez tribos de Atenas, as quais dota de administração própria passando assim o poder a estar equilibrado entre a esfera local e a esfera da cidade-Estado e, mais do que tudo, instaura definitivamente a liberdade de falar em público⁴⁹.

Até que chegamos a Péricles e ao apogeu da ideia de democracia na antiguidade.

1.4.1. Péricles: o elogio da democracia

Além de o período temporal em que decorreu a existência de Péricles (495 – 429) representar o apogeu da cultura grega clássica⁵⁰, o estadista ateniense edificou, pelo menos em teoria, as bases do que representa a democracia (não do que ela é mas do que deveria ser) e a sua defesa face a regimes tirânicos.

Não tendo legado qualquer obra escrita, a sua apologia da democracia encontra-se exposta no *Discurso de homenagem aos mortos da Guerra do Peloponeso*, reproduzido integralmente pelo historiador grego Tucídides⁵¹. Por limitações inerentes ao espaço de que dispomos, deixamos em esboço apenas os pontos fundamentais do *Discurso* em que Péricles se revela importante para a história da democracia.

Péricles começa por elogiar a Constituição ateniense⁵² face a outros regimes e, pelo facto de ela ser democrática, garante um princípio essencial para o exercício da cidadania: a **soberania popular**. Por esse facto, a administração do Estado é feita com base **no interesse do povo** e não de uma minoria⁵³.

⁴⁹ M. H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 190.

⁵⁰ Cf. M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, pp. 386-388 para uma descrição sumária, mas elucidativa, do que representou a figura de Péricles na História da Grécia.

⁵¹ Em *História da Guerra do Peloponeso*, Livro II, §§ 37 a 42.

⁵² “Tenemos um régimen de gobierno que no envidia las leyes de otras ciudades, sino mas que somos ejemplo para otros que imitadores de los demás”. Tucídides, *História de la Guerra del Peloponeso*, II, §37, p. 90.

⁵³ “(...) por no depender el gobierno de pocos, sino de numero mayor (...)”. Tucídides, *op. cit.*, p. 90.

Além de administrado de acordo com os interesses soberanos da maioria, o governo rege-se pelo primado das **liberdades**: da liberdade de expressão e de pensamento de todos os cidadãos (*isegoria*)⁵⁴.

Péricles estabelece o **princípio de igualdade** entre todos os cidadãos independentemente da sua classe social⁵⁵, a **igual submissão de todos às leis do Estado** (*isonomia* que para os gregos assume um significado semelhante ao de democracia), bem como a possibilidade de participação em cargos públicos mediante o **mérito** e não a classe social a que se pertence. Face às características que acabámos de deixar patentes, Péricles não tem pejo em afirmar que Atenas é “a escola da Grécia”⁵⁶.

Além de delineados de forma magistral por Péricles os princípios fundamentais para o exercício da cidadania numa sociedade aberta e democrática, é possível constatar pelas suas palavras o percurso percorrido pelo espírito grego ao longo de cerca dos quatro a cinco séculos de que aqui tentámos apreender os pontos fundamentais.

Não obstante não conseguirmos compreender na totalidade a forma como um grego viveu a plenitude da sua condição cívica dentro da cidade-Estado, a importância que decorre do *Discurso* é também, a sua profunda **actualidade**. É impossível não reconhecer na contemporaneidade o modo como Péricles caracteriza os princípios da democracia: estes continuam a ser ainda marcos de referência política incontornáveis.

Como afirma Diogo Freitas do Amaral em relação ao legado do estadista ateniense:

“Este discurso de Péricles (...) marcou para sempre a história da civilização ocidental: democracia, liberdade, igualdade, participação cívica, dignidade de todos (...) – eis o grande programa político que, há quase 25 séculos, Péricles apontou a toda a humanidade”⁵⁷.

⁵⁴ “Y nos regimos libremente no solo en lo relativo a los negocios públicos, sino también en lo que se refiere a las sospechas recíprocas sobre la vida diaria, no tomando a mal al prójimo que obre según su gusto, ni poniendo rostros llenos de reproche, que no son un castigo, pero sí penosos de ver”. Tucídides, *op. cit.*, p. 90.

⁵⁵ “De acuerdo con nuestras leyes, cada cual está en situación de igualdad de derechos en las disensiones privadas (...); y no tanto por la clase social a que pertenece como por su mérito, ni tampoco, en caso de pobreza, si uno puede hacer cualquier beneficio a la ciudad, se le impide por la oscuridad de su fama”. Tucídides, *op. cit.*, p. 90. O que, como já iremos ver, na Grécia não significa um princípio de igualdade natural.

⁵⁶ “En resumen, afirmo que la ciudad entera es la escuela de Grécia”. Tucídides, *op. cit.*, II, §41, p. 92.

⁵⁷ Diogo Freitas do Amaral, *História do Pensamento Político Ocidental*, p. 30.

Mais do que a verdadeira aplicação prática, o que ressoa, em Péricles, é uma **ideia de democracia na sua forma ideal**. Que não se reflecte inteiramente no quotidiano da Atenas do século V a.C.

1.4.2. Algumas vicissitudes da democracia grega

Apesar dos princípios defendidos por Péricles, a democracia grega prima pela singularidade em determinados aspectos que a demarcam profundamente do sistema democrático actual, além de se encontrar enredada em algumas contradições sob o prisma do nosso olhar contemporâneo.

Começemos por abordar a sua principal característica: o **governo directo**. Os gregos desconhecem em absoluto a noção de representatividade que é a base das democracias actuais. À luz do modo de pensar grego da época, tanto quanto nos é possível aproximarmo-nos dele a uma distância temporal de 2500 anos, o conceito de representatividade choca profundamente com um dos conceitos fundamentais da cultura helénica: o conceito de **autonomia**.

Como afirma José Ribeiro Ferreira em a *Grécia Antiga*,

“(...) os gregos não concebiam tal tipo de governo [representativo] que se lhes afigurava coartador da liberdade e da autonomia”⁵⁸.

A autonomia, bem como a liberdade, são inerentes ao ADN social, político e cultural grego:

“Para o grego ser livre era exercer ele próprio, pessoalmente, os seus direitos civis, sem os delegar a outros”⁵⁹.

Convém aqui recordar a célebre definição de Aristóteles como animal político (*Zoon Politikon*). E é isso que define essencialmente o homem grego: para ele não existe outro

⁵⁸ José Ribeiro Ferreira, “A Polis Grega – Sistema de Vida e Mestra do Homem” in *A Grécia Antiga*, p. 32.

⁵⁹ José Ribeiro Ferreira, *op. cit.*, p. 34.

modo de vida que não o de participar directamente na administração dos assuntos do Estado.

Estado esse que, contrariamente ao entendimento moderno do conceito, não detém qualquer personalidade jurídica na época clássica. Para os gregos, o Estado ou a *Pólis*, é o conjunto total de cidadãos⁶⁰, delimitador de todas as esferas da sua vida. Escapou ao pensamento político helénico a distinção entre esfera pública e esfera privada⁶¹.

Evidentemente que a democracia directa dos gregos resultou por duas razões de índole diferente. A primeira de **ordem demográfica**. Apesar de não podermos apresentar números que garantam exactidão, o número de habitantes de Atenas na época Péricles deveria rondar os cerca de 300 000 habitantes⁶², dos quais apenas 10%, isto é, cerca de 30 000 detinham o estatuto de cidadania⁶³, o que nos remete para a segunda razão do êxito da democracia grega, mas que permite também questionar até que ponto poderemos falar dela como sendo efectivamente democrática⁶⁴: o seu carácter de exclusão.

Além de ser **hereditária**⁶⁵, o exercício da cidadania em Atenas estava absolutamente vedado a mulheres e crianças, escravos, estrangeiros e habitantes das zonas rurais⁶⁶. Qualquer destes extractos da população grega não tinha nenhuma possibilidade de participar activamente na vida política de Atenas, nem beneficiava do tão proclamado princípio de igualdade introduzido por Péricles como vimos anteriormente.

⁶⁰ M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 181.

⁶¹ Paul Magnette, *op. cit.*, p. 7.

⁶² M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 182. Os números que aí são apresentados são meramente conjecturais.

⁶³ M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 182.

⁶⁴ Alguns autores contestam a atribuição do termo democracia ao regime político grego pelo facto de apenas uma pequena percentagem da população dispor de facto dos direitos de cidadania. Entre eles, encontra-se o historiador Victor Ehrenberg, autor da obra *The Greek State*. Cf. *op. cit.*, p. 50.

⁶⁵ Data de 451 a. C, aprovada por Péricles, uma lei que restringe a concessão da cidadania ateniense, acentuando o seu carácter hereditário. Contradições de um grande homem de Estado. Cf. Heater, *op. cit.*, p. 4.

⁶⁶ Heater, *op. cit.*, p. 4.

O princípio de igualdade natural entre todos os seres humanos é desconhecido na Grécia do século V⁶⁷. A igualdade é apenas de natureza social e política entre cidadãos. Teremos que aguardar até ao século XVIII para que todos os homens nasçam livres e iguais em direitos e isso seja um direito consagrado em constituição.

⁶⁷ Refira-se que ele foi proposto pela primeira vez no século IV a.C. por um sofista, de seu nome Alcídamante, antecipando em vinte e um séculos a essência dos princípios das revoluções francesa e americana. Cf. M.H. da Rocha Pereira, *op. cit.*, p. 185.

Capítulo 2 – Anatomia Sociopolítica de um Conceito II: A Era das Revoluções - Da “Gloriosa Revolução” à Revolução Francesa

2.1. Para uma gênese histórica da(s) revolução(es): os alvores da modernidade

Consagrada na história como um evento ímpar quando comparada com outros regimes políticos posteriores¹, a democracia ateniense do século V a. C. e os direitos de cidadania que ela fecundou, não encontraram paralelo na história política do Ocidente no milénio seguinte. Apesar dos desenvolvimentos registados, nomeadamente, na época romana² e no Renascimento, em Florença e Salamanca³, seria preciso aguardar até ao século XVII para que a história da cidadania registasse um novo impulso profícuo e um novo momento renovador.

A “Gloriosa Revolução” de 1688, ocorrida em Inglaterra, prenuncia já alguns ventos de mudança, mas uma profunda renovação do impulso cívico e democrático só ocorreria no século XVIII em que o conceito de **revolução**, vivenciado nos EUA (1776) e em França (1789), anunciaria uma aurora de **transformação radical** da condição humana.

Antes de nos acercarmos mais de perto das três revoluções – Inglesa, Americana e Francesa -, é necessário apreender em traços essenciais as grandes coordenadas que norteiam o clima intelectual e histórico do início da modernidade, pois foi nele que se começaram a desenhar as condições para as revoluções do século XVIII.

O advento da Idade Moderna representa, na sua formulação mais radical, uma ruptura com a visão tradicionalista e teológica pela qual se pautou a medievalidade. De forma progressiva, Deus, conceito central das indagações filosóficas da Idade Média, cede o lugar ao Homem, como paradigma essencial. O humano passa a ser o centro do universo em detrimento do plano divino.

¹ Pedro Paulo Funari, no artigo “Cidadania Moderna e o Legado Romano”, afirma: “Para muitos estudiosos do século XX, a República romana foi encarada como uma oligarquia corrupta, uma aristocracia endinheirada, comparada negativamente com a Atenas democrática do século V a.C.”. Cf. Jaime e Carla Pinsky (Orgs.), *História da Cidadania*, p. 76.

² Cf. o artigo de Funari citado na nota anterior, “Cidadania Moderna e o Legado Romano”, em Jaime e Carla Pinsky (Orgs.), *op. cit.*, pp. 49-81, para uma melhor compreensão da cidadania na época romana, bem como as seguintes obras: Moses I. Finley, *Política no Mundo Antigo* e Jane Fisher Gardner, *Being a Roman Citizen*.

³ Cf. o artigo de Carlos Zeron, “A cidadania em Florença e Salamanca” em Jaime e Carla Pinsky (Orgs.), *op. cit.*, pp. 97-113.

A liberdade renascentista e moderna permite a **emancipação humana** do jugo teológico/medieval. Sem querermos incorrer numa simplificação redutora, o homem seculariza-se, individualiza-se, racionaliza-se e autonomiza-se dos paradigmas fundamentais da Idade Média.

Como afirma Marco Mondaini:

“O homem passou não apenas a traçar o seu destino mas também a ter a total capacidade para explicá-lo”⁴.

Outros factores fundamentais que contribuíram para a emancipação humana registada no início da modernidade são os seguintes:

- O advento da ciência moderna de Galileu (1564-1642), Kepler (1571-1630) e Newton (1643-1727). Já em 1543, o astrónomo polaco, Nicolau Copérnico (1473-1583) em *De revolutionibus orbium coelestium*⁵, sustentava a teoria heliocêntrica que punha em causa a teoria geocêntrica de origem ptolemaica;
- Os descobrimentos marítimos iniciados por Portugal e Espanha, no século XV, e que, além de representarem o **primeiro processo de globalização**, ampliaram o conhecimento geográfico e os horizontes do mundo até então conhecido;
- A crítica interna religiosa exercida pela Reforma protestante iniciada por Lutero em 1517 que conduziu a Europa nos dois séculos seguintes a um clima de **intolerância religiosa** e a sua importância para as reivindicações cívicas posteriores⁶.

O processo de secularização introduz igualmente transformações no campo social, conduzindo à paulatina, dissolução das estruturas assentes na hierarquia da servidão do regime feudal. Os acontecimentos de 1789, em França, ditariam o definitivo dobre a finados do feudalismo na Europa. Tornar-se-ia uma das petições de princípio do ideário da revolução. Porém, as estruturas feudalistas sofreram o seu primeiro revés, ainda no século XVII. A Inglaterra foi o primeiro palco de algumas dessas transformações.

⁴ Marco Mondaini, “Revolução Inglesa – O Respeito aos Direitos dos Indivíduos” in Jaime e Carla Pinsky (Org.), *História da Cidadania*, p. 115.

⁵ A palavra revolução, antes penetrar no âmbito político, estava confinada à astronomia.

⁶ No que concerne a este tema, V. Soromenho-Marques, no artigo “Religião e Cidadania – Da luta pela tolerância religiosa à afirmação dos direitos humanos” na obra *A Era da Cidadania*, afirma que: “Os actuais **direitos fundamentais do homem e do cidadão** (...) **foram o desenvolvimento e o esclarecimento de um direito fundamental** que funcionou como um autêntico embrião de todos os outros: **o direito à liberdade religiosa**, ao livre e público exercício do culto de profissões de fé minoritárias, sem a perda de quaisquer direitos civis (...)”. Cf. *op. cit.*, p. 78. O bold é do autor.

2.2. A “Gloriosa Revolução” Inglesa de 1688: a solução conciliadora

A Revolução Inglesa, além de ser marcada pela sólida implementação de uma **nova classe social**, a burguesia⁷, segundo Marco Mondaini,

“(...) é um modelo de transição ao capitalismo industrial”⁸.

Para esse efeito, o mesmo autor enumera três transformações fundamentais levadas a cabo na estrutura da economia inglesa, a saber:

- 1) A produção industrial toma o lugar da agricultura como principal meio de produção;
- 2) A construção de uma fiável rede de transportes;
- 3) A superprodução e a baixa de preços substituem-se a crises de subsistência durante a época feudalista⁹.

A **ascensão da burguesia** seria preponderante para o processo de transformação da sociedade inglesa da época e também para o papel incontornável que a Revolução de 1688 desempenhou na história da cidadania. Vejamos porquê.

Além de romper com os ditames do feudalismo, a burguesia inglesa propõe uma **nova ética**, de pendor protestante¹⁰, assente no **trabalho** que se contrapõe ao ócio praticado pela aristocracia latifundiária¹¹, classe que, ademais de se caracterizar por um certo parasitismo, detém a maior percentagem de riqueza e de direitos¹².

O que está em causa a nível económico e social, e dois séculos antes do pensamento de Karl Marx sobre o tema, é a **oposição de classes sociais** com visões diametralmente antagónicas: monarquia e aristocracia, classes sociais proprietárias de terras e ancoradas à herança secular de uma tradição feudal que não pretendiam abrir mão dos seus

⁷ Principalmente da *gentry*, a baixa nobreza agrária constituída por agricultores capitalistas, como explica um dos mais eminentes estudiosos da Revolução Inglesa, o historiador Christopher Hill. Veja-se a sua obra, *O Mundo de Ponta-Cabeça (The World turned upside down)*, nota da p. 29 para uma definição mais ampla de *gentry*.

⁸ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 120.

⁹ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 119.

¹⁰ A relação entre a ética protestante e o capitalismo seria explorada pelo sociólogo alemão, Max Weber, em *a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

¹¹ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 120.

¹² O reinado de Carlos I (1600-1649) primou pelo cenário que descrevemos acima. Proclamado rei em 1626, governaria autocraticamente entre 1629 e 1640, seguindo-se depois um período de guerra civil até que a Câmara dos Comuns, em 1649, o depôs e o condenou à morte por decapitação no mesmo ano. Seria o primeiro monarca na História da Inglaterra a ser condenado à pena capital. Cf. Christopher Hill, “A Revolução Inglesa de 1640” in *Fundo Político da Revolução Inglesa*, pp. 49-77.

privilégios e fazer concessões a um novo sujeito social pujante e dinâmico, a burguesia mercantil e comercial, agrária e urbana, tendo em vista a criação de um sistema económico de mercado livre.

Como afirma Modaini:

“Um sistema que pressupunha um mercado local e estático (...) não poderia mais ser tolerado tendo em vista a força implacável de uma concepção de mercado sem limites de toda e qualquer ordem”¹³.

A nível político, aquele que mais interessa à nossa investigação, o regime predominante na Inglaterra do século XVII, apesar de ter sido o primeiro país europeu a frear as tendências despóticas da monarquia de poder absoluto através da *Magna Carta*¹⁴, é uma **monarquia absolutista de direito divino**¹⁵, na senda do que pensadores como Jean Bodin ou Jacques Bossuet teorizaram respectivamente em *Os Seis Livros da República* (1576) e *A Política tirada da Sagrada Escritura* (1709).

Face a este estado de coisas, a concepção do direito divino dos monarcas era um conceito obsoleto face às aspirações da burguesia emergente. A *Petição de Direitos* de 1628 tentava já obstaculizar a natureza absolutista do regime de Carlos I. Mas isto não é tudo.

A modernidade trouxera consigo uma aura de renovação ao pensamento político através de uma das suas figuras mais proeminentes, Thomas Hobbes (1588-1679), com a publicação da sua obra principal, o *Leviathan* (1651).

Sendo um defensor acérrimo do absolutismo, Hobbes introduz porém uma novidade essencial: o Estado absoluto não deriva já de um monarca instituído pelo poder divino, mas sim do **consentimento dos indivíduos** que, ao renunciarem a certos aspectos da sua liberdade pessoal, passam do **estado de natureza**, caracterizada pela guerra de todos contra todos e dirigida pelas pulsões egoístas do ser humano, ao **estado de**

¹³ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 124.

¹⁴ Documento assinado em 1215 por João, o Papa, que limitou o exercício de poder dos monarcas ingleses. Segundo a Magna Carta, o rei devia renunciar a certos direitos e respeitar certos procedimentos legais.

¹⁵ Teoria que defende que o poder dos reis vinha de Deus. Os monarcas ingleses do século XVII – Carlos I, Carlos II e Jaime II – eram todos partidários da monarquia absolutista. A exceção foi o Protectorado de Oliver e Richard Cromwell, entre 1649 e 1660, que se caracterizou por um cariz republicano e depois por uma ditadura, devido à instabilidade civil dos primeiros anos do seu governo.

sociedade, onde predomina o bem comum¹⁶. No século seguinte, Rousseau denominará este consentimento de **contrato social**.

Segundo Mondaini,

“Estavam abertas as portas para a ofensiva de uma tradição que se pautasse pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais”¹⁷.

A autoria do desbravar intelectual desse caminho que conduzia à defesa do liberalismo e dos direitos civis esteve a cargo de John Locke (1632-1704). No *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1689), o filósofo inglês defende veementemente que o homem possui **naturalmente** direitos fundamentais – o direito à vida, à liberdade e à propriedade -, conferindo ao povo o **direito de revolta** contra qualquer governo que não respeitasse esses direitos¹⁸.

Se, em Hobbes, a relação entre Estado absolutista e indivíduos era um acto de submissão, Locke nega por completo esta tese e, com isso, desvenda a clareira das revoluções do século seguinte.

Para ele o político

“(…) tem a sua origem unicamente num pacto ou convenção, e no **consentimento mútuo** daqueles que constituem a sociedade”¹⁹.

Eis um dos trechos fundamentais para a história da cidadania moderna.

A “Gloriosa Revolução” iria, em parte, realizar o que Locke defendeu. A destituição de Jaime II, em 1688, representou o fim do absolutismo e a criação da primeira monarquia constitucional da história. Baseada numa **solução de compromisso**, depois das tumultuosas décadas anteriores, a Inglaterra conheceria doravante

“(…) a estabilidade política sob a nova direcção de uma classe burguesa que toma para si o poder estatal (…)”²⁰.

¹⁶ Cf. *Leviathan*, I, 13 e 14 e II, 17 e 18 para uma leitura das teses fundamentais do pensamento hobbesiano nesta matéria.

¹⁷ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 129.

¹⁸ Cf. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, II, 6 e 8.

¹⁹ Locke, *op. cit.*, XV, 171. O bold é nosso.

²⁰ Marco Mondaini, *op. cit.*, p. 120.

Os 13 pontos da *Bill of Rights* de 1689²¹ expressam a solução de consenso encontrada pelos ingleses para limitar o poder absoluto do monarca assente na “(...) soberania parlamentar, monarquia limitada (...)”²².

Trata-se do corolário dos acontecimentos de quase cinco décadas tumultuosas e, acima de tudo, representa uma certa continuidade em relação a outros documentos políticos elaborados anteriormente, como os já citados *Magna Carta*, *Petição de Direitos* de 1628 ou o *Habeas Corpus Act* (1679)²³.

Mais do que uma revolução propriamente dita, uma vez que não conduziu à alteração radical de uma forma de governo por outra²⁴, a Revolução Inglesa, nas palavras de Viriato Soromenho-Marques

“(...) trata-se antes do termo do contrato entre o povo e o seu monarca (...)”²⁵.

Contudo, despertou uma centelha emancipatória e o seu rastilho propagou-se às colónias britânicas nos EUA que, no século seguinte, iriam acrescentar uma outra dimensão - nova, inédita e absolutamente radical - à palavra revolução.

²¹ Pode ser lida na tradução que V. Soromenho-Marques efectuou da mesma na obra *Direitos e Revolução*. Cf. pp. 90-92 da mesma.

²² Christopher Hill, *O Mundo de Ponta-Cabeça*, p. 31.

²³ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 89.

²⁴ A este respeito evocaremos Hannah Arendt quando abordarmos a revolução francesa.

²⁵ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 89.

2.3. A Revolução Americana de 1776: a emergência de um cívico “admirável mundo novo”

Momento ímpar na história do século XVIII, a Revolução Americana, que culminou na separação das treze colônias dos EUA da coroa inglesa, abre um novo capítulo no domínio da democracia e da luta pela liberdade.

Uma revolução que inicialmente não era para o ser²⁶ e que autonomizaria territórios povoados apenas 150 anos antes²⁷ por indivíduos que aportavam ao Novo Mundo buscando sobretudo tolerância religiosa para a sua profissão de fé e a melhoria das suas condições materiais de vida.

A questão fundamental que se deve colocar é a seguinte: como é que no espaço de cerca de 150 anos, um território para onde foram enviados elementos indesejáveis em solo britânico²⁸ produziu homens da estatura intelectual de um Thomas Jefferson, de um George Washington ou de um Benjamin Franklin, apenas para citar alguns dos *Founding Fathers*, e se constituiu numa experiência única no contexto político da história da humanidade?

A resposta à mesma deve-se a uma variação de comportamento da coroa britânica face às suas possessões coloniais em matéria de direitos e de liberdade. No século XVII, e também na primeira metade do século XVIII, com a Inglaterra envolvida nas disputas internas que levariam à deposição e exílio de Jaime II em 1689, as colônias americanas vivem sob um clima de quase total liberdade.

²⁶ Num panfleto intitulado *A Summary View of the Rights of British America*, Thomas Jefferson apela à justiça do monarca britânico para com os seus súbditos nas colônias americanas. O hiato que medeia entre esta petição, escrita em Julho de 1774, e a *Declaração da Independência*, adoptada a 4 de Julho de 1776, é de apenas dois anos. A gestação revolucionária em solo americano, personificada em Jefferson, consumou-se de forma breve. Cf. V. Soromenho-Marques, “Cidadania no Novo Mundo – Thomas Jefferson e a Revolução Americana” in *A Era da Cidadania*, p. 168.

²⁷ Os primeiros colonos desembarcaram definitivamente em solo americano apenas em 1620. Até então a coroa inglesa nunca tivera um plano bem definido para a colonização do território norte-americano. Para uma antevisão do processo de formação do território americano, veja-se o breve, mas excelente, ensaio de Leandro Karnal, *Estados Unidos – A Formação da Nação* e também a obra de Daniel J. Boorstin, *Os Americanos – A Experiência Colonial*.

²⁸ Leandro Karnal, *op. cit.*, pp. 35-36.

Como afirma Leandro Karnal:

“Tanto para os colonos do Massachusetts como para os colonos da Virgínia, a tradição de liberdade foi reforçada ao longo de todo o século XVII pela quase ausência total da Inglaterra”²⁹.

Sem a supervisão e a “tutoria” das autoridades britânicas, o processo de “crescimento” da identidade das colónias foi feito quase de forma autónoma. Ainda antes da independência, as colónias americanas edificaram a concretização da liberdade em vários domínios: do religioso³⁰ à liberdade de comércio³¹.

Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, registou-se uma mudança de atitude da coroa britânica face às possessões americanas. Fruto principalmente de dois motivos:

- 1) Dos encargos gerados para a Inglaterra pela sua participação na *French and Indian War*³²;
- 2) Das exigências económicas suscitadas pela Revolução Industrial que estava a dar os seus primeiros passos em solo britânico³³.

A alteração de comportamento traduz-se num conjunto de medidas políticas, inicialmente de carácter económico³⁴, que limitam a soberania económica das colónias americanas suscitando uma onda de descontentamento cada vez maior dos súbditos contra a coroa britânica e a afirmação de um sentimento de identidade nacional que culminaria na independência.

No período crítico de 1763 a 1776, a insurgência dos colonos e o completo autismo da Inglaterra face aos interesses e direitos norte-americanos culminaria em diversas petições e na eclosão de conflitos armados no início da década de 1770.

Que direitos reivindicavam os súbditos americanos a Jorge III, monarca inglês?

²⁹ Leandro Karnal, “Revolução Americana – Estados Unidos, Liberdade e Democracia” in Jaime e Carla Pinsky (Org.), *História da Cidadania*, p. 138.

³⁰ A este respeito leia-se a primeira parte da obra citada de Boorstin.

³¹ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 138.

³² Conflito que opôs britânicos e franceses entre 1754 e 1763 em solo norte-americano.

³³ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 138.

³⁴ Entre elas encontram-se os *Navigation Acts*, *Writs of Assistance* ou o *Stamp Act*. Todas elas limitavam a liberdade dos colonos americanos face à colonização britânica. Com o decorrer da década de 1760 e início da de 1770, as imposições britânicas fizeram recrudescer a tolerância dos colonos americanos face à metrópole. Para uma descrição mais detalhada destas medidas, cf. V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 167.

Em primeiro lugar, o mesmo **grau de igualdade** que possuíam todos os outros súbditos da coroa britânica. Os colonos insurgem-se contra a prepotência manifestada pela metrópole na sucessão das medidas adoptadas entre 1763 e 1774 e a **ausência de representantes** no Parlamento de Londres³⁵. Segundo o que foi expressado no *Segundo Congresso Continental de Filadélfia*, em 1774, o que estava em causa era nada mais nada menos que a **violação dos direitos básicos da liberdade**³⁶.

É através desta mesma liberdade, gravemente usurpada pela intolerância britânica, que as treze colónias irão forjar o sentimento de identidade para a construção de uma nova nação. Ela irá ser o denominador que agregará as colónias americanas na constituição dos independentes Estados Unidos da América.

Segundo Karnal,

“Só a construção de um determinado conceito de liberdade poderia unir fazendeiros escravocratas da Virgínia, comerciantes e manufactureiros da Nova Inglaterra, puritanos de Boston, católicos do Maryland, quacres da Pensilvânia, moradores de cidades como Nova York e muitos alemães das colónias centrais. A liberdade passou a ser constituída como factor de integração nacional e de invenção de um novo Estado”³⁷.

É ela que vai inspirar a luta de homens como Jefferson, Washington e Franklin ou as ardentes elocuções de Thomas Paine nos seus escritos panfletários e que conduzirá, por exemplo, George Mason, político da Virgínia, a exultar em 1776, na *Declaração de Direitos da Virgínia*³⁸

“Que todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes, e têm certos direitos que lhe são inerentes (...)”³⁹.

No entanto, o que a posteridade histórica registaria não seria este, mas sim um outro documento ratificado semanas mais tarde pelo Congresso. A *Declaração da Independência dos Estados Unidos da América*, fruto do génio literário e filosófico ímpar de Thomas Jefferson, consagra, a 4 de Julho de 1776, uma janela descerrando um novo mundo na luta pelos direitos de cidadania e da conquista da liberdade:

³⁵ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 166.

³⁶ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 138

³⁷ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 141.

³⁸ Adoptada a 12 de Junho de 1776 e precede a *Declaração de Independência*.

³⁹ Ponto 1 da *Declaração de Direitos da Virgínia* (1776). Tradução de Viriato Soromenho-Marques em *Direitos Humanos e Revolução*, p. 93.

“Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo [...]”⁴⁰.

Para os *Founding Fathers*, em 1776, não se tratava já apenas da separação da coroa inglesa.

Como afirma Leandro Karnal,

“Não havia apenas uma luta para enfrentar, havia uma memória e uma identidade a construir”⁴¹.

Os ditames intelectuais dessa identidade expressa no texto da *Declaração* assentam no conteúdo da *Bill of Rights* inglesa de 1688, mas ecoam, sobretudo, fiel e profundamente, a herança de John Locke⁴², exaustivamente lido nas universidades norte-americanas e os princípios fundamentais do *Segundo Tratado sobre o Governo Civil: o governo como um acto de consentimento pela vontade do povo, os direitos naturais inalienáveis, um governo criado para preservar os direitos naturais dos indivíduos e o direito a depor um governo que atentasse contra os direitos fundamentais*.

Subscrevemos inteiramente esta afirmação de Karnal:

“Raras vezes na história um autor teve uma influência tão clara em um texto elaborado em outro país”⁴³.

A constituição da identidade norte-americana na pós-independência tem, quanto a nós, o seu marco de referência no modo como se procedeu à construção da arquitectónica institucional da democracia nos Estados Unidos nos anos subsequentes à revolução. Reconhecida a independência por parte da Inglaterra, em 1783 através do *Tratado de*

⁴⁰“We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness. — That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, — That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it (...)”. *Declaration of Independence*.

⁴¹ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 138.

⁴² Não sendo a única influência, é, pelo menos, a mais notória e directa. Herbert Aptheker, autor de *American Revolution 1763-1783*, identifica, entre outros, Beccaria, Burlamaqui, Puffendorf, Voltaire e Diderot. Cf. Karnal, *op. cit.*, p. 154, nota 17.

⁴³ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 141.

Paris, urgia agora criar e consolidar a sustentabilidade das estruturas políticas americanas de forma a harmonizar a convivência entre os treze Estados.

Envolto na atmosfera e no espírito das ideias iluministas, melhor dizendo, **concretizando** o desígnio das Luzes, o debate político que se gerou nesses anos e que levou à ratificação da *Constituição* na Convenção de Filadélfia, em 1787, dos quais os *Federalist Papers* de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay nos dão conta, constitui um edificante exemplo de maturidade cívica e política dos norte-americanos, raras vezes ao alcance na história dos povos.

Os vestígios coloniais haviam sido removidos na sua totalidade: a *Constituição Americana* de 1787 inicia-se com “We, the People of United States”. Ainda que quando elaborou o pequeno opusculo *Resposta à pergunta: Que é o iluminismo?* (1784), Kant não tivesse como destinatário directo o povo norte-americano pode não ser de todo injustificado afirmar que os debates em torno da aprovação da *Constituição* norte-americana representam uma conquista e um amadurecimento do homem no sentido da sua emergência da menoridade política.

Mas a arquitectónica democrática não se quedou por aqui. Como forma de preservar a garantia das liberdades individuais, e em adenda à *Constituição*, os Estados aprovaram, em Dezembro de 1791, os dez aditamentos constitucionais da *Declaração de Direitos e Garantias da Constituição Federal Norte-Americana* que, entre outros, consagrava a liberdade de petição, a liberdade de expressão, a necessidade de julgamentos com júri e a proibição de torturas e penas cruéis.

Para além de aniquilar qualquer precedência da experiência colonial inglesa, tratava-se de garantir a **proeminência do indivíduo sobre o Estado**, contra o qual já autores como Thomas Paine, em *Common Sense*, haviam manifestado a sua inteira desconfiança.

De forma loquaz, Paine, o publicista por natureza da Revolução Americana e que ainda antes da *Declaração da Independência* já se mostrava a favor de uma ruptura com o jugo britânico, declara em relação ao Estado, distinguindo-o da sociedade:

“A sociedade é produzida pelas nossas necessidades e o Governo pela nossa maldade; a primeira promove a nossa felicidade positivamente unificando os nossos afectos, o último negativamente restringindo os nossos vícios. Uma encoraja as relações, o outro cria distinções”⁴⁴.

De vocação universal e emancipatória da humanidade⁴⁵,

“(…) os Estados Unidos da América tinham criado a mais ampla possibilidade democrática do planeta na época da sua independência. Poderes equilibrados como desejava Montesquieu, presidentes eleitos regularmente, uma Constituição escrita com princípios de liberdade muito sólidos e reforçada pelas emendas da *Bill of Rights*”⁴⁶.

Motivo de admiração e curiosidade por parte de europeus como o francês Alexis de Tocqueville (1809-1854), autor do monumental *Da Democracia na América* (1835-40) e partidário do liberalismo inglês que verificou de perto o sistema democrático americano em 1831 e 1832, referia-se nestes termos à realidade dos EUA:

“A América apresenta, em suma, na sua situação actual, o mais estranho fenómeno: os homens surgem nela mais iguais pela sua fortuna pela sua inteligência (...), do que em qualquer outro país do mundo, ou em qualquer século da história que nos seja conhecida”⁴⁷.

Apesar de que nos EUA, seguindo Tocqueville

“(…) todos amam, com um amor eterno, a igualdade (...)”⁴⁸,

no contexto de uma cidadania de matriz liberal⁴⁹ como a que inspirou a democracia americana, essa igualdade não foi efectivamente extensível a todos.

Além de pactuar com uma realidade que, sob o olhar retrospectivo de um observador do século XXI, prima pela repugnância moral como é o caso da escravatura⁵⁰, a

⁴⁴ Tradução de V. Soromenho-Marques em “Cidadania no Novo Mundo – Thomas Jefferson e a Revolução Americana” in *A Era da Cidadania*, p. 176.

⁴⁵ John Adams, segundo Presidente dos EUA, ao falar sobre a experiência norte-americana, considera-a nestes termos: “Eu sempre considerei a colonização da América com grande reverência e admiração, como a abertura de uma grande vista e desígnio da Providência para o esclarecimento e emancipação da parte ignorante e escravizada da humanidade em toda a Terra”. Cf. V. Soromenho-Marques, *A Revolução Federal – Filosofia política e debate constitucional na fundação dos E.U.A.*, p. 12. Tradução do autor.

⁴⁶ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 143.

⁴⁷ Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, p. 92.

⁴⁸ Alexis de Tocqueville, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁹ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 144.

⁵⁰ Que só seria abolida definitivamente nos EUA com o fim da Guerra de Secessão, em 1865.

democracia americana não conferia, à época, o direito de voto às mulheres e aos indivíduos pobres de raça branca⁵¹.

Os direitos de cidadania e de liberdade também não seriam aplicados às populações indígenas, eles sim os nativos originais do território norte-americano. Com o decorrer das décadas do século XIX centenas de milhares de nativos foram expulsos dos seus territórios ocupados desde tempos imemoriais, brutalmente dizimados e encarcerados em reservas, fruto da expansão da população americana para Oeste sedenta de novos territórios e inebriada pela ideia e missão de um Destino Manifesto expresso por Andrew Jackson (1767-1845), sétimo Presidente dos EUA, como uma aurora de grandeza e conquista.

Uma última palavra cabe à comunidade afroamericana que, mesmo após a abolição da escravidão e sobretudo no sul dos Estados Unidos, teve de perseverar e suportar arduamente décadas e décadas de injustiça social e de um odioso sistema de segregação racial, reclamando para si uma igualdade consagrada na *Constituição* que só lhe foi conferida, de facto, após uma longa luta levada a cabo pelo Movimento dos Direitos Cívicos durante as décadas de 1950 e 1960 do século XX, liderada pelo sonho de Martin Luther King Jr. e que teria o seu culminar no *Civil Rights Act* de 1964.

Não obstante as contradições imputáveis à experiência democrática americana nos seus dois séculos de existência, e das quais devemos isentar os *Founding Fathers* por uma questão de honestidade intelectual e histórica, o eco da liberdade, dos direitos naturais e da soberania popular americanas atravessaria o oceano Atlântico poucos anos depois de 1776.

O palco seria a França, aliada dos EUA na Guerra da Independência contra a Inglaterra. Artífices do país das Luzes, os franceses conduzirão a experiência da Revolução por caminhos mais radicais e tortuosos que os americanos e, nem sempre, de todo consensuais na influência que legou à posteridade.

⁵¹ Leandro Karnal, *op. cit.*, p. 143. O direito de voto independentemente da sua raça, cor, condição social só foi garantido com a 15ª *Emenda Constitucional* em 1870. O Estado do Wyoming foi o pioneiro do voto feminino nos EUA, em 1869. Tardariam cinquenta anos, até 1920, até que o voto feminino fosse alargado a todos os EUA pela 19ª *Emenda Constitucional*.

2.4. A Revolução Francesa de 1789: a “Mãe” de todas as Revoluções

Mais do que qualquer outra data na história moderna, somos ainda herdeiros dos acontecimentos ocorridos no dia 14 de Julho de 1789⁵², data em que a Bastilha foi tomada, dando início à Revolução Francesa.

Inspirados pela Revolução Americana uma década antes, os franceses impuseram um fim às políticas absolutistas de Luís XVI e elevaram os princípios proclamados por Rousseau de **liberdade, igualdade e fraternidade** a uma nova narrativa: a narrativa dos **Direitos do Homem**.

Contudo, a Revolução Francesa não se esgota nessa narrativa. Há mais do que isso em jogo. Apesar não ser absolutamente claro para os mentores dos acontecimentos em França, o conceito de revolução remete-nos para a criação de um momento inicial no decurso histórico da modernidade.

Reside aí a especificidade que o demarca de outras revoltas e rebeliões anteriores e posteriores, especificidade da qual se apercebeu brilhantemente Hannah Arendt:

“O conceito moderno de revolução inextricavelmente ligado à noção de que o curso da história começa de novo, de que uma história totalmente nova, uma história nunca antes conhecida ou narrada, está para se desenrolar era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII”⁵³.

Reafirma Arendt que

“É crucial, portanto, para a compreensão das revoluções da Idade Moderna, que a ideia de liberdade e a experiência de um novo começo sejam coincidentes”⁵⁴.

Coincide também a atmosfera intelectual com o momento histórico. O século XVIII vê nascer o Iluminismo como projecto de total emancipação de uma humanidade liberta dos dogmas religiosos sob o auspício do progresso científico e industrial (a terceira

⁵² Embora seja esta a data simbólica consagrada pela historiografia para o início da Revolução Francesa não podemos aqui deixar de evocar Immanuel Kant, que identifica o momento decisivo da Revolução com a transformação dos Estados Gerais em Assembleia Nacional, a 20 de Junho de 1789, e não com a tomada da Bastilha, ocorrida a 14 de Julho do mesmo ano. Cf. V. Soromenho-Marques, *Razão e Progresso na Filosofia de Kant*, pp. 490-491.

⁵³ “The modern concept of revolution, inextricably bound up with the notion that the course of history suddenly begins anew, that an entirely new story, a story never known or told before, is about to unfold, was unknown prior to the two great revolutions at the end of the eighteenth century”. Hannah Arendt, *On Revolution*, p. 18.

⁵⁴ “Crucial, then, to any understanding of revolutions in the modern age is that the idea of freedom and experience of a new beginning should coincide” Hannah Arendt, *op. cit.*, p. 19.

grande revolução seria precisamente a Revolução Industrial) numa sociedade mais culta, mais alfabetizada, mais justa e aspirando à felicidade como meta colectiva.

Homens ilustres como Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783), Rousseau (1712-1778), Helvetius (1715-1771), citando apenas os mais importantes, apesar de não testemunharem pessoalmente a Revolução, forjam, mediante o fruto do seu labor intelectual e das ideias que promovem, o projecto do **homem novo**.

O perfil do homem novo não se coaduna já com o súbdito de uma França onde o absolutismo foi elevado ao expoente máximo com Luís XIV (1638-1715), mas sim o **cidadão da liberdade e dos direitos naturais**, da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

É também no século XVIII, mais precisamente a partir da década 1760, que a expressão direitos do homem faz a sua entrada em cena no mundo intelectual francês⁵⁵ com direito a ser tema de debate.

Em 1764, o jurista italiano Cesare Beccaria (1738-1794) faz publicar a obra *Dos delitos e das penas*, onde se insurge contra a pena de morte, a crueldade das torturas utilizadas para obter confissões de culpa⁵⁶ e as prisões arbitrárias. Beccaria encontra eco e as suas ideias passam a ser discutidas e debatidas nos grandes círculos intelectuais europeus. Voltaire, principalmente, encarregar-se-á em França de brandir a sua pena pela abolição da tortura, principalmente a partir do caso Calas em 1762⁵⁷.

Consideremos agora outra ordem de razões que tiveram influência no desfecho dos acontecimentos de 1789, ou seja, o lado social da revolução.

O Antigo Regime prevalecia em França há mais de 500 anos e a sociedade encontrava-se tradicionalmente em três ordens sociais: clero, nobreza e povo com a monarquia absolutista no topo da pirâmide social.

⁵⁵ Para se conhecer melhor esta temática, consulte-se a obra escrita em 2007 por Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos – Uma História*, pp. 20-21 e ss.

⁵⁶ Este aspecto já havia sido criticado por Montesquieu em *O Espírito das Leis*, em 1748. Cf. Hunt, *op. cit.*, p. 29.

⁵⁷ Lynn Hunt, *op. cit.*, p. 73. Para uma descrição do caso Calas, consulte-se Hunt, *op. cit.*, p. 70 e ss.

Nas palavras de um dos maiores historiadores sobre a Revolução Francesa, Albert Soboul:

“No final do século XVIII, a estrutura social da França permanecia essencialmente aristocrática: conservava o carácter da sua ordem, da época em que a terra constituía a única forma de riqueza social e conferia àqueles que a possuíam poder sobre os que a cultivavam”⁵⁸.

Para além da sujeição que era imposta aos camponeses através dos direitos senhoriais⁵⁹, a burguesia, à semelhança do que se passava em Inglaterra, era uma classe em franca e notória ascensão e

“(...) estava à cabeça das finanças, do comércio, da indústria e fornecia à monarquia os quadros administrativos, assim como os recursos necessários à marcha do Estado”⁶⁰.

A sua importância no decorrer da revolução será vital. Em detrimento de uma aristocracia que permanecia arredada dos destinos da governação, e gozando os seus privilégios em futilidades palacianas no séquito de Luís XVI, em Versalhes, com encargos pesados e onerosos para as finanças francesas, a burguesia afirmava-se em consonância com os ideais de progresso das Luzes, criava uma clara consciência de classe e era objecto de admiração por parte das classes populares, pobres e iletradas⁶¹.

O luxo da corte de Luís XVI e a participação na Guerra dos Sete Anos tinham depauperado terrivelmente as finanças do Estado francês e o descontentamento intensificou-se ao longo dos anos anteriores à revolução. Já em 1787, o monarca convocara o clero e a nobreza para propor um aumento de impostos no sentido de resolver a crise financeira francesa, aumento esse recusado pela Assembleia dos Notáveis, o que forçou Luís XVI a convocar os Estados Gerais pela primeira vez em 175 anos⁶².

Iniciados a 5 de Maio de 1789, os Estados Gerais aglomeram as diversas classes sociais que exigem uma reforma do Estado e a supressão de muitos dos privilégios

⁵⁸ Albert Soboul, *Revolução Francesa*, p. 8

⁵⁹ Soboul, *op.cit.*, p. 8.

⁶⁰ Soboul, *op.cit.*, p. 9.

⁶¹ Soboul, *op. cit.*, p. 9.

⁶² A sugestão da convocação dos Estados Gerais foi feita por Jacques Necker, Ministro das Finanças de Luís XVI.

monárquicos através dos *cahiers de dolences*. Luís XVI, avesso a qualquer mudança, afirma que o motivo da reunião é apenas a votação do orçamento do Estado⁶³.

Ainda não politizadas, as massas populares ganham protagonismo como Terceiro Estado. Já em Janeiro de 1789, o Abade de Sieyès, no seu panfleto intitulado *O que é o Terceiro Estado?*, colocava nestes termos a questão que seria o manifesto da revolução:

“O plano deste escrito é muito simples. Temos três questões a colocar. 1º - O que é o Terceiro Estado? – TUDO; 2º - O que é ele foi até ao presente na ordem política? NADA; 3º - O que é que ele pede? SER ALGUMA COISA”⁶⁴.

Tal como afirma Soboul,

“O ódio à aristocracia, a oposição irredutível aos «grandes» e aos ricos foram os fermentos da unidade das massas laboriosas”⁶⁵.

Enquanto os deputados do clero, da nobreza e do povo não se conseguiam entender quanto ao sistema de voto e o Terceiro Estado, por sugestão do famigerado Sieyès, se transforma em Assembleia Constituinte, a cidade de Paris é tomada de assalto por tumultos generalizados, mercê da miséria e da fome reinantes entre os mais desfavorecidos. Daí à tomada da Bastilha, a 14 de Julho, foi um pequeno passo que constituiu o início do fervor revolucionário.

Como afirma Nilo Odalia,

“É o momento em que a população faminta e miserável busca tomar em suas mãos o poder político, impondo novas regras e normas legais, que traduziam as suas esperanças de criação de um novo Estado”⁶⁶.

Pouco depois, a 26 de Agosto de 1789, surge o legado fundamental que a Revolução Francesa deixou à humanidade: a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. À semelhança do que aconteceu nos Estados Unidos, com a *Declaração da Independência* de 1776, também este texto jurídico, que teve a sua elaboração por parte de

⁶³ Nilo Odalia, “Revolução Francesa – A Liberdade como meta colectiva” in Jaime e Carla Pinsky (Org.), *História da Cidadania*, p. 165.

⁶⁴ “Le plan de cet écrit est assez simple. Nous avons trois questions à nous faire. 1º Qu’est-ce que le Tiers état? — TOUT. 2º Qu’a-t-il été jusqu’à présent dans l’ordre politique? — RIEN. 3º Que demande-t-il? — À ÊTRE QUELQUE CHOSE”. E. J. Sieyes, *Qu’est-ce que le Tiers état?*, p. 1.

⁶⁵ Soboul, *op. cit.*, p. 22.

⁶⁶ Nilo Odalia, *op. cit.*, p. 165.

personalidades tão insignes como Sieyès, La Fayette ou Mirabeau⁶⁷, anunciava no seu *Artigo Primeiro* que

“Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais apenas podem ser fundadas sobre a utilidade comum”⁶⁸.

A **vocação universal**⁶⁹ das ideias iluministas ganhava assim direito de permanência na história como expressão consagrada juridicamente e eleva-se a um altar supremo no imaginário dos que lutaram pelos direitos do homem e pela democracia. Em nome deste *Artigo Primeiro*, o século XIX será varrido por diversas rebeliões e revoluções no continente europeu e no continente americano, todas elas inspiradas na Revolução de 1789.

O período revolucionário em França conheceria vários episódios e sofreria várias metamorfoses: sob uma frágil monarquia constitucional, articulada em premissas liberais, em que Luís XVI é obrigado a juramentar a nova *Constituição* (14 de Setembro de 1791) até à sua execução a 21 de Janeiro de 1793, passando pelas atrocidades cometidas durante o Terror liderado por Robespierre no período da Convenção (1792-1795).

Acossada pelo perigo de invasões contra-revolucionárias de países estrangeiros numa tentativa de restaurar o absolutismo real, agitada por uma larga franja da população em desordem que, além de liberdade e direitos, exigia pão⁷⁰ e por uma aplicação demasiado literal dos princípios de Rousseau por parte de Robespierre⁷¹ no período de 1793-1794, a Revolução não cumpriria por completo os desígnios na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

No que diz respeito ao exercício cívico, à semelhança do que passou em Inglaterra e nos EUA, também em França, com a promulgação da *Constituição* de 1791, a participação na vida política circunscreviam-se aos **cidadãos que pagavam impostos ou possuíam**

⁶⁷ V. Soromenho-Marques, *Direitos humanos e Revolução*, p. 101.

⁶⁸ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 102.

⁶⁹ Lynn Hunt, *op. cit.*, p. 14.

⁷⁰ A este respeito não podemos deixar de recordar o que Thomas Jefferson, durante a sua estadia em Paris como embaixador dos EUA em França, de 1784 a 1789, afirmou. Citado por Hannah Arendt em *On Revolution*, o Pai Fundador da Revolução Americana retracta a sociedade francesa desta forma: “De vinte milhões de pessoas (...) existem dezanove milhões que são mais miseráveis, mais desgraçados em todas as circunstâncias da existência humana do que o indivíduo mais manifestamente miserável de todos os Estados Unidos”. Cf. Arendt, *op. cit.*, p. 57.

⁷¹ H. Arendt, *op. cit.*, p. 66.

terras. Os franceses foram divididos em **cidadãos activos e passivos**, estando estes últimos impedidos de participarem na esfera pública e nos assuntos do Estado.

Apesar de vilipendiada por conservadores⁷², e mesmo não cumprindo por inteiro as expectativas que por ela foram geradas em matéria de cidadania, a Revolução Francesa foi registada para a posteridade histórica como o ideal de revolução e da luta dos povos pela liberdade e pela emancipação política.

Mais do que a própria Revolução Americana, esta sim que se constituiu num verdadeiro exercício e exemplo de maturidade democrática transmitida ao mundo, são os acontecimentos de 1789 que nos acorrem mais facilmente à memória quando falamos de revolução. Foi com ela que, definitivamente, o feudalismo foi encerrado e o capitalismo emergiu, acelerando o desenvolvimento da modernidade de forma irreversível e com as consequências ambientais que conhecemos hoje.

A sua herança em termos ideais permaneceu. A *Declaração Universal dos Direitos do Homem* de 1948 é a filha dilecta da *Declaração* de 1789. E, não obstante as atrocidades cometidas nos anos que se lhe seguiram, permanece também aquela que, em nosso entender, constitui a sua fundamental lição no que diz respeito às tarefas da cidadania e que tem implicações na época contemporânea: a de que a cidadania é um processo de **construção permanente** que se encontra, mesmo no nosso complexo início de século XXI, muito longe de ter esgotado inteiramente as suas possibilidades.

Como nos lembra acertadamente Nilo Odalia:

“Quando falamos, escrevemos ou pensamos sobre a cidadania, jamais podemos olvidar que ela é uma lenta construção que se vem fazendo a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana e Francesa (...)”⁷³

Chegados ao final desta breve exposição histórica do conceito de cidadania, meditemos precisamente nesse aspecto nem sempre recordado: de que a história da cidadania sempre foi caracterizada por um processo de lenta e permanente construção.

Iremos ver, em capítulos subsequentes da nossa investigação, como a emergência da crise ambiental global poderá representar um novo enfoque que poderá enriquecer o

⁷² Edmund Burke, autor de *Reflections on the Revolution in France* (1790), diria: “Não somos os convertidos por Rousseau”. A resposta não se faria esperar por parte de Thomas Paine que, em *The Rights of Man* (1791), polemizaria de forma contundente contra Burke. Cf. Lynn Hunt, *op. cit.*, p. 15.

⁷³ Nilo Odalia, *op. cit.*, p. 168.

conceito de cidadania que herdámos das três grandes revoluções da modernidade e que, por esse motivo, partilha com elas um certo grau de afinidade.

Antes disso, porém, pretendemos dar conta dos novos desafios que se impõem à cidadania neste século, desafios esses que não se apresentaram aos grandes actores dos palcos revolucionários dos idos de 1776 e 1789.

Capítulo 3 – Cidadania na Contemporaneidade: de T.H. Marshall à Participação 2.0 na Era da Informação - Um olhar panorâmico

3.1. T. H. Marshall e o regresso da cidadania ao debate político contemporâneo

Ausente durante várias décadas do horizonte académico, o tema da cidadania constitui actualmente um **tópico profícuo da reflexão política contemporânea**. Nas próximas páginas, pretendemos fornecer uma panorâmica das questões mais importantes que marcam o debate sobre a cidadania no final do século XX e no início do século XXI.

Foi na década de 1990 que o debate em torno da cidadania ganhou novo alento tanto no campo da teoria social como da ciência política¹. O redespertar do interesse em torno do estudo da cidadania e dos subtemas que lhe estão associados foi suscitado, sobretudo, devido à ocorrência de acontecimentos fracturantes tanto social como politicamente nas últimas décadas.

Entre eles, de acordo com Will Kymlicka e Wayne Norman, autores de um dos mais interessantes artigos académicos sobre o tema da cidadania das duas últimas décadas, registamos os principais acontecimentos:

- 1) O colapso do Estado-providência durante o governo de Margaret Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990;
- 2) O ressurgimento dos movimentos nacionalistas na Europa de Leste, ocorridos nomeadamente após o colapso e o desmembramento da União Soviética (1991);
- 3) As questões suscitadas por temas tão complexos como o fenómeno da multiculturalidade e os fluxos migratórios surgidos com o advento da globalização económica das duas últimas décadas².

Por seu lado, Bryan Turner, outro dos principais autores contemporâneos das questões ligadas à cidadania, aduz um outro motivo para o ressurgir do interesse no conceito: os progressos das biociências, nomeadamente, os desenvolvimentos da engenharia

¹ Kymlicka and Norman, “The Return of the Citizen” (1994), p. 352.

² Kymlicka and Norman, *op .cit.*, p. 352.

genética³ que representam uma das questões fundamentais da esfera política das sociedades contemporâneas.

Em resumo, e seguindo aqui o artigo de Turner, podemos afirmar que o redespertar da cidadania se deve fundamentalmente a dois factores:

- À **inoperância do Estado-nação** face às múltiplas mudanças introduzidas nas três últimas décadas pelo processo de globalização económica que acarreta uma perda de parte da sua soberania;
- Uma distribuição de recursos económicos, sociais, materiais e naturais que continua a ser marcada por um nível cada vez maior de **desigualdade** entre classes, regiões e hemisférios a nível global⁴.

Não obstante a relevância contemporânea que constituem os temas supramencionados para o debate académico sobre a cidadania, o texto que inaugurou o mesmo é um ensaio redigido após a Segunda Guerra Mundial pelo sociólogo britânico, T.H. Marshall (1883-1981), intitulado “Citizenship and Social Class”.

Embora tenha sido escrito em 1950, só a partir da década de 1980 é que se tornou alvo de maior debate por parte do mundo académico, nomeadamente por autores que contestam e se posicionam contra o enquadramento teórico do desenvolvimento histórico da cidadania construído por Marshall no seu texto clássico⁵.

Por se tratar de um “fresco” numa época em que o tema da cidadania não despertava grande interesse no seio da comunidade intelectual e, não obstante as limitações que lhe apontam os seus críticos e as quais subscrevemos, pelo facto do seu conteúdo assumir uma certa importância quando abordarmos a construção teórica do conceito de cidadania ambiental, o texto de Marshall merece toda a nossa atenção.

³ Turner, “Contemporary Problems in the Theory of Citizenship” (1993), p. 1. Para uma visão de conjunto sobre os desafios colocados à reflexão sobre a cidadania na contemporaneidade tanto o artigo de Turner como o de Kymlicka e Norman citado na nota anterior constituem uma boa introdução que poderá ser complementada com a leitura dos capítulos 7 a 12 da segunda parte do *Manual de Filosofia Política* (2013), organizado por João Cardoso Rosas e pelo estudo de Gerard Delanty, *Citizenship in a Global Age* (2002).

⁴ Turner, *op. cit.*, p. 2.

⁵ Entre outros devemos citar Bryan Turner no seu artigo “Outline of a Theory of Citizenship”, Anthony M. Rees em “T. H. Marshall and the progress of citizenship” ou Anthony Giddens em “T.H. Marshall, the State and Democracy”. Estes dois últimos artigos encontram-se na colectânea de textos dedicada a Marshall em 1996 intitulada *Citizenship Today: the contemporary relevance of T.H. Marshall*.

Sigamos então mais de perto os seus argumentos no que concerne ao desenvolvimento da cidadania. Marshall pretende dividir a cidadania em três elementos de acordo com a sua ocorrência histórica: **cívica, política e social**.

O **elemento civil** é composto pelos elementos necessários à **liberdade individual**: liberdade da pessoa, liberdade de expressão, de pensamento e religiosa, direito à propriedade e direito à justiça.

Pelo **elemento político**, Marshall entende o direito do indivíduo de **participar no exercício do poder político** como membro de um corpo político – parlamento ou cargos de administração pública - e também o direito de voto.

Por último, o **elemento social**, designa o direito à segurança social e o direito a participar dos benefícios de uma sociedade civilizada e viver de acordo com os padrões instituídos nesta – ou seja, **poder beneficiar de um sistema educacional e de serviços de segurança social**⁶.

O objectivo de Marshall é, principalmente, traçar o desenvolvimento histórico da cidadania em Inglaterra no fim do século XIX. Segundo ele, o elemento civil da cidadania foi o primeiro a surgir, tendo-se seguido o elemento político, consagrando-se apenas como princípio universal de cidadania a partir de 1918⁷.

Os direitos sociais, como definidos acima por Marshall, estão ausentes no século XVIII e na primeira metade do século XIX. O desenvolvimento da instrução pública básica fê-los surgir, mas só no século XX é que o elemento social foi colocado no mesmo patamar que os elementos cívico e político⁸.

Considerado obviamente uma referência incontornável para quem se dedica ao estudo do tema da cidadania precisamente por ter sido Marshall o primeiro autor a imprimir alguma renovação no debate sobre o tema nas últimas décadas, não obstante “Citizenship and Social Class” foi, como já ressalvámos, alvo de bastante polémica e de diversas críticas, nomeadamente a partir do momento em que a cidadania ganhou estatuto de renovado interesse académico.

⁶ Marshall, “Citizenship and Social Class”, p. 149. Seguimos aqui a edição do texto publicada em *Inequality and Society*, editada por Jeff Manza e Michael Sauder, em 2009.

⁷ Marshall, *op. cit.*, p. 149.

⁸ Marshall, *op. cit.*, p. 149

O já citado Bryan Turner, por exemplo, afirma que Marshall, além de apresentar o desenvolvimento da cidadania como um processo evolutivo e irreversível, aplica a sua teoria, confinável apenas à história britânica, a toda a sociedade ocidental⁹.

Referindo-se à elaboração efectuada por Marshall, Turner afirma que ele nunca forneceu uma explicação causal sobre como a cidadania é ampliada, limitando-se apenas a elaborar uma descrição histórica da evolução social dos direitos em Inglaterra, nunca explicitando, contudo, o papel que as classes sociais, os novos movimentos sociais ou os conflitos sociais desempenharam nesse processo. O seu modelo, sustenta Turner, sugere uma evolução gradual e pacífica da cidadania ao longo dos últimos três séculos¹⁰.

A mesma linha de argumentação segue Anthony Giddens, um dos mais destacados sociólogos contemporâneos, que acusa o autor de “Citizenship and Social Class” de menosprezar o papel que os conflitos sociais dos séculos precedentes detiveram na conquista dos direitos de cidadania, dado que estes foram obtidos, como o faz notar e bem Giddens, através de lutas sociais¹¹.

Também Anthony M. Rees não deixa de evidenciar, sobretudo, o **anglocentrismo** da teoria desenvolvida por Marshall. Aplicada à história britânica, o desenvolvimento histórico da cidadania traçado em “Citizenship and Social Class” enquadra-se de forma coerente na narrativa formulada por Marshall, mas o mesmo não acontece quando aplicado à forma como os elementos que a constituem foram conquistados noutros países europeus. Na Alemanha, por exemplo, como afirma Rees, os direitos sociais precederam os direitos políticos¹².

Pertencente a uma tradição liberal de cidadania, a concepção de Marshall ancora-se, sobretudo, a um modelo que enfatiza *grosso modo* a **perspectiva dos direitos** e que se contrapõe a outros modelos¹³ no debate contemporâneo sobre a cidadania.

⁹ Turner, “Outline of a Theory of Citizenship”, p. 192.

¹⁰ Turner, “Contemporary Problems in the Theory of Citizenship”, p. 8.

¹¹ Anthony M. Rees, “T. H. Marshall and the progress of citizenship”, p. 18.

¹² Anthony M. Rees, *op. cit.*, p. 14.

¹³ Por motivos de espaço não podemos aqui dar conta das diversas concepções de cidadania que emanam da teoria política contemporânea. Para esse efeito, recomendamos a obra de Gerard Delanty, pp. 7-49, onde o autor aborda detalhadamente o tema e também a obra citada de João Cardoso Rosas, capítulos 4, 5 e 6.

É o caso do **modelo comunitarista** de cidadania inaugurado com a distinção efectuada pelo sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies, entre comunidade e sociedade, na obra homónima de 1887¹⁴. Para Tönnies, a comunidade referia-se ao mundo tradicional e coeso, enquanto sociedade associa-se ao mundo fragmentado da modernidade com as suas estruturas racionalistas e individualizadas.

Tönnies lamentava a passagem de comunidade (o mundo rural e as aldeias) à sociedade (o mundo urbano), considerando que a comunidade dotava o ser humano de maiores recursos morais, dado que esta aponta para uma dimensão local, próxima e total, ao passo que a sociedade caracteriza-se por fragmentação, alienação e distância.

Em termos de cidadania, o comunitarismo resgata alguns elementos da concepção política de Aristóteles e da ideia renascentista de virtude¹⁵ e propõe a **comunidade** e não o indivíduo como **base e fundação da sociedade civil**, centrando a sua atenção mais nas questões da **participação pública** e na **identidade do indivíduo** do que na questão dos direitos, como é apanágio da posição liberal.

Para o comunitarismo, como sustenta Gerard Delanty¹⁶, a noção liberal de pertença a um grupo, nomeadamente a questão dos direitos, é demasiado formalista, negligenciando as dimensões de identidade e participação, os verdadeiros vínculos que unem os indivíduos a uma comunidade.

Contrariamente à posição de Marshall, no modelo comunitarista, a cidadania radica, sobretudo, na participação no indivíduo no seio da comunidade política e, conseqüentemente, num maior enfoque na esfera dos deveres do que na esfera dos direitos.

Veremos, já no próximo capítulo, como a influência do artigo de T.H. Marshall, bem como a contraposição entre direitos e deveres, continua a ser de todo primordial para a relação entre a cidadania e as questões ambientais e também para a construção de uma noção de cidadania ambiental ou ecológica.

De momento, porém, foquemos a nossa atenção num outro tema crucial da cidadania contemporânea que é a sua interacção com as novas ferramentas tecnológicas de

¹⁴ *Gemeinschaft und Gesellschaft* no original alemão.

¹⁵ Delanty, *op. cit.*, p. 23.

¹⁶ Delanty, "Communitarianism and Citizenship" in E. Isin and B. Turner (Eds.) *Handbook of Citizenship Studies*, p. 163.

informação e participação num mundo cada vez mais globalizado dependente da tecnologia.

3.2. Cidadania digital e ciberdemocracia: novas ferramentas de participação cívica no mundo global

3.2.1. Manuel Castells e *A Era da Informação*

A evolução das tecnologias de comunicação e informação produziu alterações em todas as esferas da sociedade contemporânea, sendo praticamente impossível conceber a existência humana sem escapar à sua influência.

Um dos conceitos que melhor retrata uma sociedade profundamente marcada pela tecnologia é o conceito de **sociedade em rede** formulado pelo sociólogo Manuel Castells na obra *A Era da Informação*¹⁷, em que analisa as alterações provocadas na sociedade contemporânea pela recente emergência das tecnologias de comunicação e informação.

Assim, segundo Castells,

“Uma revolução tecnológica, centrada nas tecnologias de informação, começou a remodelar, de forma acelerada, a base material da nossa sociedade”¹⁸.

Esta revolução que, de acordo com Castells, se difundiu num período de **reestruturação global do capitalismo**¹⁹, transformou o sistema económico, provocando a sua **interdependência global** e alterou também a natureza da relação entre Estado e sociedade, bem como dos próprios actores do sistema político, dependentes do nível de exposição que têm nos meios de comunicação de massas.

A emergência de redes interactivas de computadores ligados à internet além de ter implicações significativas na estrutura da identidade pessoal do ser humano, que se está a tornar a principal referência e fonte de sentido na nossa época histórica²⁰, produziu um impacto ainda mais amplo.

¹⁷ Seguimos a tradução portuguesa da obra, publicada em três volumes pela Fundação Calouste Gulbenkian, a partir de 2005.

¹⁸ Castells, *A Era da Informação*, Volume 1, p. 1.

¹⁹ Castells, *op. cit.*, p. 15.

²⁰ Castells, *op. cit.*, p. 3.

A internet veio alterar por completo a base da esfera comunicacional do indivíduo,

“(...) criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela”²¹.

A existência humana, nos seus mais variados âmbitos, está singular e crescentemente **dependente** da adaptação da nossa adaptação às regras ditadas pelos novos meios tecnológicos de informação e comunicação.

O acesso ou não às tecnologias de informação e comunicação pode influenciar largamente a existência do indivíduo, uma vez que estas têm o poder de determinar a sua sobrevivência ou o seu anonimato, mediante a sua **exclusão** da sociedade de informação.

A sua influência é tal que possuir conhecimentos e competências de domínio das tecnologias de comunicação e informação chegar mesmo a representar um novo modo de iliteracia, a **iliteracia digital**.

Como refere Castells estar em rede, isto é, ter acesso e competências para utilizar as tecnologias de informação, pode significar um factor crítico de mudança ou de domínio dentro do contexto social em que estamos inseridos²².

A possibilidade de acesso ou não à rede configura de forma determinante a ampliação do conceito tradicional de cidadania que emergiu nos últimos anos a um espaço virtual que se designa como cidadania digital.

3.2.2. Cidadania digital

Sendo um fenómeno que surgiu apenas na última década e que só em anos recentes começou a merecer a atenção por parte da comunidade académica, a melhor definição que podemos encontrar de cidadania digital até à data é a que inicia um dos ainda muito poucos estudos consagrados ao tema, a obra conjunta de Karen Mossberger, Caroline J. Tolbert e Ramona S. Mc Neal, *Digital Citizenship – The Internet, Society and Participation*, publicada em 2008.

²¹ Castells, *op. cit.*, p. 3.

²² Castells, *op. cit.*, p. 605.

Segundo as autoras,

“A ‘cidadania digital’ é a capacidade para participar na sociedade *online*”²³.

Considerando que a cidadania digital detém um **elevado capital de potencial participação política na sociedade da era da informação**²⁴, as autoras afirmam que, e aqui socorremo-nos da terminologia de Manuel Castells, numa época em que as redes informáticas são o sustentáculo da comunicação contemporânea, a utilização da internet trouxe benefícios significativos para a participação democrática²⁵.

Nesse sentido, os cidadãos digitais

“(...) são aqueles que utilizam a tecnologia frequentemente, que a utilizam em busca de informação política para cumprir os seus deveres cívicos (...)”²⁶.

Outro factor que contribuiu de forma preponderante para a emergência do conceito de cidadania digital é o processo de globalização económica que o mundo sofreu nas duas últimas décadas, alicerçado na expansão das tecnologias de informação. Estas foram, aliás, fundamentais para a propulsão da tendência globalizante a que assistimos hoje em dia.

Como defende José Tomás do Patrocínio em *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital*²⁷:

“De facto, a globalização, como processo complexo e multicausal, com o sentido que lhe é dado nos mais diversos tipos de discurso (económico, político, social, cultural, educativo) surge quando as novas tecnologias de informação e comunicação começam a expandir-se e a popularizar-se por todo o mundo (e ainda mais com o advento da internet) tornando-se a sua estrutura de sustentação”²⁸.

Mas a globalização não nos remete apenas para isto. Sugere, sobretudo, uma **ruptura** com a representação tradicional de três séculos de modernidade a diversos níveis. Pauta-se por uma **desfragmentação** paulatina dos seus pilares da qual somos actores nem sempre de forma consciente.

²³ “«Digital citizenship» is the ability to participate in society online”. Mossberger et al, *op.cit.*, p.1.

²⁴ Mossberger et al, *op. cit.*, p. 2.

²⁵ Mossberger et al, *op. cit.*, p. 2.

²⁶ “Digital citizens are those who use technology frequently, who use technology for political information to fulfill their civic duty”. Mossberger et al, *op. cit.*, p. 2.

²⁷ *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital – Aprender a formar-se dentro e fora da escola na sociedade tecnológica globalizada*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 2004.

²⁸ J.T. Patrocínio, *op. cit.*, pp. 37-38.

A sua relação com a emergência da cidadania digital centra-se nisto: no **descrédito** das instituições políticas e na desconfiança dos cidadãos face à forma como estas actuam, no divórcio profundo entre agentes políticos e cidadãos que se traduz num défice de participação política e cívica.

Mas, mais do que isso, a aceleração do tempo dos acontecimentos na rede digital e a aproximação geográfica que ela suscita, possibilita, como afirma Patrocínio,

“(...) o desenvolvimento da consciência da vivência num planeta de grandes interdependências (...) ou seja, a consciência de que, contemporaneamente, quase nenhum assunto se pode resolver exclusivamente por conta própria nos tradicionais contextos local, regional ou nacional, apelando a contextos, mais do que internacionais, globais (...)”²⁹.

3.2.3. Cidadania Digital e Redes Sociais: participação 2.0

Afirmar que a emergência das tecnologias de informação e comunicação desencadearam por si só a possibilidade da ampliação do exercício cívico à vertente digital seria enfocar a questão de uma forma redutora.

A constituição de comunidades virtuais e o aparecimento das redes sociais contribuíram, e continuarão a contribuir, em larga medida para redesenhar o quadro da participação cívica na sociedade contemporânea, não no sentido de fazer renascer das cinzas um novo conceito de cidadania, mas sim de lhe **ampliar a sua base geográfica e o seu horizonte de actuação**.

Explicitemos melhor o que acabámos de afirmar. Se até ao aparecimento da Internet a noção de comunidade, além de restrita a um determinado espaço geográfico, vinculava apenas indivíduos do mesmo território, condicionando assim a manifestação do exercício cívico a uma escala local, regional ou nacional, de acordo com Patrocínio

“(...) na sociedade tecnológica globalizada que percebemos, a cidadania não tem uma dimensão ligada exclusivamente ao espaço residencial ou nacional, mas apresenta um sentido mais global, mais universal”³⁰.

É nesta dialéctica constante, e nem sempre coerente e harmoniosa, entre a esfera local e a esfera global que se articula a dimensão de **participação digital**. Mas não só. A condição social e ideológica que muitas vezes vinculava indivíduos a uma mesma causa

²⁹ J.T. Patrocínio, *op. cit.*, p. 38.

³⁰ J.T. Patrocínio, *op. cit.*, p. 138.

surge fragmentada por uma certo carácter de **despolitização** do fenómeno cívico: o exercício cívico deixou de estar ligado fundamentalmente a questões políticas e económicas, mercê do descrédito actual da política e da economia, para passar a gravitar primordialmente em torno de **causas sociais** como a luta contra a pobreza, a preservação do ambiente ou a paz.

Numa contemporaneidade marcada pelo **primado da desvinculação política** por parte dos indivíduos, as tecnologias de informação e comunicação possuem a capacidade de potenciar um maior grau de participação cívica.

É o que sustenta Manuel Castells num artigo escrito para a conferência promovida pela Presidência da República Portuguesa em 2005 e organizada pelo próprio e por Gustavo Cardoso, intitulada *A Sociedade em Rede – Do conhecimento à acção política*:

“Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contactos e são social e politicamente mais activos do que os não utilizadores”³¹.

A isso não é alheio o fenómeno a que nos últimos anos se tem dado a conhecer como web 2.0³², da qual fazem parte as redes sociais. Assentes numa lógica de **participação** e de **interacção**, distinguem-se dos meios de comunicação tradicionais pela forma de comunicação.

Televisão, rádio ou jornais são meios unidireccionais, ao passo que redes sociais como, por exemplo o *Facebook* ou o *Twitter*, para nomearmos apenas as mais importantes, são bidireccionais, isto é, de acordo com Sara Cardoso, autora de *As redes sociais online, os jovens e a cidadania*³³, permitem

“(...) ao receptor ser também emissor, com um alcance global e instantâneo (...)”³⁴,

dotando-o igualmente de maior autonomia porque

“(...) conferem ao utilizador da Internet um maior controlo sobre a informação”³⁵.

³¹ Manuel Castells e Gustavo Cardoso, *A Sociedade em Rede – Do conhecimento à acção política*, p. 23.

³² Termo criado em 2004 pela empresa O'Reilly Media e que pretende designar uma segunda geração de ferramentas de interacção e partilha que vão desde *sites* como o *WikiPedia* e *YouTube*, redes sociais como o *Facebook*, aplicativos como o *Twitter*, entre outros.

³³ Dissertação de Mestrado apresentada no ISCTE-IUL no ano de 2011.

³⁴ Sara Cardoso, *op. cit.*, p. 19.

³⁵ Sara Cardoso, *op. cit.*, p. 19.

Segundo Gustavo Cardoso, autor da obra *O que é a Internet*, com esta e através do potencial trazido pelas redes sociais,

“(...) os indivíduos ou grupos têm ao seu dispor um meio mais fácil e menos dispendioso para trocarem informações numa base local, nacional ou global”³⁶.

Neste sentido, a importância das redes sociais para a cidadania traduz-se essencialmente no seu carácter **agregador** e **mobilizador** em torno de uma determinada causa ou movimento com um potencial de difusão mediática e a uma temporalidade vertiginosa inigualável por qualquer outro meio de comunicação na nossa era.

Expressão desse carácter mobilizador em larga escala são acontecimentos como os que ocorreram na Tunísia e no Egipto no início de 2011, designados pelos analistas políticos mais optimistas como “Primavera Árabe”, em que as redes sociais foram utilizadas como instrumento de consciencialização política da população, ajudando à queda dos chefes de Estado de ambos os países.

Devido à escassa distância histórica que nos separa dos acontecimentos em questão, subscrevemos com algum cepticismo a tese quase de imediato difundida de que foram as redes sociais as principais responsáveis pela queda de Ben Ali na Tunísia e de Hosni Mubarak no Egipto e de que “Primavera Árabe” foi a primeira revolução feita através das redes sociais, salientando, no entanto, a capital importância que estas tiveram no desenrolar dos acontecimentos³⁷, precisamente através das características que já antes enunciamos e que, em nosso entender, constituem os marcos de referência principais do que se pode entender por cidadania digital: a capacidade de mobilização para a participação cívica e política através da interacção entre os seus utilizadores.

3.2.4. Cidadania digital e o futuro

Para além da “Primavera Árabe”, outros testemunhos dão conta do potencial mobilizador que as redes sociais detêm como motor de participação cívica: o Movimento 15M – *Democracia Real Ya*, ocorrido em 2011, em Espanha ou *Occupy Wall Street*, nos EUA, também no mesmo ano, apenas enumerando os principais.

³⁶ Gustavo Cardoso, *op. cit.*, p. 160.

³⁷ Sobre este assunto veja-se o estudo de Philip N. Howard et al., *Open Closed Regimes – What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?* do Project on Information Technology & Political Islam publicado em 2012.

Carecemos ainda do distanciamento crítico suficiente para confirmar ou infirmar historicamente a consistência temporal destas manifestações de cidadania que, pela primeira vez, tiveram a sua origem na Internet. Constituirão elas uma nova era na história ou sucumbirão à lei do veloz olvido ditado pela velocidade do mediatismo vertiginoso que é a palavra de ordem consagrada no nosso século?

Para já, é lícito e prudente apenas afirmar o seguinte: as redes sociais, tendo a Internet como suporte físico, possuem um reservatório de potencialidades ainda por explorar na senda da participação cívica. Para além das redes sociais propriamente ditas, fóruns digitais, blogues, petições, entre outros são ferramentas *online* que permitem a **criação de um espaço de debate público capaz de promover cidadãos melhor informados e com maior consciência cívica**. Local e globalmente.

Tal como a própria cidadania, a criação desse espaço público digital é uma tarefa em construção permanente. Os desafios globais que enfrentamos, cuja repercussão local também se faz sentir, assim o exigem. Precisamos, igualmente, de cidadãos cada vez mais conscientes e esclarecidos face à complexidade do nosso mundo, que possam erguer a sua voz e que tenham uma palavra a dizer nas questões que norteiam o nosso tempo.

Dito isto, é tempo de iniciarmos a análise da relação entre cidadania e ambiente.

Capítulo 4 – Cidadania ecológica: um conceito insuficiente perante os desafios da crise ambiental

4.1. A busca de novos horizontes teóricos para a cidadania em face da crise do ambiente

A busca de novos enfoques teóricos no campo da cidadania para lá das suas águas territoriais tradicionais prende-se, sobretudo, com a dimensão que os desafios suscitados pela crise global do ambiente ganharam nas últimas três décadas no espectro social e político.

Na medida em que os problemas ambientais ocupam actualmente um lugar de destaque na agenda política internacional, a grande tarefa da teoria política contemporânea no que concerne à cidadania é tentar erigir uma **formulação teórica que tenha em conta as problemáticas de ambiente e sustentabilidade** do nosso tempo.

Segundo Angel Valencia Saíz, um dos mais destacados nomes no panorama da cidadania ambiental,

“(…) a dupla condição do *ambiente* como um bem político e como uma potencial ameaça que ultrapassa as fronteiras do Estado-nação tornam necessários novos *espacios teóricos* que justifiquem a legitimidade da conservação da natureza e da prevenção de catástrofes ecológicas”¹.

A necessidade de encontrar novos espaços teóricos para a cidadania não advém apenas dos desafios gerados pela crise ambiental. Como salienta Saíz no mesmo artigo², e como já tivemos oportunidade de observar no capítulo anterior, a cidadania converteu-se, desde o ressurgimento do seu interesse académico na década de 1990, num conceito fundamental da teoria política contemporânea e num eixo de articulação da vida democrática devido às alterações que estão a ser impostas ao Estado-nação nas sociedades ocidentais pelos efeitos da globalização que têm ocorrido primordialmente nos últimos vinte anos.

¹ “(…) esta doble cara de *lo medioambiental* como bien público a defender y como amenaza potencial más allá del Estado-nación, hacen necesarios *espacios teóricos* nuevos que justifiquen la legitimidad tanto de la conservación de la naturaleza como de la prevención ante las consecuencias de las catástrofes ecológicas”. Angel Valencia Saíz, “Ciudadania Ecológica: una noción subversiva dentro de una política global” in M. Alcantara (ed.): *Política en América Latina. I Congreso Americano de Ciencia Política*, p. 272. O itálico é do autor.

² Saíz, *op. cit.*, p. 275.

Não obstante, a formulação de um conceito de cidadania que albergue no seu seio uma preocupação com questões de foro ambiental exige uma **ampliação dos seus limites teóricos**, seja esta ampliação efectuada numa perspectiva antropocêntrica ou ecocêntrica, a questões outrora impensáveis neste âmbito como a questão da responsabilidade para com as gerações vindouras e a natureza como possível alvo de legislação ética e jurídica, tema que teremos oportunidade de tratar no capítulo 6 a propósito da possibilidade ou não da celebração de um contrato estritamente natural e de cariz ecocêntrico.

Apesar de a formulação de um conceito de cidadania ambiental ou ecológica ser ainda incipiente no que diz respeito ao seu desenvolvimento teórico e não granjear um grau de consenso unânime dentro da comunidade intelectual³, o seu eixo de reflexão presente e futuro, segundo Saíz, deve posicionar-se essencialmente ante a possibilidade

“(…) de encontrar um ponto de equilíbrio entre a reivindicação dos direitos ambientais e a justificação da ideia de responsabilidade colectiva”⁴.

É, pois, na tentativa de estabelecer esta articulação entre direitos e deveres ambientais e/ou ecológicos que têm trabalhado alguns autores nas últimas duas décadas.

Por uma questão metodológica optámos por dividi-los em três categorias diferentes:

- 1) Os que negam de todo a possibilidade de alargar o conceito de cidadania às questões ambientais como Engin F. Isin e Patricia K. Wood⁵;
- 2) Os que, como Bart Van Steenbergem ou Howard Newby, apontam a cidadania ambiental como uma **quarta dimensão da cidadania** no seguimento da formulação clássica de T.H. Marshall, dando prioridade, por conseguinte, à esfera dos direitos em detrimento da esfera dos deveres.

³ Saíz, *op. cit.*, p. 281.

⁴ “(…) uno de los ejes fundamentales de futuro de la reflexión del pensamiento político verde en esta materia sea la de conseguir un punto de equilibrio entre la reivindicación de los derechos medioambientales y la justificación de la idea de responsabilidad colectiva”. Saíz, *op. cit.*, p. 281.

⁵ Veja-se a secção dedicada à cidadania ecológica na obra conjunta dos dois autores, *Citizenship and Identity*, pp. 113-118, onde declaram como conceptualmente inviável a possibilidade de articular as questões ecológicas e as questões cívicas.

Van Steenberg⁶, seguindo criteriosamente a teorização efectuada por Marshall, facto que lhe valeu algumas censuras⁷, adiciona a dimensão ambiental da cidadania às três já estabelecidas pelo autor de “Citizenship and Social Class”⁸, inserindo-a numa **lógica de inclusão crescente** que, segundo ele, representa a história da cidadania⁹.

A perspectiva de Newby¹⁰ subscreve por inteiro a de Van Steenberg. Este autor argumenta que, na contemporaneidade e no seguimento da teoria elaborada por Marshall, estamos a assistir à emergência de uma quarta dimensão da cidadania, a cidadania ambiental¹¹;

3) Os que subscrevem uma noção de cidadania ecológica firmemente arreigada no **primado dos deveres** na relação entre estes e a esfera dos direitos, como é o caso de John Barry, de Peter Cristhoff, do já citado Valencia Saíz e, principalmente, do cientista político britânico contemporâneo, Andrew Dobson¹². Este último por ser o autor com o mais original e mais importante trabalho nesta área até ao momento merece ser alvo de análise mais detalhada numa outra secção.

Barry¹³ posiciona-se contra o conceito de cidadania ambiental, no qual se incluem categorias como ética empresarial ou responsabilidade social, dado que este, além de dar ao Estado uma maior preponderância no desempenho das tarefas de sustentabilidade, é insuficiente para o desempenho cívico em matéria ambiental¹⁴.

⁶ No seu artigo “Towards a global ecological citizen” in Van Steenberg (Ed.), *The Condition of Citizenship*.

⁷ Saíz denota a fragilidade teórica das elaborações que partem de Marshall para a sua formulação precisamente pela excessiva dependência que revelam daquele que é considerado o texto fundador da cidadania contemporânea. Cf. Saíz, *op. cit.*, p. 287.

⁸ Van Steenberg, *op. cit.*, p. 142.

⁹ Van Steenberg, *op. cit.*, p. 144.

¹⁰ Num artigo intitulado “Citizenship in a Green World: Global Commons and Human Stewardship” em M. Bulmer and A. Rees, *Citizenship Today: The Contemporary Relevance of T.H. Marshall*.

¹¹ Newby, *op. cit.*, p. 212.

¹² Além dos autores citados devem-se acrescentar outros dois que primam também por uma noção de cidadania ecológica centrada nos deveres: Mark J. Smith, autor *Manual de Ecologismo – Rumo à Cidadania Ecológica* (1998), Hartley Dean, autor do artigo “Green Citizenship” e James Connely autor de “The Virtues of Environmental Citizenship”.

¹³ Em “Resistance is Fertile: From Environmental to Sustainability Citizenship” in Dobson and Bell (Eds.), *Environmental Citizenship: getting from here to there*.

¹⁴ Barry, *op. cit.*, p. 22.

O conceito de cidadania ambiental torna-se redutor na medida em que não aborda o tema de forma ampla sob as suas dimensões políticas e sociais, nem se foca numa alteração do padrão comportamental dos cidadãos¹⁵.

Barry estabelece uma distinção entre **cidadania ambiental** e **cidadania sustentável**. A primeira reduz a actividade cívica a acções ambientais ou a acções que têm efeitos benéficos sobre o ambiente enquanto a cidadania sustentável, integrando as influências de uma visão mais profunda e ecológica, foca-se nas próprias estruturas – políticas, sociais, culturais e económicas – que produzem a degradação ambiental, bem como integra questões de justiça social e de direitos humanos¹⁶.

Nesta perspectiva, a cidadania sustentável cunhada por Barry ultrapassa a concepção de cidadania ambiental, na medida em que, segundo o mesmo autor, mantém essa amplitude conceptual, ultrapassando a mera preocupação com a preservação dos recursos ambientais¹⁷.

Christoff¹⁸, por seu turno, mantém uma argumentação próxima da de Barry e de autores como Dobson e Saíz na enfâse colocada nos deveres relativamente à construção de um conceito de cidadania ecológica, no entanto a sua teorização denota também a influência de autores do campo da ética ambiental como Aldo Leopold ou Hans Jonas.

Divergindo de uma perspectiva menos antropocêntrica para uma perspectiva mais ecocêntrica, Christoff argumenta que os seres humanos têm que assumir a sua responsabilidade não só perante as gerações futuras, mas também perante as outras espécies no âmbito do que o autor designa como tutoria ambiental (*environmental stewardship*)¹⁹.

Contrariamente à cidadania ambiental, que se queda por uma redutora enfâse na reivindicação de direitos ambientais, segundo Christoff, a cidadania ecológica define-se pela sua tentativa de ampliar o discurso de bem-estar social ao reconhecimento de princípios relacionados com direitos ambientais e integrá-los no direito, na cultura e na política, e aqui numa concepção próxima da ecologia profunda de Arne Naess, bem

¹⁵ Barry, *op. cit.*, p. 23.

¹⁶ Barry, *op. cit.*, p. 24.

¹⁷ Barry, *op. cit.*, p. 24.

¹⁸ No artigo “Ecological Citizens and Ecological Guided Democracy” in B. Doherty and M. de Geus (Eds.), *Democracy and Green Political Thought*.

¹⁹ Christoff, *op. cit.*, p. 156.

como procura igualmente fazer reconhecer os direitos dos não-cidadãos, isto é, das gerações futuras e das espécies não humanas nos processos de tomada de decisão política²⁰.

Para que seja um processo bem-sucedido, a cidadania ecológica depende da revitalização da sociedade civil através da transformação activa da vida privada, mediante a criação de uma consciência verde e de uma influência democrática na esfera económica²¹.

Passemos agora àquela que é seguramente, até à data, a mais fecunda contribuição para uma concepção ecológica da cidadania nas disciplinas de teoria e de ciência política. A que Andrew Dobson tem procurado desenvolver ao longo da última década.

²⁰ Christoff, *op. cit.*, p. 159.

²¹ Christoff, *op. cit.*, p. 159.

4.2. A cidadania ecológica segundo Andrew Dobson

Embora possa ser enquadrado até um certo ponto na mesma linha de pensamento de autores como Barry ou Christoff apresentados na secção anterior, o principal mérito de Andrew Dobson é o de ter sido o primeiro a tentar conferir um efectivo estatuto epistemológico ao conceito de cidadania ecológica²².

É também dele a primeira obra de fundo inteiramente dedicada ao tema, *Citizenship and the Environment*, publicada em 2003, a qual, conjuntamente com o artigo “Ecological Citizenship: A disruptive influence?”²³, constituem a exposição mais interessante e detalhada que Dobson dedica ao conceito e os quais analisaremos ao longo das próximas páginas.

Antes disso, é necessário, porém, aludir à distinção conceptual entre cidadania ambiental e cidadania ecológica à luz da forma como Dobson diferencia **ambientalismo** e **ecologismo** numa obra anterior, *Green Political Thought* (1992).

Tal distinção torna-se importante neste momento não só para compreendermos e nos posicionarmos face à concepção de cidadania ecológica de Dobson, como também no tocante à nossa argumentação sobre o conceito de cidadania ambiental nos capítulos subsequentes da nossa investigação.

Assim, em *Green Political Thought*, e numa distinção que se tornou já clássica no âmbito da literatura sobre política ecológica, Dobson diferencia o ambientalismo e o ecologismo da seguinte forma:

“(...) o ambientalismo defende uma abordagem de gestão face aos problemas ambientais apoiado na crença de que eles podem ser resolvidos sem alterações fundamentais nos valores presentes ou nos padrões de produção e consumo (...)”²⁴.

Ao passo que o ecologismo,

“(...) afirma que uma existência realizada e sustentável pressupõe alterações radicais no nosso relacionamento com o mundo natural não humano e no nosso modo de vida social e político”²⁵.

²² Saíz, *op. cit.*, p. 287.

²³ Artigo escrito por Dobson em 2000 e publicado em C. Pierson e S. Tormey (Eds.), *Politics at the Edge: the PSA yearbook 1999*.

²⁴ “(...) environmentalism argues for a managerial approach to environmental problems, secure in the belief that they can be solved without fundamental changes in present values or patterns of production and consumption (...)”. Dobson, *Green Political Thought* p. 1.

Com esta distinção, Dobson recusa a ideia de que o ambientalismo possa ser elencado na mesma árvore conceptual que o ecologismo, sendo incorrecto considerar-se o primeiro apenas como uma manifestação menos radical que o segundo no que diz respeito à preocupação e cuidado com o mundo natural²⁶.

Principalmente, o que separa ambas as categorias é o facto de o ambientalismo não poder ser considerado de modo algum uma ideologia, dado não reunir **as três condições essenciais** enumeradas por Dobson para se poder designar como tal.

São elas:

- 1) A necessidade de providenciar uma descrição analítica de um determinado modelo de sociedade;
- 2) A necessidade de prescrever um determinado modelo de sociedade em que a condição humana possa reproduzir, replicar e aplicar a ideia desse mesmo modelo;
- 3) A necessidade de **estabelecer um programa de acção política** ou, pelo menos, a necessidade de determinar rumos que permitam atingir o modelo de sociedade proposto²⁷.

Nesse sentido, Dobson argumenta que o ecologismo possui características passíveis de se considerar uma **ideologia política**, o mesmo não acontecendo com o ambientalismo²⁸.

É em torno desta distinção que Dobson vai fazer valer a sua argumentação sobre o conceito de cidadania ecológica. A tensão conceptual existente entre ambientalismo, no contexto da democracia liberal, e ecologismo, no sentido em que pressupõe uma **transformação radical dos paradigmas social e político** incompatível em larga medida com os princípios da democracia liberal, avessa a mudanças radicais, transporta-se da mesma forma para o âmbito da cidadania, em que, não obstante algumas diferenças, imperam as mesmas coordenadas de pensamento e de argumentação.

²⁵ “(...) while ecologism holds that a sustainable and fulfilling existence presupposes radical changes in our relationship with the non-human natural world and in our mode of social and political life”. Dobson, *op. cit.*, p. 1.

²⁶ Dobson, *op. cit.*, p. 2.

²⁷ Dobson, *op. cit.*, p. 2.

²⁸ Dobson, *op. cit.*, p. 3.

O ponto de partida é o que Dobson enuncia em duas questões logo no início do artigo “Ecological Citizenship: A disruptive influence?”:

1) A política ecológica, no sentido da delimitação conceptual traçada acima, pode ser articulada em termos de cidadania?

2) Como é que a cidadania ecológica influencia a própria ideia de cidadania?²⁹

Em primeiro lugar, Dobson defende que é possível **articular a ecologia enquanto prática política face à esfera cívica**, no entanto alerta para o facto de a inclusão da primeira alterar significativamente a arquitectura conceptual da segunda³⁰, nomeadamente nas principais dicotomias que lhe são inerentes: público/privado, direitos/deveres, activo/passivo.

A estas, como iremos ver, o autor irá acrescentar como fundamental para a sua concepção de cidadania ecológica a de territorialização/desterritorialização³¹. Isto porque a cidadania ecológica, rompendo com as fronteiras do cânone conceptual da esfera da modernidade, insere-se de pleno direito nos debates sobre a noção cidadania cosmopolita iniciados, também eles, na década de 1990 por autores como David Held, Richard Falk ou Andrew Linklater³².

Contrariamente aos autores citados, cujo cosmopolitismo postula a comunidade humana como pressuposto operativo para o desenvolvimento da sua concepção, a perspectiva de Dobson aponta num sentido diferente.

Segundo ele, uma noção de **cidadania ecológica**, devido às clivagens sociais e económicas produzidas pelos efeitos da globalização, deve privilegiar o seu enfoque em **comunidades de obrigação**, ou “espaços de obrigação”³³, “produzidos por actos de globalização”³⁴, mais do que propriamente primar pela ampliação de uma arquitectura

²⁹ Dobson, “Ecological Citizenship: A disruptive influence?”, p. 1

³⁰ Dobson, *op. cit.*, p. 2.

³¹ Dobson, *op. cit.*, p. 3. Ao referir-se a estes dois conceitos, Dobson não os interpreta no sentido em que Gilles Deleuze e Felix Guattari os interpretaram em *Qu'est-ce que la philosophie* (1991).

³² Remetemos aqui uma vez mais para a obra de Gerard Delanty citada no capítulo anterior, pp. 49-67.

³³ Dobson, *Citizenship and the Environment*, p. 22.

³⁴ Dobson, *op. cit.*, p. 22.

institucional internacional ou transnacional que permita alargar as fronteiras do espaço cívico e político como sustenta, por exemplo, Andrew Linklater³⁵.

Como afirma Dobson,

“Deveríamos reconhecer que estas são, primeiro, comunidades de injustiça e só depois comunidades de diálogo forçado e que a solução é, portanto, mais justiça e também mais democracia”³⁶.

Neste sentido, a posição de Dobson demarca-se da posição dos teóricos da cidadania cosmopolita, direccionando-se para o que ele designa como **pós-cosmopolitismo**³⁷. Primeiro porque considera o processo de globalização um **espaço politicamente assimétrico**³⁸, em virtude do **desequilíbrio económico** entre países industrializados do hemisfério norte e os países em desenvolvimento do hemisfério sul.

Daí a natureza das **obrigações**, por fruto da herança histórica das últimas décadas e também do passado colonial dos países europeus, se efectuar principalmente na direcção de **norte para sul**³⁹. É lá que estão maioritariamente as comunidades de injustiça a que Dobson alude.

Segundo porque, e aqui apartando-se do cosmopolitismo ético e da ideia da humanidade como um todo por ele evocado, o pós-cosmopolitismo do nosso autor,

“(...) oferece uma **descrição densamente materialista** dos vínculos criados não pela actividade mental, mas **pela produção e reprodução material** da vida quotidiana num mundo globalizado desigual e assimétrico”⁴⁰.

A perspectiva da cidadania ecológica e pós-cosmopolita de Dobson afasta-se também da concepção clássica liberal e republicana da cidadania tradicional em vários aspectos.

Começemos pela questão contractual inerente às duas tradições. Sustentando que tanto uma como outra, liberal e republicana, possuem uma **abordagem contratual da**

³⁵ Linklater, *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*, p. 7.

³⁶ “We should recognize that these are communities of injustice first, and only of coerced dialogue second; that the remedy is therefore more justice as well as more democracy”. Dobson, *op. cit.*, p. 22.

³⁷ Dobson, *op. cit.*, p. 31.

³⁸ Dobson, *op. cit.*, p. 30.

³⁹ Dobson, *op. cit.*, p. 50.

⁴⁰ “Post-cosmopolitanism, in contrast, offers a thickly material account of the ties that bind, created not by mental activity, but by the material production and reproduction of daily life in an equal and asymmetrically globalizing world”. Dobson, *op. cit.* p. 30. O bold é nosso.

relação entre cidadão e Estado⁴¹, o conceito de cidadania ecológica proposto por este autor é **não-contractual**, dado que, como já ficou patente acima relativamente à questão das comunidades de obrigação suscitadas por um processo de globalização que é assimétrico, a natureza das relações por ela estabelecida pauta-se por um carácter de **unilateralidade** e de **não-reciprocidade**.

Isto é corroborado inteiramente nesta passagem de *Citizenship and the Environment*, onde Dobson afirma claramente que pretende estabelecer:

“(...) a possibilidade de obrigações *unilaterais* e *não-recíprocas* de cidadania e afirmar que este tipo de obrigação é uma característica definitiva de uma ‘cidadania pós-cosmopolita’ e distingue-se também evidentemente da cidadania liberal e da reciprocidade da cidadania republicana cívica”⁴².

Esta concepção desloca o território da cidadania em dois sentidos. Por um lado, em sentido geográfico propriamente dito, dado Dobson inserir a sua noção de pós-cosmopolitismo num quadro de referência de desterritorialização em contraposição às noções liberal, republicana ou cosmopolita que fazem do conceito de território um conceito operativo no plano conceptual⁴³.

Por outro lado, porque, de acordo com Dobson, a esfera pública por si só não esgota o espaço da cidadania. A sua dimensão ecológica **invade a esfera privada e politiza-a**. Nela, segundo o autor, reside também um espaço de exercício de poder com consequências ecológicas importantes⁴⁴.

Não se trata, assegura Dobson,

“(...) de politizar a totalidade da esfera privada de forma invasiva, mas sim de reconhecer que algumas das coisas que nela fazemos possuem características cívicas”⁴⁵.

Para Dobson, no conceito de cidadania ecológica, não faz sentido uma distinção entre esfera pública e esfera privada porque esta, contrariamente à noção que vem desde a Grécia clássica de que o espaço público é por essência o espaço cívico privilegiado, é

⁴¹ Dobson, *op. cit.*, p. 40.

⁴² “I want to suggest the possibility of *unreciprocated* and *unilateral* citizenship obligations and to claim that this type of obligation is both definitive of ‘post-cosmopolitan’ citizenship, as well as that which distinguishes it most obviously from liberal citizenship *and* from the reciprocity of civic republican citizenship”. Dobson, *op. cit.*, p. 47. O itálico é do autor.

⁴³ Dobson, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁴ Dobson, *op. cit.*, p. 53.

⁴⁵ “This is not to politicize the whole of the private sphere in an invasive way, but to recognize that some of the things we do in the private sphere have citizenly characteristics”. Dobson, *op. cit.*, p. 54.

também um espaço em que a cidadania é praticada⁴⁶. Nesse sentido, o autor recupera para actualidade o sentido etimológico que está na base do étimo ecologia, a dimensão do *oikos* (lar) grego.

Regressemos agora à dimensão puramente geográfica do espaço da cidadania ecológica. Vimos já que ela é **não recíproca**, assente numa **esfera de obrigações unilaterais** e que a esfera privada é uma das suas **condições estruturantes**. Relativamente ao seu espaço político, Dobson recusa a noção de território associada à tradição liberal e republicana (neste caso, o Estado-nação), bem como o espaço consagrado a uma dimensão transnacional ou cosmopolita (por exemplo, a União Europeia)⁴⁷.

Isto porque, fundando-se a noção de cidadania ecológica pós-cosmopolita numa **descrição material das relações cívicas**⁴⁸, ela não surge como algo dado pelas fronteiras políticas de um determinado território, sendo antes produzida através da **relação material entre o indivíduo e o ambiente**⁴⁹.

Como afirma Dobson,

“Esta relação faz emergir uma pegada ecológica que, por sua vez, gera relações com aqueles que sofrem os seus impactos”,⁵⁰.

Assim, o espaço privilegiado do exercício cívico ecológico, não-territorial, define-se pela **extensão da pegada ecológica**⁵¹ de cada indivíduo. É este o **critério espacial** que preside à teoria de Dobson⁵²: um indicador de sustentabilidade ambiental transformado em espaço político e critério para o desempenho cívico.

Por essência uma concepção de cidadania activa (opondo-se à cidadania passiva herdada da tradição liberal), assente mais no exercício de responsabilidades do que na reivindicação de direitos (à semelhança da tradição republicana), a **virtude cardeal de**

⁴⁶ Dobson, “Ecological Citizenship: A disruptive influence?”, p. 10.

⁴⁷ Para Dobson, mesmo uma noção de cidadania que seja transnacional possui ainda as características de territorialidade incompatíveis com a dimensão pós-cosmopolita que reclama. Cf. *Citizenship and the Environment*, p. 74.

⁴⁸ Cf. nota 40.

⁴⁹ Dobson, *op. cit.*, p. 106.

⁵⁰ “This relationship gives rise to an ecological footprint which gives rise, in turn, to relationships with those on whom it impacts”. Dobson, *op. cit.*, p. 106.

⁵¹ Termo cunhado pelo ecologista canadiano, William Rees, em 1992 e que calcula a quantidade de terra e água que seriam necessárias para o desenvolvimento das gerações actuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população.

⁵² Dobson, *op. cit.*, p. 118.

uma concepção da cidadania ecológica é a obrigação de, através da sua acção quotidiana, o indivíduo contribuir para uma pegada ecológica sustentável⁵³.

Em nosso entender, mais do que articular verdadeiramente uma noção exequível de cidadania no quadro de uma teoria política no contexto de regimes políticos democráticos, a formulação de Dobson afigura-se-nos, antes de mais e acima de tudo, como uma espécie de **reconstrução** do imperativo categórico kantiano que Hans Jonas, em *O Princípio de Responsabilidade*, aplicou eticamente às gerações futuras.

Encontramos alguns vestígios desse imperativo, por exemplo, nesta passagem de *Citizenship and the Enviroment*:

“(...) a obrigação correspondente [da cidadania ecológica] é assegurar que tais pegadas [ecológicas] não comprometam ou impeçam a oportunidade das outras pessoas aspirarem a uma vida digna, tanto no presente como no futuro”⁵⁴.

Ou traduzido de outra forma, eis o que em nosso entender significa a concepção de cidadania ecológica preconizada por Dobson: **age de tal modo que o teu comportamento quotidiano seja universal e ecologicamente sustentável e não interfira, presente ou futuramente, com as possibilidades de desenvolvimento do espaço ecológico de outrem.**

A fonte das obrigações que a cidadania ecológica afirma existirem provém não da reciprocidade ou da vantagem mútua que existe na relação entre Estado e cidadão, mas sim de um sentido de justiça não recíproco ou de compaixão. Dobson defende, por isso, que a cidadania ecológica é uma **cidadania de estranhos**⁵⁵.

Nessa medida, mais do que uma concepção política, o conceito de cidadania ecológica encontra maiores possibilidades de desenvolvimento num plano moral, até porque o seu princípio fundador é a justiça⁵⁶, contudo não um princípio universal em virtude do seu estatuto de não reciprocidade fruto das assimetrias económicas e sociais globais.

⁵³ Dobson, *op. cit.*, p. 119.

⁵⁴ “(...) and the corresponding obligation is to ensure that such footprints do not compromise or foreclose other’s opportunities, both in the present and the future, for living meaningful lives”. Dobson, *op. cit.*, p. 127.

⁵⁵ Dobson, *op. cit.*, p. 106.

⁵⁶ Dobson, *op. cit.*, p. 123.

Visando uma **justa distribuição do espaço ecológico**⁵⁷, o carácter das obrigações propostas por Dobson assume neste ponto, algo surpreendentemente, uma espécie de validade ou de **critério temporário** no desempenho cívico: a partir do momento em que **cessarem os desequilíbrios distributivos do espaço ecológico**, uma vez corrigidas as assimetrias, **cessam igualmente as obrigações inerentes à cidadania ecológica**⁵⁸.

Outro aspecto que nos deve chamar à atenção é o do tipo de cidadania estabelecida na dimensão ecológica ser de uma dimensão horizontal porque rejeita a hierarquia temporal do presente sobre o futuro. No fundo, estamos aqui perante uma ideia retomada de Hans Jonas no que toca ao alargamento do domínio ético à natureza.

Um pouco à semelhança de Jonas no domínio ético, Dobson, em termos cívicos, propõe a sua extensão, neste ponto acertadamente não recíproca, às gerações futuras, demarcando-se, no entanto, de uma possível extensão ao mundo natural.

Embora à luz da distinção feita por Dobson a que aludimos no início desta secção entre ambientalismo e ecologismo nos parecesse verosímil e coerente que o autor militasse em prol de uma perspectiva exclusivamente ecocêntrica, ele situa, correctamente a nosso ver, a sua noção de cidadania ecológica dentro dos limites do **antropocentrismo**⁵⁹, não incorrendo no erro de outros autores que reivindicam um ecocentrismo militante.

Isto porque sendo a justiça o conceito forte da teoria da cidadania de Dobson, a possibilidade de a aplicar a seres naturais não humanos esbarra em evidentes dificuldades operativas.

Por esse motivo, e principalmente por não ser inteiramente fiel à delimitação teórica entre ambientalismo e ecologismo que estabeleceu e que mantém até certo ponto na sua obra maior dedicada à cidadania ecológica⁶⁰, não podemos deixar de evocar a forma como Dobson parece olvidar neste campo algumas das implicações teóricas da distinção que fez.

De forma a poder compatibilizar alguns aspectos da sua formulação de cidadania ecológica, em *Citizenship and the Environment*, após destrinçar as fronteiras entre

⁵⁷ Dobson, *op. cit.*, p. 132.

⁵⁸ Dobson, *op. cit.*, p. 120.

⁵⁹ Dobson, *op. cit.*, p. 111.

⁶⁰ Dobson, *op. cit.*, p. 89.

ambientalismo e ecologismo, afirma que existe uma certa **complementaridade** entre a noção de cidadania ambiental e a noção de cidadania ecológica do ponto de vista político⁶¹, dado que ambas buscam a concretização do mesmo objectivo, ou seja, uma sociedade sustentável.

Neste ponto, cremos que Dobson acaba por se enredar no labirinto da própria distinção por ele efectuada, sem conseguir quer sob o plano intelectual quer sob o ponto de vista de uma *práxis* cívica, diferenciar claramente os limites de ambas as acepções ambiental e ecológica de cidadania, contribuindo assim para lançar alguma ambiguidade quanto à definição e contextualização das mesmas como o fez em *Green Political Thought*.

Teremos oportunidade de observar melhor e de tornar mais claro até que ponto pode ir esta distinção entre ambientalismo e ecologismo em termos de prática política levada ao seu extremo mais radical quando abordarmos o exercício do ecologismo sob o prisma da ecologia profunda.

Vejamos agora, desde o ponto de vista mais lato da crise global do ambiente, alguns outros aspectos em que a argumentação de Dobson revela algumas dificuldades e insuficiências.

⁶¹ Dobson, *op. cit.*, p. 89.

4.3. A cidadania ecológica à luz da crise global do ambiente: algumas das fragilidades da concepção de Dobson

Na secção anterior explicámos porque é que mais do que uma teoria da cidadania, a noção de cidadania ecológica construída por Andrew Dobson afigura-se-nos, sobretudo, mais articulável no campo da ética do que no quadro do espaço político: porque a sua principal virtude é a justiça não-recíproca entre comunidades de obrigação, derivando disto a impossibilidade de constituir a noção de cidadania ecológica de Dobson num princípio universal de cidadania.

Pretendemos agora explicitar outros pontos nos quais detectamos também algumas lacunas quanto à sua exequibilidade.

Não obstante os seus méritos, principalmente por ter sido Dobson o primeiro autor a ousar aventurar-se de forma sistemática num território quase intelectualmente virgem e que, sem sombra de dúvida, oferece sérios obstáculos conceptuais, estamos em crer que a sua abordagem ao problema peca por uma perspectiva assaz **reductora** do mesmo.

Embora tendo em conta certos limites epistemológicos e disciplinares aos quais não podemos ficar insensíveis, uma vez que a argumentação de Dobson move-se, principalmente, apenas no eixo da ciência política, não podemos também deixar de mencionar que dada a complexidade da crise global do ambiente, esta exige um maior ângulo de enfoque do que aquele de que parte o nosso autor para a abordagem do problema da cidadania ecológica.

Eis os aspectos nos quais consideramos que a perspectiva de Dobson se revela reductora e insuficiente:

1) Como já vimos, Dobson faz da pegada ecológica o **espaço territorial** por excelência onde se desenrola a sua concepção de cidadania. Além de obedecer a um critério puramente **quantitativo** em que as relações cívicas são **matematicamente calculáveis e mensuráveis**, fruto dos modos de produção e reprodução material das condições de vida quotidiana⁶², estamos em crer que fazer do espaço da cidadania uma mera soma de *inputs* e *outputs* assente somente nos indicadores da pegada ecológica (área de energia fóssil, terra arável, pastagens, floresta e área urbanizada) é um critério demasiado arbitrário, com base num utilitarismo cerrado e simplista, que desvirtua por completo a

⁶² Dobson, *op. cit.*, p. 119.

rica complexidade que constitui a relação entre o exercício cívico e o espaço político onde ele decorre e transforma o cidadão em mero produtor ou reproduzidor de recursos naturais numa narrativa materialista quotidiana.

Um espaço de cidadania não pode, de modo algum, estruturar-se apenas com base numa visão predominantemente **economicista** de **produção** e **consumo** de recursos naturais.

Por conseguinte, o que Dobson designa como espaço político da cidadania, e do qual faz a sua condição de possibilidade territorial da cidadania ecológica, constitui apenas o seu **espaço económico**, sendo assim insuficiente para constituir um critério válido que presida à constituição de uma teoria da cidadania;

2) Essa mesma visão redutora que Dobson tem do espaço político da cidadania amplia-se também à própria dinâmica das sociedades democráticas contemporâneas com a diversidade da sua constelação de actores.

Ao colocar toda a ênfase na questão dos deveres, relegando a questão dos direitos para segundo plano, e, sobretudo, ao fazer da sua noção de cidadania ecológica uma **noção não-contractual** distinta das tradições liberal e republicana, Dobson parece ignorar a perspectiva dialéctica que está na base do exercício da cidadania na dinâmica das sociedades democráticas, isto é, a relação entre o cidadão e o Estado.

De acordo com Dobson, uma concepção de cidadania ecológica nunca poderá partir da formulação clássica de Marshall porque a teoria deste pressupõe mais uma cidadania assente em direitos do que em deveres e a posição da cidadania ecológica dá primazia aos segundos em detrimento dos primeiros⁶³.

Assim sendo, e tendo em conta a complexidade que representam os inúmeros desafios suscitados pela crise ambiental contemporânea no seu todo e num plano global, a concepção de cidadania ecológica poderá representar uma resposta válida aos mesmos?

Aqui, mais uma vez, temos de acentuar o registo redutor com que a perspectiva de Dobson afronta o problema e expressar, por isso, um inevitável cepticismo.

Uma teoria da cidadania que incida o seu foco sobre questões ambientais de uma forma lúcida e realista, e que não ignore a complexidade global das mesmas, não se pode

⁶³ Dobson, “Ecological Citizenship: A disruptive influence?”, p. 3.

eximir a uma perspectiva contratual que contemple a relação entre o indivíduo e as instituições políticas.

Essencialmente por duas razões: primeiro porque ao fazê-lo ignora, quanto a nós, uma das características inerentes à história da cidadania moderna que é o seu carácter dialéctico entre cidadãos e instituições políticas. A dinâmica da história da cidadania nos últimos três séculos, e da qual somos herdeiros, desenrolou-se sempre por força de uma relação dos indivíduos com as instituições políticas numa lógica de conflito.

Ao prescindir de um enfoque da relação entre o cidadão e o Estado no delinear da sua noção de cidadania ecológica, e ao incidir primordialmente na questão dos deveres e na forma como esta se articula na esfera privada, Dobson não só está a passar ao largo da complexidade do problema (como construir uma noção de cidadania ecológica no quadro de uma sociedade democrática na óptica da complexidade da crise ambiental?), assim como ostenta um ângulo de visão extremamente reduzido face ao todo que representa o panorama que nos apresenta a crise ambiental contemporânea.

Dado que alguns dos maiores desafios da crise ambiental só podem ser problematizados e solucionados com base na intervenção do Estado em conjunto com os outros actores da sociedade civil presentes na esfera democrática, a vertente dos direitos é, por essa razão, tão importante e passível de consideração como a dos deveres na constituição de uma teoria de cidadania ecológica.

O enfoque privilegiado dado por Dobson à questão dos deveres no quadro geral da cidadania ecológica **obscurece** algo o papel que o Estado tem de desempenhar enquanto executor de políticas públicas no quadro da crise ambiental.

Sem negar a evidente importância que desempenha a esfera dos deveres numa concepção de cidadania ecológica, e nesse ponto estamos até certo ponto de acordo com Dobson quanto ao papel que a esfera privada pode e deve desempenhar, cremos que ela se torna **incompleta** sem uma articulação com a esfera dos direitos e, consequentemente, com a ausência de uma posição face às instituições políticas existentes.

Em fase da crise ambiental global, no âmbito das clivagens económicas e sociais que dela decorrem a nível planetário e tendo em conta o papel que cabe às instituições políticas locais, nacionais e transnacionais na sua correcção, na relação entre cidadania e

ambiente, a reivindicação de direitos é um imperativo que deve coexistir com a esfera dos deveres.

Dito isto, e voltamos a salientá-lo, a concepção de Dobson, ainda que proveniente das fronteiras delimitadas da ciência política, apresenta uma patente falta de amplitude de perspectiva no que diz respeito à complexidade do funcionamento das sociedades democráticas e, sobretudo, aos desafios complexos da crise ambiental;

3) A ausência de amplitude teórica mantém-se numa outra questão fundamental da crise ambiental contemporânea, agora já não só em Dobson mas também em todos os outros autores que tratam da relação entre cidadania e ambiente e que mencionámos neste capítulo: na falta de um posicionamento crítico face à tecnociência, completamente inexistente na construção de um conceito de cidadania ecológica.

Dado que o que está em causa a um nível mais profundo na crise ambiental, de acordo com Viriato Soromenho-Marques, é

“(...) nada mais nada menos do que a base efectiva da própria crença no progresso [tecnológico]”⁶⁴,

não deixa de nos surpreender o **completo silêncio** destes autores face àquele que é uma das raízes fundamentais da crise global do ambiente e que exige uma postura esclarecida por parte de uma concepção de cidadania de dimensão ambiental ou ecológica.

Mas não só. Não podemos esquecer o facto de vivermos em sociedades eminentemente tecnológicas em que a aliança de ciência e tecnologia é **produtora de riscos incomensuráveis tanto em termos ambientais como no que diz respeito à própria condição humana**.

Possíveis consequências em áreas como a engenharia genética ou outras biotecnologias, bem como outras correntes de pensamento que, como o trans-humanismo ou o singularismo que fazem do progresso infinito a sua religião suprema, devem suscitar a nossa postura crítica pela natureza das suas actividades.

A relação entre cidadania e ambiente, denomine-se cidadania ambiental ou cidadania ecológica, pelo menos no domínio da sua construção conceptual, não pode deixar de deter uma **consciência crítica sobre o papel social desempenhado pela ciência** como

⁶⁴ V. Soromenho-Marques, *Metamorfoses – Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, p. 11.

actor institucional no quadro de uma sociedade democrática e como agente de resolução dos problemas da crise ambiental, bem como sobre a **ideia de progresso**, tecnocientífico e económico, que, como sabemos, nos conduziu ao momento presente da nossa história. Veremos, sobretudo no capítulo 8, como este é um dos eixos fundamentais da articulação entre cidadania e ambiente na contemporaneidade.

Antes disso, e ao contrário de Dobson que recusa uma dimensão não-contractual na sua formulação de cidadania ecológica, vejamos como a crise ambiental contemporânea nos remete na direcção oposta dos seus argumentos.

Ou seja, a construção de um conceito de cidadania ambiental, do ponto de vista da complexidade da crise global do ambiente, remete-nos para a possibilidade de **repensar e aprofundar o contratualismo moderno** tendo esta como uma das suas condições de base e partindo da natureza como actor social e histórico contemporâneo como premissas fundamentais para esse efeito.

Capítulo 5 – A natureza na sociedade e na história como premissas fundamentais da cidadania ambiental e do Contrato Ambio-Social

5.1. A singularidade da crise ambiental I: A “fusão” entre natureza e sociedade sob o signo da incerteza no caos da modernidade. Esboço de uma Sociedade de Risco

O conturbado início do segundo milénio da nossa era confronta-nos com a presença de uma palavra que se tornou inseparável da condição humana dos nossos dias: a palavra **crise**.

Ela chega até nós, como bem sabemos, em diversas acepções: crise ambiental, económica, política e social, constituindo estes os vértices de uma crise muito mais profunda – uma longa e emergente crise civilizacional. As diferentes esferas de crise que referimos acima instalaram-se irremediavelmente no nosso quotidiano e somos forçosamente obrigados a conviver com elas.

Além de ter acompanhado as três últimas décadas da modernidade, a palavra crise estrutura não só o seu presente, como suscita enigmas fracturantes quanto à sua continuidade futura.

É perante este cenário de uma **modernidade vertiginosa**, complexa e caótica que ganha relevo a desconstrução das suas estruturas e paradigmas levada a cabo por Ulrich Beck. Forçosamente assumem relevo no actual panorama intelectual europeu e mundial pela sua actualidade.

Através das suas principais teses e da análise levada a cabo sobre os pilares fundamentais da sociedade contemporânea, Beck convida-nos, a um encontro ao qual não nos podemos eximir: um **encontro com a modernidade**, nomeadamente com a sua matriz tecnocientífica, e com os grandes paradigmas que ajudaram a modelar as grandes linhas de orientação do presente tempo histórico que vivemos, caracterizado por constantes fragilidades, metamorfoses e descontinuidades.

No contexto de uma sociedade contemporânea moldada por constantes cenários de crise aos mais diversos níveis, deparamo-nos com o conceito central em torno do qual se desenvolve o pensamento de Ulrich Beck: o conceito de **risco**, o qual permite caracterizar a sociedade contemporânea como uma **Sociedade de Risco**.

O conceito de risco, introduzido por Beck na sua primeira obra datada de 1986¹, pretende afirmar o seguinte: a sociedade actual encontra-se dominada por um clima de **incerteza e insegurança** criadas por uma série de ameaças globais, nomeadamente a nível ambiental, que não se deixam circunscrever ou calcular totalmente, escapando a qualquer previsão exacta e fidedigna por parte dos meios e instrumentos de avaliação e detecção das mesmas que possuímos para esse efeito.

A crescente proliferação de ameaças, que se traduzem na possibilidade de ocorrência de situações de catástrofe ambiental ou tecnológica de dimensão transnacional ou global, foi introduzida no mundo contemporâneo pelas actividades da ciência e da tecnologia no decorrer da modernidade, nomeadamente a partir da primeira Revolução Industrial ocorrida no século XVIII.

Além de ter provocado modificações decisivas nas estruturas da sociedade actual, a ocorrência de riscos confronta pela primeira vez a história humana com as mais ameaçadoras possibilidades e os mais dantescos cenários.

Segundo Beck, o que pode estar em jogo com a proliferação de situações de catástrofe ambiental e tecnológica² é a própria destruição da nossa civilização tal como a temos conhecido até ao momento e também a destruição da integralidade das condições de vida do planeta Terra.

Mais do que uma forma de conceptualizar a dinâmica da sociedade contemporânea e de sistematizar os perigos e as incertezas geradas pelo desenvolvimento tecnológico da modernidade³, o risco encontra-se definitivamente inscrito na vivência da condição humana na actualidade, sendo um modo de orientação que nos permite traçar as titubeantes coordenadas em que se desenrola a existência humana na sociedade contemporânea, marcada por factores de incerteza e insegurança e de constantes

¹ *Risikogesellschaft - Auf dem Weg in eine andere Moderne.*, A tradução da obra foi feita para língua inglesa em 1992 com o título de *Risk Society – Towards a New Modernity*, dando uma maior amplitude e divulgação ao pensamento de Beck dentro da comunidade sociológica. Daqui em diante citamos a obra pela sua edição inglesa.

² Como exemplo de catástrofe tecnológica, encontra-se ainda bem presente na nossa memória o acidente ocorrido com o reactor nuclear de Chernobyl, em 1986. Retenha-se, apenas a título de curiosidade não totalmente destituída de uma certa ironia, que a redacção de *Risk Society* foi concluída pouco tempo antes deste trágico acontecimento. Nas palavras do próprio Beck: “Chernobyl happened just as I was just finishing the proofs of *Risk Society*”. Ulrich Beck and Johannes Willms, *Conversations with Ulrich Beck*, p. 116.

³ Beck define o risco como “(...) a *systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself*”. Beck, *Risk Society*, p. 21. O itálico é do autor.

processos de adaptação face a cenários gerados por possibilidades ou por consequências reais de riscos.

Na sociedade actual, o risco é um traço inerente à condição ontológica do indivíduo e das próprias sociedades: ambos são forçados a tomar decisões em relação ao seu agir presente e futuro condicionados por contextos marcados, muitas vezes, pela ausência de conhecimento.

Eis, portanto, a palavra de ordem para a existência do ser humano do século XXI:

- Estar em risco é a característica mais importante da humanidade neste início de século⁴.

Apesar das alterações suscitadas pelos riscos actuais na existência humana serem um tema importante no pensamento de Beck, não é, porém, essa a sua principal linha de investigação no que diz respeito ao conceito de risco. A sua importância, em consonância com a dimensão global e imprevisível e incontrolável das ameaças ambientais e tecnológicas, consiste no facto de o conceito de risco ter sido responsável pela introdução de um novo momento no decurso histórico da época moderna.

Não obstante alimentarmos-nos ainda dos paradigmas clássicos da modernidade, o conceito de risco fez com que as suas categorias fundamentais, isto é, a crença na infalibilidade da ciência e da tecnologia, na ideia de progresso infinito, na inesgotabilidade dos recursos naturais, no crescimento económico desmedido e na eficiência política do Estado-nação se vissem confrontadas com a sua própria fragilidade, inadaptação e desajustamento perante os cenários de incerteza que caracterizam a contemporaneidade.

Esse desajustamento desencadeou um processo de autoconfrontação da modernidade consigo mesma, de questionamento e crítica dos seus próprios fundamentos, processo esse que Beck designa como **reflexividade**. Resumindo: os riscos ambientais e tecnológicos de amplitude global cindiram a modernidade em dois momentos diferentes.

⁴ “Being at risk is the way of being and ruling in the world of modernity; being at global risk is the human condition at the beginning of the 21st century”. Ulrich Beck, “Living in the World Risk Society”. Conferência proferida por Beck na London School of Economics, a 15 de Fevereiro de 2006.

Um primeiro momento marcado pela ascensão da ciência e da tecnologia, em que estas exercem uma atitude de domínio sobre a natureza sob o signo do progresso como motor do crescimento económico exponencial e das aspirações desmedidas do ser humano. Este momento, que corresponde a uma sociedade de cariz industrial, Beck designa-o como **primeira modernidade**.

Um segundo momento em que os progressos científicos e tecnológicos começaram a gerar uma quantidade inumerável de riscos ambientais e tecnológicos que preconizam cenários de dimensão catastrófica ao nível das suas potenciais consequências. Beck designa este período como **modernidade reflexiva** ou segunda modernidade e o tipo de sociedade que lhe corresponde é uma Sociedade de Risco⁵.

Poder-se-á argumentar, e com razão, que o conceito de risco não é um conceito exclusivo da era moderna. Desde sempre, de uma forma ou de outra, a existência humana foi caracterizada pela presença de situações de risco.

Porém, o que distingue decisivamente a natureza das ameaças com que se confronta a sociedade contemporânea das ameaças de épocas anteriores à modernidade é, por um lado, a origem antropogénica das mesmas, ou seja, a produção de riscos ambientais e tecnológicos é motivada pela intervenção humana através das suas realizações científicas e tecnológicas e, por outro, o seu potencial de alcance global⁶.

Enquanto a ocorrência de catástrofes nos períodos históricos anteriores à modernidade era percebida como uma fatalidade imposta pelo destino e a sua origem era atribuída a entidades sobrenaturais ou divinas, a partir da era moderna é à actividade humana, através da ciência e da tecnologia, que se pode imputar a maior quota-parte de responsabilidade pela proliferação de situações de risco.

É a partir da Revolução Industrial, com as primeiras ameaças de degradação ambiental por ela geradas, que se começa a alterar a percepção e a origem das situações de risco. A actividade humana, alicerçada no domínio e exploração do homem sobre os recursos naturais, substitui gradualmente o elemento natural como causa da produção de riscos e

⁵ “(...) we are eye-witnesses – as subjects and objects – of a break within modernity which is freeing itself from the contours of the classical industrial society and forging a new form, the (industrial) risk society”. *Risk Society*, p. 9.

⁶ Confrontando a natureza do risco associado às viagens marítimas do século XVI com o teor das ameaças contemporâneas, Beck afirma que “In that earlier period, the word ‘risk’ had a note of bravery and adventure, not the threat of self-destruction of all life on Earth”. Beck, *op. cit.*, p. 21.

a percepção dos mesmos começa a excluir quase por completo o elemento divino para a sua explicação.

Com a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco aumenta a participação humana na produção de riscos através da proliferação de riscos ambientais, da possibilidade de utilização de armas químicas e dos progressos desenvolvidos na biotecnologia e nas engenharias genéticas.

Num quadro social em que a extensão total de impactos reais que os riscos podem provocar se apresenta marcada pela imprevisibilidade, a tese da Sociedade de Risco confronta-nos com um dado novo no que toca à definição do risco: a incapacidade das instituições responsáveis pela sua gestão, isto é, a ciência e a política, em desenvolverem dispositivos adequados que permitam oferecer soluções efectivas de combate às ameaças ocorridas⁷. Voltaremos a este assunto no capítulo 8.

À semelhança do que acontece na esfera da existência individual marcada pela incerteza, também os agentes científicos e políticos, no contexto social, actuam muitas vezes num quadro de ignorância operativa e confrontam-se com a inadequação dos seus métodos, instrumentos e estratégias para fazerem face aos riscos de origem tecnocientífica⁸.

Beck designa esta incapacidade das esferas científica e política perante situações de catástrofe como **irresponsabilidade organizada**⁹, ficando ambas as esferas sujeitas a uma situação de fracasso metodológico e a um questionamento da exequibilidade dos seus métodos.

Sintetizando: no quadro de uma sociedade que se confronta com ameaças globais, a ciência e política, enquanto entidades responsáveis pela gestão dessas ameaças, vêem-se confrontadas com o reconhecimento forçado dos seus limites e com a sua autoridade e legitimidade colocadas em causa.

⁷ “However, in the mid to late twentieth century the legitimacy of the calculus of risk becomes threatened by the generation of unmanageable risks which began to outstrip prevailing methods of calculation and liability”. Mythen, *op. cit.*, p. 57.

⁸ “(...) the sciences are *entirely incapable* of reacting adequately to civilizational risks, since they are prominently involved in the origin and growth of those very risks”. Beck, *op. cit.*, p. 59. O itálico é do autor.

⁹ A incapacidade da esfera científica e das instituições políticas no que concerne à gestão dos riscos antropogénicos é um tema que Ulrich Beck irá desenvolver numa obra posterior, *Ecological Politics in the Age of Risk* (1995).

Outra característica que, segundo Beck, diferencia ambos os momentos da modernidade e se torna assumidamente relevante no contexto contemporâneo para a compreensão profunda da crise ambiental, prende-se com a relação entre sociedade e natureza.

Um dos pilares nos quais se funda o projecto da modernidade é, como já dissemos, a visão antropocêntrica e utilitarista que o homem possui dos recursos naturais. A natureza opõe-se ao humano e existe fora da sociedade como fonte de recursos para as realizações humanas. Esta visão levada até ao seu último extremo ao longo de toda a modernidade conduziu à emergência da sociedade contemporânea com os contornos que são já por demais conhecidos.

A crise ambiental, como fenómeno por excelência da modernidade reflexiva, introduz uma **alteração** na relação entre natureza e sociedade. Se, na primeira modernidade, a natureza estava **fora** do meio social, a sua progressiva destruição pela actividade humana obriga, na sociedade contemporânea, a que a fronteira que separava sociedade e natureza seja **posta em causa**. É precisamente isso que Beck nos indica numa das passagens mais fecundas de *Risk Society* e que constitui a **primeira premissa fundamental para a construção de um conceito de cidadania ambiental**.

Afirma Beck que, na modernidade reflexiva,

“(...) a destruição da natureza, (...) deixa de ser ‘mera’ destruição da natureza e torna-se uma componente integral da dinâmica económica, política e social”¹⁰.

A progressiva destruição do meio natural, submetido à voracidade da racionalidade tecnológica, induz à proliferação de ameaças que, pela sua dimensão imprevisível e por atentarem directamente contra a vida humana, se convertem em assombrosos desafios para as instituições sociais e políticas¹¹.

Os problemas ambientais gerados pelos progressos da ciência e da tecnologia, diz-nos Beck, são problemas que não se encontram fora do contexto social, mas sim **profundamente inscritos e enraizados nele**¹². Por dizerem respeito directamente às populações e ao meio em que estão inseridas e tendo que se ter em conta as suas condições de vida, o meio em que vivem, o seu âmbito histórico, político e cultural, o

¹⁰“(...) the destruction of nature (...), ceases to be ‘mere’ destruction of nature and becomes an integral component of the social, political and economic dynamic”. Beck, *Risk Society*, p. 80.

¹¹ Beck, *op. cit.*, p. 80.

¹² Beck, *op. cit.*, p. 81.

grau de informação e a atitude que demonstram perante a existência de cenários de risco, por tudo isto, os problemas ambientais têm que ser resolvidos no quadro das instituições sociais existentes para esse efeito. Devido a isto, é já **impossível dissociar natureza e sociedade**.

Como conclui Beck a este respeito,

“No fim do século XX, a natureza *é* sociedade e a sociedade é também *natureza*”¹³.

A “**fusão forçada**” entre natureza e sociedade face à dinâmica destrutiva que as ameaças ambientais e tecnológicas apresentam é um dos exemplos mais claros que, segundo Beck, justificam o conceito de Sociedade de Risco¹⁴ e que fazem do ambiente um conceito revestido de uma especificidade singular inédita na história humana neste planeta e um dado absolutamente fundamental para repensar o contratualismo moderno como base da cidadania ambiental.

Contudo, não é apenas da sociedade que se torna já impossível separar a natureza. Por força da dependência da história humana do meio natural, como nos relembra a disciplina de história ambiental, a natureza converteu-se, também, numa parte integrante, num actor fundamental, do próprio processo histórico.

¹³ “At the end of the twentieth century nature *is* society and society is also *nature*”. Beck, *op. cit.*, p. 81. O itálico é do autor.

¹⁴ Beck, *op. cit.*, p. 81.

5.2. A singularidade da crise ambiental II: A natureza na história. O ambiente como momento histórico decisivo para a condição humana

Relegada desde sempre para um plano inferior por parte daqueles que se dedicam ao estudo e à compreensão dos fenómenos intervenientes na construção humana da história, a natureza reivindica para si actualmente um **novo enfoque** na construção do processo histórico, obrigando a **repensar a história** através de um prisma diferente daquele que tem sido a tónica dominante das correntes historiográficas tradicionais.

A análise do processo histórico revestiu-se sempre de matizes antropocêntricos, permanecendo fiel ao grande paradigma que a modernidade, através da filosofia cartesiana, instaurou e que ainda hoje, em grande parte, perdura: **a cisão radical entre o ser humano e o meio natural**, ou seja, a construção de uma fronteira intelectual e secular entre cultura, espelho reflexo de tudo o que é próprio do humano, e natureza, o elemento não-humano oposto ao homem e que, por isso mesmo, sempre foi pensado como um mundo distinto que se encontra fora da esfera do humano.

Apesar de constituir ainda de alguma forma o paradigma dominante, a cisão cultura/natureza, com a cada vez mais crescente preocupação em torno das questões de pendor ambiental, tem vindo a perder alguma consistência nas últimas décadas em detrimento da inclusão da natureza como agente e elemento imprescindível à interpretação dos diversos processos que constituem o desfecho histórico do ser humano e não apenas como mero palco onde o mesmo se desenrola.

Foi assim que, nas décadas de 1960 e 1970, surgiu uma nova área no campo da historiografia denominada **história ambiental** que, contrariamente às escolas históricas anteriores que focalizam a sua atenção na esfera da cultura, procura compreender a interacção do homem com o meio natural¹⁵.

A história ambiental não procura reescrever por inteiro a história humana. Procura, isso sim, ajudar a repensar o nosso modo de pensar a natureza e dar a sua contribuição para integrar a esfera natural no âmbito da história humana, sustentando a tese de que a relação entre homem e natureza assenta numa **perspectiva dialógica** em que o primeiro influencia a segunda e é, simultaneamente, influenciado por ela. É com base nesta

¹⁵ Para uma visão de conjunto sobre a problemática da história ambiental, veja-se o artigo de Andrew C. Isenberg, "Historicizing Natural Environments: The Deep Roots of Environmental History" in Lloyd Kramer and Sarah Maza (Eds.), *A Companion to Western Historical Thought*, pp. 372-389.

relação entre o humano e os fenómenos naturais que os historiadores ambientais procuram compreender o processo histórico.

Segundo Clive Pointing, autor de *A Green History of the World*, uma das primeiras obras evocativas daquilo que o conceito de história ambiental representa na sua verdadeira acepção, a vida na Terra depende de como o Homem se relaciona com o meio ambiente que o envolve, pois a sua existência só é possível precisamente pela interacção com um **complexo sistema de relações** de vária ordem.

A emergência da história ambiental não coloca apenas em causa a perspectiva tradicional da história centrada única e exclusivamente no Homem, negando por completo a ocorrência de condicionantes ambientais e naturais que afectam a sua existência, como, em consequência disso, pretende contribuir também com novos dados para explicar o **declínio** de algumas sociedades e civilizações que não foram estudados pelas correntes de historiografia anteriores.

Ao contrário de alguns autores que abordaram a questão do colapso das civilizações sem recorrerem a factores de cariz ambiental como tendo contribuído para tal¹⁶, a tese fundamental defendida pela perspectiva da história ambiental neste aspecto é a de que entre os factores que conduziram algumas sociedades ou civilizações a um declínio ou mesmo à sua total desapareção encontram-se **factores de natureza ambiental**, entre eles a saber:

- Pressão demográfica causada por um crescimento incontrolado da população conduzindo a um possível esgotamento dos recursos naturais, má gestão dos solos gerando um consequente declínio dos processos e colheitas agrícolas, desflorestação, escassez de recursos hídricos.

O mais conhecido representante desta teoria é o americano Jared Diamond, em quem encontramos de forma clara e incisiva a metodologia interdisciplinar absolutamente necessária com que a história ambiental trabalha:

¹⁶ Entre os autores mais marcantes neste aspecto encontramos Oswald Spengler, autor do magistral *Declínio do Ocidente* (1918), cuja visão cíclica do tempo histórico preconizava a progressiva decadência da supremacia europeia e ocidental constituídas em civilização ao longo dos séculos precedentes e Arnold Toynbee que na sua obra de referência, *Um Estudo de História* (1934-1961), subordinava a existência das civilizações a uma tríade cronológica de florescimento, apogeu e decadência, apontando como principais causas do fracasso civilizacional factores de origem política e cultural ou invasões estrangeiras.

“(...) analisando mais os colapsos que as construções, comparo muitas sociedades, passadas e presentes, e as suas diferenças com respeito à fragilidade ambiental, relações com comunidades vizinhas, instituições políticas e outras variáveis destinadas a influenciar a estabilidade das sociedades”¹⁷.

Convém esclarecer alguns aspectos relativamente à tese defendida por Jared Diamond: contrariamente ao que se poderia pensar pelo título da sua obra mais famosa, o autor não afirma que todas as sociedades ou civilizações estão condenadas à desapareição¹⁸.

O que Diamond nos pretende fazer compreender é:

1) Que as sociedades dos países desenvolvidos, tecnologicamente mais avançadas e mais poderosas economicamente, enfrentam problemas de ordem ambiental e económica que não podem nem devem ser negligenciados¹⁹;

2) Muitos dos problemas de cariz ambiental com que as sociedades actuais se debatem são os mesmos problemas que as sociedades do passado enfrentaram e que, em alguns casos, estiveram na base do seu colapso civilizacional²⁰.

Principalmente por este último motivo, Diamond afirma que

“O passado oferece-nos uma rica base de dados com a qual podemos aprender de forma a continuarmos a ser bem-sucedidos”²¹.

São consideráveis os exemplos que Diamond nos oferece na sua obra de sociedades que no passado enfrentaram problemas de ordem ambiental e em que os mesmos se encontram intrinsecamente ligados ao seu fracasso. Trata-se, sobretudo, de uma **visão mais holística da história** que assume uma importância determinante na contemporaneidade.

¹⁷ “(...) focusing on collapses rather than build-ups, I compare many past and present societies that differed with respect to environmental fragility, relations with neighbours, political institutions, and other "input" variables postulated to influence a society's stability". Jared Diamond, *Collapse – How Societies Choose to Fail or Succeed*, p. 18.

¹⁸ “Nor am I claiming that farms or societies in general are prone to collapse: while some have indeed collapsed like Gardar, others have survived uninterruptedly for thousands of years”. Jared Diamond, *op. cit.*, p. 2

¹⁹ “(...) even the richest, technologically most advanced societies today face growing environmental and economic problems that should not be underestimated”. Jared Diamond, *op. cit.*, p. 2

²⁰ “Many of our problems are broadly similar to those that undermined Gardar Farm and Norse Greenland, and that many other past societies also struggled to solve”. Jared Diamond, *op. cit.*, p. 3.

²¹ “The past offers us a rich database from which we can learn, in order that we may keep on succeeding”. Jared Diamond, *op. cit.*, p. 3.

De acordo com Clive Pointing:

“A história humana não pode ser compreendida num vácuo. Todas as sociedades humanas foram, e ainda são, dependentes de complexos processos físicos biológicos e químicos interrelacionados entre si”²².

Para o objectivo de tentarmos compreender a especificidade da crise ambiental contemporânea é importante reter esta afirmação de Pointing sobre a **dependência** que a história humana comporta face ao meio natural e de como as condições ambientais são um factor determinante no sucesso ou no fracasso das sociedades humanas ao longo da sua história.

Porque é neste ponto que desejamos evocar a singularidade da crise ambiental global. Na contemporaneidade não se trata já do declínio isolado de determinada sociedade ou determinada civilização como sucedeu no passado, mas sim da possibilidade, ainda que decerto remota, de um **colapso civilizacional colectivo** pela primeira vez na história humana.

Não se trata aqui de querer fazer soar as trombetas de um apocalipse anunciado ou de evocar uma pedagogia do temor como o faz Hans Jonas, mas sim de lucidamente dar-mos conta de que a desmesura humana, oscilando entre o humano, demasiado humano - utilizando uma expressão tão cara a Nietzsche -, e a tentação de um futuro pós-humano em direcção a um *no man's land* conceptual e territorial de consequências imprevisíveis, nos conduziu a um momento sem paralelo na nossa habitação colectiva neste planeta.

Intuímos isto com uma clareza extrema na reflexão dedicada por Viriato Soromenho-Marques a este tema.

Afirma ele que

“(…) vivemos num tempo onde se operou uma mudança radical na relação entre a cultura humana e o mundo natural. (...) Durante milénios o problema da humanidade consistia na escassez e desproporção do seu poder perante as forças transbordantes de uma natureza esmagadora. Hoje, na era da crise do

²² “Human history cannot be understood in a vacuum. All human societies have been, and still are, dependent on complex, interrelated physical, chemical and biological processes”. Clive Pointing, *A Green History of the World – The Environment and the Collapse of Great Civilizations*, p. 12.

ambiente, o nosso principal problema reside na desmesura do nosso poder, na *hubris*, na falta de um princípio interno ou externo de contenção do imenso poder acumulado pela cultura humana”²³.

Eis o (ainda) inapercebido espírito do tempo contemporâneo oculto pelos eufemismos do crescimento económico de uma agenda política e mediática global que teima em persistir na cegueira da desmesura tecnocientífica.

E isto, ou seja, a natureza como actor integrante da história, dá-nos a **segunda premissa fundamental** para repensar o contratualismo moderno como base da cidadania ambiental.

Momento simultaneamente crítico e singular na história que obriga a uma inédita **metamorfose civilizacional e cultural de âmbito global**²⁴, a crise do ambiente, no quadro de uma sociedade contemporânea produtora de riscos tecnológicos e ambientais de impacto não inteiramente calculável, dirigida operativamente pelo conceito de incerteza, pensada no seu nível mais profundo e mais amplo, sob pena de ameaçar profundamente a estrutura ontológica da condição humana a nível planetário, obriga a **integrar o ambiente no horizonte de reflexão da cidadania** e a repensá-la, bem como o nosso modelo de contrato social, tendo o ambiente como ponto de partida e a sustentabilidade como meta.

²³ V. Soromenho-Marques, “Crise Ambiental e Condição Humana. Três questões fundamentais” in *Metamorfoses – Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, p. 176. O itálico é do autor.

²⁴ V. Soromenho-Marques, “Ambiente, Cultura e Cidadania. Cinco questões fundamentais” in *O Futuro Frágil – Os desafios da crise global do ambiente*, p. 110.

Capítulo 6 – A crise ambiental como possibilidade de revisão do contratualismo moderno. A génese da cidadania ambiental e do Contrato Ambio-Social

6.1. A cidadania ambiental como expressão de um Contrato Ambio-Social

A necessidade de revisão do modelo do contrato social que aqui pretendemos delinear, suscitada pelos fenómenos que motivam a crise ambiental contemporânea - as alterações climáticas e o aquecimento global, a transição para um paradigma energético baseado em fontes de energia renovável, os problemas geoestratégicos da escassez de recursos naturais e alimentares, o crescimento da população e a urbanização descontrolada que representam as megacidades e os refugiados ambientais - não retoma por inteiro as mesmas coordenadas de pensamento percorridas pelos filósofos que nos séculos XVII e XVIII reflectiram sobre o tema.

Estava ainda arredado da sua linha de horizonte o quanto o impacto da acção humana sobre o meio natural recobriria o carácter dramático que possui na contemporaneidade.

Sejamos claros nos nossos intentos ao afirmar a premência da revisão do nosso contrato social. Não pretendemos, de todo, fundar ou oferecer uma nova teoria contratualista, mas sim

1) Propor uma **nova abordagem conceptual** partindo dos princípios do contratualismo moderno que não só enriquece como **amplia** a sua base a um patamar de reflexão que remete inequivocamente para os desafios ambientais de um mundo cada vez mais globalizado;

2) Reiterar que uma concepção de cidadania ambiental realista não só conduz a uma **reavaliação dos princípios do contratualismo**, como é apenas operativamente exequível se **derivar de uma noção contratualista** aberta a inéditas dimensões teóricas e que contemple a relação dinâmica e dialéctica entre indivíduos e instituições políticas no seio do espaço democrático.

Note-se, apenas pelo que acima afirmámos, o quanto a nossa posição demarca-se claramente da concepção de cidadania ecológica elaborada por Andrew Dobson que analisámos no capítulo 4.

Antes de clarificarmos melhor a nossa posição, é necessário proferir algumas palavras de modo a situar com clareza e precisão o âmbito do contratualismo moderno. A noção de contratualismo afirma implicitamente que, na transição de comunidades não regidas pelo primado da lei para uma sociedade, os indivíduos prescindem de alguns dos seus direitos individuais para os outorgarem a um governo ou a qualquer outro tipo de autoridade, de forma a que dessa situação se gerem vantagens para todos em termos de ordem social.

Segundo António Manuel Martins:

“A ideia básica do contratualismo é simples. A organização social e as vidas dos membros da sociedade em causa dependem, em termos de justificação, de um acordo, passível de ser definido de muitas maneiras, que permite estabelecer os princípios básicos dessa sociedade”¹.

Visando uma reflexão sobre a legitimidade da soberania política,

“O argumento contratualista inclui basicamente três elementos: situação inicial (pré-contratual); contrato; resultado do contrato (estabelecimento das regras do jogo que presidem à constituição da sociedade/Estado ou de uma moral)”².

Em contraste com os alvares das primeiras teorias contratualistas, a crise ambiental global introduz principalmente uma alteração na fonte de onde emana a necessidade de um acordo ou contrato, isto é, no momento pré-contratual. Senão vejamos.

Para os autores contratualistas do início da modernidade, a premência de um contrato social justifica-se metodologicamente perante a necessidade de retirar o homem de um estágio primitivo, violento e sem lei, numa existência que se desenrola à luz de inumeráveis conflitos onde, não obstante o carácter de igualdade natural que ele possui, a arbitrariedade da consciência e o capricho do desejo conduzem a acção dos indivíduos nas relações entre si³.

Esta é a formulação clássica do **estado de natureza** de um dos mais salientes pioneiros do contratualismo moderno, Thomas Hobbes, para quem o contrato social visa

¹ António M. Martins, “Contratualismo” in António Marques e Diogo Pires Aurélio (Orgs.), *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Esta obra está disponível apenas para consulta digital em <http://www.ifl.pt/index.php?id1=11>. O artigo de António M. Martins não se encontra paginado, pelo que não nos é possível indicar o número de página correspondente às citações do mesmo que apresentamos no nosso texto.

² António M. Martins, *op. cit.*

³ Eis a forma como Thomas Hobbes retracta o estado de natureza. *De Cive*, cap.1 e *Leviathan*, I, 13 e 14 e II, 17 e 18.

essencialmente garantir a paz na constituição de uma **sociedade civil sob o primado da lei**:

“É manifesto que durante o tempo em que os homens viverem sem um poder comum que os mantenha a todos em respeito, eles estarão naquela condição a que chamamos guerra; e essa é uma guerra de todos contra todos (*«bellum omnium contra omnes»*)”⁴.

Numa visão alternativa, que contrasta com o pessimismo antropológico de Hobbes, Locke, não partilhando a descrição que o autor de *Leviathan* faz do homem numa situação pré-social e contratual, defende que a transição de um estado de natureza para a sociedade civil, isto é, do estabelecimento de um contrato social, visa assegurar a defesa adequada dos direitos fundamentais do homem, da sua liberdade e da propriedade privada⁵.

Com efeito, aquilo que para os primeiros autores contratualistas constituiu a posição inicial, a situação pré-contratual, que garantia a necessidade do estabelecimento de um acordo, isto é, o estado de natureza como uma metáfora ficcional que preside ao consentimento contratual, uma formulação contemporânea de uma tentativa contratualista parte de uma **abordagem real da expressão “estado de natureza”**, fruto da complexidade ambiental da nossa época.

A era da crise ambiental global representa, em nosso entender, uma **alteração substancial nas premissas da teoria contratualista**: não se trata já tão-somente do **estado de natureza ficcional** usado como metáfora para a génese das relações sociais pelos autores contratualistas clássicos como Hobbes ou Locke, mas sim da confrontação inequívoca com o **estado real da natureza**, isto é, **com as condições do mundo natural e dos recursos naturais**, do equilíbrio ecológico dos ecossistemas planetários ameaçados pelas acções tecnocientíficas antropogénicas.

Nesse sentido, e no quadro de uma contemporaneidade produtora de ameaças tecnológicas e ambientais globais, em que mais do que nunca se tornou patente a evidência de que a cultura e a história humana se encontram sobejamente **dependentes** do meio natural, a formulação de uma noção contratualista toma o **ambiente como raiz ontológica essencial da condição humana e como possibilidade primordial da continuação da civilização humana e do equilíbrio ecológico planetário para a**

⁴ Hobbes, *Leviathan*, I, 13.

⁵ Ver *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, II, 6 e 8.

ampliação do contrato social moderno, trazendo para o seu seio as fracturantes e incômodas questões relacionadas com o ambiente e com a sustentabilidade.

Ou seja, **a crise global do ambiente determina a passagem de um contrato única e exclusivamente social**, regulador das relações político-jurídicas humanas entre o indivíduo e o Estado no contexto de uma dada sociedade, a um **Contrato Ambio-Social** em que o **estado real da natureza**, presente na categoria de **ambiente** como **espaço mediador da relação entre a cultura humana e a biosfera**, assume uma importância vital na história presente e futura tanto no âmbito da comunidade humana como no âmbito de todas as formas de vida não humana neste planeta.

Como afirma Viriato Soromenho-Marques:

“A crise ambiental e social global obriga-nos a repensar o tipo de relações sociais e intersubjectivas, o modelo das relações entre os homens e as coisas, sobretudo um entendimento diverso da essência das coisas. A recolocação, hoje, do problema (...) implica um redefinir das relações entre a cultura e a Natureza, sendo esta interpretada como a rede vital, complexa e frágil, dos ecossistemas planetários”⁶.

O que está aqui em jogo não é já somente um dos grandes temas que alimentou a especulação filosófica, política e social dos séculos XVII e XVIII - a necessidade de garantir a preservação dos direitos humanos fundamentais, a propriedade privada ou a salvaguarda da paz num estado social onde reine ausência da lei - mas sim a ampliação da teoria contratualista, sobretudo, de forma a **regular a relação do homem com o meio natural e com as formas de vida não humanas** na era da crise ambiental global.

O que se pretende, com esta proposta contratualista enriquecida pela dimensão ambiental, é, partindo da importância crucial que a biosfera detém para a humanidade, consciencializar e comprometer a constelação dos actores sociais (dos agentes políticos à sociedade civil) na tarefa de assegurar na sua total integralidade a continuação do leque de opções das condições de vida humana e não humanas sob o primado da **sustentabilidade**.

A transição para um paradigma de sustentabilidade tratar-se-á, possivelmente, de mais uma etapa do nosso processo civilizacional, ainda que pela primeira vez na história seja o conjunto de toda a civilização humana que está envolvido e a sustentabilidade abrange

⁶ V. Soromenho-Marques, “Cidadania, Democracia e Crise Ambiental” in *Regressar à Terra – Consciência Ecológica e Política de Ambiente*, p. 71.

as mais diversas acepções: da social à económica, da política à cultural, passando, obviamente, pela sustentabilidade ecológica planetária.

A crise ambiental global, na perspectiva de um Contrato Ambio-Social, não só nos remete para a **ampliação conceptual do contratualismo moderno** ao reflectir sobre questões contemporâneas que não se encontravam no seu horizonte teórico, mas suscita também novas questões em matéria de direitos no que diz respeito a uma noção de cidadania ambiental.

O que escapou aos autores que tratam da cidadania ecológica muito por força da forma como abordam o tema, e nomeadamente a Dobson pela seu enfoque excessivo na questão dos deveres, é que para além dos direitos humanos fundamentais consagrados constitucionalmente desde as Revoluções Americana e Francesa do século XVIII, e que se foram ampliando posteriormente, a construção de um conceito de cidadania ambiental na era contemporânea, partindo da ampliação do contratualismo moderno sob os auspícios da crise do ambiente, abre espaço a um conjunto de novas reivindicações, mas também de novas responsabilidades, que estão ausentes dos contratualistas clássicos:

1) Reivindicação de um modelo de sociedade democrática que se norteie por princípios de justiça económica, equidade social, sustentabilidade ambiental e reconhecimento dos direitos de formas de cultura tradicionais e ancestrais minoritárias sob o primado da diversidade cultural e que, com base nestes critérios, propicie a ampliação das oportunidades de participação cívica e política a todos os seus membros.

No fundo o que está aqui em causa é a necessidade de **repensar as condições de possibilidade da democracia** e de tentar melhorar as condições políticas das estruturas do sistema democrático no seu todo sob um primado de justiça social e ambiental;

2) Reivindicação de um paradigma económico e tecnocientífico que opere conscienciosamente na esfera conceptual e na esfera prática tendo em conta os limites físicos dos ecossistemas planetários, de forma a não comprometer ainda mais o declínio da biodiversidade que se encontra já sujeita a um padrão de extinção, bem como os fenómenos climáticos que se pautam, a cada ano que passa, por uma tónica cada vez mais violenta em termos das suas consequências.

Requer-se aqui a renúncia a um modelo de crescimento e a uma ideia de progresso, tanto económico como tecnocientífico, ilimitados que herdámos do início da era moderna. Dado que iremos tratar mais amplamente estes dois temas nos próximos capítulos da nossa investigação, por ora, vamos remeter-nos a estas parcas considerações;

3) Preocupação com a preservação integral das condições de vida das gerações futuras e responsabilidade do ponto de vista **antropocêntrico** para com as formas de vida não humanas.

Embora se trate de um tema que tem constituído alvo de intenso debate no campo da ecologia e da ética ambiental nos últimos quarenta anos, é algo que a cidadania ambiental não pode deixar desvanecer do seu horizonte de reflexão.

Trata-se aqui não de considerar as gerações futuras e o mundo natural como alvo de uma relação contratual e jurídica, permitida apenas pelo estatuto de reciprocidade existente entre seres racionais⁷, mas sim de uma abordagem dentro dos **limites operativos de um antropocentrismo responsável**, avesso a uma perspectiva estritamente utilitarista e a um cartesianismo antropológico dualista e radical que **contempla sob o prisma da responsabilidade o dever para com as gerações futuras e para com as espécies não humanas** como a única saída possível para esta questão: como **um alargamento dos direitos humanos**⁸.

Actuar com responsabilidade face às gerações vindouras e aos restantes membros da comunidade da vida, segundo Viriato Soromenho-Marques, significa que

“A minha condição de agente racional obriga-me a considerar os interesses que outros seres racionais, actuais ou possíveis, possam ter associados, não apenas à conservação, mas também ao modo como me relaciono com esses entes não racionais. Desta forma, através da mediação do meu interesse com o interesse dos outros, a salvaguarda da bio-ecoesfera ganha um estatuto *mediatamente jurídico*”⁹.

Pelo que acabámos de referir, podemos desde já enunciar uma primeira tipologia da cidadania ambiental:

⁷ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 73. Cf. também Holmes Rolston III, “Rights and Responsibilities on the Home Planet”, pp. 256-257.

⁸ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 74.

⁹ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, pp. 73/ 74. O itálico é do autor.

- 1) Deriva da possibilidade de “renegociação” e ampliação do contrato social, tendo o ambiente como ponto de partida ontológico e a sustentabilidade como finalidade a atingir;
- 2) Pensada sob a perspectiva da crise global do ambiente requer um horizonte de reflexão predominantemente amplo;
- 3) Sob pena de não ser invalidada conceptualmente, actua nos limites de um antropocentrismo responsável, esclarecido e comprometido sob o primado da responsabilidade e do dever como uma extensão dos direitos humanos para com as gerações futuras e restantes formas de vida não humanas.

Além do já referido aprofundamento do contratualismo moderno, a agenda de reivindicações e responsabilidades que emerge no conceito de cidadania ambiental, embora não invalide, obviamente, a argumentação de autores como Andrew Dobson, John Barry ou Pete Christoff, e isto não nos cansamos de referir, confronta-nos de forma indelével com a insuficiência de abordagem presente no seu campo de análise no modo como constroem conceptualmente a noção de cidadania ecológica, como tivemos oportunidade de ver no capítulo 4.

Todavia, não são eles os únicos autores a sofrer de uma certa miopia conceptual numa das questões mais essenciais deste tema: a relação entre direitos e deveres e a qual deles cabe a primazia.

No que diz respeito a esta questão, a palavra-chave é, estamos em crer, uma **relação de equilíbrio**. Mais do que um excessivo enfoque na esfera dos deveres e da responsabilidade, como é apanágio da concepção de Dobson e de outros autores que estudam o tema nesta mesma linha de argumentação, ou de um enfoque centrado única ou quase exclusivamente na vertente dos direitos no seguimento do texto clássico de T.H. Marshall, como foi proposto com maior ou menor ênfase por Bart Van Steenberghe e Howard Newby, a cidadania, sob o prisma da crise ambiental contemporânea e na expressão de um Contrato Ambio-Social, embora se possa considerar como uma ampliação dos direitos humanos às reivindicações que acima mencionámos, não se pode definitivamente eximir a uma articulação e a um equilíbrio constantes entre a esfera dos direitos e a esfera dos deveres.

Senão vejamos:

- À reivindicação do direito a um de modelo de sociedade democrática que compatibilize justiça económica, equidade social, sustentabilidade ambiental e reconhecimento do direito à diversidade cultural não é alheio o dever de uma participação activa dos cidadãos na construção da mesma e essa participação só pode ocorrer com base na vivência de uma cidadania esclarecida, comprometida e militante;
- A reivindicação de um paradigma económico e tecnocientífico sustentável não pode ocorrer se não for encarado como dever o que já, no capítulo 4, chamámos a atenção relativamente a este assunto ao considerarmos a perspectiva de Dobson: o dever de possuir uma consciência crítica sobre o papel social desempenhado pela ciência como actor institucional no quadro de uma sociedade democrática e como agente de resolução dos problemas da crise ambiental, bem como sobre a ideia de progresso tecnocientífico e económico;
- A responsabilidade para com as gerações futuras e para com as formas de vida não humanas, mesmo inscrevendo-se numa matriz antropocêntrica e se encarada como uma extensão dos direitos humanos, não está isenta de modo algum de uma acção humana pautada para com as mesmas sob o prisma do dever nas mais diversas áreas.

Como nos alerta e bem Viriato Soromenho-Marques:

“Os seres vivos e inanimados, bem como os sistemas por ele formados, passam a ser defendidos não pelo reconhecimento de direitos intrínsecos à Natureza e seus componentes (...), mas por uma série de deveres que os humanos se impõem respeitar relativamente a eles, não somente no plano ético, mas jurídica e politicamente”¹⁰.

Latente neste debate entre direitos e deveres, encontra-se algo mais profundo que remete para uma certa clivagem conceptual entre ambientalismo e ecologismo, deixando ambos os conceitos sem grandes pontos de comunicação entre si.

Recuperando aqui a distinção entre os dois conceitos efectuada por Dobson em *Green Political Thought*¹¹, e atendo-nos ao seu rigor argumentativo, verificamos que uma noção de cidadania ambiental não revela qualquer grau de familiaridade ou de complementaridade com a perspectiva da cidadania ecológica, muito por força dos

¹⁰ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 74.

¹¹ Capítulo 4, notas 24 e 25.

caminhos onde os argumentos de cada uma das perspectivas nos pode conduzir politicamente.

Neste ponto não temos apenas já em mente uma certa estreiteza analítica, a qual já apontámos, em relação à perspectiva da cidadania ecológica face à incapacidade desta em abarcar a complexidade dos fenómenos que constituem a crise ambiental contemporânea, mas sim os princípios do ecologismo como definidos por Dobson, isto é, a prescrição de um dado modelo de sociedade e um programa de acção política conducente a ele.

Se levados ao seu extremo mais radical, ou seja, à constituição de um regime político com base numa abordagem fiel aos princípios do ecologismo, verificamos que este não só soçobria em termos de coerência dos seus argumentos, intenções e da sua validade conceptual, bem como nos poderia conduzir a um tipo de regime político que extravasaria perigosamente as fronteiras dos sistemas políticos das sociedades democráticas que, quanto a nós, é o espaço político único e privilegiado que consignamos ao exercício da cidadania ambiental sob o prisma da ampliação do contratualismo moderno no âmbito de um Contrato Ambio-Social.

Para demonstrar o que acabámos de afirmar em relação ao ecologismo façamos, na próxima secção, um radical exercício de imaginação com uma das correntes de pensamento ecológico contemporâneo mais destacadas, a ecologia profunda.

6.2. As montanhas não pensam nem assinam contractos naturais: a inviabilidade de um ecocentrismo *avant la lettre* - A patologia distópica da Ecologia Profunda

Nesta secção pretendemos analisar os princípios do ecologismo proclamados por Dobson em *Green Political Thought* à luz daquela que é a mais radical, implausível e incoerente corrente dentro do pensamento ecológico, a ecologia profunda, e pensá-la em termos do que seriam as suas possíveis consequências face à problemática da crise ambiental contemporânea. Para esse efeito, teremos de proceder à sua análise nas vertentes filosófica, ética e política.

O conceito e os princípios da ecologia profunda foram cunhados por Arne Naess, filósofo e montanhista norueguês, em 1973, através de um artigo intitulado “The Shallow and the Deep”, bastante influente tanto entre a comunidade académica como nos círculos do movimento ambiental.

Nele, Naess distingue dois tipos de abordagem aos problemas ambientais que diferem radicalmente entre si. Critica, em primeiro lugar, uma abordagem de cariz **superficial** que se concentra apenas nas questões da poluição e da depleção de recursos naturais e que, segundo ele, representa uma gestão tecnocrata característica das democracias liberais¹², centrada numa perspectiva antropocêntrica e económica dos países desenvolvidos que não questiona em profundidade a relação entre o homem e a natureza, para lhe opor o que ele considera uma visão mais holística em face dos problemas ambientais.

Naess denomina este tipo de abordagem como **ecologia profunda** que, além de se confrontar com os problemas da poluição e da depleção de recursos naturais, pretende criar uma **visão radical** com os paradigmas da modernidade tecnocientífica, através de um questionamento constante da relação entre a vida humana, a sociedade e a natureza.

Isto é-nos confirmado claramente por Bill Devall e George Sessions, autores de uma exposição mais ampla sobre a ecologia profunda e que constitui uma das principais referências bibliográficas da declaração de princípios desta corrente:

¹² Arne Naess, “The Shallow and the Deep”, p. 1.

“A essência da ecologia profunda reside em não desistir de interrogar a vida humana, a sociedade e a Natureza, numa busca constante como na tradição filosófica desde Sócrates”¹³.

Devendo uma grande parte da sua inspiração ao trabalho fundador de Aldo Leopold em “The Land Ethics”, em que este propõe um alargamento das fronteiras da ética ao mundo natural, a ecologia profunda de Naess prima, contudo, por uma abordagem ainda mais radical que a de outras correntes da ética ambiental, dado que pretende estabelecer a relação entre homem e natureza nos seus fundamentos espirituais e ontológicos, fornecendo uma **visão global do mundo** em termos filosóficos e religiosos¹⁴.

Divisamos isto mais claramente no modo como a ecologia profunda pensa a relação entre o ser humano e o mundo natural. Rompendo definitivamente com os dualismos de inspiração platónica e cartesiana, Naess postula a noção de **igualitarismo biosférico**, na qual as formas de vida não humanas detêm **o mesmo estatuto moral e a mesma dignidade ontológica** que é consignada aos seres humanos. Deste modo, a esfera humana não prevalece já como outrora numa dimensão superior ao mundo natural, como foi determinado pelas grandes filosofias antropocêntricas da modernidade.

Como argumenta Naess:

“O igualitarismo ecológico implica a reinterpretação da variável de pesquisa futura, «nível de reconhecimento (*crowding*)» para que o reconhecimento geral de mamíferos e a perda de igualdade biótica sejam levados a sério, e não apenas o reconhecimento humano”¹⁵.

O igualitarismo biosférico proposto por Naess assenta na noção de uma **estrutura inter-relacional da realidade**, ou seja, na biosfera como totalidade e espaço privilegiado de uma rede complexa de relações. Neste entendimento da biosfera, a esfera de acção humana está sujeita a restrições dado que, de acordo com o princípio de igualdade biosférica, as formas de vida não humanas possuem, à semelhança do ser humano, o mesmo direito de desenvolverem as possibilidades outorgadas pela sua esfera vital¹⁶.

¹³ Bill Devall e George Sessions, *Ecologia Profunda – Dar Prioridade à Natureza na nossa Vida*, p. 85.

¹⁴ Bill Devall e George Sessions, *op. cit.*, p. 85.

¹⁵ “Ecological egalitarianism implies the reinterpretation of the future-research variable, “level of crowding,” so that general mammalian crowding and loss of life-equality is taken seriously, not only human crowding”. Naess, *op. cit.*, p. 1.

¹⁶ Devall e Sessions, *op. cit.*, p. 88.

Se em termos éticos, o igualitarismo biosférico parece socorrer-se até certo ponto da doutrina mutualista de Kropotkin exposta em *Mutual Aid* (1902), em que a cooperação entre formas vida surge como alternativa ao darwinismo biológico e social, ele não é viável sem um substrato ontológico que esteja na sua base. A este respeito, o argumento de Naess, entendido como uma ontologia panteísta da biosfera ou como um espaço privilegiado de relação, funda-se numa identificação activa do indivíduo com círculos cada vez mais amplos de realidade¹⁷.

Numa clara alusão à filosofia de Spinoza¹⁸, e também à ontologia neoplatónica de Plotino¹⁹, embora despojada dos seus elementos transcendentalistas, a diversidade de formas de vida existente na biosfera corresponde à existência de várias gradações de realidade com a qual o homem se identifica e em que se enriquece gradualmente num processo de identificação que vai da esfera humana à totalidade das espécies não humanas que habitam o planeta.

A uma ética e a uma ontologia de cariz antropocêntrico, Naess opõe uma ética que se funda no **valor intrínseco** de cada ser vivo e no interesse humano em preservá-lo, seguindo o mesmo princípio de igualdade moral.

Verificamos, no entanto, que a passagem do argumento do igualitarismo biosférico às esferas social e política, através da lógica da instituição de um contrato natural (seguindo aqui o mais fielmente possível nesta terminologia os princípios do ecologismo cunhados por Dobson de transformação radical do modelo social e político em geral e da ecologia profunda em particular) não se efectua sem **grandes constrangimentos operativos**, tanto no plano intelectual como no plano prático.

Embora a ecologia profunda, quer enquanto filosofia ou aquando da sua evolução para uma plataforma que engloba as mais díspares das influências como foi documentado por Devall e Sessions²⁰, não apresente qualquer vestígio de coerência doutrinária, a sua repercussão ganhou direito de antena suficiente para constituir tema de diversos artigos científicos e manuais de ética e filosofia ambiental e influenciou, consciente ou inconscientemente, o pensamento de vários autores no tocante às questões ambientais.

¹⁷ Freya Mathews, “Ecologia Profunda” em Dale Jamieson (Ed.), *Manual de Filosofia do Ambiente*, p. 230.

¹⁸ Principalmente em *Ética*, I, prop.25.

¹⁹ Principalmente em *Enéadas*, V, 9, 3.

²⁰ Veja-se o capítulo 6 da obra de Devall e Sessions sobre as diversas influências da ecologia profunda que vão desde as religiões orientais ao poeta da Beat Generation, Gary Snyder.

Um desses autores é Michel Serres, que na sua obra mais famosa, *O Contrato Natural* (1990), incorpora até certo ponto alguns dos princípios do igualitarismo biosférico de Naess numa possível extensão ao campo da filosofia política. Embora seja amplamente contestável ancorar Serres totalmente a uma categoria de pensadores próximos do eixo da ecologia profunda como o faz Luc Ferry²¹, a nosso ver, a ideia de um contrato natural surge como uma sequência política lógica dos princípios ontológicos e éticos de Naess.

Uma abordagem contratualista ao mundo natural deriva sobretudo do valor intrínseco que a ecologia profunda lhe atribui. Não se trata já tão-somente de afirmar o direito moral das formas de vida não humanas desenvolverem as suas condições biológicas, mas sim de **dotar o mundo natural de personalidade jurídica, asseverando os seus direitos jurídicos, cívicos e políticos**.

Trata-se, como declara Serres, de

“Um novo pacto, um novo acordo prévio, que devemos estabelecer com o inimigo do mundo humano: o mundo tal e qual”²².

O que à primeira vista poderia parecer uma ampliação de um conceito axial da filosofia política moderna ao mundo natural deve ser encarado com algumas reservas. Embora Serres não desenvolva coerentemente este argumento, a ideia de um contrato natural é fundamentalmente uma condenação do antropocentrismo desmesurado e arrogante da *Declaração dos Direitos do Homem de 1789* que, na opinião de Serres, “ignora e silencia e o mundo”²³, isto é, o mundo para além dos assuntos humanos.

Neste ponto, Serres alinha a sua posição pelo prisma da ecologia profunda naquilo que Devall and Sessions denominam como o paradigma dominante²⁴.

É agora chegado o momento de expormos algumas das fraquezas conceptuais que tornam inoperáveis os princípios da ecologia profunda. Ambas as noções de igualitarismo biosférico e de contrato natural, se pensadas como base de um novo paradigma de ecologia política ou da sua possível aplicação à esfera da prática política, revelam-se **insuficientes** precisamente pela sua intenção de constituir as formas de vida não humanas, o mundo natural em geral, como entidades portadoras de direitos.

²¹ Luc Ferry, *Le Nouvel Ordre Écologique*., p. 110 e ss.

²² Michel Serres, *O Contrato Natural*, p. 31.

²³ Serres, *op. cit.*, p. 61.

²⁴ Devall and Sessions, *op. cit.*, p. 60 e ss.

Vimos já, a propósito da questão da exequibilidade de um conceito de cidadania ambiental ou de cidadania ecológica, que a questão de atribuição de direitos a formas de vida não humanas só pode ser enfocada nos limites do antropocentrismo e como ampliação dos direitos humanos fundados pelo contratualismo moderno com base na reciprocidade entre dois agentes racionais, algo que é inerente ao plano contratual.

Para além deste aspecto, a ecologia profunda, e isto é válido também para qualquer posição ecocêntrica em geral que vise um nivelamento ontológico do reino humano com o mundo natural, incorre num outro equívoco, desta vez no plano gnosiológico e, também ele, profundamente contraditório. Isto porque a atribuição de direitos ao mundo natural, isto é, a declaração do valor intrínseco da natureza, é sempre feita a partir do ponto de vista da **subjectividade humana**.

Como nos recorda Luc Ferry:

“(…) são eles [os ecologistas profundos,] enquanto seres humanos, que valorizam a natureza e não o contrário, dado que é impossível fazer a abstracção deste momento subjectivo ou humanista para projectar no próprio universo um qualquer «valor intrínseco»”,²⁵.

Se no âmbito da teoria política, a ecologia profunda peca por uma notória ausência de argumentos coerentes, no que toca à sua visão da organização das estruturas políticas e sociais e à procura de soluções viáveis para dar resposta aos desafios da crise global contemporânea, a análise de Naess e de outros autores que lhe estão associados encontra-se aí quase totalmente arredada.

Em termos de organização política, a ecologia profunda não vai mais longe do que retomar alguns conceitos caros ao anarquismo, principalmente ao clássico Kropotkin (o já citado *Mutual Aid*) e ao contemporâneo Murray Bookchin (*Ecology of Freedom*), propondo um movimento de **descentralização** e **autonomia** das comunidades locais²⁶, um pouco à semelhança das comunidades utópicas existentes nos Estados Unidos da América no século XIX, em vez dos Estados centralizados das nossas democracias liberais.

²⁵ “(…) c’est eux, en tant qu’ être humains , qui valorisent la nature et non l’inverse, qu’il est impossible de faire abstraction de ce moment subjectif ou humaniste pour projeter dans l’univers lui-même une quelconque «valeur intrinsèque»”. Luc Ferry, *op. cit.*, p. 197.

²⁶ Devall e Sessions, *op. cit.*, p. 34 e ss.

No que se poderia considerar quase como uma descrição pastoral e idílica, na concepção de comunidade instaurada pela ecologia profunda, a **bioregião**, as comunidades auto-suficientes e auto-reguladas trabalham **simbioticamente** entre elas e também em simbiose com o mundo natural e representam, de certo modo, uma tentativa de regresso à condição social de um mundo pré-moderno que não deixa de ter laivos das primevas sociedades de caçadores-recolectores que interagiam harmoniosamente com a natureza²⁷.

Não nos deve surpreender, portanto, que Devall e Sessions coloquem as sociedades primitivas como exemplo da comunidade ideal inspirada pelos princípios da ecologia profunda no que chamam de tradição minoritária e que se opõe às estruturas das democracias liberais²⁸.

À luz dos princípios defendidos por Naess, o conceito de bioregião visa, de forma nostálgica e simbólica, o regresso a um mundo **ecologicamente pristino**, a um estado primitivo do homem livre dos degradantes paradigmas da modernidade, uma espécie de regresso a um paraíso perdido natural tão elogiado por Rousseau, onde as comunidades humanas e não humanas não se aniquilam uma à outra.

No entanto, o que se assemelha à base de um ecoanarquismo de tonalidades românticas, em termos de estruturas políticas é incomportável face à expressão global dos fenómenos da crise ambiental, bem como face ao próprio mundo globalizado em que vivemos.

Esta espécie de regresso a uma Arcádia ecológica (refira-se que a ecologia profunda pensa o mundo não na sua condição real, mas sim no que ele, de acordo com os seus princípios, deveria ser) não permite, como aponta Freya Mathews, pensar os problemas de um mundo em que a migração de indivíduos de comunidades rurais para grandes metrópoles²⁹ constitui uma das grandes questões do nosso século a que urge dar resposta.

Assim como não permite igualmente descortinar soluções ou, se o permite, essas soluções assumem apenas um cariz **parcial** que não responde à globalidade dos problemas, para uma civilização tecnocientífica em clara clivagem entre as janelas do

²⁷ Freya Mathews, *op. cit.*, p. 239.

²⁸ Devall e Sessions, *op. cit.*, p. 34 e ss.

²⁹ Freya Mathews, *op. cit.*, p. 239.

caos e os labirintos da sustentabilidade. Nesse sentido, a gestão tecnocrática superficial que Naess aponta ao ambientalismo ganha claramente terreno sobre a sua concepção da ecologia profunda.

Mas não só. Do ponto de vista da crise ambiental, e é isto que nos parece mais perigoso, uma abordagem holística fundada na ecologia profunda, se levada aos seus limites e pressupostos, seria apenas exequível num quadro político que extravasaria indubitavelmente os princípios das sociedades democráticas, conduzindo **a regimes de práticas sociopolíticas de cariz autoritário** e, eventualmente, **totalitário**.

Esta opinião é fundamentada, entre outros estudiosos do pensamento político, por Angel Valencia Saíz. Num artigo intitulado “Teoria Política Verde”, Saíz sublinha a inaptidão prática da ecologia profunda ao abordar os problemas da crise contemporânea do ambiente e conclui que os seus princípios dificilmente se compatibilizam com uma interpretação e vivência democrática³⁰.

Talvez se torne mais claro o que acabámos de afirmar se olharmos para o quarto dos princípios básicos da ecologia profunda que observa o seguinte:

“O florescimento da vida e das culturas humanas é compatível com uma diminuição substancial da população humana. O florescimento da vida não-humana *exige* um decréscimo dessa população”³¹.

Em termos de uma *Realpolitik*, e tendo em conta as projecções de diversos estudos sobre o crescimento da população mundial para as próximas décadas, este princípio da ecologia profunda, se levado *avant la lettre*, seria apenas executável através de **uma planificação estatal centralizada no quadro de um regime sociopolítico autoritário de cariz totalitário** e, por essa mesma razão, incompatível com a essência de um sistema político democrático.

Esclareçamos, porém, o significado em que aplicamos a palavra totalitarismo. A tendência totalitarista que associamos aqui à ecologia profunda, se pensada sob os seus princípios políticos e estes levados a um extremo radical de aplicação, não possui o mesmo significado que, por exemplo, em Hannah Arendt, para quem na sua obra *As Origens do Totalitarismo*, este significa a negação total de determinados aspectos da natureza humana.

³⁰ Angel Valencia Saíz, “Teoria Política Verde” in *Revista Española de Ciencia Política*, Num. 3, p. 185.

³¹ Devall e Sessions, *op.cit.*, p. 90. O itálico é nosso.

Ao falarmos de um regime de cariz totalitário entendemo-lo como uma estratégia de domínio, isto é, como um **sistema político no qual o Estado detém uma total autoridade sobre a sociedade e tenta submeter todos os aspectos da vida pública e privada ao seu domínio.**

Embora, tal como em relação a Michel Serres, não subscrevamos de todo a opinião de Luc Ferry³² ao fazer de Hans Jonas um pensador dignatário da ecologia profunda, ninguém melhor do que o autor de *O Princípio de Responsabilidade* ocorre em apoio do nosso argumento.

Na sua obra maestra, Jonas devém um ardente defensor de um regime totalitário, neste caso o comunismo soviético, como o tipo de regime político mais adequado para lidar globalmente com os problemas ambientais³³.

Uma política pragmática da ecologia profunda em relação à questão da população, mas também em relações a outros problemas ambientais tendo em conta os princípios desta corrente que aqui explorámos, só poderia conhecer a luz do dia com a instauração de uma racionalidade apenas concebida em regimes autoritários, à semelhança do modelo de comunismo ex-soviético, em que, como aponta Jonas,

“As decisões da cúpula dirigente, que podem ser tomadas sem a aquiescência prévia dos subordinados afectados, não chocam com nenhuma resistência por parte do corpo social (...) e se acompanhadas pelo apoio da estrutura política, serão seguramente implementadas. Isto inclui medidas que, no interesse próprio dos afectados, não se teriam imposto espontaneamente, (...) que, portanto, dificilmente chegariam a ser adoptadas num sistema democrático (...)”³⁴.

Fica assim patente o que pode significar a prescrição de um dado modelo de sociedade e um programa de acção política conducente a ele nos termos de um ecologismo profundamente radical: a tentação de ceder a uma concepção perfumada por uma certa **distopia** remanescente de Huxley ou de Orwell, incompatível com os princípios e

³² Luc Ferry, *op. cit.*, p. 110.

³³ Veja-se *O Princípio da Responsabilidade*, capítulo 5, secções 3 e 4, onde Jonas milita claramente por um regime de vocação autoritária para uma gestão adequada dos problemas ambientais.

³⁴ “Las decisiones de la cúpula dirigente, que pueden ser tomadas sin la previa aquiescencia de los subordinados afectados, no chocan con ninguna resistencia del cuerpo social (...) y, si van acompañadas de una cierta fiabilidad del aparato, pueden estar seguras de su ejecución. Esto incluye medidas que el interés propio de los afectados no se había impuesto espontáneamente, medidas, por tanto, que difícilmente llegarían a adoptarse en un sistema democrático (...). Hans Jonas, *El Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, p. 242.

estruturas das democracias liberais da sociedade contemporânea. Voltaremos a este assunto com mais pormenor no capítulo 10 ao falarmos de Hans Jonas.

Sociedade contemporânea que se encontra amplamente estruturada e dominada por uma concepção de tecnociência que não abandonou ainda o contexto clássico e os paradigmas da modernidade e que, à luz da noção de cidadania ambiental que tentámos estabelecer neste capítulo, reclama um paradigma tecnocientífico sob o primado da sustentabilidade conducente com a crise do ambiente que vivemos.

É esta a matéria dos próximos três capítulos da nossa investigação.

Capítulo 7 – Da religião moderna do progresso à tentação contemporânea do pós-humano: a tecnociência com um aroma de abismo

7.1. Sob o signo do progresso: para uma genealogia da tecnociência e da sua relação com a natureza

A ciência e a técnica moderna têm permitido uma evolução sem precedentes no desenvolvimento das mais variadas esferas da vida da espécie humana. Ao contrário de épocas anteriores, o homem actual foi e é ainda capaz de atingir as mais surpreendentes conquistas nos mais diversos âmbitos da realidade e, dessa forma, o seu poder e a sua capacidade de intervir na mesma crescem vertiginosamente. A ciência e a técnica traduzem-se fundamentalmente em duas palavras: **poder e domínio**.

Mas este poder comporta também um lado negativo e, se o exercício do mesmo não for equacionado e aplicado de uma forma realista, pode tornar-se absolutamente destrutivo para a própria humanidade enquanto espécie. É aqui que surge a necessidade de **reavaliar os pressupostos do modelo de ciência** que até agora guiou a acção humana desde a modernidade até aos dias de hoje. A ciência e a técnica, pela magnitude das suas implicações, não só têm a capacidade de provocar profundas alterações na natureza humana como podem comprometer o equilíbrio e a sustentabilidade do próprio planeta.

As descobertas e conquistas logradas pela ciência e pela tecnologia, nomeadamente nos últimos três séculos, não só colocaram novos dilemas à relação entre homem e natureza¹ que incitam a um esforço de profunda reflexão, como também, sob o prisma do conceito de cidadania ambiental que desenvolvemos no capítulo anterior, exigem uma **postura crítica e reivindicativa face ao paradigma tecnocientífico dominante e à ideia de progresso que o sustenta**, obrigando à ampliação da reflexão cívica a uma área que anteriormente estava fora da sua jurisdição crítica.

¹ Reflectindo sobre esta questão, Hannah Arendt vai ainda mais longe afirmando que o paradigma tecnocientífico criou um abismo de comunicação entre as ciências sociais e humanas e as ciências naturais a tal ponto que “(...) a ciência moderna (...) alterou e reconstruiu tão radicalmente o mundo em que vivemos, que se poderia argumentar que o leigo e o humanista, (...) perderam já o contacto com a realidade;” Hannah Arendt, “A Conquista do Espaço e a Dimensão do Homem” em *Entre o Passado e o Futuro – Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, p. 278. A este respeito veja-se também o ensaio de C.P. Snow, *The Two Cultures* (1959).

Na medida em que, na problematização da tecnociência e da ideia de progresso, o que fundamentalmente está em questão é a posição do homem face ao mundo que o rodeia, isto é, à natureza mediada pela actividade científica, há que recuar às origens do paradigma tecnocientífico moderno para compreendermos como a crise ambiental o colocou definitivamente em causa e de como ele necessita de novas perspectivas numa era em que a transição para a sustentabilidade impõe limites à sua acção.

7.1.1. Ciência e Natureza na Antiguidade e Idade Média

A concepção da antiguidade, nomeadamente na cultura grega, no que toca à relação entre homem e natureza é de uma quase fundamental oposição ao que se passa nos nossos dias. Por maior que fosse a intervenção do ser humano no meio natural, ele não produz uma alteração visível nem sequer se coloca a possibilidade de esgotamento dos recursos que a natureza oferece. A vida humana não hostiliza o meio natural.

Como afirma Hans Jonas:

“(...) as intervenções do homem na natureza (...) eram essencialmente superficiais e incapazes de causar danos ao seu permanente equilíbrio”².

Gaia, ou seja, o modo como os gregos designam a própria natureza, é entendida como um organismo intelectual³, e a relação do homem com a natureza, como pensada pela ética ambiental contemporânea, não é de todo um eixo central do horizonte de reflexão helénica, embora se detectem, aqui e ali, algumas referências ao tema e aos efeitos da acção humana sobre a natureza, como em Platão, no *Crítias*, ou em Sófocles, na sua tragédia *Antígona*⁴.

O elemento primordial do homem é, como já vimos no capítulo 1 a propósito da cidadania na Grécia Antiga, a *pólis*, a cidade-Estado, na qual o ser humano desenvolve toda a sua actividade, nomeadamente ética e política, actividades que atestam a busca da excelência humana.

A relação privilegiada é do homem para com os outros homens e não do homem para com a natureza. É dentro da *pólis*, o seu mundo natural, que o homem se esforça por

² Hans Jonas, *El Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, p. 27.

³ Victor Ferkiss, *Nature, Technology and Society – Cultural Roots of the Current Environmental Crisis*, p. 5.

⁴ Victor Ferkiss, *op. cit.*, pp. 5-6.

encontrar um equilíbrio e uma harmonia semelhantes à ordenação existente no cosmos. Por motivos predominantemente culturais, económicos e sociais não se vislumbra na Grécia clássica uma atitude marcadamente afirmativa e pragmática em face da tecnologia.

Na medida em que a actividade teórica é a actividade por excelência, a cultura grega demonstra um profundo **desdém** por actividades de outra natureza que não as actividades intelectuais, relegando para um patamar vincadamente inferior o labor manual e físico, não adequado ao cidadão livre de preocupações com as necessidades da vida quotidiana.

Como afirma Victor Ferkiss:

“O trabalho verdadeiramente duro da economia era desempenhado por escravos e, desse modo, não havia incentivo na sociedade grega para invenções que tornassem o trabalho menor ou mais fácil”⁵.

Se a relação do homem com a natureza no mundo grego se pauta pelo antropocentrismo, este é ainda mais vincado na ética e na cosmovisão implantadas pelo Cristianismo, onde o ser humano surge como o expoente máximo da criação divina e o seu ser, na sua essência, totalmente desenraizado do meio natural. O homem, como obra mais perfeita do mundo criado por Deus, tem a possibilidade de intervir como bem entende na natureza, relegada para segundo plano na ordem de existência das coisas⁶.

Contudo, a sua intervenção não conduz ainda à desestabilização do equilíbrio ambiental. A ciência e a técnica progridem lentamente, mas não colocam ainda em perigo a vida do ser humano no planeta.

Embora na opinião de alguns autores, como por exemplo o historiador francês Jean Gimpel, se deva colocar os séculos XI a XIII como o início da primeira revolução

⁵ “The real dirty work of the economy was performed by slaves, so there was no incentive in Greek society for inventions that made labor less or easier”. *Op. cit.*, p. 7.

⁶ Segundo Lynn White, historiador da tecnologia, é possível encontrar no antropocentrismo cristão a legitimação do domínio humano da natureza que contribuiu no século XX para a eclosão da crise ambiental. Veja-se o seu influente artigo publicado na revista *Science*, em 1967, “The Historical Roots of our Ecological Crisis”, onde White assevera esta tese, alvo de bastante controvérsia posterior. Para uma exposição mais ampla desta problemática vejam-se as obras de H.P. Santmire, *The Travail of Nature: The Ambiguous Ecological Promise of Christian Theology* e Roger D. Sorrell, *St. Francis of Assisi and Nature : Tradition and Innovation in Western Christian Attitudes Towards the Environment*, que defendendo este uma interpretação menos radical que a de White na relação entre Cristianismo e natureza. Confere-se igualmente Ferkiss, *op. cit.*, pp. 18-32.

industrial com os seus consequentes problemas ambientais⁷, estes não foram susceptíveis de comprometer o equilíbrio dos ecossistemas.

À semelhança dos gregos, privilegia-se a relação do homem com o homem como meta para a felicidade suprema. O meio natural é corruptível, sujeito a mudanças, incompatível com a natureza humana, é uma centelha da luz divina, transcendente e com aspirações à eternidade.

7.1.2. A instrumentalização da natureza: a génese do projecto tecnocientífico da modernidade

O início da modernidade representa um progressivo esforço de ruptura com as ideias fundamentais que estruturavam o humano e a sua posição no mundo na Idade Média e na Idade Antiga. Os paradigmas que vieram à luz com o decorrer da modernidade são ainda, em sentido lato, os paradigmas que nos orientam na nossa complexa era contemporânea.

Sem sombra de dúvida, respiramos ainda o aroma da sua aura cultural, isto é, o século XXI, operando sob os desígnios da tecnociência, é o legítimo herdeiro de uma certa concepção de ciência que conhece a sua génese no século XVII.

No intuito de elencar as ideias fundamentais que a ela presidiram, devemos tecer neste momento as linhas directrizes do pensamento de quatro dos arautos que contribuíram decisivamente para a sua legitimação teórica: Giovanni Pico della Mirandola, Francis Bacon, Rene Descartes e Auguste Comte.

7.1.2.1. A emergência de um novo paradigma e de um novo triângulo de alianças: homem/ciência/técnica e natureza/poder/utilidade

O que está em jogo na emergência deste novo paradigma científico no início da modernidade é nada mais, nada menos que

“(...) a possibilidade da transformação radical das condições da vida humana”⁸.

⁷ Jean Gimpel, *A Revolução Industrial da Idade Média*, pp. 88-101. A respeito do papel desempenhado pela tecnologia no mundo medieval veja-se também a influente e provocadora obra de Lynn White, *Medieval Technology and Social Change*.

⁸ “(...) the possibility of a radical transformation of the conditions of the human life”. Benjamin Farrington, *Francis Bacon - Philosopher of Industrial Science*, p. 17.

Esta transformação corresponde a um notório desejo de **emancipação** da razão e da espécie humana do espartilho paradigmático medieval e dos limites naturais a que a sua condição está submetida⁹.

Trata-se de assumir, de uma vez por todas, o lugar que lhe está destinado como agente criador e responsável pela determinação da integralidade das condições da sua existência e do domínio efectivo sobre as restantes formas de vida. Nesta transformação, há três elementos que desempenham um papel primordial:

- a) A tecnociência, isto é, a aliança entre técnica e ciência enquanto meios para a emancipação humana sobre as condições do mundo natural;
- b) A natureza como fonte de recursos de onde o homem retira as matérias-primas indispensáveis à realização dos seus empreendimentos;
- c) A relação que o homem estabelece com o meio natural.

Contrariamente a etapas históricas anteriores em que o homem procura indagar e compreender a natureza através da contemplação e observação, a modernidade introduz um dado completamente novo que viria a produzir efeitos devastadores nas condições ecológicas planetárias: a necessidade de adaptação dos recursos naturais às ambições e realizações humanas.

A natureza não existe já apenas em si e por si. Passa a ser alvo de um desejo de **transformação** oculto na abordagem experimental com que o homem se acerca a ela através da ciência. A natureza é desvelada até à sua mais íntima lei mediante a **experimentação** que sobre ela exerce uma ciência sexista e de cariz masculino¹⁰, com base em técnicas e instrumentos¹¹, procurando-se assim desvendar inteiramente o seu *modus operandi*.

A juntar a isto, na **aliança entre ciência e técnica**, devemos aduzir a subordinação da primeira à segunda sob o primado da **utilidade**. A ciência torna-se tecnociência e procura apenas inspeccionar a natureza e utilizar os seus recursos com um fim específico. Não importa já apenas conhecer o conjunto das leis naturais. Importa,

⁹ V. Soromenho-Marques, “Crise do Ambiente, Ética e Valores” in *O Futuro Frágil*, p. 137.

¹⁰ Um exemplo ilustrativo do que acabámos de afirmar é que um dos objectivos dos membros da *Royal Society*, fundada em Londres no ano de 1660, era construir uma filosofia masculina, uma vez que consideravam as mulheres inaptas para a prática científica. Cf. Victor Ferkiss, *op. cit.*, p. 40.

¹¹ Miguel Almeida, *Um Planeta Ameaçado – A Ciência perante o Colapso da Biosfera*, p. 44.

outrossim, determinar as que são mais úteis e que contribuem para a melhoria das condições da vida humana.

Com este carácter de utilidade legitimou-se o controlo, o domínio e o poder humano indiscriminados sobre a natureza através da exploração massiva e predatória dos recursos naturais para as realizações humanas.

7.1.2.2. Pico della Mirandola - *Oratio de Hominis Dignitate* (1486): a liberdade como destino e o homem no centro do universo

Uma das primeiras declarações da emancipação humana face a qualquer constrangimento natural ou de qualquer outra ordem, encontramos-la no *Discurso sobre a dignidade do Homem*, de Pico della Mirandola. Para além de louvar desmesuradamente a sorte da condição humana, considerando-a “de toda a admiração”¹², invejável não só pelas bestas, mas também “pelos astros e até pelos espíritos supramundanos”¹³, legitima o antropocentrismo como um destino ao qual o homem não pode escapar.

Criado por Deus como o ser mais digno da Sua Criação para contemplar a grandeza da Sua obra¹⁴, o Ser Supremo dotou também o homem de natureza indefinida¹⁵ e, por isso, com a capacidade de ser inteiramente responsável pela sua autodeterminação, de acordo com a sua liberdade pessoal. As passagens seguintes de *Oratio de Hominis Dignitate*, em que se consagra a distinção ontológica existente entre a condição do homem e a condição da natureza, contribuem, em nosso entender, para que possamos incluir Pico della Mirandola como um dos precursores do desejo de emancipação humana face à sua condição natural.

O autor coloca o Homem em posição de superioridade perante a natureza através da voz de Deus, que teria falado assim a Adão no início da Criação:

“A natureza bem definida dos outros seres é refreada por leis por nós prescritas. Tu, pelo contrário, não constrangido por nenhuma limitação, determiná-la-ás para ti, segundo o teu arbítrio, a cujo poder te entreguei”¹⁶.

¹² Giovanni Pico della Mirandola, *Discurso sobre a dignidade do Homem*, p. 49.

¹³ *Op. cit.*, p. 49.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 51.

¹⁵ *Op. cit.*, p. 51.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 53.

Para que, prossegue Deus esclarecendo Adão,

“(...) tu, árbitro e soberano artífice de ti mesmo, te plasmasses e informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido”¹⁷.

Sendo a sua condição não limitada por nenhuma outra lei que não a sua, o homem tem a possibilidade de ser tudo o que quiser ser e, embora não textualmente afirmado no *Discurso*, Pico della Mirandola abre caminho para o domínio humano sobre o meio natural, devido à magnificência e superioridade da sua condição ontológica. Ficam, assim, abertas as portas para que a ciência seja a chave que permita abrir de par em par as portas de acesso à exploração do mundo natural da experimentação, legitimadas pelo pensamento de Francis Bacon e René Descartes.

7.1.2.3. Francis Bacon, Descartes e Leibniz - *New Atlantis* (1624), *Discours de la Methode* (1637) e *Hypothesis Physica Nova* (1671): a ciência como a grande conquista da humanidade

Em Bacon e Descartes encontramos o racionalismo que foi determinante para o desenvolvimento da ciência moderna¹⁸. A visão que ambos possuem sobre o âmbito do empreendimento científico articula-se perfeitamente. Bacon manifesta um total desprezo por qualquer tipo de conhecimento que não tenha em vista a utilidade e a intenção de afirmar o domínio do homem sobre o meio natural¹⁹.

A sua ambição era

“(...) sistematizar e organizar o desenvolvimento e aplicação do conhecimento sobre a natureza(...)”²⁰,

considerando que esta só pode ser controlada se for **dominada**²¹.

Nele encontramos, em potência, a metodologia, os horizontes e a definição de competências das diversas disciplinas que se ocupam da actividade científica tal como

¹⁷ *Op. cit.*, p. 53.

¹⁸ Stephen Toulmin, em *Cosmopolis – The Hidden Agenda of Modernity*, resume lucidamente a natureza da ciência moderna ao declarar que “In choosing as the goals of Modernity an intellectual and practical agenda that set aside the tolerant, skeptical attitude of the 16th-century humanists, and focused on the 17th-century pursuit of mathematical exactitude and logical rigor, intellectual certainty and moral purity, Europe set itself on a cultural and political road that has led both to its most striking technical successes and to its deepest human failures”. *Op. cit.*, p. x.

¹⁹ Farrington, *op. cit.*, p. 16.

²⁰ “(...) his ambition was to systematize and organize the development and application of natural knowledge (...)”. Farrington, *op. cit.*, p. 16.

²¹ “For we cannot command nature except by obeying her”. Francis Bacon, *Novum Organum*, 129.

ele se desenrola actualmente. Mais do que um ideal humanitário, a ciência moderna expressa quase um desígnio e uma profissão de fé, sancionada, em 1671, por Leibniz ao estabelecer que **não existe nenhum efeito sem uma causa que o origine**²². Ao acoplar o princípio do fundamento com o princípio da causalidade, Leibniz exprime melhor do que ninguém o ideário teórico da concepção baconiana de ciência.

Segundo o próprio Bacon, em *New Atlantis*, a ciência deve ocupar-se do

“(...) conhecimento das causas e secretos movimentos de todas as coisas e o alargamento dos confins do império humano à produção de todas as coisas possíveis”²³.

Além de estar aqui proposta

“(...) uma sociedade orientada pelo primado político de uma organização científica(...)”²⁴,

Bacon introduz uma nova dimensão no âmbito do trabalho científico: a sua **aplicação industrial**²⁵.

Descartes, por seu lado, salienta, em consonância com o pensador inglês, a importância e a utilidade da esfera prática do conhecimento científico, por contraposição à sua dimensão meramente teórica, na apropriação e utilização dos recursos naturais para a transformação das condições da vida humana²⁶. Em ambos os pensadores deparamo-nos com a ideia de que as forças naturais devem ser **exploradas** e objecto de uma **dominação prática**²⁷ por parte do homem que, através da ciência, consegue aumentar o seu conhecimento sobre as leis naturais e, consequentemente, o seu poder.

No século XIX, Auguste Comte irá ampliar as directrizes de Bacon e Descartes e, associando-as à ideia de progresso, fará delas o modelo de uma sociedade subordinada a um fim: a produção industrial.

²² “nihil est sine ratione seu nullus effectus sine causa” é a fórmula que Leibniz utiliza na sua obra de 1671, *Hypothesis Physica Nova*, sancionando assim o advento do pensamento científico moderno de Galileu, Newton e outros destacados nomes da ciência moderna. Cf. Franz Josef Bruseke, “A Crítica da Técnica Moderna”, p. 15.

²³ “(...) the knowledge of causes and secret motions of things and enlarging of the bounds of Human Empire to the effecting of all things possible”. *New Atlantis*, 71.

²⁴ V. Soromenho-Marques, “Pensamento Utópico e Crise Ambiental” in *Metamorfoses*, p. 149.

²⁵ Farrington, *op. cit.*, p. 15.

²⁶ “(...) il est possible de parvenir à des connaissances qui soient fort utiles à la vie, et qu’au lieu de cette philosophie spéculative qu’on enseigne dans les écoles, on en peut trouver une pratique (...), et ainsi nous rendre comme maîtres et possesseurs de la nature”. Descartes, *Discours de la Methode* in *Oeuvres et Lettres*, p. 168.

²⁷ V. Soromenho-Marques, *O Futuro Frágil*, p. 137.

7.1.2.4. Auguste Comte - *Plan des Travaux Scientifiques* (1822): a fé ilimitada na ciência e a utopia do Progresso

A concepção da ciência moderna inaugurada por Bacon e Descartes no século XVII ganhou uma força extraordinária nos dois séculos seguintes. O Iluminismo, ao consagrar categoricamente a emancipação da razão humana de todos os dogmas religiosos, e a Revolução Industrial, concretizando as aspirações baconianas, permitem à ciência e à tecnologia cumprirem a agenda programática da modernidade enquanto projecto, ao darem resposta aos principais desafios que lhe são colocados e de se tornarem objecto de uma confiança quase inabalável nas suas capacidades.

Para este clima cultural contribui também a crença no crescimento e no **progresso ilimitado** que as aspirações tecnocientíficas da época preconizam para o ser humano. O grande artífice desta ideia de progresso é Auguste Comte²⁸, ao propô-lo como o ideal que deve reger não só a actividade científica, mas deve também orientar a planificação de todas as actividades sociais.

Em *Plan des Travaux Scientifiques*, Comte defende acerrimamente que a natureza seja inteiramente disposta para a utilidade dos empreendimentos humanos, fazendo do domínio humano sobre o meio natural uma das duas maiores realizações a que a sociedade pode aspirar: a **produção**.

Tendo sempre bem presente a esperança no aperfeiçoamento do género humano, para o qual contribuiriam impreterivelmente a ciência e a técnica, e a ideia de um progresso desmedido, a finalidade industrial assume, em Comte, um **projecto de reorganização de todos os sectores sociais**, subordinando-os inteiramente a este ideal de industrialização.

Apesar de o ideal de Comte nunca ter singrado totalmente, a ideia de um progresso indefinido transportou a humanidade a conquistas científicas e tecnológicas assombrosas. O século XX acentuou de forma destrutiva e mortífera a vocação

²⁸ A respeito da ideia de progresso, entre outros, não podemos deixar de evocar dois nomes fundamentais que o consagraram no século XVIII: Turgot, com *Tableau philosophique des progrès successifs de l'esprit humain* (1750) e Condorcet com o seu *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1795). Para uma exposição sobre o pensamento destes dois autores veja-se Robert Nisbet, *History of the Idea of Progress* (1980), pp. 179-236 e Fritzie and Frank E. Manuel, *Utopian Thought in the Western World* (1979), pp. 461-518. Veja-se, também, o clássico estudo de J.B. Bury, *The Idea of Progress* (1921), caps. 7 e 11.

tecnocientífica da modernidade, interrompendo aquilo que George Steiner designou como o “o jardim imaginário da cultura liberal”²⁹.

Como afirma F. J. Bruseke:

“O choque da Primeira e, mais ainda, da Segunda Guerra Mundial influenciou profundamente as reflexões sobre a técnica moderna. A crença no progresso histórico e na razão (...), cedeu a uma visão crítica da razão instrumental e dos riscos da sociedade moderna, entre os quais o risco da sua auto-extinção”³⁰.

Foi precisamente este encontro entre a desmesura do nosso poder tecnocientífico e a possibilidade de uma **barbárie auto-infligida** e generalizada que contribuiu para instaurar um movimento de pensamento crítico que colocou em causa alguns dos princípios da racionalidade tecnocientífica moderna, mas que, longe de fazer desvincular as aspirações humanas de um progresso desmedido, teve o condão de as intensificar em algumas das correntes de pensamento tecnológico do pós-guerra. Com uma assombrosa e inquietante novidade.

Não se trata já da ideia de progresso presente em autores como Comte ou Saint-Simon, destinada à melhoria da condição humana, mas sim da sua transcendência. A vertigem de um **futuro pós-humano** indica-nos claramente não um abandono, mas sim uma radicalização dessa ideia de progresso e de uma **segunda vaga de tecnociência** que, do ponto de vista da cidadania ambiental que tem como meta a sustentabilidade planetária, urge analisar.

²⁹ George Steiner, *No Castelo do Barba Azul – Algumas notas para a redefinição da cultura*, p. 15.

³⁰ Bruseke, *op. cit.*, p. 10.

7.2. Progresso infinito, Singularidade e Pós-Humanismo: a tecnologia é A SALVAÇÃO! – Ciborgues e Gnosticismo Tecnológico

“Imaginem um mundo onde toda a gente neste planeta tenha acesso a esta ampla tela da expressão humana que a tecnologia criou. (...) Imaginem mil novas artes, nenhuma das quais foram inventadas ainda, cada uma com mil novos grandes mestres. Será uma época gloriosa para se estar vivo e eu acredito que os meus filhos a verão acontecer”³¹.

Independentemente do quão desconcertante ou utópica possa soar esta citação do tecnólogo e futurista americano Byron Reese, em nosso entender, ela representa a afirmação categórica e incontestável de uma das tendências intelectuais mais marcantes da contemporaneidade: a **crença absoluta nas possibilidades infinitas da tecnociência**, remetendo para uma leitura radical da ideia de progresso como a encontramos em Turgot ou em Comte.

Embora exista um abismo conceptual que separa os teóricos do progresso dos séculos XVIII e XIX e um tecnólogo do século XXI como Reese, a crença deste na possibilidade de um progresso infinito assemelha-se-nos tão ingénua, porém muito mais perigosas, como a de Condorcet em *Esboço de um quadro histórico dos processos do espírito humano* (1793), embora, ao contrário do grande pensador francês, Reese pareça basear-se mais na profecia e na futurologia do que propriamente em evidências científicas e alguns dos seus argumentos na sua obra mais conhecida, *Infinite Progress* (2013), colocam-nos entre o assombro e a mais pura das distopias.

Um exemplo do que acabámos de afirmar é a análise acrítica, e por vezes demasiado simplificada, que Reese efectua sobre a forma como o crescimento exponencial das tecnologias de informação pode contribuir para a disseminação do conhecimento e fazer diminuir as taxas globais de iliteracia.

Concluindo que a tecnologia e a internet terão um contributo decisivo para a resolução do problema da iliteracia, Reese vai ao ponto de antecipar e profetizar uma era em que o conhecimento contribuirá para a ausência de erros no comportamento do ser humano do futuro:

³¹ “Imagine a world where everyone on the planet has access to this expanded canvas of human expression that technology has created. (...)Imagine a thousand new arts, none of which are even invented yet, each with a thousand new great masters. It will be a glorious time to be alive, and I believe my children will see it happen”. Byron Reese, *Infinite Progress: How the Internet and Technology Will End Ignorance, Disease, Poverty, Hunger, and War*, p. 28.

“(...) neste mundo futuro (...) saberemos quase sempre como evitar cometer erros porque teremos disponível todo o conhecimento do mundo”³².

Não obstante, Reese não se encontra sozinho nesta empresa. Autores como Peter Diamandis (*Abundance – The Future is better than you think*) ou Ray Kurzweil (*The Singularity is Near*) podem ser considerados os vanguardistas ou, seguramente, os mais interessantes, de uma corrente que Victor Ferkiss³³ denominou como **Gnosticismo Tecnológico** e que Hermínio Martins, um dos mais atentos estudiosos da tecnociência contemporânea define da seguinte forma:

“Pela expressão superficialmente paradoxal ‘gnosticismo tecnológico’ quer significar o casamento das realizações, projectos e aspirações tecnológicos com os sonhos caracteristicamente gnósticos de se transcender radicalmente a condição humana (e não simplesmente de a melhorar e habilitar os seres humanos a triunfarem sobre forças naturais hostis)”³⁴.

Para além de professarem uma fé cega e absoluta nas possibilidades da tecnociência, este conjunto de autores sustenta que a ciência e a tecnologia conseguirão no futuro:

- 1) Providenciar por si só e com sucesso soluções para os grandes desafios civilizacionais da contemporaneidade, desde os problemas energéticos e das alterações climáticas até à diminuição da pobreza global (Reese e Diamandis);
- 2) Transcender os limites da condição humana e submetê-la a melhorias sem precedentes, lançando assim as bases de um futuro pós-humano (Kurzweil).

Este último ponto é vividamente asseverado tanto pelo trans-humanismo como pelo movimento singularista, do qual Ray Kurzweil é o seu mais eminente apóstolo. Ambos sustentam que o acelerado progresso da inteligência artificial, da nanotecnologia, da robótica e da engenharia genética ultrapassarão a breve prazo a inteligência humana,

³² “(...) in this future world (...) we will almost always know how to avoid making mistakes because we will have all the world’s knowledge available”. Reese, *op. cit.*, p. 54.

³³ Num artigo publicado em 1980, intitulado “Technology and Culture; gnosticism, naturalism and incarnational integration”. Esta escola de pensamento tem como precursores alguns dos autores do Cosmismo Russo, principalmente Nikolai Fedorov (1829-1903), que antecipa em quase 150 anos as aspirações pós-humanas das correntes tecnocientíficas contemporâneas. Veja-se o estudo de George M. Young, *The Russian Cosmists: The Esoteric Futurism of Nikolai Fedorov and His Followers*, pp. 46-75 e 177-192.

³⁴ Hermínio Martins, *Experimentum Humanum – Civilização Tecnológica e Condição Humana*, p. 18

alterando de modo radical a civilização e a natureza humana em meados do século XXI³⁵.

Segundo Filipe Duarte Santos,

“O objectivo é libertar-nos, ainda que parcialmente, da condição humana por meio de transformações tecnológicas do nosso organismo baseadas na utilização da engenharia genética, de terapias de extensão da duração da vida, da psicofarmacologia e do uso e implantação de dispositivos físicos potenciadores de diversas capacidades, tais como computadores, sensores, sistemas de interface e robôs”³⁶.

Reivindicando uma espécie de **visão digital e informacional da ciência**, da vida e do mundo³⁷, tanto singularistas como trans-humanistas defendem que no futuro irá ocorrer uma explosão de inteligência artificial potenciada pelos progressos tecnológicos que, ao ultrapassar as capacidades cognitivas da mente humana, lançaria as sementes de um futuro pós-humano.

Como sustenta Ray Kurzweil:

“A Singularidade permitir-nos-á transcender estas limitações dos nossos cérebros e corpos biológicos. Numa pós-Singularidade, não haverá distinção entre humano e máquina”³⁸.

Kurzweil considera o ano de 2045 como o ano do início da **pós-singularidade**³⁹.

A cada vez maior dependência da esfera humana em relação à tecnologia⁴⁰ confronta a condição humana com a possibilidade de uma alteração ontológica radical. Entrámos numa fronteira em que o determinismo tecnológico molda esta **natureza híbrida**⁴¹ de

³⁵ Eden et al., *Singularity Hypotheses: A Scientific and Philosophical Assessment*, p. 1. Embora as aspirações tecnognósticas se encontrem já em autores como J.B.S. Haldane (*Daedalus or Science and the Future* – 1923) e J.D. Bernal (*The World, The Flesh and The Devil* - 1929). O termo singularismo foi usado pela primeira vez pelo matemático John Von Neumann na década de 1950 e foi popularizado pelo escritor de ficção científica, Vernor Vinge, nos anos 1980. Veja-se o seu artigo de 1993, “The Coming Technological Singularity: How to Survive in the Post-Human Era” para uma exposição sobre o tema. Em relação ao trans-humanismo, no qual o singularismo se inclui, veja-se Nick Bostrom, “A History of Transhumanist Thought” (2005).

³⁶ F.D. Santos, *Que Futuro? – Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, p. 467. Veja-se também o ensaio de Viriato S. Marques, “O Desafio da Pós-Humanidade” in *Metamorfoses*, pp. 183-196.

³⁷ Hermínio Martins, *Experimentum Humanum – Civilização Tecnológica e Condição Humana*, p. 359.

³⁸ “The Singularity will allow us to transcend these limitations of our biological bodies and brains. There will be no distinction, post-Singularity, between human and machine”. Kurzweil, *The Singularity is Near*, p. 5.

³⁹ Kurzweil, *op. cit.*, pp. 135-136.

⁴⁰ Como vimos, cada vez mais patente com a relevância das novas tecnologias para a cidadania. Cf. cap. 3.

⁴¹ Este hibridismo é visto por alguns autores como quase inevitável. Veja-se por exemplo, Parag Khanna, autor em conjunto com a sua esposa, Ayesha Khanna, de *Hybrid Reality: Thriving in the Emerging*

mistura entre humano e ciborgue defendida pela racionalidade singularista e trans-humanista.

Esta hibridização é também confirmada pelo pensamento filosófico contemporâneo dedicado às implicações sociais da tecnologia, nomeadamente por autores com uma visão mais benigna e apologista da tecnociência, como é o caso de Donna Haraway, um dos nomes mais destacados actualmente nesta área.

Haraway, autora de *A Antropologia do Ciborgue* (1985), defende que

“As máquinas do final do século XX tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós próprios assustadoramente inertes”⁴².

Tomando a teoria da singularidade de Kurzweil como expressão máxima da radicalização da ideia de progresso tecnocientífico, germinado já incipientemente na formulação de Bacon e Descartes nos alvares da modernidade, e da sua deslocação da fronteira do humano para o âmbito do pós-humano, podemos afirmar que estamos já muito longe de uma concepção clássica da tecnologia como a que foi formulada por Ernst Kapp em *Princípios de uma Filosofia da Tecnologia* (1877)⁴³, para quem as ferramentas e as máquinas criadas pelo homem eram entendidas como projecções dos órgãos humanos.

Contrariamente a isso, e firmemente arreigadas numa noção de progresso infinito que aponta à consumação de um **estádio final** no processo histórico e civilizacional, as correntes de pensamento tecnológico contemporâneas como o singularismo e o trans-humanismo, não obstante a crítica exercida pelo movimento ambiental das décadas de 1960 e 1970, representam, em nosso entender, uma **segunda vaga de tecnociência** bem mais radical que a primeira e convocam-nos para um território desconhecido e de

Human-Technology Civilization (2012) que defende que, contemporaneamente, estamos na transição de um momento de coexistência com a tecnologia para um momento de co-evolução com a mesma, dado que ela se autonomizou da esfera humana. Entrámos assim numa fase de **determinismo tecnológico**. Cf. Val Dusek, *Philosophy of Technology, An Introduction*, pp. 84-111, para uma explicação breve, mas precisa das linhas principais do determinismo tecnológico. Para uma abordagem mais completa do tema, veja-se Langdon Winner, *Autonomous Technology. Technics out of Control as a Theme in Political Thought*. (1977).

⁴² Donna Haraway, *op. cit.*, p. 42.

⁴³ *Grundlinien einer Philosophie der Technik no original alemão.*

impactos imprevisíveis, um *no man's land ontológico* que não nos é possível discernir com clareza porque a mente humana não possui até ao momento conceitos para pensar verosimilmente o que poderá ser o futuro pós-humano.

Mesmo que Donna Haraway possa estar correcta ao afirmar que

“Saber o que os ciborgues serão é uma questão radical; respondê-la é uma questão de sobrevivência”⁴⁴,

as implicações, na óptica de uma noção de cidadania ambiental reivindicando um outro paradigma tecnocientífico, que fundamentalmente emergem deste panorama são as seguintes:

- 1) Subjacente aos argumentos trans-humanistas e singularistas está a ideia de uma tecnociência com uma **agenda executória ilimitada** e uma ideia de progresso que encontra profunda resistência nos limites físicos dos recursos planetários;
- 2) A existência de uma crise ambiental de dimensão global, além de nos obrigar a repensar as bases do paradigma tecnocientífico como proclamado por Kurzweil ou Reese desmitificou a ideia de autoridade absoluta da ciência em termos de monopólio do conhecimento.

Analisemos mais detalhadamente cada uma destas implicações, começando pela segunda, para, em seguida, nos debruçarmos sobre os limites planetários como um conceito que afasta a concepção tecnocientífica da ideia de progresso herdada da idade moderna.

⁴⁴ Donna Haraway, *op. cit.*, p. 43.

Capítulo 8 – A ciência e o progresso nos limites planetários: Contrato Ambio-Social e tecnociência

8.1. Ulrich Beck e a falência da racionalidade tecnocientífica na contemporaneidade

O pós-1945 e décadas seguintes produziram alterações no âmbito do paradigma tecnocientífico da modernidade, alterações que se repercutem no âmago da própria racionalidade tecnocientífica e que apresentam consequências também no âmbito externo, isto é, no modo como a actividade científica se relaciona com os outros agentes sociais.

Se no quadro clássico da modernidade, a esfera científica pautava-se por uma **credibilidade inatingível** a toda a prova sem estar sujeita a qualquer tipo de questionamento ou crítica interna ou externa, nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra e mormente com a eclosão do movimento ambiental na década de 1960, o estatuto de inquestionabilidade e o dogmatismo absoluto que caracterizam a ciência serão constantemente colocados em causa.

A emergência de cenários de **ameaças antropogénicas ambientais e tecnológicas** tende a produzir um ponto de viragem na perspectiva que a ciência tem de si própria. A natureza dos riscos contemporâneos, segundo Ulrich Beck, é susceptível de fazer cair por terra as pretensões científicas do monopólio absoluto sobre o saber e vem abalar profundamente a posição que a actividade científica logrou deter até à primeira metade do século XX¹.

Se até aí, à semelhança do que preconizaram os inspiradores do paradigma tecnocientífico abordados no capítulo anterior, a ciência é tida como um instrumento ao serviço da emancipação da espécie humana e do seu triunfo sobre as condições hostis propiciadas pelo meio natural, contemporaneamente, ela convive permanentemente no seu seio com um dualismo irresolúvel que produz conflitos difíceis de sanar na sua posição metodológica ante o mundo.

¹ Beck salienta como características fundamentais do primeiro momento da modernidade a fé ilimitada na ciência e no progresso, fazendo-as coexistir até ao fim da primeira metade do século XX. Cf. *Risk Society*, p. 155: “(...) an unbroken faith in science and progress is a characteristic of modernization in industrial society into the first half of the twentieth century (...)”.

Isto porque a actividade científica é uma **fonte de produção de riscos** devido ao potencial altamente perigoso das suas descobertas e, simultaneamente, tem que actuar na avaliação dos riscos que ela própria cria e na resolução e mitigação das suas consequências. Deste modo, a ciência vê-se obrigada a encarar os **efeitos negativos** do que ela própria produz² sob a forma de acontecimentos face aos quais não possui os meios adequados para os poder resolver.

Ou seja, segundo Beck, no próprio exercício da sua actividade prática, os vários ramos que compõem as diversas disciplinas científicas

“(...) estão a ser confrontados actualmente com o seu próprio passado e presente objectivados – consigo próprios como produto e produtores de realidade e de problemas que têm de analisar e ultrapassar”³.

A confrontação com os seus próprios resultados força a ciência ao reconhecimento dos seus próprios **limites epistemológicos**, através da fragilização de um dos principais pilares determinantes da sua existência no apogeu da modernidade: a pretensão absoluta da racionalidade científica no que concerne ao monopólio sobre o saber e o conhecimento.

Em face de cenários de perigo e catástrofe que se manifestam através de consequências imprevisíveis, estes confrontam a esfera científica com a incapacidade de fornecer atempadamente soluções para a sua resolução. Assim, na gestão das ameaças tecnológicas contemporâneas, a ciência consegue apenas fornecer soluções provisórias e previsões que não determinam na totalidade a extensão e o impacto das suas consequências.

A avaliação dos riscos, traduzida em cálculo de probabilidades, faz-se por aproximação às suas consequências reais. De acordo com Beck, as ameaças contemporâneas

“(...) apresentam uma peculiaridade nem sempre, até agora, compreendida: são, simultaneamente, reais e irreais [virtuais]. Por um lado, muitas das ameaças e muita da devastação estão já presentes sob a forma de cursos de água poluídos, danos ambientais ou novos tipos de doenças civilizacionais. Por outro lado,

² “In the reflexive phase, the sciences are confronted with their own products, defects and secondary problems (...)”. Beck, *op. cit.*, p. 155.

³ “(...) the sciences are now being confronted with their own objectified past and present – with themselves as product and producer of reality and of problems which they are to analyze and overcome”. Beck, *op. cit.*, p. 156.

vivemos preocupados com projecções de ameaças, com ameaças futuras que, quando ocorrerem, causarão devastação a uma escala tal, que as acções levadas a cabo [para as combater] serão praticamente nulas”⁴.

A incapacidade dos agentes científicos em gerirem os riscos, reais ou virtuais, criados por si coloca a ciência perante as suas próprias limitações e representa um duro golpe nas suas pretensões de hegemonia epistemológica sobre os outros domínios de saber. Na contemporaneidade, face à incomensurabilidade e imprevisibilidade das catástrofes ambientais e tecnológicas, a ciência perde o monopólio sobre o saber que detinha até então e mergulha numa profunda crise. Ocorre aquilo que Beck denomina como **processo de desmistificação das ciências**⁵.

Este processo traduz-se na perda de legitimidade da racionalidade científica no domínio da avaliação e gestão dos riscos. Por um lado, no contexto da avaliação dos riscos, a ciência torna-se cada vez mais necessária como instrumento de combate e definição dos mesmos. Por outro, nas condições actuais em que exerce a sua actividade, os seus veredictos tornam-se insuficientes do ponto de vista da definição de verdade na sua construção social⁶. Este é um dos pontos em que se verifica a **falência** da univocidade do saber científico.

Outro elemento que contribui para o descrédito dos agentes científicos é a própria complexidade em que se edifica a arquitectónica disciplinar da ciência. Devido à evolução e expansão dos seus campos de conhecimento, a ciência encontra-se construída sob um modelo onde impera a divisão e especialização de diversos ramos de saber, que se tornam cada vez mais específicos.

Face a esta situação, a ciência tornou-se num organismo cada vez mais complexo disciplinarmente, o que faz com que aumentem os aspectos incertos que permanecem

⁴“(…) display a peculiarity not hitherto understood: they are at the same time real and unreal. On the one hand, many threats and much devastation are already present in the form of polluted and dying bodies of water, environmental damage, or new types of diseases of civilization. On the other hand, we are concerned with projected threats, future threats, which, when they occur, will cause devastation on such a scale that action taken afterward will be practically pointless”. Beck, “Mortality of the Industrial Society”, *Ecological Enlightenment*, p. 53.

⁵ Beck, *Risk Society*, p. 156.

⁶ “(…) science becomes more and more necessary, but at the same time, less and less sufficient for the socially binding definition of truth”. Beck, *op. cit.*, p. 156.

por vigiar no que toca à avaliação e à percepção dos riscos⁷ e os conflitos no interior da esfera científica sobre quem detém o poder na definição dos mesmos.

Como nos indica Beck, nas primeiras etapas da modernidade, as bases em que se desenvolvia o trabalho científico eram estáveis e a transformação de erros e riscos em oportunidades de expansão para a própria ciência era feita sem problemas porque as diversas áreas de saber não colidiam entre si⁸.

O crescimento dos riscos associado ao desenvolvimento científico e tecnológico obriga a ciência a uma partilha de competências com outros agentes na gestão e definição das situações de risco. A gestão dos riscos já não se faz única e exclusivamente dentro dos laboratórios e departamentos de investigação, tendo-se aberto à influência de novos grupos como os agentes políticos e económicos que se tornam co-produtores⁹, nem sempre harmoniosos devido à colisão dos interesses em jogo, na definição social dos riscos¹⁰ e de quem a ciência e a tecnologia dependem financeira e institucionalmente para a realização dos seus projectos.

Os factos científicos revestem-se na actualidade de uma relevância política indiscutível¹¹, dado que cabe aos agentes políticos legitimarem os progressos científicos e tecnológicos. Ciência, política e economia integram o que Beck entende como relações de definição, isto é, são as entidades responsáveis pela avaliação, detecção e construção social da natureza do risco.

Outro dado novo que introduz a descredibilização dos dogmas científicos é a crescente desconfiança e cepticismo com que são olhados os agentes científicos, considerados como uma fonte de produção de perigos por parte do público em geral. A produção de riscos antropogénicos traz consigo, sob a forma de catástrofes ambientais e

⁷ “On the other hand, as science becomes more differentiated the flood of conditional, uncertain and detached results increases and becomes impossible to survey”. Beck, *op. cit.*, p. 156.

⁸ “This projection of the sources of problems and errors into the as yet unexplored no man’s land of the sciences is obviously connected to the fact that the sciences did not as yet overlap significantly in the fields where they were applied”. Beck, *Risk Society*, p. 159.

⁹ Na sociedade contemporânea, os riscos são avaliados e definidos pela ciência em aliança com os agentes políticos e é assim que são veiculados para a esfera pública. Cf. Gabe Mythen, *Ulrich Beck – A Critical Introduction to Risk Society*, p. 56.

¹⁰ “In the phase of reflexive scientization, the *places and participants* of knowledge production change. As was shown above, the target groups of the sciences in administration, business and the public sphere become *coproducers* of socially valid ‘knowledge’ – in a conflictual collaboration and opposition”. Beck, *op. cit.*, p. 172. O itálico é do autor.

¹¹ Beck afirma que os riscos contêm um carácter de explosividade política. Cf. Beck, *op. cit.*, p. 24.

tecnológicas, consequências que afectam directamente o modo de vida das populações e cujos danos não são distribuídos equitativamente¹².

Face a este facto, Beck defende que

“Com a modernidade reflexiva, a consciência pública do risco e os conflitos de risco conduzem a *formas de apropriação progressiva do discurso científico no protesto contra a ciência*”¹³.

O aumento da consciência pública e o seu esclarecimento face a situações consideradas de risco ou de catástrofe dá-se também devido à intervenção dos meios de comunicação de massas que, além de colocarem os agentes científicos constantemente sob o olhar atento do público, sujeitam-nos a um meticuloso escrutínio, questionando os seus objectivos¹⁴.

Mais do que nunca, devido à imprevisibilidade dos efeitos das suas descobertas, a ciência encontra-se mediatizada, exposta às dúvidas que lhe são endereçadas por uma esfera pública cada vez mais atenta e esclarecida ao desenrolar da sua actividade.

É, assim, uma ciência em crise, aquela com que nos deparamos na contemporaneidade, com um modelo de trabalho desgastado por mais de três séculos de existência, mas que, como tivemos oportunidade de verificar a propósito das correntes que reivindicam um futuro pós-humano, não prescindiu de todo do ideário do projecto tecnocientífico da modernidade como Bacon o enunciou: **a crença nas possibilidades ilimitadas do progresso científico e a infalibilidade dos seus veredictos.**

É necessário sujeitar o paradigma tecnocientífico a uma crítica mais profunda ainda para que, à luz da crise ambiental contemporânea, a actividade científica possa operar dentro dos limites planetários na prossecução da sustentabilidade.

¹² Cf. Beck, *op. cit.*, Capítulo I.

¹³ “With reflexive modernization, public risk consciousness and risk conflicts will lead to *forms of scientization of the protest against science*”. Beck, *op. cit.*, p. 161. O itálico é do autor.

¹⁴ Mythen, *op. cit.*, p. 58.

8.2. A unidimensionalidade da tecnociência e o cepticismo climático: para uma exposição e crítica da racionalidade tecnocientífica e das relações perversas entre ciência e economia

Criador de um dinamismo tecnológico sem precedentes, o homem começa a tornar-se **cativo** do mesmo, sendo ele próprio presa e não agente, **dominado** e não protagonista, enfim, parte de um processo que o ultrapassa inequivocamente. Oswald Spengler, em 1932, no breve, mas premonitório ensaio, *O Homem e a Técnica*, havia intuído já com notável clareza a essência deste processo que denominou como **cultura fáustica**, ou como o próprio refere

“(...) o triunfo do pensamento puramente técnico sobre os grandes problemas”¹⁵,

alertando, no entanto, que

“A realidade, contudo, é que agora nem as «Mãos» nem os «Cérebros» podem alterar em nada o desenvolvimento da técnica mecanicista, que tendo nascido por necessidade interior, por necessidade da alma, caminha para a sua plenitude, para o seu término”¹⁶.

Este é um dos tópicos fundamentais da reflexão filosófica sobre a técnica desde a clássica conferência dada por Martin Heidegger sobre o tema em 1953¹⁷, na qual o eminente pensador alemão questiona se a abordagem da tecnociência sobre a natureza não terá conduzido já a condição humana a um ponto de **não retorno ontológico**¹⁸, até outros estudos importantes sobre o tema como são os de Jacques Ellul (*A Técnica ou o Desafio do Século* - 1954) ou Lewis Mumford (*The Myth of the Machine* - 1967)¹⁹, que

¹⁵ Oswald Spengler, *op. cit.*, p. 97.

¹⁶ Oswald Spengler, *op. cit.*, p. 107.

¹⁷ “The Question Concerning Technology” in Scharff and Dusek (Eds.), *Philosophy of Technology – The Technological Condition. An Antology*, pp. 252-264. Não seria justo não referir o papel de charneira desempenhado pelo Romantismo no século XIX como exercício crítico dos excessos iluministas da tecnociência e da ideia de progresso e que se insere numa leitura alternativa da modernidade, renegando os seus paradigmas fundamentais num movimento que teria começado em Herder e Burke. A propósito do Romantismo veja-se o artigo de Helmut Schneider “Nature” in *The Cambridge History of Literary Criticism Vol. 5 – Romanticism*, pp. 92-114 e sobre o que se designa como anti-Iluminismo o extenso estudo de Zeev Sternhell, *Les anti-Lumières – Une tradition du XVIII siècle à la guerre froide*.

¹⁸ Victor Ferkiss, *Nature, Technology and Society – Cultural Roots of the Current Environmental Crisis*, p. 166.

¹⁹ Além das obras citadas, devem referir-se também as de Max Horkheimer e Theodor Adorno, *A Dialética do Esclarecimento* (1947), Arnold Gehlen, *A Alma do Homem na Era da Técnica* (1957) e *O Homem Tecnológico: Mito e Realidade* (1969) de Victor Ferkiss. Hans Jonas, outro dos autores chave neste domínio, merece um lugar mais destacado e será chamado a intervir no capítulo 10. Para uma visão de conjunto veja-se a excelente introdução a esta problemática efectuada por Carl Mitcham, um dos nomes mais destacados no campo da filosofia da tecnologia contemporânea, em *¿Que és la Filosofia de la Tecnología?* (1989).

adoptam uma postura crítica em face do paradigma tecnocientífico moderno e das suas diversas implicações sobre o ser humano²⁰.

Não obstante o mérito e a relevância das obras dos autores citados, interessa-nos no entanto evocar de forma mais detalhada o pensamento de Herbert Marcuse, dado que, em nosso entender, a sua aproximação à tecnociência contemporânea e a sua influência sobre o fenómeno social constitui um retrato sumamente fiel do estado de coisas no início do século XXI.

8.2.1. A unidimensionalidade da tecnociência e a paralisia crítica do indivíduo na sociedade industrial: uma reflexão sobre o paradigma tecnocientífico na perspectiva de Hebert Marcuse

A atitude crítica em face da tecnociência é também a perspectiva de Herbert Marcuse em *O Homem Unidimensional* (1964) que, no entanto, a desenvolve de um modo mais radical. Segundo ele, as estruturas predominantes da sociedade industrial, suportadas pela racionalidade tecnocientífica de domínio do homem sobre a natureza, anulam a possibilidade de o indivíduo desenvolver plenamente as suas capacidades.

Em vez de contribuir para a emancipação social do indivíduo, o desenvolvimento científico e tecnológico criou um **sistema de domínio** que o oprime de uma forma totalizante. Esta tese é-nos já apresentada em textos anteriores do autor. Em 1941, num artigo intitulado “Some Social Implications of Modern Technology”, Marcuse declara que

“O mundo foi racionalizado a tal ponto, e esta racionalidade tornou-se um poder social tal que o indivíduo não podia fazer nada mais do que ajustar-se a ela sem reservas”²¹.

E também no *Prefácio de Eros e Civilização* (1955) fica patente a ideia de que

“(…) nos sectores mais avançados da sociedade industrial, os indivíduos foram associados ao sistema de domínio e estão com ele reconciliados num grau sem precedentes”²²

²⁰ Refira-se que o pensamento de Mumford oscila entre uma perspectiva geralmente optimista sobre a tecnologia em *Technics and Civilization* (1934) e uma análise mais céptica e hostil em *The Myth of the Machine*. A isso talvez não sejam alheios os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos no período que medeia as duas principais obras sobre o tema e o seu potencial destruidor. Cf. Ferkiss, *op. cit.*, pp. 177-179.

²¹ “The world had been rationalized to such an extent, and this rationality had become such a social power that the individual could do no better than adjust himself without reservation”. H. Marcuse, “Some Social Implications of Modern Technology” (1941) in *Technology, War and Fascism, Collected Papers of Herbert Marcuse – Volume 1*, edited By Douglas Kellner, p. 45.

Em *O Homem Unidimensional*, contudo, Marcuse leva mais longe a sua análise sobre a racionalidade tecnocientífica. Segundo ele, o crescente desenvolvimento da tecnologia, destinada entre outros fins a produzir armas nucleares, conduziu indubitavelmente à melhoria das condições materiais da existência do ser humano, mas, não obstante isso, a racionalidade presente em sociedades de cariz industrial avançado, como é o caso das sociedades da Europa Ocidental e dos EUA, traduz-se numa situação de domínio por parte das instituições políticas e sociais sobre o indivíduo.

No contexto da análise das estruturas da sociedade industrial moldada pela racionalidade tecnocientífica, este domínio é sinónimo de uma maior **eficácia** e invalida objectivamente as possibilidades de expressão do pensamento crítico, bem como a construção de modelos sociais alternativos ao paradigma tecnocientífico dominante, que esbarram, por assim dizer, nos modelos impostos pelas estruturas da sociedade industrial de cariz tecnológico, precipitando assim a queda na **unidimensionalidade** pela nítida ausência de um paradigma que se lhe oponha.

Este fenómeno, segundo Marcuse, marca a passagem da autonomia, em que o indivíduo é capaz de se determinar por si mesmo e segundo a sua própria razão, a uma heteronomia que impõe as suas directivas desde o exterior de acordo com os padrões totalizantes da racionalidade tecnocientífica e unidimensionaliza o espectro social do indivíduo, votando-a uma espécie de letargia crítica e acéfala.

Absorvido no reino da heteronomia, o indivíduo perde o seu poder criador e a sua dimensão crítica que lhe permitem transformar a sua realidade. Sob a herança tecnocientífica da modernidade aliada à ideia de progresso, e baseada num paradigma de consumo exponencial de recursos, a sociedade contemporânea, segundo Marcuse, parece capaz de **controlar** e **aniquilar** toda e qualquer tentativa de mudança social qualitativa que estabelecesse novas instituições e novos modelos sociais.

A sociedade contemporânea promove um controlo cada vez mais amplo e intenso sobre o ser humano a todos os níveis, colocando em relevo as ambições e os interesses de uma elite particular que detém o poder, submetendo todos os outros a um domínio, ainda que não reconhecido ou consentido.

²² “(...) dans les secteurs les plus avancés de la société industrielle, les gens ont été attachés au système de domination et se sont réconciliés avec lui à un degré sans précédent”. Marcuse, *Eros et Civilization*, p. 10.

Como afirma Marcuse:

“Sob estas circunstâncias, os nossos meios de comunicação de massas têm poucas dificuldades em vender os interesses particulares como se fossem os interesses de todos os homens sensíveis. As necessidades políticas da sociedade converteram-se em necessidades e aspirações individuais, a sua satisfação promove os negócios e o bem-estar geral, e a totalidade parece ter o próprio aspecto da razão”²³.

Embora não vise de todo o tema, esta passagem de *O Homem Unidimensional* descreve de forma bastante acertada a relação perversa entre os interesses de uma dada elite económica e os agentes científicos no caso do recente fenómeno do cepticismo climático em que, em nome de uma santa aliança de interesses económicos e uma visão desfocada da verdadeira missão da ciência, não contribui, de todo, para um desempenho isento da actividade científica em face dos problemas gerados pela crise ambiental.

8.2.2. Cepticismo climático *made in USA*: o exemplo de uma relação perversa entre ciência e os interesses dominantes da economia

Apesar de ser já por demais evidente a origem antropogénica associada ao fenómeno das alterações climáticas, dentro e fora da comunidade científica, existem ainda algumas vozes se opõem veementemente a esta tese, sustentando antes que o aquecimento global é fruto de causas naturais ou chegando mesmo a negar inclusive que estejamos perante um fenómeno de aumento da temperatura média da terra.

Esta mensagem é difundida pelos denominados cépticos das alterações climáticas, cuja opinião e motivações, principalmente nos Estados Unidos, têm influenciado determinantemente a opinião pública e as instituições políticas na percepção e nas medidas a tomar face às alterações climáticas.

Vejamos como esta onda de cepticismo que se disseminou entre a comunidade científica é fundamentalmente motivada pela preservação de interesses de determinadas e poderosas elites económicas.

²³ “Under these circumstances, our mass media have little difficulty in selling particular interests as those of all sensible men. The political needs of society become individual needs and aspirations, their satisfaction promotes business and the commonweal, and the whole appears to be the very embodiment of Reason”. Marcuse, *One-Dimensional Man*, p. x.

8.2.2.1. O cepticismo no seio da comunidade científica

“Estou convencido que em dentro de 15 a 20 anos, recordaremos este período de histeria do aquecimento global tal como o fazemos agora quando recordamos tantas outras ideias científicas populares e tendenciosas”,²⁴.

Tendo em conta que o cepticismo climático é um fenómeno detectável principalmente nos Estados Unidos da América, a declaração de William Gray, professor de Ciências Atmosféricas da Universidade do Colorado, poderia levar-nos a pensar que o cepticismo em torno da origem antropogénica das alterações climáticas, ou mesmo da sua existência, é a expressão dominante entre a comunidade científica norte-americana. Porém, tal ideia não corresponde de todo à verdade.

Há que fazer a seguinte observação a este respeito. Não só o número de cépticos no seio da comunidade científica americana corresponde a uma percentagem pouco significativa²⁵, sendo que muito deles, de acordo com Naomi Oreskes, historiadora da ciência, nem sequer são investigadores em áreas relacionadas com as alterações climáticas ou, se o são, não se encontram entre os investigadores mais activos e produtivos nesta área²⁶. Esta tese é também corroborada por Robert Henson²⁷, autor de *The Rough Guide to Climate Change*.

Ao chamarmos a atenção para este facto, o que nos interessa efectivamente não é apurar o número de cientistas que sustentam uma posição de cepticismo em torno das alterações climáticas, mas sim salientar o seguinte:

- Apesar de a sua quantidade ser reduzida, a sua influência, porém, tem sido determinante na viciação do debate sobre as alterações climáticas no seio da opinião pública norte-americana e na forma como a mensagem é transmitida ao cidadão comum, contribuindo para **falsear o papel da ciência enquanto actor social** e instrumento preponderante no desfecho dos desafios da crise ambiental contemporânea e colocando

²⁴ “I am convinced that in 15-20 years, we will look back on this period of global warming hysteria as we now look back on so many other popular, and trendy, scientific ideas”. Testemunho de William Gray, da Colorado State University, perante o Congresso Americano em Setembro de 2005 in Robert Henson, *The Rough Guide to Climate Change – The Symptoms, The Science, The Solutions*, p. 242.

²⁵ Veja-se o artigo da *Science Insider*, publicado em 2010, “Scientists ‘convinced’ of Climate Consensus more Prominent Than Opponents, says paper”.

²⁶ Confere-se o artigo citado na nota anterior, bem como o artigo apresentado em 2010, na *Proceedings of the National Academy of Sciences*, “Expert credibility in climate change”, coordenado por William Anderegg da Universidade de Stanford.

²⁷ Robert Henson, *op. cit.*, p. 242.

sérios obstáculos à possibilidade da construção de um novo paradigma científico consonante com as tarefas da sustentabilidade.

Nesse sentido devemos referir igualmente que os métodos utilizados pelos cépticos nem sempre se pautam pelo rigor e pela honestidade intelectual. Segundo Henson, uma parte das asserções sustentadas pelos cépticos quer relativamente ao carácter antropogénico das alterações climáticas, quer relativamente à evidência científica destas, baseiam-se não na complexidade dos factores que estão associados à ciência climática, mas sim na escolha de um determinado ângulo do problema feito de **forma selectiva**, o que faz com que o resultado da sua análise seja desfocado e se perca a visão de conjunto necessária para abordar o problema em toda a sua dimensão²⁸.

Ainda que para não fugirmos demasiado às águas territoriais da temática nossa investigação só pretendamos fornecer uma elucidação breve sobre uma questão que é crucial para a ciência enquanto actor social, podemos afirmar que o que está predominantemente em jogo na questão do cepticismo climático é a **perversa relação** que se pode constituir entre os agentes científicos e os interesses de uma elite de agentes económicos que lucram de forma considerável com a **manipulação de dados referentes às alterações climáticas** e que, na sequência do que vimos com Herbert Marcuse, constituem uma certa perpetuação do domínio que a racionalidade tecnocientífica exerce socialmente na era contemporânea.

8.2.2.2. Lobbies: o cepticismo climático na sua vertente económica

Como é do conhecimento público, sobretudo nos Estados Unidos, a questão das alterações climáticas é politicamente sensível porque interfere profundamente com os interesses dos agentes económicos e com o crescimento da economia. Foi esse, aliás, o principal motivo, e não a incerteza dos dados científicos disponíveis relativamente aos impactos das alterações climáticas, que levou a Administração Bush (2000/2008) a não ratificar o *Protocolo de Quioto*, alegando que a implementação das medidas de redução de GEE propostas no documento, prejudicariam irreparavelmente a economia norte-americana²⁹.

²⁸ Robert Henson, *op. cit.*, p. 245.

²⁹ Robert Henson, *op. cit.*, p. 249.

A posição sustentada pelo ex-presidente norte-americano é a posição do Partido Republicano, ao qual se encontram ligados diversos sectores nevrálgicos da economia e com interferência directa na questão do aquecimento global: as indústrias do petróleo e do carvão e também a indústria automóvel.

Apoiados por estas indústrias, encontramos diversos grupos de pressão que tentam influenciar negativamente os decisores políticos relativamente à gravidade suscitada pelos efeitos das alterações climáticas. Estes grupos de pressão traduzem-se em personalidades científicas com alguma ligação aos sectores económicos acima referidos e que promovem o cepticismo climático, influenciando, através do seu prestígio profissional, a opinião pública nesta matéria.

Neste exemplo enquadram-se, por exemplo, os nomes de reputados cientistas norte-americanos como os de Frederick Seitz, Fred Singer ou Peter Michaels, que se encontrariam ligados a organizações apoiadas financeiramente por empresas petrolíferas como a *ExxonMobil* ou a *Philip Morris*, com o objectivo de negarem a intervenção humana no aquecimento global³⁰.

Efectuamos aqui um parêntesis para dar conta de um outro género de cepticismo, mais lúcido e com argumentos aos quais não podemos ficar absolutamente indiferentes dada a sobriedade e pertinência de algumas das suas posições. Esta corrente contesta a prioridade do combate às alterações climáticas, afirmando que os dados do IPCC pecam por incerteza, exagero e alarmismo e defende que as políticas públicas devem privilegiar o combate a outros problemas globais que nos afectam no tempo presente, como é o caso de doenças como a sida ou a malária ou o combate à pobreza.

A voz mais proeminente deste tipo de discurso é a do dinamarquês Bjorn Lomborg, autor do célebre *O Ambientalista Céptico* (2001), no qual reitera militantemente em prol da diminuição de foco em relação aos problemas climáticos:

³⁰ Cf. os artigos do jornalista ambiental britânico, George Monbiot, públicos no *The Guardian*: “The Denial Industry” e “The Real Climate Scandal”, bem como a obra de Naomi Oreskes e Erik Conway, *The Merchants of Doubt*, publicada em 2010.

“Quando nos é dito que algo é um problema, devemos questionar o quão ele é importante em relação a outros problemas. Somos forçados constantemente a priorizar os nossos recursos e haverá sempre bons projectos que teremos que rejeitar”³¹.

Voltemos, porém, ao fenómeno do cepticismo climático norte-americano. Uma outra forma da sua expressão é a constituição de **grupos de pressão**, de forma a manipular convenientemente a opinião pública em prol dos seus interesses. É o caso de alguns *think tanks* que são financiados pela indústria petrolífera e pela indústria automóvel. Um desses exemplos é a *Global Climate Coalition*, (GCC), fundada em 1989, e que incluindo membros de gigantes do sector petrolífero e automóvel como a *Shell*, a *Exxon*, a *General Motors* ou a *Ford*, sustentou uma posição de cepticismo em torno dos relatórios do IPCC ao longo de toda a década de 90, chegando mesmo a estar presente em cimeiras das Nações Unidas, até à sua extinção em 2001.

Refira-se que foi com base em dados fornecidos pela *Global Climate Coalition* que George W. Bush rejeitou a ratificação do *Protocolo de Quioto*³².

Não são também totalmente transparentes as relações entre o *lobby* petrolífero e alguns peritos da comunidade científica. Em 2006, a *Union of Concerned Scientists*, uma organização sem fins lucrativos composta tanto por cientistas como por cidadãos privados, apresentou um relatório intitulado “Smoke, Mirrors and Hot Air”, onde critica a *ExxonMobil* por ter conduzido, relativamente às alterações climáticas, a maior campanha de contra-informação desde a campanha contra a indústria do tabaco.

Os casos de cepticismo climático a que fizemos alusão nas páginas anteriores são apenas alguns de entre muitos, demasiado numerosos, para que possamos aqui enunciá-los todos. Apesar disso, em nosso entender, são bastante elucidativos para que se possam tecer algumas considerações gerais quanto à importância dos cépticos no debate público sobre as alterações climáticas. A afirmação do cepticismo motivado pela prossecução de interesses económicos tem sido influente ao ponto de:

- 1) Obstaculizar a afirmação de um compromisso político empenhado por parte dos Estados Unidos em relação à adopção de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas;

³¹ “When we are told that something is a problem we need to ask how important it is in relation to other problems. We are forced to constantly prioritize our resources, and there will always be good projects we have to reject”. Bjorn Lomborg, *The Skeptical Environmentalist*, p. 9.

³² Robert Henson, *op. cit.*, p. 243.

2) Contribuir decisivamente para a reduzida percepção que os cidadãos norte-americanos têm relativamente à importância deste tema, viciando o debate público com argumentos falaciosos;

3) Anestesiar a sociedade civil através da difusão da sua mensagem, bloqueando assim mecanismos de cidadania conducentes à sustentabilidade.

Destacando esta última afirmação, e em consonância com o que temos vindo a desenvolver a propósito do Contrato Ambio-Social, podemos afirmar que, mediante as implicações nocivas que o cepticismo climático apresenta para a resolução dos problemas ambientais contemporâneos, torna-se cada vez mais imperativo procurar a construção de um paradigma tecnocientífico que opere dentro dos limites da sustentabilidade prescindindo da ideia de progresso infinito como uma das reivindicações bases da cidadania ambiental.

Em suma e dito de modo mais claro: necessitamos de um **novo contrato social** para a ciência e de um paradigma tecnocientífico operando nos limites da sustentabilidade, abdicando das suas aspirações de desmesura que o têm acompanhado ao longo de toda a modernidade.

8.3. A esfera tecnocientífica dentro dos limites planetários: para um novo contrato social para a ciência

8.3.1 Algumas considerações sobre o estado actual da ciência

Reflectindo sobre a possibilidade de novos horizontes para o futuro da actividade científica, Ulrich Beck, em *Risk Society*, declara que

“Necessitamos de uma teoria dos limites objectivos da acção tecnocientífica que coloque no centro das atenções a *produção* de limites objectivos e ‘efeitos colaterais imprevisíveis’ da acção tecnocientífica”³³.

Apesar da descredibilização que lhe foi imposta pelas ameaças globais contemporâneas, há ainda muito trabalho a fazer (e isto como tivemos oportunidade de verificar pela ideia de progresso ilimitado sustentada pelas correntes de pensamento que trabalham as áreas do pós-humano) para que se estabeleça uma completa **desmonopolização** da racionalidade científica e para que a ciência encontre um modelo alternativo.

Por um lado porque, segundo Beck, a ciência e a tecnologia tornaram-se actualmente num **empreendimento económico de proporções gigantescas mega-industriais**³⁴. Para a sua realização, os grandes projectos científicos necessitam de elevados investimentos estatais e/ou de agentes privados. Por outro porque, quanto maiores se tornam os riscos, mais importante é o papel da ciência na sua detecção, dado que só ela possui os instrumentos de cálculo e de avaliação necessários a esse efeito. A palavra de ordem da civilização tecnológica contemporânea continua a ser:

“Quanto maiores as ameaças, maior é a nossa dependência da ciência”³⁵.

A fusão da ciência e da tecnologia transformou a sociedade num ‘laboratório’ que alargou a esfera de influência dos agentes científicos para além dos seus habituais limites. Segundo Beck, e numa imagem que nos faz recordar alguns cenários de *O Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, a própria sociedade está a tornar-se

³³ “We need a theory of the objective constraints of techno-scientific action that will place the *production* of objective constraints and ‘unforeseeable side effects’ of techno-scientific action at the centre of attention”. Beck, *op. cit.*, p. 180.

³⁴ “Technology and science have become an economic enterprise of megaindustrial proportions, devoid of truth or Enlightenment (...)”. Beck, *Ecological Enlightenment*, p. 90.

³⁵ “The greater the threat, the greater the dependence on science”. Beck, *op. cit.*, p. 92.

experimental³⁶, moldada pelas aspirações e intentos da tecnociência, penetrando todas as esferas do horizonte vital humano.

Apesar de confrontado com o colapso da consensualidade da racionalidade científica na avaliação dos riscos, o homem encontra-se cada vez mais dependente da racionalidade tecnológica que assume quase o papel de uma **segunda natureza humana**.

Um exemplo disto é a capacidade que a ciência adquiriu de manipular **artificialmente** não só a vida humana, mas de manipular também o próprio clima através da **geoengenharia**³⁷, podendo esta ser considerada, em conjunto com o trans-humanismo, como a consequência natural e radical daquele no sentido do que denominámos atrás como uma **segunda vaga da tecnociência contemporânea**. Qual demiurgo platónico, nunca como agora, o homem foi capaz de intervir e modificar de forma tão poderosa o curso das próprias leis naturais.

A contemporaneidade fez com que a ciência tivesse que abrir inevitavelmente as suas fronteiras à participação de outros agentes institucionais no processo de definição das ameaças ambientais e tecnológicas globais e, com isso, começou a ser submetida a um processo de crítica externa veiculado pela esfera pública que se encontra atenta às potencialidades catastróficas que provêm da sua actividade. A crítica externa a que foi submetida constituiu um primeiro passo determinante para a concretização da sua **desmonopolização**.

Um outro factor que deve acompanhar a crítica externa é a crítica interna dos seus fundamentos, ou seja, a confrontação com o que têm sido as circunstâncias da própria actividade da ciência no decurso da modernidade. Quer isto dizer que a tecnociência deve proceder a sua própria autocrítica.

Para Beck, a ciência e a tecnologia devem começar a repensar-se totalmente desde o seu interior³⁸. Aquilo a que ele chama de ‘revolução das próprias ciências’ é o abandono **definitivo** dos paradigmas que elas erigiram ao longo da modernidade: a visão utilitarista da natureza, a crença no progresso e a pretensão a um monopólio absoluto no

³⁶ “(...) in a society that itself is becoming experimental”. Beck, *op. cit.*, p. 104.

³⁷ Sobre este tema, consulte-se o estudo de Clive Hamilton, *Earthmasters: Playing God with the Climate* (2013).

³⁸ Beck, *Ecological Enlightenment*, p. 103.

domínio do saber. Este processo encontra-se já em curso, ainda que decorra de forma lenta.

Segundo Beck

“O conceito “simples” (isto é, tradicional e monopolista) de ciência e o conceito “reflexivo” (autocrítico) começam a orientar-se e a organizar-se a si próprios dentro das disciplinas [científicas] ”³⁹.

Isto deverá reconduzir a ciência para uma **democratização** real dos seus fundamentos e processos e também para uma abertura cada vez maior à participação de outros agentes institucionais nos processos de tomada de decisão, ampliando o espaço de debate sobre as questões suscitadas pelos riscos a outros actores que até então ficavam de fora do mesmo.

Ou seja, pretende-se um modelo que, de acordo com Miguel Almeida, passe

“(…) pela relativização da própria ciência, considerada como apenas um de entre outros contributos ao serviço da deliberação e da acção ‘colectivas’, assim como pela exposição e discussão públicas de si própria e das suas conquistas”⁴⁰.

Encontramos já estes elementos desenhados tanto no conceito de ciência pós-normal que nos oferecem Jeremy Ravetz e Sílvia Funtowicz, bem como na concepção de limites planetários estabelecida por Johan Rockström do Centro de Resiliência de Estocolmo.

8.3.2. Ciência Pós-Normal e Limites Planetários: a ciência sob a perspectiva do Contrato Ambio-Social

O conceito de ciência pós-normal é apresentado por Sílvia Funtowicz e Jeremy Ravetz em diversos artigos⁴¹, definindo-se como uma alternativa a ser aplicada nos processos políticos de tomada de decisão sobre riscos tecnológicos e ambientais.

Os autores afirmam que, face à extensão global de determinados problemas com que se confronta a sociedade contemporânea, nomeadamente os problemas gerados pela crise

³⁹ “The ‘simple’ (i.e., traditional and monopolistic) concept of science and a ‘reflexive’ (i.e., self-critical) one begin to orient and organize themselves inside the disciplines”. Beck, *op. cit.*, p. 109.

⁴⁰ Miguel Almeida, *op. cit.*, p. 190.

⁴¹ Entre eles, “Post –normal science and extended peer communities in the face of environmental changes”, “Global risk, uncertainty and ignorance” ou “Why knowledge assessment?”. A nossa exposição segue este último que se encontra na obra conjunta *Interfaces between Science and Society*, ed. de Ângela Guimarães Pereira, Sofia Guedes Vaz e Sylvia Tognetti, pp. 138-145.

ambiental, torna-se cada vez mais insustentável defender a ideia de um monopólio de conhecimento detido por parte da comunidade científica⁴².

Na opinião de Funtowicz

“A ciência (entendida como a actividade de peritos técnicos), de agora em diante, é incluída como (apenas) uma parte do conhecimento relevante que é (ou pode ser) fornecido como evidência para uma decisão ou processo político”⁴³.

O rigor da demonstração científica é complementado pela **abertura do diálogo público** que alarga o espaço de cidadania. Neste processo, defende Funtowicz,

“Os cidadãos tornam-se simultaneamente críticos e criadores no processo de produção do conhecimento”⁴⁴.

Isto implica a perda de preconceitos não só por parte dos agentes científicos, bem como por parte de todos os outros intervenientes no espaço de diálogo público, uma vez que todas as partes devem estar dispostas a aprender⁴⁵.

Com esta ampliação da esfera de intervenientes na discussão e debate públicos, pretende-se que a ciência pós-normal vise uma verdadeira **democratização do conhecimento** (*expertise*), adoptando uma **abordagem pluralista** e participativa ampliada a novos actores no espaço de decisão.

Isto porque os riscos actuais, nomeadamente os riscos ambientais, obrigam a ter em conta outros valores e interesses que até este momento eram deixados de fora nos mecanismos tradicionais de avaliação de risco⁴⁶.

As questões suscitadas pelas ameaças ambientais e tecnológicas, para a sua resolução, incitam a que se estabeleça um diálogo aberto com as suas vítimas. Isto leva-nos ao que Funtowicz denomina como **alargamento da comunidade de pares**⁴⁷, consistindo esta

⁴² “(...) it becomes ever more difficult to defend a monopoly of accredited expertise for the provision of scientific information and advice”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 140.

⁴³ “Science (understood as the activity of technical experts) is henceforth to be included as (only) part of the relevant knowledge that is (or may be) brought in as evidence to a decision or policy process”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 141.

⁴⁴ “Citizens become both critics and creators in the knowledge production process”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 141.

⁴⁵ “All sides come to dialogue ready to learn (...)”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 141.

⁴⁶ “Dealing with contemporary knowledge problems requires opening the analytical and formal decision-making processes to broader categories and actors than those traditionally legitimated”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 142.

“(...) não meramente em pessoas com alguma acreditação institucional, mas antes em todos aqueles que desejem participar na resolução das questões.”⁴⁸.

Uma outra alternativa ao modelo operativo da tecnociência moderna e que desafia indubitavelmente a noção de progresso infinito é o conceito de **limites planetários** estabelecido, em 2009, por uma equipa de especialistas em sistemas terrestres e cientistas ambientais liderada por Johan Rockstrom, do Centro de Resiliência de Estocolmo e Will Steffen, da Universidade Nacional da Austrália, propondo um **espaço operacional seguro para a humanidade**, incluindo instituições políticas nacionais e internacionais, organizações não-governamentais, sociedade civil, sector privado e comunidade científica como uma pré-condição essencial para a concretização da sustentabilidade⁴⁹.

Considerando que nos encontramos num período de transição de uma época geológica para outra (do Holoceno para o Antropoceno como é defendido por Paul Crutzen⁵⁰), na qual as actividades humanas podem **destabilizar** por completo os ecossistemas terrestres⁵¹, o conceito de limites planetários visa introduzir no *mainstream* da prática científica uma **perspectiva ética** no modo de fazer ciência e na nossa forma de habitar o planeta.

Recorrendo claramente à formulação expressa pelo Princípio de Precaução, o Princípio 1 do *Esboço da Declaração sobre os Limites Planetários* dá-nos conta de uma nova perspectiva da ciência para o futuro:

“Os processos dos sistemas terrestres que são necessários para assegurar um espaço de operação segura para a humanidade deveriam ser reconhecidos e respeitados. Somos todos responsáveis pela salvaguarda desses processos perante as ameaças de danos sérios ou irreversíveis como resultado das actividades humanas”⁵².

⁴⁷ Extended peer communities. Cf. Funtowicz, *op. cit.*, pp. 143-144.

⁴⁸ “This we call an extended peer community, consisting not merely of people with some form or other of institutional accreditation, but rather of all those with a desire to participate in the resolution of the issue”. Funtowicz, *op. cit.*, p. 143.

⁴⁹ Veja-se a este respeito o relatório onde se encontram expostos os princípios e a metodologia que envolve o conceito de limites planetários. Rockström J. et al (2009), “Planetary Boundaries: Exploring the safe operating space for humanity”.

⁵⁰ Crutzen et al (2007), “The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?”.

⁵¹ Rockström J. et al (2009).

⁵² “Earth-system processes that are necessary for ensuring a safe operating space for humanity should be recognized and respected. We are all responsible for safeguarding those processes from the threats of

Isto porque, desde a Revolução Industrial, as actividades humanas tornaram-se na maior causa de alterações ambientais e, na contemporaneidade, alguns desses limites foram já ultrapassados – alterações climáticas, perda de biodiversidade e os fluxos biogeoquímicos – existindo, efectivamente, o risco dos outros limites planetários serem transpostos num período não muito longínquo e de forma iminente⁵³.

Embora a constituição dos nove pontos críticos que Rockstrom e a sua equipa identificam como o espaço assignado ao desenvolvimento humano, sob pena de não comprometer ainda mais as já de si frágeis condições ecológicas do planeta, não granjear ainda a plena aceitação da comunidade científica, interessa-nos sobretudo relevar o que subjaz latentemente desta formulação surgida do interior da esfera científica: a sua importância como um eixo de reflexão pertinente no sentido de tornar a ciência, pelo papel crucial que desempenha nas questões da sustentabilidade, num actor indispensável de um novo contrato social.

Positivamente, devemos reconhecer, não obstante alguns sectores que persistem teimosamente arreigados à moderna ideia de progresso, uma parte da comunidade científica está já consciente desta necessidade.

Como afirmam Gallopin, Functowicz, O'Connor e Ravetz:

“O reconhecimento de que um novo “Contrato Social para a Ciência” é necessário para lidar com a nova situação planetária, que o ‘business as usual’ na ciência já não é suficiente, que o mundo, no fim do século XX, é um mundo fundamentalmente diferente daquele que a actual empresa científica desenvolveu, está a emergir agora da própria corrente dominante da estrutura científica”⁵⁴.

Jane Lubchenco, ecologista marinha norte-americana e administradora da *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) de 2009 a 2013, tem sido uma das vozes nos últimos vinte anos que mais se tem feito ouvir neste sentido nos EUA e uma das primeiras a aventurar-se nas fundações da nova base contratualista da ciência. Autora de um artigo influente no final dos anos 1990, “Entering the Century of the Environment: A New Social Contract for Science”, publicado pela *Science*, em 1998,

serious or irreversible damage as a result of human activities”. *Draft Declaration on Planetary Boundaries*.

⁵³ Rockström J. et al (2009).

⁵⁴ “The recognition that a new “Social Contract for Science” is necessary to deal with the new planetary situation, that business as usual in science will no longer suffice, that the world at the close of the 20th century is a fundamentally different world from the one in which the current scientific enterprise has developed, is coming now from the mainstream scientific establishment itself”. Gallopin, Functowicz, O'Connor e Ravetz, “Science for the 21st century: from social contract to the scientific core”, p. 2.

segundo Lubchenco, do novo contrato social científico deveriam constar os seguintes princípios imputados aos agentes científicos:

- 1) Os cientistas devem avaliar as necessidades mais urgentes da sociedade, em proporção à sua importância;
- 2) Devem comunicar o seu conhecimento para que este possa constituir uma informação valiosa e fiável para as decisões de indivíduos e instituições;
- 3) Praticar a sua actividade com justeza de raciocínio, sabedoria e humildade⁵⁵.

Contudo, estes princípios não são suficientes. Oíçamos ainda Lubchenco:

“O Contrato deveria reconhecer a extensão de domínio humano do planeta. Deveria expressar um compromisso para explorar o potencial total da empresa científica na descoberta de novos conhecimentos, na comunicação ao público e aos decisores de novos conhecimentos e de conhecimentos já existentes e auxiliar a sociedade na transição para uma biosfera mais sustentável”⁵⁶.

Como actor social plenamente empenhado na complexa tarefa de forjar soluções capazes de efectuar a transição de uma civilização sobejamente dependente da tecnociência para uma era de maior sustentabilidade ambiental planetária, a intenção contratualista aplicada à esfera científica visa não só a sua abertura à sociedade, mas também a

“(…) relativização da ciência, considerada como apenas um de entre outros contributos ao serviço da acção e da deliberação «colectivas», assim como pela exposição e discussão públicas de si própria e das suas conquistas”⁵⁷.

Só assim se conseguirá assegurar a **partilha pública do saber científico** e esta poderá ser um dos pilares efectivos do exercício da cidadania num sistema político democrático, sendo a primeira condição essencial que atesta a maturidade do segundo.

⁵⁵ Jane Lubchenco, “Entering the Century of the Environment: A New Social Contract for Science” in <http://www.sciencemag.org/content/279/5350/491.full>.

⁵⁶ “The Contract should recognize the extent of human domination of the planet. It should express a commitment to harness the full power of the scientific enterprise in discovering new knowledge, in communicating existing and new understanding to the public and to policy-makers, and in helping society move toward a more sustainable biosphere”. Jane Lubchenco, *op.cit.*

⁵⁷ Miguel Almeida, *op. cit.*, p. 190.

A este respeito, Miguel Almeida defende que

“(…) a partilha do saber através da sua correcta e adequada divulgação deixa-nos assim em face dos pilares de uma «cultura democrática»”.⁵⁸

Perante o que foi dito divisamos agora com mais clareza, no âmbito de uma concepção de cidadania ambiental como expressão de um Contrato Ambio-Social, o quanto nos encontramos já distantes dos estreitos caminhos trilhados por Andrew Dobson e por outros estudiosos que empreenderam o nexo teórico entre a esfera cívica e as questões do ambiente.

Fica também patente pelo que expusemos ao longo destas páginas, ou pelo menos assim o esperamos, o quanto o horizonte teórico e o enquadramento proposto por estes autores peca por escasso ao dissociarem a construção do conceito de cidadania em matéria de ambiente na contemporaneidade – independentemente de se rotular como ambiental ou ecológica - do âmbito da tecnociência e da sua persistente e letal atracção fatal pela ideia de progresso.

No quadro de uma verdadeira cultura democrática ou da sua constante ampliação, à qual visa a nossa indagação teórica sobre a possibilidade de uma noção de cidadania ambiental, requer-se, como já vincámos em páginas anteriores, a **reivindicação social de um paradigma de tecnociência que tenha em conta os graves problemas ambientais que vivemos**, isto é, o direito a uma tecnociência que na sua actividade opere dentro dos limites planetários como direito de cidadania.

Esse direito, obviamente, só pode ser reivindicado na esteira de uma relação dialéctica com o **dever de expressar uma posição crítica** sobre as implicações do trabalho desenvolvido pela tecnociência contemporânea, isto é, o dever de possuir uma atitude cívica, informada e esclarecida sobre o papel social desempenhado pela ciência como actor institucional no quadro de uma sociedade democrática e como agente de resolução dos problemas da crise ambiental, bem como sobre a ideia de progresso tecnocientífico.

Trata-se de um **compromisso** entre agentes científicos e cidadãos, no qual intervém a formação individual e a responsabilidade e empenho de ambos os tipos de agentes na transmissão e na recepção de uma cultura científica.

⁵⁸ Miguel Almeida, *op. cit.*, p. 191.

Como denota acertadamente Miguel Almeida:

“(...) o interesse do cidadão comum pela ciência é resultado do seu domínio e compreensão, o que requer a elevação dos níveis básicos da sua instrução e formação, assim como cuidados especiais da parte daqueles que são chamados a proceder à sua divulgação”⁵⁹.

Só assim, com base nesta articulação entre cidadãos esclarecidos e ciência esclarecedora, a esfera científica poderá ver-se pressionada a uma mudança de paradigma absolutamente fundamental.

E isto porque, embora não subscrevendo inteiramente as conclusões de Marcuse sobre a racionalidade tecnológica das sociedades industriais, numa era cada vez mais marcada pela predominância da tecnologia em todos os âmbitos da vida humana, em que esta está cada vez mais debaixo da nossa pele (como assim desejam as correntes do pós-humano), corremos o risco de cair numa esfera de **unidimensionalidade acrítica** perante o efeito de sedução que nos lançam as suas perspectivas de realização de médio e de longo prazo e, o que é mais grave, de olharmos para a tecnologia como a única via de redenção da nossa frágil condição humana e também como o único e exclusivo meio de resolução dos principais desafios contemporâneos de carácter global.

Dada a importância que assume este problema no nosso século para todos nós, convém sublinhar uma vez mais e de forma inequívoca o que Dobson e outros autores não vislumbraram de todo ou discerniram apenas de forma parcial.

Que a tecnociência, bem como a ideia de progresso que lhe está associada, é um dos **temas fundamentais da reflexão e do debate sobre uma noção de cidadania ambiental**, uma vez que a crise global do ambiente, sem querermos enveredar aqui por um certo simplismo ingénuo é, sobretudo, um sintoma cabal dos excessos e aspirações faraónicas de um modelo tecnocientífico degenerado e desregrado.

Mas se a crítica ao progresso tecnocientífico ilimitado é um dos temas por excelência da cidadania ambiental, a crítica à mesma ideia que está presente no modelo económico actual não o é menos.

É isso que iremos abordar no próximo capítulo: algumas das alternativas a um modelo económico de matriz neoliberal totalmente desfasado dos problemas mais prementes da

⁵⁹ Miguel Almeida, *op. cit.*, p. 191.

nossa época e que, à semelhança da ciência, persiste numa direcção insana, ufanando alegremente a capacidade soberana dos mercados em darem resposta aos nossos maiores anseios e rumo ao crescimento ilimitado.

Capítulo 9 – Para além do PIB: indicadores para uma economia mais humana. Contrato Ambio-Social e equidade social

9.1. A crise financeira de 2008 e os limites do modelo económico actual

Setembro de 2008 fez soar as trombetas do apocalipse nos mercados financeiros, à semelhança do que havia ocorrido no já distante ano de 1929, cujo colapso do mercado bolsista mergulhou os Estados Unidos da América e a Europa num período de recessão económica do qual só viriam a recuperar durante a década de 1930.

Apesar dos paralelos que existem entre as duas crises económicas e financeiras, há igualmente um abismo de significado que as separa: em 1929 a economia mundial não se encontrava tão interligada como se apresenta neste início de século.

O modelo económico actual, cujo funcionamento não podemos de todo analisar aqui devido à vasta complexidade que o tema encerra, está fundado **numa teia de interdependências globais** que perigam como um castelo de cartas devido a sucessivas especulações financeiras. Pode-se dizer que o sistema económico global assenta numa **economia de casino**, isto é, na especulação financeira desligada da economia real, permitindo a acumulação de fortunas feitas na bolsa, acentuando dramaticamente as **desigualdades sociais a nível global**¹.

Os sucessivos prenúncios de colapso da economia mundial que se seguiram à crise do *sub-prime* de Setembro de 2008 e a forma como esta crise teve origem nas altas esferas do mercado financeiro² vêm questionar o optimismo dos economistas que pretendem perpetuar *ad eternum* as directrizes do actual modelo que consigna as suas estruturas sob o signo do crescimento.

Embora existam algumas vozes que com lucidez e sagacidade tão pouco características neste campo se imponham com veemente discordância em relação ao actual modelo económico³, depois do sinal de alerta que foi a crise de 2008 continuamos a assistir à

¹ Num relatório publicado no início de 2014, “Working for the Few: Political Capture and Economic Inequality”, a Oxfam sustenta, entre outros dados, que metade da riqueza mundial pertence apenas a 1% da população e que o rendimento de mais de metade da população mais desfavorecida do mundo é semelhante ao das 85 pessoas mais ricas do mundo. Cf., *op. cit.*, p. 2.

² A este respeito veja-se o excelente documentário *Inside Job* (2010) que desconstrói de forma lúcida as origens da crise financeira de 2008.

³ Entre elas a de Paul Davidson que, num artigo intitulado “A grande crise financeira de 2008”, afirma que: “O inverno de 2007-08 mostrar-se-á o inverno do descontentamento e o começo do fim da teoria

manutenção do mesmo paradigma que alimentou a economia mundial nas últimas décadas: o paradigma do **crescimento infinito**.

Não podemos continuar a alimentar na actualidade o fervor e o optimismo no crescimento económico que sustentava John Maynard Keynes, num texto escrito em 1930, quando declarava a respeito dos benefícios do crescimento económico a longo prazo que:

“Assim, pela primeira vez desde a sua criação, o homem ver-se-á confrontado com o seu problema real e permanente de como usar a sua liberdade sem a pressão de preocupações económicas, de como ocupar o seu tempo livre que a ciência e os juros acumulados terão conquistado para ele, de como viver bem, sabia e agradavelmente”⁴.

Preconizando que as necessidades básicas da população mundial poderiam ficar satisfeitas apenas com semanas de quinze horas laborais, Keynes⁵ prevê que os frutos do crescimento económico representem um aumento do bem-estar da população:

“Quando a acumulação de riqueza não for mais um assunto socialmente importante, haverá profundas alterações no código moral. Poderemos prescindir de princípios pseudomorais que nos guiaram nos últimos duzentos anos, pelos quais colocámos algumas das mais execráveis qualidades humanas na posição dos valores mais altos”⁶.

As expectativas de Keynes sobre os benefícios do crescimento económico não se concretizaram de todo e, hoje, sabemos por demais onde nos tem conduzido esse paradigma que utiliza, desde há dois séculos, os recursos naturais de forma indiscriminada e intensiva para a consumação das nossas aspirações, das essenciais às mais perfeitamente supérfluas.

O fenómeno das alterações climáticas é já demasiado visível para poder ser ignorado e poderá traduzir-se numa crise de proporções não totalmente calculáveis se continuarmos

clássica da eficiência dos mercados financeiros globais. Por mais de três decénios, os economistas *mainstream* pregaram, e os políticos engoliram, o mito da eficiência de tais mercados livres”. Também Paul Krugman, autor de *Acabem com esta crise, Já!* (2012), defende que os instrumentos económicos existentes poderiam resolver a crise económica que o mundo atravessa.

⁴ “Thus for the first time since his creation man will be faced with his real, his permanent problem-how to use his freedom from pressing economic cares, how to occupy the leisure, which science and compound interest will have won for him, to live wisely and agreeably and well”. John Maynard Keynes, “Economic Possibilities of our Grand Children”, p. 5.

⁵ Keynes, *op. cit.*, p. 5.

⁶ “When the accumulation of wealth is no longer of high social importance, there will be great changes in the code of morals. We shall be able to rid ourselves of many of the pseudo-moral principles which have hag-ridden us for two hundred years, by which we have exalted some of the most distasteful of human qualities into the position of the highest virtues”. Keynes, *op. cit.*, p. 5.

a alimentar o monstro que é o actual modelo económico tal como o temos feito até à data. Possuímos, igualmente, dados suficientes sobre a contribuição perniciosa que o modelo económico contemporâneo continua a dar para o equilíbrio ecológico do planeta.

Temos consciência que, no espaço das próximas décadas, factores como o crescimento populacional poderão contribuir ainda mais para a depredação dos recursos planetários de uma forma mais rápida e suicida e que se não forem tomadas as medidas adequadas para combater os efeitos das alterações climáticas nos seus diversos níveis, estes terão um efeito perverso e gravoso, alterando compulsivamente o modelo económico tal como o conhecemos hoje.

No entanto, de forma completamente irracional, continua-se a anunciar como uma boa nova a ideia um crescimento ilimitado e infinito num planeta cujos recursos naturais são finitos e vão desaparecendo vertiginosamente a cada ano que passa.

Não podemos impedir-nos de recordar aqui a famosa frase de Kenneth Boulding, um dos primeiros economistas ecológicos que teremos oportunidade de analisar mais à frente:

“Alguém que acredite que o crescimento exponencial num mundo finito pode continuar infinitamente ou é louco ou é economista”⁷.

Face a um cenário em que a globalização económica está a acentuar desastrosas **clivagens sociais** quer no seio dos países desenvolvidos, quer num contexto mais alargado entre o hemisfério norte e o hemisfério sul do planeta, e a face à crise económica e financeira em que estamos mergulhados desde 2008, a questão que urge colocar é a seguinte: terá o actual modelo económico entrado em falência crónica e irreversível?

A resposta a esta pergunta não será inteiramente encontrada aqui, até porque, para além de não cumprir os objectivos a que nos propomos nesta investigação, excederia largamente o seu espaço.

⁷ “Anyone who believes exponential growth can go on forever in a finite world is either a madman or an economist”. United States Congress House (1973) *Energy reorganization act of 1973: Hearings, Ninety-third Congress, first session, on H.R. 11510*, p. 248.

Porém, do ponto de vista da crise ambiental e social contemporânea, o actual modelo económico, se perpetuamente baseado na mesma linha de orientação, conduzirá inevitavelmente no futuro a desastres de proporções ainda maiores.

Entre muitos outros, Leonardo Boff, teólogo brasileiro e expoente máximo do movimento da Teologia da Libertação no Brasil, num artigo recente e de uma lógica acutilante, não hesita em pronunciar a actual crise económica como a **falência** do seu modelo.

Segundo ele, o **capitalismo excedeu os limites da Terra**, ocupando e depredando os recursos planetários:

“Ocupámos e depredámos todo o planeta, destruindo o seu equilíbrio subtil e exaurindo os seus bens e serviços a um ponto tal que o próprio planeta já não consegue voltar a fornecer tudo o que foi retirado”⁸.

Tal como a vida humana só é possível dada a existência de determinadas condições biológicas para que assim ocorra, também os recursos naturais constituem o suporte essencial do modelo económico vigente. Do ponto de vista da crise global do ambiente, e também na óptica da cidadania ambiental, o que será necessário então para proceder a uma alteração deste dramático estado de coisas?

Sem querermos redundar numa resposta que peque pela simplicidade tendo em conta a complexidade do problema, podemos afirmar que é necessária uma reformulação do sistema económico actual que incorpore uma **dimensão ética de justiça social e de responsabilidade para com a natureza**.

Um modelo que, em vez baseado apenas no crescimento, seja fundamentado pela busca de alternativas ao PIB como único critério económico válido, passando pela exploração de outras potencialidades que, até ao momento, não constituem prioridade no actual modelo económico.

Nas próximas páginas daremos a conhecer algumas destas alternativas ao modelo económico actual através de dois autores: Tim Jackson, arauto da redefinição do conceito de prosperidade como motor de modelo económico mais sustentável e

⁸ “We have occupied and depredated the whole planet, destroying her subtle equilibrium and exhausting her goods and services, to the point that she alone can no longer replenish all that has been removed”. Leonardo Boff, “Is the crisis of capitalism terminal?”.

Amartya Sen, cuja reflexão remete-nos para a criação de um sistema económico socialmente mais justo e centrado primordialmente nas capacidades humanas⁹.

Em nome da sua validade e da sua coerência, ambas as perspectivas devem começar antes de tudo por serem elencadas numa nova perspectiva da relação do ser humano com o planeta numa abordagem ética dentro um antropocentrismo sob o prisma da responsabilidade.

Um modelo económico alternativo ao actual centrado na equidade social e na sustentabilidade deve partir de uma perspectiva ética e reflectir sobre uma nova abordagem no modo como nos relacionamos com a natureza e ter em conta a sustentabilidade dos recursos naturais como linhas argumentativas fortes.

⁹ Para além de Jackson e Sen, no leque de autores que não se alinham com o modelo económico actual, não podemos deixar de evocar os nomes de Arthur Cecil Pigou (1877-1959) e de E.F. Schumacher (1911-1977). O primeiro, autor de *The Economics of Welfare* (1920), no qual, em vez do Produto Interno Bruto como indicador económico por excelência, propunha o Produto Social Bruto que incluía tanto externalidade positivas como negativas. O segundo com o clássico *Small is Beautiful* (1973) influenciou toda uma geração de ambientalistas, criticando as práticas económicas nocivas para a natureza.

9.2. A natureza como valor: ética ambiental para uma economia mais humana - A perspectiva de Holmes Rolston III

Profundamente influenciado pelas ideias de Aldo Leopold, Holmes Rolston III é um dos autores contemporâneos mais destacados no campo da ética ambiental. O seu artigo de 1993, “Rights and Responsibilities on the Home Planet” apresenta-nos um resumo fiel dos seus argumentos.

Segundo Rolston III, no século XXI, a grande preocupação será **impedir a destruição do planeta** e, consequentemente, a nossa. O desafio do último milénio foi passar do mundo medieval ao mundo moderno, construindo culturas e nações numa explosão de desenvolvimento tecnológico. O desafio do segundo milénio será **conter** essas culturas dentro da capacidade de carga no contexto da comunidade da vida do nosso planeta¹⁰.

No último século, as culturas modernas começaram a ameaçar a estabilidade e integridade da Terra; no nosso tempo muita da integridade do mundo natural será destruída e continuar o ritmo de desenvolvimento do último século durante muito mais tempo conduzirá a um desastre assegurado¹¹.

A construção de um novo modelo ético deve combinar a reflexão e argumentação no sentido de explorar uma visão alternativa do mundo (política, económica e social) que integre não só direitos, mas também deveres na forma como dispomos dos recursos naturais¹².

De forma a preservar a integridade do ambiente natural, esta visão alternativa do mundo não pode contudo incorrer no erro de outras formulações ecocêntricas da ética ambiental que já abordámos no capítulo 6 da nossa investigação.

Como assinala lucidamente Holmes Rolston III, a ética humana baseada em direitos não se pode aplicar à natureza porque não há leis ou direitos que possam ser transgredidos na natureza selvagem¹³.

Como já vimos, a natureza não tem direitos nem é um sujeito moral e, como tal, não pode estabelecer uma relação de reciprocidade moral com o homem. A relação entre

¹⁰ Rolston III, *op. cit.*, p. 251.

¹¹ Rolston III, *op. cit.*, p. 252.

¹² Rolston III, *op. cit.*, p. 252.

¹³ Rolston III, *op. cit.*, p. 256.

homem e natureza não se pauta pela existência de direitos da segunda para com o primeiro.

Contudo, o homem está sempre dependente de processos naturais para a sua vida na Terra: circulação do ar, ciclos da água, fotossíntese, decomposição de bactérias, etc. A ecologia é o substrato da cultura humana e como tal, ontologicamente, o ambiente é a condição de possibilidade da vida humana na Terra¹⁴.

É aqui que, em nosso entender, surge o contributo mais valioso de Rolston III para um novo modelo económico: o conceito de **valor natural**. Dado que uma abordagem ética centrada nos direitos da natureza se torna inviável pelos motivos que já vimos, este autor defende que esta seja substituída pela concepção de valor natural.

Como afirma Holmes Rolston III:

“(...) devemos respeitar o valor onde quer que ele se encontre, incluindo o valor que se encontra a níveis de ser que não são humanos e, portanto, incapazes de serem portadores de direitos ou de responsabilidades”¹⁵.

Trata-se de assignar à comunidade biótica um conceito tão caro ao território conceptual da economia, isto é, o conceito de valor, mas o valor aqui ultrapassa claramente a forma como ele nos chega vindo do campo económico. Não se trata do valor quantificável que uma determinada mercadoria possui pela satisfação que ela proporciona aos consumidores, como sublinha a teoria económica do valor-troca da economia clássica ou a noção de valor de autores clássicos como Adam Smith ou David Ricardo, mas sim a atribuição de um valor intrínseco ao mundo animal, vegetal e natural centrado no **direito à vida**.

Porque, como sublinha Rolston III,

“Tais seres possuem vida e a vida não deixa de ter valor só porque não é humana nem explorável pelos humanos”¹⁶.

¹⁴ Rolston III, *op. cit.*, p. 260.

¹⁵ “(...) we should respect value wherever it is found, including value found at levels of being that are not human and are therefore incapable of carrying either rights or responsibilities”. Rolston III, *op. cit.*, p. 263.

¹⁶ “Such beings do carry life, and life is not worthless merely because it is neither human nor exploitable by humans”. Rolston III, *op. cit.*, p. 263.

Se, por um lado, um modelo económico alternativo deveria prescindir da atribuição de um valor exclusivamente quantificável, comercial, mercantil e utilitarista no tocante aos recursos naturais, vemos como nos encontramos ainda longe desse panorama ao depararmo-nos com o motor que alimenta a gigantesca máquina económica global: o fenómeno do consumo que, além de indicador de bem-estar e modo de vivência das sociedades ocidentais, se transformou num autêntico flagelo em termos da sustentabilidade dos recursos.

9.3. O efémero na sociedade espectáculo e a era do vazio: economia e hiperconsumo

Afirmámos acima que o actual sistema económico extravasou já há muito os recursos naturais do planeta. Em 2006, a pegada ecológica global, isto é, o consumo de recursos naturais para as necessidades humanas saldava-se já em 1,4 planetas Terra¹⁷, não conseguindo os sistemas ecológicos regenerarem-se à mesma velocidade com que a humanidade consome os recursos naturais.

Consequência do que Gilles Lipovetsky, autor de *A Era do Vazio* (1982), designa como uma sociedade de consumo.

Segundo ele:

“Com a profusão luxuriante dos seus produtos, imagens e serviços, com o hedonismo que induz, com o seu clima eufórico de tentação e proximidade a sociedade de consumo revela até à evidência a amplitude da estratégia de sedução”¹⁸.

Tal como, para Jean-Paul Sartre, estamos condenados à liberdade, para Lipovetsky estamos condenados ao **consumo de bens materiais voraz e cada vez mais incessante**¹⁹ e este representa a apoteose de uma **sociedade do espectáculo**, tomando aqui de empréstimo o título da obra de Guy Debord com o mesmo nome, em que o **efémero** e a **aparência** do individualismo e do hedonismo ditam as suas regras.

Apesar de já algo descontextualizada por ter passado quase meio século desde a sua aparição, algumas das premissas de *A Sociedade do Espectáculo* (1967) de Debord, fundador da Internacional Situacionista e inspirador dilecto do movimento de Maio de 68, continuam a ser válidas para a análise sobre o papel que a economia desempenha na realidade social contemporânea:

“A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do *ser* em *ter*. A fase presente da ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizar generalizado do *terem parecer*, de que todo o «ter» efectivo deve tirar o seu prestígio imediato e a sua função última”²⁰.

¹⁷ Global Footprint Network. 2010-02-05.

¹⁸ Gilles Lipovetsky, *A Era do Vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, p. 18.

¹⁹ Lipovetsky, *op. cit.*, p. 11.

²⁰ Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*, §17, p. 13. O itálico é do autor.

No entanto, segundo Lipovetsky, na contemporaneidade encontramos-nos num novo estágio porque

“(…) as economias capitalistas de consumo atingiram um novo patamar”²¹.

Esse patamar representa a passagem da sociedade de consumo como se estabeleceu no final da Segunda Guerra Mundial para a sociedade de **hiperconsumo** actual, obedecendo assim à lógica da própria globalização económica²².

Reflectindo sobre as implicações ambientais que a sociedade de hiperconsumo possui, Lipovetsky sublinha que esta

“(…) apresenta uma dimensão cega, devastadora suicida para a humanidade futura. Trata-se de uma sociedade construída na indiferença pelas consequências a longo prazo, uma sociedade que conduziu ao desastre ecológico e que vai por em perigo as gerações futuras, com a degradação da biosfera, desde a rarefacção dos recursos naturais ao aquecimento do planeta”²³.

O consumo, ou hiperconsumo seguindo a terminologia do autor de *A Era do Vazio*, estrutura de forma determinante o funcionamento do modelo económico contemporâneo induzindo no indivíduo o desejo de possuir produtos, desejo esse muitas vezes puramente virtual, criado pela existência do objecto e pela sedução fatal que constitui a publicidade.

O grande desafio da economia é, precisamente, o de determinar aquilo que no ser humano constitui uma necessidade e o que constitui um desejo. Por mais que persistamos em manter a caixa de Pandora fechada, nunca poderemos escapar à equação que coloca de um lado desejos humanos cada vez mais ilimitados e recursos naturais que são maioritariamente finitos.

A necessidade da introdução do conceito de responsabilidade na economia prende-se com a contemplação de determinados valores éticos, valores esses que a actividade económica tem relegado para segundo plano em prol da lógica do mercado, subordinada a uma frenética diáde de produção e consumo.

²¹ Gilles Lipovetsky, “Sociedade de Hiperconsumo e Felicidade” in V. Soromenho-Marques (Coord.), *O Ambiente na Encruzilhada – Por um futuro sustentável*, p. 115.

²² Lipovetsky, *op. cit.*, pp. 115-117.

²³ Lipovetsky, *op. cit.*, p. 124.

Valores como justiça social, direitos humanos e maior igualdade na distribuição de recursos têm nitidamente passado ao lado da lógica da economia de mercado dos nossos dias, arrastando os indivíduos nessa febril lógica consumista que tem conduzido à delapidação vertiginosa dos recursos naturais.

Torna-se necessário, como já o afirmámos, uma reavaliação dos pressupostos do sistema económico, encontrando vias alternativas para a noção de desenvolvimento que não passem pelo paradigma que domina a economia nos dias de hoje. Vejamos, em seguida, algumas dessas alternativas.

9.4. A economia nos limites da sustentabilidade: posições alternativas ao paradigma dominante I

9.4.1. Kenneth Boulding e a nave espacial Terra

A distinção entre economia aberta e economia fechada foi introduzida por Kenneth Boulding num artigo intitulado “The Economics of the Coming Spaceship Earth”, escrito em 1966.

Segundo Boulding, a economia aberta, ou economia *cowboy*, representa o paradigma económico dominante: um modelo económico assente no crescimento ilimitado, caracterizado por uma grande taxa de circulação de capitais bem como de importações e exportações, num cenário em que os recursos naturais e as matérias-primas são considerados inesgotáveis. O fim deste modelo é a máxima rentabilização da produção e um aumento constante dos índices de consumo, tendo em vista a maximização do lucro.

O consumo é, aliás, um dos parâmetros mais importantes para avaliar o estado deste modelo de economia: não só representa um indicador de bem-estar das populações – quanto maior a taxa de consumo, maior é considerado o seu bem-estar - como é também o vector indispensável que garante o sucesso do seu desempenho.

A economia fechada, por seu lado, apresenta outro tipo de características. Contrariamente ao modelo de economia aberta, a economia fechada caracteriza-se por ser um modelo em que existe uma nítida preocupação com o esgotamento dos recursos naturais do planeta e das matérias-primas.

Neste modelo de economia, o planeta torna-se um circuito fechado e interligado, não se procurando já a maximização da produção, ao contrário do que acontece na economia aberta, mas sim a sua minimização.

Como afirma Kenneth Boulding a este respeito:

“Por contraste, na economia fechada, a produtividade não é de todo um desiderato e é encarada como algo a ser minimizado mais do que maximizado”²⁴

²⁴ “By contrast, in the spaceman economy, throughput is by no means a desideratum, and is indeed to be regarded as something to be minimized rather than maximized”. K. Boulding, “The Economics of Coming Spaceship Earth”.

Na economia fechada, além das trocas comerciais se efectuarem em número muito mais reduzido e de diminuírem, consequentemente, as importações e as exportações, altera-se igualmente a medida de desempenho, passando esta a ter um enquadramento mais abrangente do que possui na economia aberta: o consumo é relegado para segundo plano em face da natureza, qualidade e complexidade do *stock* de capital total. Entre os seus indicadores de desempenho encontra-se o **bem-estar humano** associado não já ao consumo, mas sim ao **bem-estar físico e psicológico das populações**.

No que diz respeito à procura de um modelo económico que privilegie a equidade social e a sustentabilidade ambiental, a distinção entre os dois modelos de economia estabelecida por Boulding é importante para compreender os problemas que lhe estão associados na medida em que:

- É uma das primeiras contribuições vindas da área da economia que faz uma incursão em temas ligados à problemática ambiental, procurando colocar em questão a ideia e a visão de que os recursos naturais são inesgotáveis, assumindo-se igualmente como crítica a um modelo económico que legitima a exploração intensiva, e simultaneamente predatória, dos mesmos sem ter em conta a sua capacidade de regeneração;
- Os argumentos de Boulding alertam para o carácter de insustentabilidade do modelo económico em vigor, sugerindo a necessidade dos seus fundamentos serem repensados de forma a ter em conta os recursos do planeta;
- Salienta a contradição do modelo de economia aberta que poderíamos resumir na seguinte pergunta: dado que os recursos naturais são limitados como é que é possível continuar a crer que o crescimento económico possa ser ilimitado?
- Introduce a noção de preocupação com a sustentabilidade futura do planeta e das gerações vindouras: o desempenho da economia no momento presente, nomeadamente a nível da utilização de recursos naturais, compromete decisivamente as condições de vida das gerações futuras e os recursos que lhes são disponibilizados.

9.4.2. A perspectiva da sustentabilidade de Herman Daly

Não obstante não existir ainda uma teoria consistente sobre o conceito de sustentabilidade, a noção mais comumente difundida sobre este conceito até ao

momento é a que foi apresentada pela primeira vez desta forma no *Relatório Brundtland* – *O nosso futuro comum*, em 1987.

De acordo com o *Relatório Brundtland*, a noção de desenvolvimento sustentável assenta em três pilares fundamentais: a dimensão económica, a dimensão social e a dimensão ambiental.

Caracterizando-se por introduzir um conceito de sustentabilidade fraca, a “perspectiva oficial” do conceito de sustentabilidade apresenta, porém, uma lacuna que, apesar de um intenso debate entre especialistas, não conseguiu ainda ser inteiramente superada.

Apesar de reconhecer que existem limites que devem ser impostos ao crescimento, o *Relatório Brundtland* não consegue identificar até onde podem ir esses limites, optando antes por propor que:

“O crescimento não tem limites impostos em termos de população ou de recursos para além dos quais se dá o desastre ecológico”²⁵.

A afirmação de que não existe um limite ao crescimento demográfico é um dos pontos que separa a noção de sustentabilidade formulada por Herman Daly, um dos maiores nomes da economia ecológica contemporânea, da versão proposta no *Relatório Brundtland*.

Para compreendermos melhor como a perspectiva de Daly diverge da perspectiva oficial, vejamos outras das principais características que se encontram associadas ao conceito clássico de sustentabilidade:

- Relativamente aos recursos naturais e às matérias-primas, é o próprio mercado que regula e determina o limite considerado apropriado para a sua utilização;
- A aposta no conhecimento e na inovação tecnológica podem fazer diminuir a limitação dos recursos;
- Há um misto de optimismo e cepticismo no que toca à capacidade humana de progredir em direcção a um futuro sustentável;

²⁵ “Growth has no set limits in terms of population or resource use beyond which lies ecological disaster”. *Op. cit.*, p. 54.

- Existe uma enorme disparidade entre o poder político e o poder económico e é essa disparidade que provoca, em grande medida, a depleção de recursos;
- A nível global, os países desenvolvidos encontram-se mais aptos financeiramente e tecnologicamente para combater os efeitos das alterações climáticas do que os países em desenvolvimento.

Afirmando que a diminuição das disparidades entre países ricos e pobres pressupõe o crescimento económico acelerado destes últimos, de forma a poderem satisfazer as suas necessidades básicas, o *Relatório Brundtland* não propõe, no entanto, objectivos e mecanismos vinculativos à comunidade internacional que efectivamente permitam atingir esse fim num período de tempo limitado.

A perspectiva de sustentabilidade formulada por Herman Daly, contrariamente à defendida pelo *Relatório Brundtland*, não engloba numa única esfera os três pilares necessários à sua concretização.

Daly, adoptando a perspectiva defendida por Jan Tinbergen em *On the Theory of Economic Policy* (1952), afirma como princípio para a execução de políticas públicas que cada vector da sustentabilidade deve reger-se por instrumentos políticos independentes.

Assim, a posição de Daly face à sustentabilidade exposta, entre outras obras, de forma mais simplificada no artigo “Allocation, Distribution and Scale: towards an economics that is just, efficient and sustainable”, assenta numa separação entre as três diferentes dimensões da economia em direcção à sustentabilidade:

- Definição de limites e de eficiência na afectação de recursos através de uma alternância na sua utilização;
- Distribuição mais justa e equitativa dos bens e serviços entre a geração presente e as gerações vindouras, para que o grau de desigualdade seja drasticamente reduzido no futuro e se mantenha a um nível considerado aceitável;
- Uma escala económica sustentável, de modo a que a capacidade de regeneração dos ecossistemas não seja comprometida nem presente nem futuramente.

Outras características que separam a posição que Daly detém sobre a sustentabilidade daquela que é apresentada pelo *Relatório Brundtland* são, em primeiro lugar, a definição efectiva de um limite total de poluição de acordo com as capacidades regenerativas do ambiente, acompanhado pela emissão de licenças com taxas específicas de poluição.

Contrariamente, ao *Relatório Brundtland*, que atribui uma grande importância ao papel desempenhado pelo mercado na concretização da sustentabilidade, conferindo-lhe a tarefa de regulador dos limites de alguns recursos, Daly adopta uma posição mais reservada relativamente ao desempenho do mercado e afirma que, só após terem sido tomadas as decisões colectivas relativamente a uma distribuição justa dos recursos e de uma escala sustentável estabelecida, só aí é que os mercados poderão intervir.

Por último, Daly distancia-se igualmente da noção operativa comum de sustentabilidade no que toca ao crescimento da população, afirmando que é necessário não só uma limitação demográfica, no sentido de estabilizar a população mundial, para que seja possível atingir um patamar de equilíbrio no que toca ao consumo de recursos, bem como a criação de uma instituição responsável por regular o crescimento populacional.

9.5. Para além do PIB: economia e equidade social - Posições alternativas ao paradigma dominante II

9.5.1. Amartya Sen: as capacidades humanas como um indicador fundamental para o desenvolvimento económico

Segundo Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), a globalização económica iniciada na década de 1980 criou um mundo em que o nível de riqueza atingiu um limite sem precedentes:

“Vivemos num mundo de opulência sem precedentes, de um género que teria sido difícil mesmo de imaginar há ou dois séculos atrás”²⁶.

Aliado ao factor económico, conjugou-se o factor político: a democracia tornou-se o único sistema viável e aceitável em termos políticos, em consonância com a forma como as ideias e o conhecimento se propagam cada vez mais facilmente e com mais rapidez em todo o planeta. Ou seja, graças à explosão dos meios de comunicação, gerou-se a ideia de que a globalização só colheria frutos em sistemas democráticos.

Porém, apesar da riqueza que foi gerada, o mundo, isto é, o mundo subdesenvolvido continua a fazer face a problemas que parecem já ser crónicos: a fome, os níveis de pobreza extrema que assolam nomeadamente o continente africano, a gritante e flagrante privação de liberdade e a existência de regimes autoritários que perseveram décadas a fio no poder.

Como afirma Sen:

“Apesar de tudo, vivemos também num mundo com privações, pobreza e opressão marcantes. Além dos problemas antigos, existem muitos problemas novos, incluindo a persistência da pobreza e de necessidades básicas não satisfeitas, ocorrência de carências e fome generalizada, violação das liberdades políticas básicas, bem como dos direitos básicos (...)”²⁷.

²⁶ “We live in a world of unprecedented opulence, of a kind that would have been hard even to imagine a century or two ago”. Amartya Sen, *Development as Freedom*, Preface, p. xi.

²⁷ “And yet we also live in a world with remarkable deprivation, destitution and oppression. There many new problems, as well as old ones, including persistence of poverty and unfulfilled elementary needs, occurrence of famines and widespread hunger, violation of elementary political freedoms as well as basic liberties (...). Amartya Sen, *op. cit.*, p. vi.

Num mundo como o nosso, que atingiu um estado de desenvolvimento económico global como nunca antes visto, questiona-se Sen, como é que é possível que este tipo de situações continue ainda a ocorrer?

Para Sen, considerar estes dois cenários como distintos, isto é, a riqueza acumulada e as clivagens económicas e sociais que o modelo económico global gerou faz a economia actual cair num erro crasso.

Necessitamos, segundo o autor, de

“(…) uma análise integrada das actividades políticas, sociais e económicas, envolvendo uma variedade de instituições e muitas agências interactivas”²⁸.

De acordo com a teoria económica tradicional, o desenvolvimento de um país mede-se através do Produto Interno Bruto (PIB) que, dividido *per capita*, mostra o grau de riqueza alcançado pelos seus habitantes. Como o PIB continua a ser o paradigma por excelência que qualifica o desenvolvimento económico, o aumento exponencial do mesmo constitui a meta fundamental de qualquer governo.

Perante este facto, e segundo Sen, surgem argumentos que vêm dar força à afirmação anterior como, por exemplo, o argumento de que instituições como a democracia, os direitos civis e a liberdade individual são considerados um entrave ao desenvolvimento por não permitirem elevar o crescimento económico ao seu máximo grau, sendo por isso um “luxo” a que os países em desenvolvimento não poderiam ter acesso até que atingissem um valor de PIB *per capita* apropriado²⁹.

Ou, outro exemplo, o de que estas instituições não são importantes para os habitantes destes países porque mais importante do que viver numa sociedade democrática, em liberdade e com plenos direitos de cidadania seria a prossecução de um nível de riqueza que aumentasse o PIB para o dos países desenvolvidos. Estes argumentos, segundo o autor, são passíveis de gerar interpretações que nos conduzem para longe da realidade dos factos.

²⁸ “(…) the need for an integrated analysis of economic, social and political activities, involving a variety of institutions and many interactive agencies”. Amartya Sen, *op. cit.*, p. xii.

²⁹ “Despite unprecedented increase in overall opulence, the contemporary world denies elementary freedoms to vast numbers – perhaps even the majority – of people”. Amartya Sen, *op. cit.*, p. 4.

Sustenta Sen que, embora um indivíduo possa ser mais rico no Brasil ou na África do Sul, em termos da dimensão do PIB possuirá certamente uma expectativa de vida mais baixa do que a de um homem chinês ou um habitante do estado de Kerala, na Índia³⁰.

Isto conduz-nos a uma questão fundamental que vem colocar a nu as fragilidades e contradições do modelo económico actual:

- Qual é a utilidade de um modelo de desenvolvimento que se baseia na riqueza económica, se esse desenvolvimento não se repercute na **melhoria efectiva** das condições de vida das pessoas?

Para Sen, as contradições que se encontram no seio do actual sistema económico convocam urgentemente a nossa reflexão para a necessidade de um **novo modelo de desenvolvimento** que, em vez de se fundamentar no PIB como medida de desenvolvimento, seja fundado primordialmente na melhoria das condições de vida das pessoas³¹.

Mas que tipo de teoria da justiça se adequa melhor ao novo modelo proposto por Sen?

Segundo o autor existem três teorias que podem ser úteis ao mesmo:

1) O utilitarismo, 2) o liberalismo e 3) o liberalismo de Rawls.

O primeiro, embora tenha em conta a preocupação com as consequências dos actos públicos, não confere um privilégio seguro aos direitos individuais, isto além de ser insensível para com as desigualdades na distribuição da utilidade. O utilitarismo não se preocupa igualmente com o problema do condicionamento mental daqueles que são menos felizes, o que pode fazer com que considerem que são menos desfavorecidos do que são na realidade.

O liberalismo, por seu lado, embora garanta concretamente os direitos individuais, não consegue conciliar liberdade formal e liberdades substantivas de modo efectivo. Segundo Sen, o exercício da liberdade individual de um indivíduo pode interferir e prejudicar as liberdades substantivas de outros que não podem ser negligenciadas.

³⁰ Sen, *op. cit.*, p. 6.

³¹ Ainda que tal seja feito através de um enfoque de elementos que não entram directamente na análise através do PIB. Como afirma Sen: “Their relevance for development [a relevância das liberdades fundamentais] does not have to be freshly established through their indirect contribution to the growth of GNP or to the promotion of industrialization”. Sen, *op. cit.*, p. 5

Não obstante a teoria de Rawls ser a mais flexível das três, ela também não consegue dar uma resposta plena a estes problemas, dado que, em muitos casos, a simples distribuição de bens essenciais não constitui por si só a resolução do problema. Sen dá como exemplo uma pessoa deficiente que gastará muito mais do rendimento mínimo distribuído como bem essencial do que alguém que não seja deficiente.

Mediante a exposição das lacunas que Sen aponta às três teorias económicas a sua solução passa então por um modelo económico que tenha em conta as **garantias de direitos individuais** e que se focalize em **aspectos da vida humana** que até então não foram tidos pela economia.

9.5.1.1. A análise das capacidades

A teoria de Sen parte de um ponto essencial para Rawls. Se, como sustentava o autor de *Uma Teoria da Justiça*, era essencial garantir certas condições de modo a que os indivíduos pudessem ter acesso ao tipo de vida que gostariam de ter, no entanto para que tal aconteça não basta que as necessidades básicas sejam devidamente preenchidas.

Isto fica patente no conceito criado por Sen, o conceito de **operação**³² que, para o autor, trata-se de uma faculdade ou **capacidade que o indivíduo possui de realizar determinado tipo de coisas**.

Segundo ele, este conceito

“(…) reflecte as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ser”³³.

Exemplos disso são os que Sen dá em *Liberdade como Desenvolvimento*: não passar fome, não viver na miséria ou ser membro activo de uma determinada comunidade.

Assim, de acordo com o autor,

“(…) a ‘capacidade’ de um indivíduo consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização ele é capaz de desempenhar”³⁴.

Mediante isto, e explicando melhor, a capacidade é a **liberdade de concretizar diversos tipos de operações ou de escolher o tipo de vida que se deseja**. As escolhas

³² *Functioning* no original inglês.

³³ “(…) reflects the various things a person may value doing or being”. Sen, *op. cit.*, p. 75

³⁴ Sen interliga o conceito de capacidade com a qualidade de vida e com as liberdades substantivas. Cf. *op. cit.*, p. 24.

feitas de forma efectiva pelas pessoas organizam-se em vectores de operações, ao passo que o conjunto de todas as opções possíveis de operações para aquela pessoa constitui o seu conjunto de capacidades.

Este conjunto de capacidades constitui as liberdades substantivas do indivíduo, passando a existir uma nova medida de avaliação do desenvolvimento: este passa a ser medido pela **expansão do conjunto de capacidades dos indivíduos**.

No que diz respeito a uma capacidade a ser protegida, e um pouco à semelhança de Marx, esta discussão não se pode deter apenas em teorias que perspectivam um indivíduo abstracto envolvido num véu de ignorância, mas sim em indivíduos concretos e nas suas escolhas reais, encarados na sua condição de agentes do sistema económico, político e social, não apenas como meros receptores passivos da ajuda governamental.

No entanto, sublinha Sen, o debate em torno das capacidades só ocorrerá se todos os indivíduos forem incluídos no debate público, o que, segundo ele, só poderá ocorrer com a adopção de pelo menos cinco liberdades instrumentais. A saber:

- 1) **Liberdades políticas:** incluem os direitos civis e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre quem deve governar e porquê, além do direito de escrutínio e crítica aos governantes através dos mecanismos democráticos da liberdade de imprensa;
- 2) **Facilidades económicas:** oportunidade de um indivíduo de utilizar recursos económicos para o consumo, produção ou troca. Para este efeito, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, dado que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia;
- 3) **Oportunidades sociais:** serviços de saúde, educação, entre outros, que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor na sua vida privada, mas também participar de forma activa na vida pública³⁵;
- 4) **Garantias de transparência:** referem-se à necessidade de um indivíduo esperar sinceridade na sua relação quer com as outras pessoas, instituições e mesmo com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, a transparência pode desempenhar um papel importante na prevenção da corrupção;

³⁵ A capacidade de ler jornais, por exemplo, é fundamental para a actividade política.

5) **Segurança social:** impede que os extractos populacionais mais vulneráveis a nível social possam ser relegados para um nível de pobreza extrema através de uma rede de segurança social e de outras medidas que forneçam garantias mínimas de uma sobrevivência condigna às pessoas³⁶.

Estas liberdades, defende Sen, permitem ao indivíduo aumentar a sua capacidade de desenvolvimento, reforçando assim a sua própria condição de **agente**. O reforço da condição de agente do indivíduo permite também considerar as liberdades instrumentais como sendo importantes e indispensáveis por si só. Existem evidências suficientes de que a adopção destas liberdades é um factor que promove o crescimento económico.

Atentemos no seguinte: uma sociedade mais instruída e qualificada pode aspirar a postos de trabalhos melhor remunerados, a transparência gera confiança nos investidores, que desta forma se sentem motivados a criar mais investimento.

Perante isto, conseguimos discernir melhor agora o porquê do argumento que opunha os direitos dos indivíduos ao crescimento económico se encontrar mal formulado, pois as liberdades não se conquistam depois, mas sim antes de se atingir um determinado nível de bem-estar económico.

Um exemplo primordial de como as liberdades instrumentais se reforçam está na força da democracia. Embora constituída basicamente por liberdades políticas que têm uma influência directa no aumento das capacidades dos indivíduos, o sistema democrático, ao permitir que os indivíduos possuam o direito de expressar as suas reivindicações, atinge um nível de cooperação social que impede a eclosão de problemas à escala e dimensão do que acontece nos países menos desenvolvidos³⁷.

Além do mais, o sistema democrático, ao ampliar a esfera pública de debate, possui um papel constitutivo e determinante na própria definição do que são as necessidades dos indivíduos e das capacidades dos mesmos que devem ser valorizadas.

³⁶ Sen, *op. cit.*, p. 10 e capítulo 1.

³⁷ Sen refere que nunca houve um caso sequer de fome colectiva num país democrático.

9.5.2. A transição para uma economia sustentável: Tim Jackson e a redefinição do conceito de prosperidade

Na linha de Amartya Sen, Tim Jackson, economista ecológico e especialista em desenvolvimento sustentável na Universidade do Surrey, na obra *Prosperity without growth – The transistion to a sustainable economy*, tenta encontrar caminhos alternativos ao modelo económico actual opondo-se veementemente ao paradigma de crescimento económico infinito, considerando-o um **mito** da nossa sociedade contemporânea³⁸.

Segundo Jackson:

“Todas as sociedades ancoram-se a um mito em função do qual vivem. O nosso mito é o do crescimento económico. Nas últimas cinco décadas, a procura do crescimento tem sido o único e mais importante objectivo político em todo o mundo”³⁹.

Jackson salienta que apesar do crescimento económico ter quintuplicado no espaço de um século, não se traduziu num benefício para a população mundial, dado que um quinto da população dos países menos desenvolvidos é detentora apenas de 2% do rendimento global⁴⁰.

O crescimento económico, como é confirmado por este autor, não se fez sem custos para os ecossistemas planetários. Oijamos Jackson:

“No último quarto de século, a economia global duplicou, enquanto uns estimados 60% dos ecossistemas mundiais foram degradados. As emissões globais de carbono aumentam em cerca de 40% desde 1990 (o ‘ano base’ do Protocolo de Quioto). A escassez significativa de recursos-chave como o petróleo pode estar a menos de uma década de distância”⁴¹.

³⁸ Esta é também a tese defendida pela corrente do **decrecemento** iniciada na década pelo fundador da bioeconomia, Nicholas Georgescu-Roegen, autor de *The Entropy Law and the Economic Process* (1971). O decrecemento afirma que o aumento constante do PIB é incompatível com a sustentabilidade dos ecossistemas. Veja-se *Pequeno Tratado sobre o Decrecemento Sereno* (2011), escrito por Serge Latouche, o mais interessante dos autores desta corrente, para uma visão mais pormenorizada sobre o significado do decrecemento no contexto dos problemas ambientais.

³⁹ “Every society clings to a myth by which it lives. Ours is the myth of economic growth. For the last five decades the pursuit of growth has been the single most important policy goal across the world”. Tim Jackson, *Prosperity without growth*, p. 5.

⁴⁰ Tim Jackson, *op. cit.*, p. 6.

⁴¹ “In the last quarter of a century the global economy has doubled, while an estimated 60% of the world’s ecosystems have been degraded. Global carbon emissions have risen by 40% since 1990 (the Kyoto Protocol ‘base year’). Significant scarcity in key resources – such as oil – may be less than a decade away”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 6.

E este cenário não pode continuar a manter-se num futuro a longo prazo num planeta habitado por 9,1 mil milhões de habitantes, como é estimado para 2050. Se todos esses 9,1 mil milhões de habitantes aspirassem a um nível económico dos países da OCDE, a economia mundial, de acordo com Jackson, teria de ser 15 vezes maior em 2040 e 50 vezes no final do século XXI para poder dar uma resposta adequada às necessidades dos mesmos⁴².

Segundo o autor, é urgente **questionar** o conceito de prosperidade como o temos conhecido até à data e conduzi-lo para caminhos mais em consonância com o paradigma da sustentabilidade.

No fundo trata-se de despojar o conceito de prosperidade da sua carga semântica material⁴³ e conferir-lhe outros atributos centrados na sociabilidade do indivíduo, um pouco à semelhança da teoria das capacidades de Amartya Sen, isto, claro, adoptando um comportamento menos consumista do ponto de vista da utilização de recursos materiais e naturais:

“Uma descoberta ainda mais significativa é a de que as exigências da prosperidade vão para lá da subsistência material. A prosperidade possui dimensões sociais e psicológicas”⁴⁴.

Para Jackson, acima de tudo, a reformulação do conceito de prosperidade passa por uma maior e mais frutífera **participação dos indivíduos na esfera pública**⁴⁵. Facilmente se poderia conotar o pensamento de Jackson com uma dimensão quase irrealizável, porém é o próprio a assumir uma posição o mais realista possível, afirmando, em primeiro lugar, que apesar da desmaterialização (se assim lhe podemos chamar) da prosperidade esta, para ser duradoura e justa, depende sempre das condições materiais⁴⁶ e, em segundo alugar, alerta para a dificuldade de atingir tal objectivo⁴⁷.

Porém, o seu pensamento alerta-nos para uma alteração significativa relativamente ao que entendemos por prosperidade. Reduzi-la ao seu aspecto material é incorrer num erro

⁴² Tim Jackson, *op. cit.*, p. 6.

⁴³ “Prosperity has undeniable material dimensions”, afirma Jackson. Cf. *op. cit.*, p. 7.

⁴⁴ “An even stronger finding is that the requirements of prosperity go way beyond material sustenance. Prosperity has vital social and psychological dimensions”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁵ “In short, an important component of prosperity is the ability to participate meaningfully in the life of society”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁶ “A fair and lasting prosperity cannot be isolated from these material conditions”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁷ “(...) the possibility that humans can flourish and at the same time consume less is an intriguing one. It would be foolish to think that it is easy to achieve”. Tim Jackson, *op. cit.*, p.7.

tremendo, dado que ela tem a ver com a nossa **capacidade** para nos realizarmos enquanto seres humanos tanto no aspecto físico como nos aspectos psicológico e social⁴⁸.

E sentirmo-nos realizados na dimensão psicológica e social significa, de acordo com este autor:

“(...) a habilidade de dar e receber amor, possuir o respeito dos seus pares, contribuir com trabalho útil e ter o sentido de pertença e de confiança na comunidade”⁴⁹.

A redefinição do conceito de prosperidade, tal como foi apresentada ao longo destas páginas, é um dos vectores para que se possa efectuar a transição para um modelo de economia mais sustentável.

⁴⁸ “(...) prosperity has to do with our ability to flourish: physically, psychologically and socially”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 86.

⁴⁹ “(...) the ability to give and receive love, to enjoy the respect of your peers, to contribute useful work, and to have a sense of belonging and trust in the community”. Tim Jackson, *op. cit.*, p. 7.

9.6. Contrato Ambio-Social e equidade social: os novos horizontes da justiça em demanda da sustentabilidade e os desafios do futuro

No capítulo 6 afirmámos que, para a formulação de um conceito de cidadania ambiental derivado da perspectiva ampla da crise global do ambiente, a reivindicação do direito a um modelo de sociedade democrática que compatibilize justiça e equidade social e sustentabilidade ambiental não é alheio o dever de uma participação activa dos cidadãos na construção da mesma e essa participação só pode ocorrer com base na vivência de uma cidadania esclarecida, comprometida e militante.

Mediante as propostas de Amartya Sen e de Tim Jackson que apresentámos na secção anterior há algo que fica definitivamente patente: a possibilidade de um modelo alternativo ao modelo económico actual que privilegie outros indicadores que não o PIB só será possível através de um **maior envolvimento dos indivíduos na participação da esfera pública nas sociedades contemporâneas**, no quadro de uma vivência cívica activa, participativa e esclarecida.

Os enfoques de Sen e de Jackson no privilegiar das capacidades individuais e do repriorizar do conceito de prosperidade para lá do PIB, constituem uma indicação preciosa disso mesmo. A possibilidade de transição do modelo capitalista neoliberal para um modelo de capitalismo que se pautar por **princípios de sustentabilidade e equidade social** para lá das clivagens impostas pelos mercados determina também uma mutação do papel social do individuo nas sociedades contemporâneas: significa a sua transição de **sujeito heterónimo**⁵⁰ e **mero consumidor** de bens e serviços para o indivíduo como **cidadão dotado de autonomia** e de uma perspectiva crítica ante os grandes dilemas do nosso tempo.

Não é por demais recordar que o jogo de forças que representa a crise global do ambiente a nível planetário suscitou desafios que determinarão decisivamente a marcha da civilização humana no decorrer do século XXI.

⁵⁰ À semelhança da distinção entre autonomia e heteronomia que Cornelius Castoriadis estabelece em *A Ascensão da Insignificância*. Cf. *Op. cit.*, pp. 255-278.

Recordemos, através de Viriato Soromenho-Marques, a magnitude de alguns desses desafios:

“- Encontrar novas fontes, duradouras e não poluentes de energia, que sejam a base de novas modalidades de produção e transporte ambientalmente adequados;

- Caminhar gradual, mas decididamente, para uma resposta planetária aos grandes desafios globais do ambiente: da depleção da camada de ozono, assegurando as vitórias já alcançadas; das alterações climáticas; da perda da diversidade biológica; da degradação da atmosfera; da diminuição crítica de recursos hídricos vitais (tanto de superfície como subterrâneos); da degradação dos solos aráveis;

- Evitar a concretização da péssima profecia de alguns analistas da 'segurança ambiental', que vislumbram na escassez de recursos naturais a raiz de muitas guerras futuras”⁵¹.

A complexidade destes desafios, se acompanhada por uma mudança de paradigma económico no quadro de um capitalismo que promova práticas de sustentabilidade, envolve, em nosso entender, implicações cruciais para a reivindicação de um modelo de sociedade democrática que aponte para a correcção de desequilíbrios económicos e sociais, isto é, para a equidade social, como defendemos que esse âmbito seja ingrediente constituinte de uma noção de cidadania ambiental.

O que está em jogo são, sobretudo, **questões de justiça**: os impactos sociais e políticos dos problemas ambientais suscitam questões de justiça social nas nossas sociedades tanto dentro das fronteiras do Estado-nação como a nível global.

A eclosão da crise ambiental trouxe também dados novos aos debates contemporâneos sobre a justiça. O debate não se exerce já só e apenas na tentativa de procurar os princípios e a estrutura de uma sociedade justa e preocupada com uma justa distribuição dos bens sociais como advém da obra clássica de John Rawls (1921-2002) sobre o tema, uma *Teoria da Justiça*⁵² e também numa perspectiva intergeracional⁵³.

⁵¹ V. Soromenho-Marques, “Economia e Ambiente na perspectiva de uma crise global”, pp. 9-10.

⁵² Por exceder os limites temáticos da nossa investigação não podemos dar aqui conta da complexidade da teoria rawlsiana sobre a justiça. Sendo a bibliografia sobre o assunto extremamente vasta, destacamos porém algumas obras que se confrontam com a imensidão do pensamento de Rawls: de forma introdutória o estudo de João Cardoso Rosas, *Concepções de Justiça* (2011) e as obras conjuntas de David Boucher e Paul Kelly, *Social Justice From Hume to Walzer e The social contract from Hobbes to Rawls*.

⁵³ Refira-se que, apesar de só contemporaneamente o tema ganhar relevância, foi no século XVIII que ele emergiu. Primeiro numa carta do futuro presidente dos EUA, Thomas Jefferson, para outro futuro presidente dos EUA, James Madison, datada de 6 de Setembro de 1789, onde Jefferson declara que: “The question whether one generation of men has a right to bind another (...) is a question of such consequences as not only to merit decision, but place also among the fundamental principles of every government (...) I set out on this ground, which I suppose to be self-evident, 'that the earth belongs in

Como afirma Rogério Santos Rammê, autor de *Da Justiça Ambiental aos Direitos e Deveres Ecológicos*:

“Entretanto, novas abordagens da justiça, preocupadas em compreender os processos nos quais se originam as injustiças contemporâneas, apontam novos caminhos para a compreensão de tais fenômenos, para além do paradigma distributivo tradicional. Atentas aos fenômenos que originam as injustiças decorrentes dos processos causadores de degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais e exploração dos animais, referidas abordagens modernas da justiça assumem um papel importante, quando se busca consolidar uma perspectiva ampla sobre a justiça ambiental”⁵⁴.

É este o caso do movimento pela **justiça ambiental**⁵⁵, emergido nos EUA na década de 1980.

Sustentando que os grupos sociais com perfil económico mais baixo ou as minorias étnicas estão muito mais expostas às consequências da degradação ambiental do que os grupos de perfil socioeconómico mais alto⁵⁶, o movimento pela justiça ambiental, quer como movimento social quer como teoria da justiça ainda a dar os seus primeiros passos, centra-se primordialmente na **má-distribuição de bens e riscos ambientais entre comunidades socialmente vulneráveis e aborda o fenómeno da justiça para além do seu paradigma distributivo**.

Além de suscitar uma ampliação do debate em torno da justiça, o movimento pela justiça ambiental pretende trazer também para o seio do ambientalismo preocupações que dele estavam arredadas.

Segundo Legarda e Buendia, o movimento ambiental moderno estava agrupado em torno de um certo elitismo dos seus membros e as minorias étnicas, bem como a

usufruct to the living' (...)). O mesmo princípio aparece constitucionalmente expressado por Condorcet na Declaração dos Direitos do Homem, no artigo 28 que afirma que: “Um povo tem permanentemente o direito de rever, reformar e modificar a sua constituição. Uma geração não pode submeter as suas leis às gerações futuras”. Cf. V. Soromenho-Marques, *Direitos Humanos e Revolução*, p. 108 e José Gomes André, *Razão e Liberdade – O Pensamento Político de James Madison*, pp. 123-128.

⁵⁴ Rogério Santos Rammê, *op. cit.*, p. 10. Mantemos a ortografia original do português brasileiro do texto.

⁵⁵ Para além da obra de Rammê, até à data uma das melhores abordagens em língua portuguesa sobre a justiça ambiental, vejam-se os artigos de: Robert Figueroa e Claudia Mills, “Justiça Ambiental” em Dale Jamieson (Ed.) *Manual de Filosofia do Ambiente*, Ageyman, Bullard and Evans, “Exploring the Nexus Bringing Together Sustainability”, Alicia Arriaga Legarda e Mercedes Pardo Buendía, “Justicia Ambiental. El Estado de la Cuestión” e Juan Martinez Alier, *Environmentalism of the Poor*.

⁵⁶ Alicia Arriaga Legarda e Mercedes Pardo Buendía, “Justicia Ambiental. El Estado de la Cuestión”, p. 633.

preocupação social e ambiental com as mesmas, não fazia parte da agenda das organizações, quase exclusivamente dedicadas à preservação dos recursos naturais⁵⁷.

Em torno da justiça ambiental, o que está fundamentalmente implícito nos desafios gerados pela crise global do ambiente e pela demanda de um modelo económico que prime pela sustentabilidade é, em última análise, nada mais, nada menos do que um **conjunto global de desigualdades** – acesso a recursos naturais, capacidade de resiliência na adaptação aos impactos das alterações climáticas, diferentes níveis e oportunidades de participação nos processos de tomada de decisão política, entre outros – entre os países desenvolvidos do hemisfério norte e os países menos desenvolvidos do hemisfério sul que ocupam permanentemente os lugares mais baixos dos Relatórios de Desenvolvimento Humano.

Essas desigualdades, refira-se, tenderão a aumentar no futuro se as políticas e o próprio modelo económico vigente não forem norteados por prioridades de equidade social e de sustentabilidade ambiental em termos do desenvolvimento de políticas públicas no campo da economia.

Os tempos presentes, contudo, não se anunciam ainda férteis para uma mudança de paradigma económico. Apesar da actual crise económica em que nos encontramos mergulhados e da ainda não declarada falência do paradigma do capitalismo de casino da economia neoliberal, os principais agentes económicos a nível internacional, continuando a ignorar os limites físicos dos ecossistemas, persistem em perpetuar estratégias que privilegiam o crescimento infinito e que têm o condão de aumentar as clivagens a nível social, em vez de promoverem o debate sobre alternativas sustentáveis.

Além de fazerem perigar a legitimidade das instituições democráticas, incapazes de responder eficazmente às sucessivas crises contemporâneas, o modelo económico neoliberal anestesiou igualmente a dinâmica da cidadania, desapossando os indivíduos de direitos conquistados ao longo das últimas cinco a seis décadas, o que se traduz numa reversibilidade visível dos princípios do Estado social desde de meados da década de 1970.

No clima de austeridade que vivemos contemporaneamente, estamos em crer que a possibilidade de um modelo económico que tenha a sustentabilidade como meta será

⁵⁷ Legarda e Buendia, *op. cit.*, p. 632.

também ele determinado pela competência e empenhamento com que os diversos movimentos sociais respondam aos desafios do presente.

Há algo que se pode tomar como certo. A transformação não ocorrerá apenas, seguramente, no contexto das instituições políticas e económicas. O futuro está também do lado da cidadania e de uma resposta cabal que a sociedade civil consiga esgrimir.

Perante a complexidade colossal que emerge da crise ambiental contemporânea como tipologia do nosso século e a escassez temporal de décadas de que dispomos para lhe dar resposta, para lá das dimensões que já lhe reconhecemos, há que pensar a sustentabilidade como um possível **mito mobilizador**, talvez o único que nos reste, e sob a forma de uma **utopia concreta** despojada, contudo, dos elementos nocivos do pensamento utópico.

Trata-se de procurar, no fundo, uma legítima aspiração que é inerente à essência do humano desde tempos imemoriais: o **desejo de um mundo melhor**. É a complexidade da crise ambiental que nos propõe, ou nos impõe, a sustentabilidade como um mito mobilizador de ideias e acções concretas.

Nesse sentido têm a palavra a cidadania e os movimentos sociais como parte interessada e constitutivamente actuante no nosso século em conjunto com o resto da vasta constelação dos outros actores sociais no desenhar de alternativas aos paradigmas tecnocientíficos e económicos contemporâneos.

Apesar das expectativas serem tudo menos animadoras em face dos cenários projectados para o futuro, ao almejarmos a concretização da sustentabilidade como paradigma não podemos perder de vista uma palavra-chave que nos deverá acompanhar nesse titânica tarefa: a palavra **esperança**.

Voltaremos a este tema com mais pormenor no capítulo 11. Veremos como a esperança, e não o temor ou a catástrofe, em conjunto com a responsabilidade deverá ser um ingrediente constitutivo da sustentabilidade como possível mito mobilizador de acção cívica.

Para já abordemos os labirintos da crise ambiental sob a perspectiva de um possível fim da história da civilização humana e o temor que, longe de poder incitar à acção

colectiva, pode redundar numa espécie de entropia e obstaculizar a expressão do exercício da cidadania ambiental.

Capítulo 10 – Desafios e perspectivas da crise ambiental e da sustentabilidade: do fim da história ao temor como entropia da cidadania ambiental

10.1. Desafios da crise ambiental contemporânea. Alguns dos cenários para o século XXI

10.1.1. Alterações climáticas: um desafio do século XXI

Apesar de não ser ainda um tema consensual entre a comunidade científica é uma evidência cada vez mais significativa que a actividade humana está a interferir com o equilíbrio do planeta de uma forma sem precedentes.

Se, em etapas anteriores da história, o ser humano não detinha a capacidade de suscitar alterações nos sistemas terrestres, a complexidade atingida pela nossa civilização cada vez mais globalizante desde meados do século XX veio colocar um fim a esse estado de coisas, havendo, por esse facto, autores que sustentam termos entrado numa nova era geológica denominada **antropoceno**¹.

Mas o que diferencia a escala das alterações actuais da escala das alterações do passado?

Nas palavras de Filipe Duarte Santos, além da dimensão espacial que abrange toda a superfície do globo terrestre,

“(...) o ritmo das alterações antropogénicas é inédito dado que se processam em intervalos da ordem de décadas a poucos séculos em lugar dos muitos séculos a milénios necessários para as alterações naturais provocadas pela dinâmica dos sistemas terrestres”²

Esta **aceleração civilizacional**, se assim lhe podemos chamar, tem sido caracterizada por alguns padrões que têm constituído as tendências do mundo actual. Entre elas, a saber:

- Crescimento da população mundial, nomeadamente nos países em desenvolvimento;

¹ Entre estes autores encontram-se Eugene Stoermer, criador do conceito, e Paul Crutzen que o popularizou e que defende que a influência do comportamento humano gerou definitivamente a entrada num novo período da história da Terra. Cf. o artigo conjunto de ambos publicado em 2000, “Anthropocene”

² F.D. Santos, *Que Futuro? – Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, p. 80.

- Crescente globalização económica e cultural assente numa revolução das tecnologias de informação e comunicação;

Para além destas duas, a tendência mais grave desta aceleração civilizacional é, sem dúvida, o aumento do uso de fontes de energia provenientes de combustíveis fósseis fruto das actividades humanas e que constituem o expoente máximo do fenómeno contemporâneo das alterações climáticas.

Contudo, a acção humana estende-se predatoriamente a outros domínios de interferência no metabolismo do planeta: escassez de água devido à exploração intensiva de recursos aquíferos, degradação de ecossistemas como as florestas tropicais húmidas e recifes de corais, degradação de solos com potencial agrícola, desertificação e diversos tipos de poluição, desde a atmosférica à dos solos³.

No que toca ao fenómeno das alterações climáticas, segundo os dados divulgados pelo *Quinto Relatório do IPCC* (2013), existe agora 95% de certeza quanto à origem antropogénica das mesmas sobre o planeta⁴ e a concentração de partículas de CO₂ na atmosfera atingiu em Maio de 2013 um inédito máximo histórico de 400 ppm⁵.

Se nada for feito para combater esta situação, até 2100, a temperatura média da terra poderá aumentar entre 0,3 e 4,8 graus celsius e o nível das águas do mar, de acordo com os cenários mais catastróficos preconizados, poderá subir entre 18 e 59 centímetros no mesmo período, além de as décadas entre 1983 e 2012 terem sido as mais quentes dos últimos 1400 anos no Hemisfério Norte⁶.

Estes são apenas os pontos essenciais do mais recente relatório publicado pelo IPCC, em que se demonstra inequivocamente a premência de uma acção consertada a nível global face aos possíveis impactos das alterações climáticas nas décadas vindouras.

No entanto, a hercúlea tarefa que se nos depara não se esgota aqui. Nas próximas páginas passamos em revista de forma sumária as diversas frentes onde se travam as batalhas ambientais do nosso século.

³ F. D. Santos, *Alterações Globais – Os desafios e os riscos presentes e futuros*, pp. 39-40.

⁴ IPCC (2013), *Fifth Assessment Report Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers*.

⁵ *The Guardian* (2013), “Record 400ppm CO₂ milestone ‘feels like we’re moving into another era’”.

⁶ IPCC (2013), *Fifth Assessment Report Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers*.

10.1.2. A questão energética

Um dos aspectos fundamentais das alterações climáticas prende-se com a questão energética e com a necessidade de reduzir a dependência das actividades humanas dos combustíveis fósseis para que a emissão de GEE não provoque o aumento da temperatura média da Terra para lá da meta internacionalmente acordada de 2 graus celsius.

Mais do que isso, o que está em causa é uma estrutura civilizacional totalmente erigida com base em “petróleo-dependência” e cujo nível de desenvolvimento é contraproducente com as metas de redução de CO₂ que se pretendem atingir para impedir a possibilidade de uma catástrofe ambiental futura, estrutura civilizacional essa que necessita pensar e efectuar a sua transição para um modelo de baixo carbono com energias renováveis.

Os dados, contudo, são pouco optimistas. De acordo com o *World Energy Outlook 2013*, publicado pela **Agência Internacional de Energia**, apesar das medidas anunciadas para combater a dependência mundial de combustíveis fósseis como a eficiência energética, uma maior aposta na produção de energias renováveis e o corte de subsídios a combustíveis fósseis, as emissões de CO₂ provenientes da energia poderão aumentar 20% em 2035, fazendo com que o aumento da temperatura média se situe nos 3, 6 graus, isto é para lá do limite considerado seguro de 2 graus⁷.

Podendo a procura energética do planeta aumentar 50% em 2025 em relação aos valores de 2005⁸, esse aumento provirá sobretudo de países economicamente emergentes como a China, que se deverá tornar o maior importador de petróleo⁹ e a Índia, o maior importador de carvão no início da década de 2020¹⁰.

Os EUA, por seu turno, até 2035 deverão conseguir retirar o seu abastecimento energético de fontes domésticas segundo os dados do relatório já citado, muito por força da descoberta de combustíveis fósseis não convencionais como o gás de xisto que tem suscitado uma enorme polémica devido ao investimento neste combustível fóssil não convencional poder significar uma ameaça à redução no investimento em energias

⁷ IEA (2013), *World Energy Outlook – Executive Summary*.

⁸ European Commission (2009), *The World in 2025 Report – Rising Asia and Socio-Ecological Transition*.

⁹ IEA (2013), *World Energy Outlook – Executive Summary*.

¹⁰ IEA (2013), *World Energy Outlook – Executive Summary*.

renováveis, considerando-se o gás de xisto como uma opção mais barata para se atingir uma economia de baixo carbono¹¹. Esta visão não é consensual pelo menos na Europa, onde a França proibiu a extracção do gás de xisto¹² por se levantarem problemas de poluição relacionados com a sua forma de extracção, a fracturação hidráulica.

O Canadá é outro caso paradigmático da corrida aos combustíveis fósseis não convencionais por parte dos países industrializados. Procedendo à extracção de petróleo de areias betuminosas, este processo constitui já mais de metade das emissões de CO₂ canadianas¹³.

Não obstante os elevados custos da sua produção e os impactos ambientais extremamente negativos¹⁴, esta fonte de energia constitui, até ver, uma prioridade em termos da política energética canadiana.

10.1.3. Crescimento da população e segurança alimentar: como alimentar o mundo em 2050?

De acordo com dados do *World in 2025 Report*, a população mundial atingirá os 8 biliões de habitantes no período 2025/2030 e 10,5 mil milhões em 2050, sendo que 97% desse crescimento ocorrerá em países em vias de desenvolvimento.

Em 2025, 61% da população mundial viverá no continente asiático e no continente africano, não só os mais pobres como também os mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas¹⁵.

Do previsto crescimento da população nas próximas décadas advêm outros problemas, alguns dos quais são já uma realidade, como a questão da segurança alimentar.

De acordo com o relatório da FAO, “How to feed the world in 2050”, existem, no entanto, alguns sintomas de optimismo:

“O mundo possui os recursos e a tecnologia para erradicar a fome e assegurar a longo prazo a segurança alimentar para todos, apesar dos muitos desafios e riscos”¹⁶

¹¹ Paul Stevens, “The ‘Shale Gas Revolution’. Development and Changes”, p. 2. Para uma descrição do panorama sobre o gás de xisto veja-se este artigo que este autor faz um excelente resumo do estado da questão ou então o relatório publicado pela Chatam House, “The ‘Shale Gas Revolution’ Hype”.

¹² Presseurope (11 de Outubro de 2013), “Gás de Xisto: Revolução não chegará à Europa”.

¹³ F.D. Santos, *Que Futuro? – Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, p. 247.

¹⁴ F.D. Santos, *op. cit.*, p. 247.

¹⁵ European Commission (2009), *The World in 2025 Report – Rising Asia and Socio-Ecological Transition*.

A nível da produção agrícola, a dimensão dos números apresentados nas previsões do relatório apresenta uma complexidade significativa e impressionante:

- A produção de cereais deverá aumentar dos actuais 2,1 mil milhões de toneladas para 3 mil milhões de toneladas ao longo das próximas décadas;
- A produção de carne deverá aumentar de 200 milhões de toneladas para 470 milhões de toneladas¹⁷.

O aumento da produção agrícola estimado em 70% pela FAO prevê alterações nas práticas agrícolas tendo em conta o vector da sustentabilidade. Não só a sustentabilidade dos solos que se encontram cada vez mais sujeitos a fenómenos de degradação por via de práticas agrícolas intensivas e insustentáveis, mas também a sustentabilidade ambiental.

Contudo, a erradicação da fome é também um problema com profundas implicações sociais e que só deixará de subsistir se forem criadas a nível social as condições necessárias para esse efeito: assistência alimentar, cuidados de saúde e saneamento básico e educação e formação em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

10.1.4. As megacidades

Com o crescente foco de urbanização ao longo das últimas décadas, surgiu o fenómeno das megacidades, ou seja, aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes.

Actualmente, metade da população mundial vive em aglomerados urbanos e, das vinte e cinco cidades mais populosas do mundo, apenas seis se encontram nos países desenvolvidos¹⁸, concentrando-se as restantes nos países em desenvolvimento.

Este fenómeno deverá acentuar-se nas próximas décadas com consequências a nível social: 95% do crescimento urbano deverá ocorrer nos países em desenvolvimento e estima-se que serão 1,5 mil milhões o número de pessoas a habitar em bairros de lata, o que levantará problemas de poluição, ordenamento, desigualdades e assimetrias¹⁹.

¹⁶ “The world has the resources and technology to eradicate hunger and ensure long-term food security for all, in spite of many challenges and risks”, FAO (2009), *How to Feed the World in 2050*.

¹⁷ FAO (2009), *How to Feed the World in 2050*.

¹⁸ Th. Brinkhoff, *The Principal Agglomerations of the World*.

¹⁹ United Nations, *State of the World's Cities 2008/2009 – Harmonious Cities*.

10.1.5. A escassez mundial de água e segurança ambiental

O acesso à água potável tem vindo a decrescer ao longo das últimas décadas. Entre 1970 e 2000, a quantidade de água disponível por pessoa diminuiu de 12900m³ para 7000m³²⁰, sendo que actualmente um quinto da população mundial – 1,2 mil milhões de pessoas – vive em zonas de escassez de água e prevê-se que, em 2025, serão 3 mil milhões de pessoas que não tenham acesso a água potável.

Mais do que qualquer outro recurso natural, os recursos hídricos em situação de escassez são uma potencial fonte de conflito entre países ou regiões²¹, embora a relação entre escassez hídrica e violência não seja uma relação directa, como demonstra Thomas Homer Dixon²².

Aliás, mais do que ser susceptível de gerar tensões e conflitos, a escassez de recursos hídricos tem-se traduzido na possibilidade de oportunidades de **cooperação política**²³.

10.1.6. Refugiados ambientais

Embora ainda sem um estatuto legal no quadro do direito internacional, os refugiados ambientais são já um dos maiores desafios suscitados pelas alterações climáticas.

Segundo um relatório da *Environmental Justice Foundation*, 4 mil milhões de pessoas encontram-se em situação de vulnerabilidade face aos efeitos das alterações climáticas e 500 a 600 milhões em situação de risco extremo face às mesmas²⁴.

Os números têm aumentado principalmente em África: nas últimas duas décadas, 10 milhões de pessoas migraram ou foram deslocadas devido a degradação ambiental ou desertificação, prevendo-se que esse número possa atingir os 150 milhões em 2050²⁵.

Embora assustadores, os números apresentados nesta projecção pretendem apenas alertar-nos para o seguinte: os efeitos das alterações climáticas atingem principalmente as regiões menos aptas aos mesmos e as populações social e economicamente mais desfavorecidas.

²⁰European Commission (2009), *The World in 2025 Report – Rising Asia and Socio-Ecological Transition*.

²¹Erika Weinthal, “From Environmental Peacemaking to Environmental Peacekeeping”, p. 19.

²²Veja-se o artigo deste autor intitulado “Environmental scarcities and violent conflict: Evidence from cases” e Paula D. Lopes, “Água no Século XXI – Desafios e Oportunidades”, p. 84.

²³Erika Weinthal, *op. cit.*, p. 19 e Paula D. Lopes, *op. cit.*, p. 84.

²⁴EJF (2009), *No Place Like Home: Where Next For Climate Refugees*.

²⁵EJF (2009), *No Place Like Home: Where Next For Climate Refugees*.

10.2. Crise ambiental, presente e futuro: um perfume de fim de mundo. Decadência civilizacional e fim da história? A perspectiva de Oswald Spengler

Desconhecendo com a mesma crueza que a contemporaneidade a existência de uma crise do ambiente de proporções globais e os desafios que elencámos na secção anterior, Oswald Spengler, intuindo como poucos os sintomas do presente e do futuro do seu tempo através de uma polémica, mas quanto a nós, lúcida análise do processo histórico, deixou-nos algumas pistas que são ainda hoje extremamente úteis para a compreensão da nossa situação contemporânea e que, tendo em conta os dados introduzidos pelos problemas ambientais, se confronta com a possibilidade enunciada pelo grande pensador alemão: a possibilidade de decadência da civilização ocidental.

No último capítulo de *O Homem e a Técnica*, escrito em 1932, num interlúdio temporal em que se anunciavam subtilmente os germes de um novo conflito bélico semelhante ao de 1914-1918, o autor de *A Decadência do Ocidente*, não sem uma auréola de profundo pessimismo, como que parecia antecipar em mais de sete décadas algumas das forças vivas que movem a história contemporânea confrontada através dos impactos da crise do ambiente com uma remota, mas real, possibilidade de colapso que, não obstante o seu tom profundamente negro, não é de todo descartável do nosso horizonte de reflexão.

Diagnosticando a natureza da civilização ocidental que Spengler apelidou de **cultura fáustica**, o autor intuía já as fronteiras extremas que esta tinha transposto através do seu desenvolvimento tecnocientífico iniciado três séculos antes.

Como um dos sinais vitais da sua época, e podemos afirmar que também da nossa e de uma forma ainda mais radical, declara Spengler que:

“(...) na nossa cultura o combate entre a Natureza e o Homem, (que enveredou pelo destino histórico de uma rebelião contra a Natureza), foi levado praticamente às suas últimas consequências”²⁶.

Um pouco mais à frente, e numa passagem que poderia sintetizar de forma absolutamente contundente toda a complexidade civilizacional da nossa contemporaneidade operando nas fronteiras de um acumuladíssimo saber tecnológico e de cenários futuros que se vinculam a uma incerteza profunda, reflectindo nas implicações do desenvolvimento tecnocientífico ocidental, Spengler afirma que

²⁶ Oswald Spengler, *O Homem e a Técnica*, p. 97.

“Actualmente, não estamos na posição de quem conhece e desvendou os segredos da Natureza, mas podemos, graças ao conhecimento de hipóteses pragmáticas (...) obrigar a natureza a obedecer às ordens do homem por meio de uma simples pressão num botão ou alavanca”²⁷.

Nutrindo a nítida percepção que o desenvolvimento tecnocientífico moderno que originou a cultura fáustica representa um lento, mas firme dealbar em direcção a um **colapso civilizacional** anunciado em termos históricos²⁸ (Spengler chama-lhe o último acto²⁹), o autor sustenta, porém, que a decadência da civilização tecnocientífica é inevitável e configura-se como parte de um determinismo que rege as leis históricas das grandes civilizações³⁰ e, aspecto que atesta ainda mais a sua actualidade para a nossa contemporaneidade em busca de uma transição planetária para a sustentabilidade, consegue já identificar com uma clareza pouco comum para a época as implicações ambientais do projecto tecnocientífico:

“A mecanização do Mundo entrou já numa fase de tensão extremamente perigosa. A própria face da Terra, com as suas plantas, seus animais e seus homens, já não é a mesma. Em escassas dezenas de anos, muitas das grandes florestas desapareceram, transformadas em papel de jornal; provocaram-se modificações climáticas que põem em perigo a economia rural de populações inteiras. Por causa do homem, numerosas espécies animais encontraram a quase total extinção, (...) e raças inteiras têm sido sistematicamente exterminadas, pouco faltando para o seu desaparecimento total (...)”³¹.

Poderíamos, efectivamente, extrair mais algumas citações do brilhante texto de Spengler, tal é a sua cristalina concordância com o tempo que vivemos. Principalmente por nos confrontar com uma palavra que, em face da incerteza inerente ao empenhamento com que respondermos no futuro aos desafios ambientais que temos pela frente, não se pode encontrar ausente do nosso horizonte de reflexão: a palavra **colapso**. Por mais que não queiramos, o seu espectro paira sobre nós como uma espada de Dâmocles.

Estudos levados a cabo no campo da história ambiental nos últimos vinte anos, mormente os de Jared Diamond e Clive Pointing que analisámos no capítulo 5, demonstraram já a crucial importância desempenhada pelos factores ambientais no declínio ou sucesso civilizacional das sociedades em etapas históricas anteriores.

²⁷ Spengler, *op. cit.*, p. 105.

²⁸ Spengler, *op. cit.*, p. 107.

²⁹ Spengler, *op. cit.*, p. 107.

³⁰ Para uma compreensão mais clara deste ponto, remetemos para o primeiro capítulo da obra magna de Spengler, *A Decadência do Ocidente*.

³¹ Spengler, *op. cit.*, p. 110.

O dado novo neste campo na actualidade é, como também já foi referido, que não estamos já perante a possibilidade de um declínio localizado ou geograficamente cingido a determinadas regiões como aconteceu no passado, mas perante a possibilidade de, no futuro, o colapso civilizacional ser global e abranger toda a humanidade.

Como já mencionámos anteriormente, para Spengler

“A história dessa técnica [da civilização tecnocientífica] dirige-se célere para o seu fim inelutável. Será corroída e devorada a partir do seu interior, como todas as grandes formas de outras Culturas. Porém, ignoramos quando e como tal acontecerá”³².

Tendo em conta a clara falta de vontade política demonstrada até ao momento por parte dos actores políticos no sentido de um compromisso global que nos permita enfrentar os complexos desafios ambientais que temos entre mãos, nada nos permite afirmar que Spengler não possa estar correcto no que afirma.

A questão pode colocar-se, mais ou menos, nestes termos: se cultivarmos o pessimismo de Oswald Spengler, representará a crise global do ambiente a última etapa do processo histórico e civilizacional? O fim da história, não já como Francis Fukuyama o entendia no seu homónimo artigo de 1989, isto é, como o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal como única forma possível de governo³³, mas sim de um colapso civilizacional de dimensões profundas e irreversíveis?

Nesse sentido, que nos resta como humanidade em face da crise ambiental e da possibilidade de colapso civilizacional?

Sermos como o soldado romano de Pompeia que, ante a erupção do Vesúvio, aguarda resignada, mas firmemente no seu posto a crónica de um desastre anunciado, para o qual não há outra alternativa possível?

Ou recusarmos o determinismo histórico que é o apanágio de Oswald Spengler e, do ponto de vista da cidadania ambiental, pensarmos a crise do ambiente e os desafios inerentes à mesma que elencámos na secção anterior não sob a ideia de colapso ou perfumada de tonalidades apocalípticas como um fim da história, mas sim como uma

³² Spengler, *op. cit.*, pp. 118/119.

³³ Francis Fukuyama, “The End of History” in Tuathail, Dalby and Routledge (Eds.), *The Geopolitics Reader*, p. 114.

era de transição para a sustentabilidade e como o maior desafio imposto à nossa civilização sob o prisma não só da responsabilidade, mas, sobretudo, da esperança?

3. Crise Ambiental e Responsabilidade – Hans Jonas, a entropia da cidadania e a possibilidade de uma distopia

Comecemos por pensar a crise ambiental sob o prisma da responsabilidade, conceito em torno do qual o filósofo alemão, Hans Jonas, autor de *O Princípio de Responsabilidade* (1979), desenvolve a sua argumentação.

Em Jonas encontramos um dos mais esclarecidos contributos que a filosofia do ambiente pode fornecer aos principais problemas que marcam a sociedade contemporânea. A sua reflexão pauta-se, acima de tudo, por uma crítica profunda ao modelo civilizacional do ocidente.

Segundo ele, a ciência e a técnica modernas têm permitido uma evolução sem precedentes no desenvolvimento das mais variadas esferas da vida da espécie humana no planeta. O homem actual foi e é ainda capaz de atingir as mais surpreendentes conquistas nos mais diversos âmbitos da realidade e, dessa forma, o seu poder e a sua capacidade de intervir na mesma crescem vertiginosamente. A ciência e a técnica traduzem-se em poder e domínio, conceitos-chave que traduzem o paradigma científico da modernidade.

Mas, na modernidade, este poder tem o seu reverso. Se o seu exercício não for equacionado e aplicado de uma forma realista pode tornar-se destrutivo para a própria humanidade enquanto espécie. É aqui que surge a necessidade de reavaliar os pressupostos da ética que até agora guiou a acção humana desde a modernidade até aos dias de hoje.

Para Jonas, é evidente não só a necessidade, mas também a urgência de tentar procurar novos princípios éticos que reavaliem a relação do homem com a natureza. Porque dessa reavaliação poderá depender no futuro a sobrevivência da espécie humana tal como a conhecemos. É este o panorama com que se confronta a condição humana actual.

Segundo o pensador alemão,

“(...) o que aqui está implicado não é só o destino do homem, mas também o conceito que dele possuímos, não apenas a sua sobrevivência física, mas também a integridade da sua essência (...)”³⁴.

A ciência e a técnica, pela magnitude das suas aplicações, têm a capacidade de comprometer o equilíbrio e a sustentabilidade das condições de vida no planeta. A ética erigida ao longo da modernidade por si só torna-se insuficiente face aos desafios e problemas com que se debate a nossa época histórica, porque os seus princípios não contemplam algumas das esferas que a acção humana foi, entretanto, submetendo ao seu domínio e incorporando no seu horizonte vital.

Perante possíveis cenários de catástrofe que impendem sobre o meio natural, Jonas afirma que a natureza, até agora nunca alvo de uma legislação ética, deve passar a constituir uma preocupação crescente nesse domínio e a responsabilidade assume contornos de conceito ético fundamental e prioritário na relação entre o homem e o meio natural, a bem não só da sustentabilidade das gerações futuras, mas também da sobrevivência do próprio planeta.

De um lado encontra-se a esfera humana, poderosa e predatória, do outro, uma esfera, a natural, que é

“(...) ensombrada por um crescente domínio de acção colectiva em que agente, acção e efeito já não são o que eram na esfera próxima e que, pela desmesura dos seus poderes, impõe à ética uma nova dimensão de responsabilidade nunca antes imaginada”³⁵

Este ponto pode resumir-se na máxima formulada por Jonas:

“Que no futuro *deva* haver sempre um mundo tal – um mundo apto a que o homem o habite – e que no futuro este mundo deva ser sempre habitado por uma humanidade digna do seu nome, (...)”³⁶.

A acção humana deverá ser responsável e moderada, orientada para o futuro de uma forma racional, de modo a preservar às gerações vindouras um legado duradouro, isto é,

³⁴ “Puesto que lo que aqui está implicado es no sólo la suerte del hombre, sino también el concepto que de él poseemos, no sólo su supervivencia física, sino también la integridade de su esencia (...)”. Hans Jonas, *Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, p. 16.

³⁵ Hans Jonas, “Técnica e responsabilidade: reflexões sobre as novas tarefas da Ética” in *Ética, Medicina e Técnica*, p. 37.

³⁶ “Que siempre en el futuro deba haber un mundo tal – un mundo apto para que el hombre lo habite – y que siempre en el futuro deba ese mundo ser habitado por una humanidad digna de su nombre (...)”. Hans Jonas, *Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, p. 38. O itálico é do autor.

um planeta habitável e apto a gerar as condições para a vida humana tal como sempre o conhecemos.

Se até aqui, no plano ético, a reflexão de Jonas afigura-se-nos de todo essencial para pensar os desafios da crise do ambiente e da transição para uma era de sustentabilidade, a passagem do seu pensamento do plano ético para o plano político confronta-nos com um leque de implicações ambíguas e prejudiciais se desejarmos pensar a cidadania ambiental exclusivamente no âmbito de regimes políticos e sociedades democráticas. É precisamente neste ponto fulcral, e devemos-lo notar não sem sombra de alguma perplexidade e surpresa, que Jonas nos merece alvo de contestação.

Como já tivemos oportunidade de referir no capítulo 6, a propósito de uma possível aplicação da ecologia profunda enquanto programa de acção política, Jonas, no plano político, é apologista de um **regime de cariz autoritário** – mais exactamente o comunismo soviético ainda em vigor quando o pensador alemão escreveu o *Princípio de Responsabilidade* - para lidar de forma eficaz com os desafios ambientais contemporâneos.

Isto porque, segundo ele, a gestão política de uma ética da responsabilidade para com a natureza pressupõe um determinado tipo de racionalidade operativa distinta à das estruturas políticas das sociedades democráticas liberais.

Num regime de estruturas institucionais autoritárias, e não podemos evitar de referir novamente o mesmo trecho do texto de Jonas que já citámos, contrariamente

“As decisões da cúpula dirigente, que podem ser tomadas sem a aquiescência prévia dos subordinados afectados, não chocam com nenhuma resistência por parte do corpo social (...) e se acompanhadas pelo apoio da estrutura política, serão seguramente implementadas. Isto inclui medidas que, no interesse próprio dos afectados, não se teriam imposto espontaneamente, (...) que, portanto, dificilmente chegariam a ser adoptadas num sistema democrático (...)”³⁷.

A solução política preconizada por Jonas para que possa ocorrer a transição para um paradigma determinado pela sustentabilidade representa, quanto a nós, um verdadeiro

³⁷ “Las decisiones de la cúpula dirigente, que pueden ser tomadas sin la previa aquiescencia de los subordinados afectados, no chocan con ninguna resistencia del cuerpo social (...) y, si van acompañadas de una cierta fiabilidad del aparato, pueden estar seguras de su ejecución. Esto incluye medidas que el interés propio de los afectados no se había impuesto espontáneamente, medidas, por tanto, que difícilmente llegarían a adoptarse en un sistema democrático (...)”. Jonas, *op. cit.*, p. 242.

atestado de entropia ao exercício da cidadania em matéria de questões de ambiente, pelo menos na formulação que temos tentado construir.

Jonas, claramente influenciado pelo péssimo antropológico de Thomas Hobbes, não confia ao livre desempenho cívico dos indivíduos e ao funcionamento das estruturas políticas das instituições das sociedades democráticas a árdua tarefa da resolução dos dilemas ambientais contemporâneos e da escolha das suas opções de futuro.

Longe de tomar a sociedade civil como um actor participativo na responsabilidade de deliberar sobre os futuros possíveis, esse trabalho crítico no plano teórico e, sobretudo, no plano da acção da *praxis* política em termos da delineação e concretização de políticas públicas sustentáveis nos mais diversos sectores deve conhecer um desfecho platónico como o que foi proposto na *República*, isto é, deve ser incumbido a uma **elite** capaz de dirigir os destinos de toda uma população.

Para Jonas, não obstante os horrores do totalitarismo do século XX que o obrigaram inclusive a abandonar a Alemanha em direcção aos EUA por fruto da sua condição judaica,

“(…), só uma elite pode assumir moral e intelectualmente a responsabilidade orientada ao futuro (...)”³⁸.

Mas que futuro nos reserva o pensamento de Jonas na profunda análise que leva a cabo em *O Princípio de Responsabilidade*? Um futuro em que os hercúleos desafios da crise global do ambiente obrigam a grandes exigências e renúncias no nosso estilo de vida, sem dúvida. Mas que essas exigências só possam ser realizadas, ou sejam mais facilmente concretizadas, no quadro de um **ascetismo intrínseco à disciplina socialista**³⁹?

Segundo Jonas, o marxismo, além de dirigir o projecto tecnocientífico da modernidade de uma forma que privilegia de forma mais contida os interesses da humanidade⁴⁰, incita a uma maior capacidade de fazer sacrifícios que o capitalismo. Nesse sentido ganha clara vantagem na possibilidade de estabelecer um “novo movimento religioso de

³⁸ “(…), sólo una elite puede asumir moral e intelectualmente la responsabilidad orientada al futuro (...)”. Jonas, *op. cit.*, p. 243.

³⁹ Jonas, *op. cit.*, p. 244.

⁴⁰ Jonas, *op. cit.*, p. 244.

massas” disposto a quebrar as cadeias das sociedades de consumo capitalistas e instaurar uma “sobriedade auto-imposta da humanidade”⁴¹.

Tolhido por uma monumental ingenuidade, como se ignorasse os recessos mais negros que a história do século XX nos legou e que ele tão bem teve oportunidade de vivenciar e presenciar directamente, e também o balanço ecológico deficitário de sucessivas agressões ambientais perpetradas pelo comunismo soviético na luta pela supremacia ideológica com os EUA durante a Guerra Fria, na confrontação com os problemas da crise ambiental contemporânea, Jonas declara uma **certidão de óbito ao livre exercício da cidadania em democracia e faz de um regime autoritário**, de uma contraditória expressão “tirania benevolente”⁴² (palavras do próprio), **o principal instrumento de resolução política**, assente, o que é mais grave, em princípios de não transparência e de mistificação:

“Talvez este jogo perigoso de ilusão das massas (...) seja a única via que por último nos possa oferecer a política: dotar de eficácia o «princípio de temor» sob a máscara do «princípio de esperança»”⁴³.

É em torno de uma certa ideia de pedagogia do temor como mistificação aplicada à crise ambiental que se constroem as linhas de um hipotético pensamento político de Hans Jonas.

Erigido com base num “marxismo interiormente sóbrio”⁴⁴, segundo o autor,

“(...) o socialismo como credo oficial do Estado garante (...) um inegável apoio psicológico para a aceitação popular de um regime de austeridade disposto pelo governo”⁴⁵.

Apesar de, estruturalmente, *O Princípio de Responsabilidade* se confrontar com o monumental *Princípio Esperança* (1959) de Ernst Bloch (1885-1977) e de consagrar a última parte da sua obra a uma crítica à forma como Bloch entende o espírito utópico⁴⁶ não podemos deixar de constatar que Jonas, crítico acérrimo das utopias tecnocientíficas da modernidade acopladas à ideia de progresso e na qual integra também o marxismo pela perniciosa contribuição que deram para a devastação ecológica do planeta, ao

⁴¹ Jonas, *op. cit.*, p. 245.

⁴² Jonas, *op. cit.*, p. 243.

⁴³ “Quizás este peligroso juego del engaño de las masas (...) sea la única vía que a la postre pueda ofrecernos la política: dotar de eficacia al «principio de temor» bajo la máscara del «principio de esperanza»”. Jonas, *op. cit.*, p. 246.

⁴⁴ Jonas, *op. cit.*, p. 250.

⁴⁵ Jonas, *op. cit.*, p. 248.

⁴⁶ Jonas, *op. cit.*, capítulo 6, Sección II B e C.

legitimar **o estabelecimento de um regime autoritário entendido como a única solução possível para a resolução dos desafios globais da crise do ambiente** torna-se também ele cativo de um território que pretende evitar, mas que não consegue contornar.

Não se trata aqui do não lugar que caracteriza etimologicamente o conceito de utopia cunhado por Thomas More, mas sim de um horizonte em que a responsabilidade enquanto imperativo ético flerta, em nosso entender, demasiado perigosamente com a possibilidade de alguns dos elementos mais negativos de uma possível **distopia política**.

Além de algumas das práticas dos totalitarismos do século XX encontrarem eco no pensamento de Jonas, algo que se torna patente pelas diversas passagens que extraímos do *Princípio de Responsabilidade*, não nos é de todo difícil imaginar os contornos de um regime autoritário governado por uma elite em prol da sustentabilidade, tendo em conta as transformações individuais e sociais locais e globais que o conceito pressupõe, e vislumbrar algumas características que encontramos nos clássicos romances distópicos como *Nós* de Zamiatine e *1984* de Orwell.

Não obstante a atroz falta de perspectivas de longo prazo dos agentes políticos internacionais e da ausência de estratégias concertadas a nível global para confrontar os desafios ambientais presentes e futuros e motivar a complexa transformação civilizacional que a sustentabilidade requer, se legitimarmos a perspectiva política de Hans Jonas estamos perante um **penoso retrocesso político e social aos momentos mais negros da história do século XX**.

Tal perspectiva parece-nos indigna do nosso século e totalmente incompreensível da parte de um pensador da estirpe intelectual e com o alcance de visão que Jonas demonstra ao diagnosticar os sintomas da crise ambiental.

Ocorre-nos, aqui, o que Winston Churchill afirmou sobre a democracia num discurso proferido na Câmara dos Comuns, a 11 de Novembro de 1947:

"A democracia é a pior forma de governo, à excepção de todos os outros já experimentados ao longo da história".

Esta é, quanto a nós, uma condição essencial não só para abordar a crise ambiental global no plano teórico, como para traçar planos de acção política referentes a ela: a democracia.

É no quadro das sociedades democráticas que devemos encontrar os caminhos para a concretização da sustentabilidade sob o prisma da responsabilidade, quaisquer que eles sejam - e complexos serão indubitavelmente – e jamais mediante o recurso a regimes políticos que se coadunem com práticas abomináveis de engenharia social que, apoiadas na mistificação do pensamento, discurso e acção política, na anestesia de alternativas e pensamento crítico, na repressão de dissensões intelectuais, garantam a uniformidade e o conformismo social e político de forma totalitária seja ela uma tirania benevolente ou não.

As estratégias para a superação do impasse civilizacional que representa a crise ambiental contemporânea necessitam de **mitos mobilizadores** que lhe dêem forma, do alento dos elementos positivos do espírito utópico e não dos seus quinhões mais sombrios e repressivos.

Superar a crise ambiental no escasso tempo que temos representa um exercício cruel e hercúleo de imaginação, mas, por mais difícil que seja tal esforço no quadro das sociedades democráticas, nem por isso devemos ter a tentação de ceder a um desfecho político como o que Jonas defende no *Princípio de Responsabilidade*, ou seja, a queda numa certa unidimensionalidade de pensamento.

Abordar a crise ambiental e a transição para a sustentabilidade com a visão política de Jonas assente numa espécie de **autoritarismo esclarecido** – e nem se trata aqui do despotismo esclarecido do século XVIII como o de um Frederico II da Prússia - equivale a estabelecer um certo paralelismo com o prenúncio de um Estado Único distópico como o que foi imaginado por Zamiatine em *Nós*, assim como vincar os problemas ambientais apenas sob o prisma de uma pedagogia do temor ou da catástrofe ou de uma heurística do medo constitui, no quadro de uma noção de cidadania ambiental, um perverso elemento **aniquilador da expressão do exercício cívico**.

Se, em Andrew Dobson, a excessiva atenção dada à esfera dos deveres oculta a possibilidade de uma abordagem dos direitos cívicos, a heurística do medo patente em Hans Jonas **paralisa** a possibilidade de um comprometimento mais activo por parte dos

indivíduos nas tarefas da sustentabilidade, obstaculizando o *empowerment* cívico que se requer nesta matéria.

Se a crise ambiental, como vimos no capítulo 6, obriga-nos a repensar as bases do contratualismo moderno e a torná-lo extensível à natureza alargando o nosso horizonte de responsabilidade, e nisto estamos em pleno acordo com Jonas, e uma vez que o ambiente constitui contemporaneamente uma condição de possibilidade ontológica da sobrevivência da espécie humana no planeta, então há que pensar a sustentabilidade no âmbito da cidadania ambiental de uma forma **mais radical** do que até agora foi pensada: sob o prisma da **esperança**.

Ou seja, é necessário tornar a esperança num **pilar antropológico da sustentabilidade**. É isso que abordaremos no próximo capítulo: a sustentabilidade como possibilidade de uma **antropologia da esperança**, muito para lá do entendimento comum e das diversas insuficiências teóricas que são identificáveis na formulação do conceito.

Capítulo 11 – Do Contrato Ambio-Social a uma Antropologia da Esperança: a sustentabilidade como mito mobilizador e utopia concreta do século XXI

11.1. Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável? Contradições e indefinições de um conceito

11.1.1. Origem e história do conceito

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado oficialmente pela primeira vez em 1987 no *Relatório Brundtland*, um documento elaborado pela **Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento**¹ e intitulado *O Nosso Futuro Comum*².

É deste documento que foi extraída a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável e a que tem prevalecido ao longo das últimas duas décadas como conceito operativo no âmbito das agendas políticas internacionais em termos de estratégias de desenvolvimento, a saber:

“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas”³.

Apesar da sua formulação conceptual definitiva ter ocorrido no *Relatório Brundtland* apenas em 1987 e de privilegiar a transição para a sustentabilidade no âmbito de sistemas políticos democráticos, embora não excluindo curiosamente a possibilidade teórica de esta transição ocorrer em regimes políticos de outra natureza⁴, o conceito de desenvolvimento sustentável possui já antecedentes históricos que presidem à sua origem, dos quais tentamos em seguida dar conta sem, contudo, termos a pretensão de sermos exaustivos⁵.

1968 – Fundação do Clube de Roma, associação livre de trinta cientistas, economistas, industriais e professores universitários criada em 1970 pelo presidente da Olivetti,

¹ Organismo criado pela ONU em 1983.

² Existe uma tradução portuguesa do documento publicada pela Meribérica/Liber, em 1991, e prefaciada pelo, à época, Secretário de Estado do Ambiente, José Macário Correia, a qual seguimos neste capítulo.

³ *O Nosso Futuro Comum*, p. 54.

⁴ “Um caminho para o desenvolvimento, sustentável em termos físicos, pode em teoria ser trilhado até dentro de um quadro rígido sociopoliticamente”. *Op. cit.*, p. 54.

⁵ Para uma descrição mais detalhada do conceito de DS, entre outros, consulte-se a excelente obra de John McCormick, *The Global Environmental Movement*.

Aurélio Peccei, destinada a reflectir sobre os problemas económicos, políticos e sociais do mundo;

1972 – Publicação do estudo *Limites ao Crescimento* (*Limits to Growth*), estudo encomendado pelo Clube de Roma a alguns especialistas do MIT, Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Bherens III. Procurando simular a interacção entre o ser humano e os sistemas físicos terrestres, este estudo utilizou um modelo computacional, o World 3, recorrendo a cinco variáveis – população mundial, industrialização, poluição, produção alimentar e depleção de recursos⁶ – para avaliar as consequências dessa interacção.

Algumas das conclusões deste estudo indicavam que, a manterem-se inalteráveis as tendências de crescimento das cinco variáveis utilizadas no modelo no espaço de cem anos, isto é, até 2070, o planeta sofreria um declínio da população e da sua capacidade industrial⁷ provocado pela **exaustão dos recursos naturais**, pelo **aumento dos níveis de poluição** e **crescimento incontrolado da população mundial**.

O relatório apresentado pelos especialistas do MIT alertava para algo posto em evidência pelo conceito de DS: a necessidade de alteração dos padrões de desenvolvimento e de consumo da sociedade ocidental;

1972 – Realiza-se a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, decorrida em Estocolmo, em Junho de 1972. Pela primeira vez, os problemas ambientais assumem uma perspectiva global e são discutidos por um painel intergovernamental reunido para tomar medidas de forma a mitigar os efeitos do impacto humano sobre os recursos naturais. Da Cimeira de Estocolmo surgirá o *United Nations Environmental Programme*, (UNEP), destinado a coordenar as políticas ambientais a nível internacional;

1980 – Publicação pela **IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza)** do relatório *A Estratégia Global para a Conservação*, onde surge pela primeira vez de forma explícita o conceito de DS.

Depois da publicação do *Relatório Brundtland*, o desenvolvimento sustentável entrou por pleno direito nas agendas políticas internacionais e é alvo de atenção prioritária em

⁶ Donella Meadows et al, *Limits to Growth*, p. 21.

⁷ Donella Meadows et al, *op. cit.*, p. 23.

certames políticos como a *Cimeira da Terra* (1992), onde é aprovada a *Agenda 21* como instrumento de execução de políticas de sustentabilidade a nível local, ou a *Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis*, realizada em Aalborg, em 1994.

11.1.2. Indefinições e insuficiência conceptual do desenvolvimento sustentável

Sendo o seu objectivo primordial “(...) a satisfação das necessidades e aspirações humanas”⁸, o conceito de desenvolvimento sustentável, em termos genéricos, possui três esferas que sustentam a sua arquitectónica conceptual e dão o mote ao seu horizonte de actuação:

- A esfera ambiental, tendo em vista não comprometer a capacidade natural de regeneração e o equilíbrio dos ecossistemas;
- A esfera económica, para que o crescimento se salde por uma diminuição progressiva dos índices abismais de desigualdade existentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento;
- A esfera social, que visa complementar a esfera económica, no sentido de garantir sociedades com maiores níveis de equidade no acesso das populações a recursos básicos indispensáveis à manutenção da sua existência.

Não obstante o seu mediatismo, é virtualmente impossível obter consenso geral no que toca ao pleno entendimento do que significa concretamente desenvolvimento sustentável⁹.

Como afirmam Kates, Parris e Leiserowitz:

“Desde que a Comissão Brundtland definiu desenvolvimento sustentável, dezenas, senão mesmo centenas de estudiosos e praticantes tentaram articular e promover a sua definição alternativa; uma definição clara, fixa e imutável do conceito permanece, por ora, inalcançável”¹⁰.

⁸ *O Nosso Futuro Comum*, p. 54. O carácter predominantemente antropocêntrico da definição de DS tem-lhe valido severas críticas por parte de autores ligados à ecologia. Entre outras críticas que são apontadas ao *Relatório Brundtland* estão as de que o mundo natural não possui valor intrínseco, existindo apenas como fonte de recursos para a satisfação das necessidades humanas. Cf., por exemplo, Donald Worster, autor do artigo “The Shaky Ground of Sustainability”, pp. 20-21.

⁹ Confere-se também a perspectiva de Herman Daly sobre o desenvolvimento sustentável que apresentámos no capítulo 9, secção 4.2.

¹⁰ “Since the Brundtland Commission first defined sustainable development, dozens, if not hundreds, of scholars and practitioners have articulated and promoted their own alternative definition; yet a clear, fixed, and immutable meaning remains elusive”. Robert W. Kates, Thomas M. Parris, and Anthony A.

A questão em torno do desenvolvimento sustentável não se prende apenas com a sua validade conceptual, mas aplica-se também aos seus próprios objectivos. Donald Worster, autor do já citado “The Shaky Ground of Sustainability”, questiona pertinentemente o seguinte:

- O que se entende por uma sociedade sustentável? É uma sociedade que dura uma década, o espaço de tempo de uma vida humana ou um milénio?¹¹

O autor conclui que, de facto, ao tentarmos estabelecer metas para a concretização da sustentabilidade no quadro das nossas sociedades torna-se inócuo aplicá-las apenas a algo tão vago como a expressão gerações futuras¹². Ou seja, de acordo com este autor, o conceito de desenvolvimento sustentável peca não só pelo **vazio conceptual**, mas também pela **ausência de um horizonte temporal delimitado** no que diz respeito a medidas concretas de acção no tocante à sustentabilidade.

A que se deve isto? Para além dos cenários de incerteza característicos dos problemas ambientais contemporâneos, no nosso entender, a principal razão que obstaculiza medidas de longo prazo em termos de sustentabilidade deve-se essencialmente à própria carência de visão de futuro por parte dos agentes políticos internacionais, cujas agendas, além de estarem subordinadas aos ditames do poder económico com obtenção de resultados imediatos, são calendarizadas apenas tendo em conta o espaço de uma legislatura.

A este cenário deve-se aduzir também a **multiplicidade de critérios e instrumentos** que se aplicam na leitura e entendimento das questões de sustentabilidade, em que cada área envolvida possui a sua própria noção do conceito¹³.

Importa, contudo, salvaguardar o seguinte: não menosprezando as diversas estratégias implementadas por exemplo pelos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*¹⁴ e não

Leiserowitz, “What is sustainable development” – Goals, indicators, values, and practice, *Environment* (2005), p. 20.

¹¹ “Is a sustainable society one that endures for a decade, a human lifetime, or a thousand years?”. Worster, *op. cit.*, p. 13.

¹² “It is not enough merely to say ‘sustainable for a long time’, or even ‘for the next generation, if we want to establish targets for our institutions’. Worster, *op. cit.*, p. 13.

¹³ Afirma ainda Worster: “The field of economics, for example, has its own peculiar notion of what sustainability means”. *Op. cit.*, p.13.

¹⁴ Objectivos aprovados em 2000, por 191 países, através da Declaração do Milénio, referentes a áreas como ambiente, desenvolvimento, erradicação de pobreza, melhorias do sistema educativo, entre outras.

obstante o seu êxito¹⁵, do ponto de vista da premência da crise global do ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável não foi capaz de responder cabalmente à necessidade de preservação equitativa dos recursos naturais¹⁶, bem como às crescentes disparidades económicas e sociais existentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento aos mais diversos níveis, nomeadamente no que diz respeito à distribuição dos impactos ambientais.

A tripartição em que se desenvolve o patamar da sustentabilidade necessita de **alargar** as suas fronteiras de modo a que possa ser enriquecida conceptualmente. Neste domínio, duas esferas imprescindíveis devem ser acrescentadas como pilares para lá do âmbito económico, social e ambiental: a esfera **política** e a esfera **cultural**, ambas essenciais para a implementação de medidas de sustentabilidade, sendo que a última tem estado praticamente eximida deste complexo debate até anos recentes.

11.1.3. A política como pilar da sustentabilidade

Começamos pelo domínio político. A discussão e adopção de estratégias de sustentabilidade têm sido feitas em consonância com os já referidos âmbitos social, ambiental e económico em que cada um deles pretende ter uma importância idêntica.

Segundo Viriato Soromenho-Marques, esta visão incorre num erro de base dado que

“Cada um desses pilares ou vértices tem uma natureza específica, são *qualitativamente* diferentes, não podendo ser amalgamados numa igualdade numérica, que colidiria com a sua essência particular”¹⁷.

Além de criticar a sua equalização, este autor alerta para a necessidade da **introdução do âmbito político como novo pilar da sustentabilidade**¹⁸. Recuperando um dos marcos teóricos da filosofia aristotélica, a teoria das quatro causas, Soromenho-Maques faz corresponder cada uma delas a cada um dos pilares, estruturando-as da seguinte forma:

¹⁵De acordo com o *The Millenium Development Goals Report 2013*, entre outras conquistas contam-se a redução da pobreza extrema, a redução dos índices de malária e tuberculose nos países em desenvolvimento. Entre as áreas que requerem outro tipo de estratégias encontram-se, por exemplo, a sustentabilidade ambiental que necessita, segundo o relatório, de um novo tipo de cooperação global de forma a preservar de forma equitativa os recursos naturais.

¹⁶ Como sustenta o *The Millenium Development Goals Report 2013*, p. 4: “Forests continue to be lost at an alarming rate. Overexploitation of marine fish stocks is resulting in diminished yields. More of the earth’s land and marine areas are under protection, but birds, mammals and other species are heading for extinction at an ever faster rate, with declines in both populations and distribution”.

¹⁷ V. Soromenho-Marques, “Os desafios da crise social e global do ambiente” in *Metamorfoses – Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, p. 30. O itálico é do autor.

¹⁸V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 31.

- A dimensão política/institucional como causa eficiente, a dimensão económica como causa material, a dimensão ambiental como causa formal e a dimensão social como causa final¹⁹.

A introdução da dimensão política/institucional como causa eficiente introduz nos pilares da sustentabilidade a dimensão de um agente concretizador da transformação que nela está pressuposta, eliminando o modelo de tripartição em prol de um modelo que combina a “cooperação” e a “interacção sinérgica”²⁰ entre os diversos âmbitos que constituem este processo.

11.1.4. A cultura como pilar da sustentabilidade

Outra dimensão que se nos afigura de essencial relevo no âmbito da sustentabilidade é a dimensão cultural. Apesar de consagrada em documentos políticos internacionais a ligação entre cultura e desenvolvimento sustentável²¹, a primeira tem estado sistematicamente arredada das questões relacionadas com a sustentabilidade em detrimento das suas outras dimensões já identificadas²².

Apenas na última década, a cultura, enquanto factor relevante na elaboração de políticas de sustentabilidade, tem vindo a ganhar alguma preponderância no sentido da sua integração enquanto dimensão tão fundamental da sustentabilidade como as supracitadas²³.

Os argumentos mais relevantes relativamente à cultura como parte integrante da sustentabilidade são os que Jon Hawkes refere em *The Fourth Pillar of Sustainability*:

¹⁹ Para uma descrição mais detalhada desta correspondência, veja-se *op. cit.*, p.31.

²⁰ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 31.

²¹ A ligação entre cultura e sustentabilidade foi reconhecida, por exemplo, na *Convenção sobre Biodiversidade* (1992) e no relatório da **World Commission of Culture and Development**, *Our Creative Diversity* (1995), afirma-se que a cultura é um elemento indispensável para o crescimento económico. Outro passo importante nesta matéria foi a criação da Agenda 21 para a cultura, em 2004, dirigida pela organização **United Cities and Local Governments** (UCLG), fundada também em 2004 com o objectivo de promover a autonomia do poder local e de dar voz às cidades no panorama político internacional em assuntos relacionados com a sustentabilidade.

²² Afirmam Nancy Duxbury e Eileen Gillette em “Culture as a key dimension of sustainability”, p. 3: “Environmental, social and economic models of sustainability view culture as an important dimension, yet there is still a general lack of understanding of what culture relates to and contributes”.

²³ Apesar do tema não dispor ainda de uma bibliografia abundante, alguns dos estudos mais relevantes nesta área são os do crítico cultural australiano, Jon Hawkes, *The Fourth Pillar of Sustainability* e os artigos de Keith Nurse, “Culture as the Fourth Pillar of Sustainable Development” e de Nancy Duxbury e Eileen Gillette, “Culture as a key dimension of sustainability”.

- Uma sociedade sustentável articula-se com base numa cultura sustentável²⁴;
- A acção cultural é necessária para proceder à fundação de um futuro sustentável²⁵.

Ou seja, através das pertinentes observações de Hawkes, verificamos que a dimensão cultural, sistematicamente omitida das discussões sobre sustentabilidade, é um elemento imprescindível e, em nosso entender, peça-chave da mesma.

Dito de outra forma: enquanto a sustentabilidade não estiver enraizada culturalmente como um valor cívico na ordem social ou os agentes responsáveis pela elaboração de políticas de sustentabilidade não forem sensíveis à dimensão cultural que ela comporta tanto quanto o são às suas outras dimensões, da perspectiva dos diversos desafios que se nos apresentam nas próximas décadas – energia, crescimento de população, declínio da biodiversidade, etc. – impostos pela crise ambiental, as metas a que nos propusermos ao nível da sustentabilidade global, não obstante o principal foco de actuação da sustentabilidade seja eminentemente local, poderão ficar irremediavelmente aquém do expectável e condenarem-nos a um insucesso colectivo planetário.

Estamos inteiramente de acordo com Keith Nurse, um dos autores que tem desenvolvido algum trabalho na articulação entre cultura e sustentabilidade, quando esta afirma que:

“(...) o desenvolvimento sustentável só é exequível se existir harmonia e alinhamento dos objectivos da diversidade cultural com os da equidade social, responsabilidade ambiental e viabilidade económica”²⁶.

Incluir a **cultura como pilar da sustentabilidade** significa, em nosso entender, ultrapassar a visão redutora que, insistimos, representa o triângulo social/ambiental/económico emulado ainda como pedra de toque nos principais documentos internacionais referentes ao tema e atender às especificidades culturais

²⁴ “A sustainable society depends upon a sustainable culture”. Hawkes, *op. cit.*, p. 12.

²⁵ “Cultural action is required in order to lay the groundwork for a sustainable future”. Hawkes, *op. cit.*, p. 12.

²⁶ “(...) sustainable development is only achievable if there is harmony and alignment between the objectives of cultural diversity and that of social equity, environmental responsibility and economic viability”. Nurse, “Culture as the Fourth Pillar of Sustainable Development”, p. 33.

locais, por vezes colocadas em causa e em luta pela sua sobrevivência, devido aos ditames da hegemonia ocidental ditados pelo processo de globalização²⁷.

Talvez, por isso, se nos afigure preferível falar de sustentabilidade em vez de desenvolvimento sustentável. Ao passo que a primeira, se a considerarmos também na sua acepção cultural, prima por uma abordagem mais *bottom up*, uma vez que o elemento local, a especificidade e a diversidade cultural das populações não podem ser deixados de fora na elaboração de políticas, o que tem implicações visíveis no exercício da cidadania, o conceito de desenvolvimento sustentável surge primordialmente como uma abordagem *top down*, em que a dimensão cultural é de sobremaneira desvalorizada principalmente face a critérios de natureza económica.

E nesse aspecto, o conceito de sustentabilidade parece não só favorecer uma maior articulação e diálogo entre os diversos actores institucionais e a sociedade civil, como nos ajuda a entender que a mesma pressupõe uma dinâmica constante, um processo contínuo no tempo que se encontra longe de estar, provavelmente jamais estará esgotado.

Dito isto, analisemos agora o conceito de sustentabilidade sob um prisma que temos vindo a anunciar e que nos parece fundamental para torná-la num mito mobilizador de acção cívica na óptica do conceito de cidadania ambiental que temos vindo a desenvolver.

Trata-se, como já mencionámos, de além de dotar a sustentabilidade de um pilar político e cultural, acrescentar-lhe uma **dimensão antropológica** de acção cívica fundada não só na responsabilidade, mas, sobretudo, na esperança.

²⁷ Nurse, *op. cit.*, p. 36, afirma que: “(...) when it comes to sustainable development, not all cultures are equal, some cultures are more equal than others, depending on the political and historical context”.

11.2. Notas para uma antropologia da esperança: a sustentabilidade como utopia concreta e possível mito mobilizador do futuro

Em face das projecções e cenários para as próximas décadas que apresentámos no capítulo anterior, os desafios que o futuro nos coloca relativamente aos impactos das alterações globais no planeta suscitadas pela crise ambiental contemporânea poderiam resumir-se na pergunta que Ulrich Beck formula nas páginas de *Risk Society*:

- “Como é que queremos viver?”²⁸.

A resposta à mesma assume, nos nossos dias presentes e futuros, um **alcance global** e uma importância incontornável para a determinação das condições de vida do nosso presente e para a vida das gerações futuras que irão habitar o planeta.

A necessidade de um **novo paradigma cívico** em termos teóricos que contemple a responsabilidade para com a natureza e para com as gerações futuras nos limites de um antropocentrismo realista, como procurámos delinear no capítulo 6, confronta-nos também com a evidência de que este paradigma é simultaneamente de cariz prático.

Ou seja, o futuro exige a integração da responsabilidade para com a natureza e para com as gerações vindouras não só na esfera do nosso agir, mas igualmente no plano das tarefas cívicas a que, enquanto cidadãos conscientes, esclarecidos e participativos, estamos destinados.

A pergunta “Como é que queremos viver?”, qual matrioska labiríntica e enigmática, remete para uma multiplicidade de outras interrogações profundas, entre as quais “O que podemos esperar do futuro?” ou “O que podem esperar as gerações vindouras da nossa acção colectiva no presente?”, entre muitas outras.

De uma coisa podemos estar absolutamente seguros: todas elas convergem claramente na direcção da transição para uma era em que a sustentabilidade seja a palavra de ordem e objectivo cardial deste século e têm necessariamente de ser trazidas para o foro da cidadania e debatidas no espaço público, dado que nos envolvem a todos numa comunidade de destino único.

²⁸ “(...) sooner or later the question of acceptance arises and with it anew the old question: how do we wish to live? What is the human quality of mankind, the natural quality of nature which is to be preserved?”. Beck, *Risk Society*, p. 28.

Se, por um lado, a resposta a muitos dos cenários da crise ambiental que enfrentamos só encontram lugar no panorama institucional internacional, por outro, a nossa actuação no espaço público, enquanto cidadãos, desempenha hoje um papel fundamental para a resolução dos problemas que enfrentamos.

É nesse sentido precisamente que apontam as conclusões do relatório apresentado pelo **WGBU - German Advisory Council on Global Change**, publicado em 2011 e intitulado “World in Transition - A Social Contract for Sustainability”.

No *Summary for Policy Makers* do mesmo é claramente sustentado que

“A transformação em direcção a uma sociedade de baixo carbono é, portanto, um imperativo ético tanto quanto a abolição da escravatura e a condenação do trabalho infantil”²⁹.

Afirmando que a transição para uma sociedade sustentável é uma tarefa fundada na **responsabilidade colectiva de todos**, isto é, indivíduos e sociedades civis, Estados nacionais, comunidade política internacional e agentes científicos e económicos, os princípios defendidos pelos **WGBU** apelam também para a criação de uma **nova cultura** em torno da sustentabilidade assente em três princípios: atenção, significando esta também cuidado e responsabilidade, participação e obrigação para com as gerações futuras³⁰.

Para além da pertinência de muitas das suas propostas, e insistindo, tal como o fizemos no capítulo 8, no papel social fulcral que os agentes científicos desempenham nas questões relacionadas com a crise ambiental e com a transição para a sustentabilidade, o que devemos dar mais realce neste relatório é a ênfase colocada na **imprescindibilidade** da participação da sociedade civil nos compromissos prementes do nosso tempo³¹, apelando para a sua inclusão nos processos de tomada de decisão.

²⁹ “The transformation towards a low-carbon society is therefore as much an ethical imperative as the abolition of slavery and the condemnation of child labour”. WGBU (2011), “World in Transition - A Social Contract for Sustainability”, *Summary for Policy Makers*, p. 1.

³⁰ WGBU (2011), “World in Transition - A Social Contract for Sustainability”, *Summary for Policy Makers*, p. 2.

³¹ “It is by no means the case that the contract calls for a merely superficial or even resigned acceptance on the part of civil society: rather, the civil society is acknowledged as an active partner with shared responsibility for the success of the transformation process, and mobilised, thereby legitimizing the process”. WGBU (2011), “World in Transition - A Social Contract for Sustainability”, *Summary for Policy Makers*, p. 8.

No entanto, apesar de estarmos inteiramente de acordo com os princípios enunciados no relatório da **WBGU**, parecem-nos faltar ainda alguns ingredientes no que toca à questão da necessidade participação da sociedade civil nas tarefas da sustentabilidade.

Reclamando-se como um dos principais sintomas de degenerescência e da falta de qualidade das democracias contemporâneas a nível global, a este nível específico a questão primordial é precisamente **como criar uma cultura de envolvimento e de compromisso** que permita aos indivíduos enquanto cidadãos uma participação mais ampla e efectiva no debate e na resolução das questões da crise ambiental.

Segundo o relatório da **WBGU**, uma das condições essenciais é a existência de um Estado poderoso. Não, obviamente, o Estado autoritário de cariz marxista como Hans Jonas antevê a solução para esta questão, mas sim de um **Estado pró-activo** que, num aprofundamento dos princípios democráticos das sociedades contemporâneas, permita aos seus cidadãos a participação nas decisões sobre as metas que a sustentabilidade requer nos mais diversos âmbitos.

Neste sentido, a relação Estado/indivíduo e o direito a um modelo político que se pautar pela equidade social é seguramente uma das metas reivindicativas de um conceito de cidadania ambiental e, mais uma vez o referimos, algo que escapou a Andrew Dobson e a outros autores que estudam o tema.

Não obstante, na óptica da cidadania ambiental, primar pela ampliação do campo de acção da sociedade civil na esfera pública relativamente às questões da sustentabilidade implica também um outro enfoque sobre este conceito, de forma substancialmente mais ampla do que tem sido apanágio da pletora de estudiosos que se dedicam ao tema.

De novo, tomamos Hans Jonas como referência para ilustrarmos o nosso argumento. Jonas introduziu claramente a responsabilidade como um exercício metodológico, operativo e mesmo existencial perante as aspirações desmesuradas da tecnociência moderna em face da contribuição desta para a possibilidade de uma catástrofe ecológica aniquiladora do desenvolvimento das gerações futuras.

Como o próprio afirma quase no final de *O Princípio da Responsabilidade*:

“Ao princípio de esperança opomos nós não o princípio de temor, mas sim o princípio de responsabilidade”³².

Contudo, devemos insistir neste ponto: como defendemos, a propósito da possibilidade da renegociação do nosso contrato social e da sua transformação num Contrato Ambio-Social, o ambiente constitui contemporaneamente uma condição de possibilidade ontológica da sobrevivência da espécie humana no planeta.

Do ponto de vista da cidadania ambiental, e sob pena de o princípio de responsabilidade de Jonas transposto ao território da prática política não degenerar numa total apatia cívica do indivíduo conduzindo à sua inacção por paralisia da sociedade civil na esfera pública, há que abordar a sustentabilidade sob um outro ângulo, o qual raramente nos parece ter sido evocado até ao momento: sob o ângulo da **esperança**.

Não se trata de inverter o argumento de Jonas e de opor o princípio da esperança ao princípio de responsabilidade, mas sim de promover a **conciliação** de ambos como motores de acção nas práticas conducentes à sustentabilidade e pensar este conceito, determinante nos destinos do nosso século, para lá dos já clássicos âmbitos social, económico e ambiental, desde sempre a ele associados, e mesmo para lá dos âmbitos político e cultural que enfocámos na secção anterior.

Ou seja, o que pretendemos é **enfocar a sustentabilidade do ponto de vista da cidadania ambiental** e, nesse sentido, há que pensá-la como uma **antropologia da esperança**³³, capaz de mobilizar o indivíduo enquanto cidadão e levá-lo a comprometer-se de forma efectiva na tarefa de assegurar a transição para um modelo de sociedade sustentável.

Pensar a sustentabilidade como possibilidade de uma antropologia da esperança na óptica da cidadania ambiental significa, por isso, **prescindir das visões catastróficas** que frequentemente são veiculadas nos diversos eixos que compõem o complexo tabuleiro em que a crise ambiental contemporânea se joga e cuja mensagem aterradora

³² “Al principio de esperanza oponemos nosotros no el principio de temor, sino el principio de responsabilidad”. Jonas, *op. cit.*, p. 356.

³³ Escolhemos o termo antropologia da esperança porque, como já deixamos claro no capítulo 6, a cidadania ambiental só é exequível se enfocada numa perspectiva antropocêntrica.

só comprometeria os indivíduos por compulsão forçada num género de sociedade divisada por Jonas.

Neste caso, a mensagem que é passada à sociedade civil prima, sobretudo, pela possibilidade da ocorrência de eventos catastróficos em face da inacção institucional pode, em nosso entender, constituir definitivamente uma **parálise** do desempenho cívico dos indivíduos.

Contrariamente a isto devemos **pensar a sustentabilidade sob o prisma da esperança como um possível estímulo à acção, participação e compromisso cívico nas tarefas de um futuro** que, não obstante a elevada dose de incerteza que lhe é inerente, se quer sustentável mediante a acção colectiva dos diversos actores que compõem as sociedades democráticas a nível global.

Esclareçamos: não se trata de possuir uma confiança ingénua e cega num futuro radioso da condição humana à semelhança de muitos dos ideólogos modernos do progresso ou de algumas das mais radicais correntes tecnocientíficas contemporâneas, mas sim de acrescentar a esperança como possível estímulo dos indivíduos à acção perante os dilemas da crise ambiental contemporânea.

Trata-se de divisar a esperança não condicionada pelo temor, que Jonas vê incorrectamente como característica constituinte da primeira³⁴, mas sim de a conjugar com a responsabilidade, prudência e precaução na forma como abordamos o futuro, na possibilidade de colectivamente sermos capazes de dar uma resposta efectiva aos desafios da crise ambiental contemporânea, tendo sempre em consideração as margens de erro que os cenários futuros representam.

Pensar a sustentabilidade como expressão de uma antropologia da esperança, na óptica da cidadania ambiental, significa a **expressão no plano prático dos direitos e reivindicações** que a ela associámos, motivados pela possibilidade de ampliação teórica do contratualismo moderno aos desafios ambientais contemporâneos, os quais relembramos:

³⁴ cremos aqui Jonas confunde o temor com a expectativa característica da esperança. Entre muitos outros, vejamos por exemplo as obras de antropologia filosófica que o Erich Fromm, psicanalista, ou o médico espanhol Pedro Laín Entralgo dedica ao tema da esperança: de Fromm, *The Revolution of Hope* (1968) e de Entralgo *La Espera y la Esperanza* e *Creer, esperar, amar*.

1) Reivindicação de um modelo de sociedade democrática que se norteie por princípios de justiça económica, equidade social, sustentabilidade ambiental e reconhecimento dos direitos de formas de cultura tradicionais e ancestrais minoritárias sob o primado da diversidade cultural e que, com base nestes critérios, propicie a ampliação das oportunidades de participação cívica e política a todos os seus membros;

2) Reivindicação de um paradigma económico e tecnocientífico que opere conscienciosamente na esfera conceptual e na esfera prática tendo em conta os limites físicos dos ecossistemas planetários, de forma a não comprometer ainda mais o declínio da biodiversidade que se encontra já sujeita a um padrão de extinção, bem como os fenómenos climáticos que se pautam, a cada ano que passa, por uma tónica cada vez mais violenta em termos das suas consequências.

O *empowerment*, conceito que em português europeu não conhece ainda tradução e que foi vertido em **empoderamento** no português brasileiro, dos indivíduos no que diz respeito às tarefas que nos impõe a crise ambiental não terá lugar certamente num contexto de responsabilidade e temor, mas sim, estamos em crer, num **contexto de responsabilidade e esperança** esclarecidas.

E, visando o repensar da própria qualidade da democracia enquanto sistema político, cabe às instituições políticas concederem a devida ampliação à participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão sobre as questões da sustentabilidade e cabe aos cidadãos o serem merecedores desse direito, exercendo-o como dever sob o primado da responsabilidade e da esperança, fruto de uma participação activa e comprometida no desenhar dos futuros possíveis que temos à nossa frente nas próximas décadas.

Mas, no que diz respeito à sustentabilidade investida de um pilar antropológico da esperança, isto não é tudo.

Retomando o argumento presente no relatório da **WGBU** sobre a necessidade imprescindível da participação da sociedade civil como condição essencial para a transição para uma sociedade regida por um paradigma sustentável, do ponto de vista da cidadania ambiental, além de tornar a **esperança como um pilar antropológico da sustentabilidade** de que esta a nosso ver carece, isso implica encontrar **novos caminhos** para fazer da sustentabilidade, mais do que um discurso ornamentado de boas

intenções e de indicadores complexos, um **mito mobilizador deste século** e pensá-la também a uma luz mais ampla.

Queremos com isto dizer que, em nosso entender, é preciso abordar a sustentabilidade não já apenas com as lentes de Hans Jonas e do princípio de responsabilidade, que no plano político interdita por completo a acção crítica e autónoma da cidadania, mas de resgatar a sùmula de elementos positivos de um determinado modo de pensar que se encontra fora do *mainstream* do pensamento político actual e de alguns argumentos de um determinado autor nos permitem enriquecer formalmente o plano conceptual da sustentabilidade.

Falamos do **pensamento utópico** e de **Ernst Bloch**, autor que deu ao mundo o rico e complexo *Princípio Esperança* (1938-1947).

Esclareçamos, antes de mais, a nossa posição de princípio em relação a Ernst Bloch para a nossa argumentação: não pretendemos enveredar e subscrever o conteúdo eminentemente marxista do seu pensamento, mas sim **ressalvar os princípios formais e constitutivos do modo como este autor entende a noção de utopia** e que, em nosso entender, representam uma mais-valia acrescida para pensar a sustentabilidade como possível mito de mobilização cívica no contexto da cidadania ambiental.

Contudo, antes de passarmos propriamente a Bloch, convém igualmente proferir algumas palavras para clarificarmos a nossa posição perante o sempre controverso conceito de utopia.

Pensar a sustentabilidade sob as coordenadas da utopia do ponto de vista da cidadania ambiental não significa, de todo, enveredar pela mesma linha de análise que tem caracterizado uma longa linhagem de autores relativamente ao pensamento utópico enquanto tal, desde Maquiavel e Espinosa³⁵ em relação às utopias renascentistas ou Marx e Engels em relação aos autores do socialismo utópico do século XIX.

Pretendemos, isso sim, **recuperar determinadas características constitutivas do pensamento utópico** que se nos afiguram como determinantes para pensar a sustentabilidade como possível mito de mobilização da sociedade civil em face dos desafios da crise ambiental contemporânea.

³⁵V. Soromenho-Marques, “Pensamento Utópico e Crise Ambiental” in *Metamorfoses – Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, p. 148.

Para esse efeito, e no sentido de dar continuidade aos princípios da cidadania ambiental que temos vindo a desenvolver ao longo desta investigação, a nossa tarefa não é conceber a sustentabilidade à luz da utopia no sentido do *u-topos* que More foi buscar à língua grega e com que designou a sua clássica, e incontornável no género, *Utopia* (1516), como um não-lugar³⁶, como uma construção intelectual encerrada num espaço e num tempo não existentes ou puramente imaginários, à semelhança da deliciosa descrição de More ou mesmo da *Cidade do Sol* (1602) de Tommaso Campanella, de uma **imagem invertida da realidade**, de uma dupla metáfora³⁷, tal como Melvin J. Lasky entende o conceito de utopia em *Utopia and Revolution* (1976), mas sim de enaltecer as características do pensamento utópico que permitem enriquecer ainda mais o conceito contemporâneo de sustentabilidade e que foram inteligentemente identificadas por Paul Ricoeur em *Ideologia e Utopia* (1986).

Segundo Ricoeur, o pensamento utópico:

- 1) Permite-nos captar as condições que determinam a contingência da ordem estabelecida;
- 2) Expressa-se como uma possibilidade crítica no esboçar de alternativas à ordem estabelecida³⁸.

Nesse sentido, pensar a sustentabilidade como utopia mediante os dois princípios enunciados acima confronta-nos igualmente com a distinção efectuada pelo sociólogo alemão, Karl Mannheim, entre ideologia e utopia na obra com o mesmo nome.

Em *Ideologia e Utopia* (1929), Mannheim afirma que a utopia se define por contraposição à ideologia e manifesta-se pelo **desacordo total** com a ordem estabelecida³⁹.

³⁶ A bibliografia sobre a utopia é bastante extensa, pelo que pretendemos aqui remeter apenas para algumas obras que consideramos essenciais: Frank E. Manuel and Fritzie P. Manuel, *Utopian Thought in the Western World* (1979), Lewis Mumford, *História das Utopias* (1922), Riot-Sarcey, Bouchet e Picon (Eds.), *Dicionário das Utopias* (2008), Jean Servier, *Histoire de L'Utopie* (1967) e Lyman Tower Sargent, *Utopianism – A Very Short Introduction* (2010).

³⁷ Escreve Lasky a este respeito: “(...) what single-minded critics of utopia appear to miss is the ‘the double metaphor’, the ambivalent and often dialectical character of the utopian inspiration. Utopias are written of both hope and despair. *They are models of stability conceived in the spirit of contradiction*”. Lasky, *Utopia and Revolution*, p. 9. O itálico é nosso.

³⁸ “A ordem que era tida por certa parece de repente estranha e contingente. Há uma experiência de contingência na ordem. Este, penso eu, é o principal valor das utopias”. Paul Ricoeur, *Ideologia e Utopia*, p. 488.

Embora esta definição nos pareça demasiado redutora do ponto de vista conceptual com referência ao pensamento político, no entanto, ela adequa-se ao papel que a sustentabilidade desempenha em face da crise ambiental contemporânea. De certa forma, dá-nos conta de uma certa paralisia ainda existente na comunidade internacional relativamente às questões de fundo da crise ambiental nomeadamente pela prevalência de paradigmas económicos que só contribuem para o seu acentuar.

Para Mannheim, a ideologia, e aqui pensamos no neoliberalismo enquanto paradigma, significa a aceitação conservadora dos valores dominantes, ao passo que a utopia, e aqui tomamos a sustentabilidade como transição paradigmática, se perfila como um dos motores do movimento histórico⁴⁰.

Lembremos que a crise ambiental global, em estado latente, significa uma **tensão** entre dois pólos que divergem na forma como constroem a representação do mundo: um que pretende a manutenção de um certo tipo de paradigma, que podemos denominar como *business as usual*, e outro que postula como necessária uma profunda alteração aos paradigmas dominantes no sentido da transição para uma sociedade sustentável, sendo esta necessária sob pena de o futuro do planeta não se encontrar irremediavelmente comprometido.

E, na óptica de uma cidadania ambiental cujos princípios reclamam uma constante ampliação teórica na sua elaboração e também no entendimento da sustentabilidade, são escassos os autores como Ernst Bloch que nos permitem pensar a sustentabilidade como possível **mito mobilizador de acção cívica**, com essa dimensão apontada a um horizonte de longo prazo, isto é, na base de uma **utopia concreta construtora de alternativas futuras capazes de incitar ao empenhamento e à acção cívica**.

Em *Experimentum Mundi* (1975), um dos últimos grandes textos de Bloch publicados em vida, este autor tece algumas considerações preciosas que podem ser prescritas e aplicadas à conturbada desordem da condição humana na contemporaneidade perante a crise ambiental e à fronteira histórica em que nos encontramos perante a mesma.

³⁹ Karl Mannheim, *Ideologia y Utopia*, pp. 49-62. Cf. igualmente Frederic Rouvillois, *L'utopie – Textes Choisis et Présentés*, p. 13.

⁴⁰ Mannheim, *op. cit.*, pp. 49-62 e Frederic Rouvillois, *op. cit.*, pp. 13 e ss.

Relembra-nos, acertadamente, Bloch que:

“O processo do mundo ainda não está decidido em nenhum lugar, nem tão-pouco está frustrado; e os homens podem ser na terra os guardiões do seu rumo ainda não decidido, quer para a salvação, quer para a perdição. O mundo permanece, na sua totalidade, como um fabril *laboratorium possibilis salutis*”⁴¹

A leitura muito particular que Bloch faz da essência e meta do pensamento utópico, e que se distingue de qualquer outro autor que apele de forma directa ou indirecta ao conceito de utopia, é semelhante ao modo como a sustentabilidade pode ser pensada do ponto de vista da cidadania ambiental integrando responsabilidade e esperança, mas sobretudo insistindo nessa dimensão da esperança que não é frequente associarmos às questões da cidadania.

Não obstante as perspectivas de incerteza e ansiedade que representam a crise ambiental no presente e no futuro da história do planeta, do ponto de vista da concretização da sustentabilidade, o mundo em que vivemos não é um todo previamente determinado, fechado e concluído em termos temporais como nos apresentam a elaboração estrutural de muitas das obras utópicas clássicas, mas sim uma **convergência e sinergia de complexas realidades** e, sobretudo, de um vasto leque de possibilidades que deixam **o futuro em aberto**, como algo a ser construído.

Ou seja, o mundo é constituído por processos dinâmicos e dialécticos, que está em latência de ser realizado, sobretudo como resultado das nossas acções presentes e futuras. A principal lição que podemos extrair de Bloch para pensar a sustentabilidade não como uma utopia qualquer, mas com as coordenadas de uma **utopia concreta** é a seguinte: **a história é um sistema aberto onde acontecem e podem ser realizadas coisas novas**⁴². Daí a necessidade de evocarmos a sustentabilidade, como o exercício concreto e efectivo da cidadania ambiental, também à luz da esperança.

⁴¹ Tradução de J. Francisco Saraiva Sousa in “Ernst Bloch - Ontologia da Possibilidade”, p. 1. O itálico é do autor.

⁴² Veja-se a este respeito Bloch, *Le Principe Esperance*, tomo 1, capítulo 18 e particularmente, pp. 236-248.

Como anteviu, e muito bem, Jean Marie Vincent, no verbete dedicado a Bloch no *Dicionário das Utopias*:

“Não se trata para ele de se lançar na construção abstracta de sociedades perfeitas; trata-se pelo contrário de fazer intervir o que está oculto, enterrado - as aspirações a uma outra vida, o desejo de outras relações com o mundo para além do utilitarismo (...)”⁴³.

O que fica assignado ao pensamento utópico como ingrediente da sustentabilidade na óptica da cidadania ambiental, à luz do pensamento de Bloch, é, portanto, essa tarefa quase que diríamos arqueológica de **desenterrar as dimensões da realidade social e política**⁴⁴ ocultas e enterradas porque não fazem parte dos paradigmas dominantes.

Trata-se, e aqui aplicando alguns dos aspectos formais do pensamento de Bloch à crise ambiental, de reservar um lugar privilegiado às características que mencionámos do pensamento utópico para que este possa exercer predominantemente a sua **função crítica aos paradigmas estabelecidos e primar pela procura de alternativas políticas, sociais e económicas que nos permitam efectuar essa transição para um paradigma civilizacional sustentável**.

Na medida em que a sustentabilidade é um **processo dinâmico**, em permanente debate e construção, em contínua procura de soluções e medidas, é possível pensá-la sob a categoria blochiana de ontologia do **ainda-não-ser**⁴⁵, isto é, como algo que nunca está permanentemente dado e que, sendo algo ainda em aberto e não realizado, apela totalmente em direcção ao futuro sob a possibilidade da construção de uma utopia concreta que

⁴³ Jean Marie Vincent, “Ernst Bloch” in Riot-Sarcey, Bouchet e Picon (Eds.), *Dicionário das Utopias*, p. 43.

⁴⁴ Como afirma Fátima Vieira: “(...) a utopia é *estratégia de mudança* e de melhoramento do real; nesse sentido, actua em vários planos como *estratégia de reorientação política, económica, social, moral e pedagógica*”. Fátima Vieira, em “O Utopismo e a Crise da Contemporaneidade: Velhas Receitas para Novos Caminhos” in Fátima Vieira e Maria Teresa Castilho (Orgs.), *Estilhaços de Sonhos – Espaços de Utopia*, p. 46. O itálico é da autora.

⁴⁵ Bloch, *op. cit.*, pp. 163-174.

“(...) faz da esperança subjectiva uma esperança comunitária, uma *docta spes*, uma esperança esclarecida, que critica o mundo existente, com a sua capacidade de se erguer por cima do imediato e do fáctico e inventar novos possíveis a partir da "obscuridade do momento vivido"⁴⁶.

Nesse sentido, como ontologia do ainda-não-ser, isto é, de algo que não está dado nem construído e que deve mobilizar o nosso pensamento e a nossa acção para o futuro, a sustentabilidade, enquanto utopia concreta e mobilizadora da sociedade civil para os desafios da crise ambiental contemporânea, representa um **impulso para diante**, trazendo à superfície o conjunto diverso de possibilidades que nos permitam superá-la.

Enfocada assim, tal como a sustentabilidade é o ainda-não-ser da crise ambiental, a cidadania ambiental deverá ser o **motor de esperança e de procura de uma realidade que ainda não existe e que se apresenta como passível de efectivada, mobilizada pela construção de horizontes alternativos de futuro.**

Pensar a sustentabilidade como a possibilidade de concretização de uma utopia concreta e alternativa aos paradigmas dominantes e insustentáveis em termos ambientais implica a inquietude e o permanente exercício de espírito crítico em termos cívicos:

“O homem dirige-se para a frente, não pode haver verdadeiro repouso num imobilismo satisfeito ou inquieto. O seu corpo está preso à esperança de que a busca de um mundo melhor jamais seja em vão (...)”⁴⁷.

E exige, igualmente, a capacidade de, perante a complexidade dos desafios da crise ambiental, deter uma consciência **antecipadora** e de ser-se capaz de pensar em horizontes temporais de longo prazo em face de um futuro que, não obstante as suas nebulosas perspectivas, deve ser encarado com uma certa margem de confiança.

Como afirma Boaventura Sousa Santos um pouco na mesma linha de Bloch em defesa do pensamento utópico na contemporaneidade, no qual vê a única possibilidade de construção de paradigmas alternativos,

“Devemos, portanto, reinventar o futuro através da abertura de um novo horizonte de possibilidades traçadas por novas alternativas radicais. Criticar meramente o paradigma dominante, embora crucial, não é suficiente”⁴⁸

⁴⁶ J. Francisco Saraiva Sousa, *op. cit.*, p. 4.

⁴⁷ Jean Marie Vincent, *op. cit.*, p.43.

⁴⁸ “We must, therefore, reinvent the future by opening up a new horizon of possibilities mapped out by new radical alternatives. Merely to criticize the dominant paradigm, though crucial, is not enough”.

Cabe, portanto, ao pensamento utópico a tarefa de

“(...) exploração, através da imaginação, de novos modos de possibilidades humanas (...)”⁴⁹,

assumindo que a sustentabilidade, tal como vemos a possibilidade de ela ser pensada à luz de certos princípios do pensamento de Ernst Bloch, isto é, como **esperança concreta num mundo conciliando desenvolvimento humano e equilíbrio ecológico**, é

“(...) algo de radicalmente melhor por que valerá a pena lutarmos, e a que a humanidade tem inteiro direito (...)”⁵⁰.

O futuro é um dado permanentemente em aberto onde se inscrevem as mais variadas das possibilidades. E pensar a sustentabilidade como conciliação de responsabilidade e de esperança, como uma utopia concreta que através da análise crítica das possibilidades e da exploração de alternativas sociais sustentáveis gere soluções futuras, não pode deixar de ser um ingrediente constitutivo da cidadania ambiental, talvez o **único** capaz de conseguir verdadeiramente mobilizar o indivíduo em torno do seu exercício esclarecido.

A presença de uma ausência (eis como pode ser interpretada a sustentabilidade em face da crise ambiental contemporânea), o divisar da possibilidade de modelos políticos, económicos e sociais alternativos susceptíveis de chegarem a conhecer a luz do dia, deve efectivamente estar presente no entendimento da sustentabilidade como um mito de mobilização da sociedade civil.

Não nos parece crível que, a haver a possibilidade de fazer da sustentabilidade um concreto objectivo de total convergência social e cívica, que tal possa ser feito sem o papel positivo que o pensamento utópico pode deter nas questões relacionadas com a crise ambiental.

Indubitavelmente caberá à sociedade civil, enquanto actor na esfera pública, uma boa parte do trilhar e do desbravar as rotas incertas do futuro, de realizar essa difícil presença de uma ausência que é a sustentabilidade e não seguramente sem encontrar nas

Boaventura S. Santos, *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, p. 479.

⁴⁹ “(...) the exploration by imagination of new modes of human possibility (...)”. Boaventura S. Santos, *op. cit.*, p. 479.

⁵⁰ “(...) on behalf of something radically better that is worth fighting for, and to which humanity is fully entitled”. Boaventura S. Santos, *op. cit.*, p. 479.

características positivas do pensamento utópico um verdadeiro manancial de **possibilidades transformadoras**.

Assim sendo, a cidadania ambiental, visando a sustentabilidade como antropologia da esperança e como utopia concreta no âmbito do seu exercício efectivo, estará inequivocamente dependente do desempenho, do talento e do activismo dos movimentos ambientais e sociais, e da forma como estes, funcionando como movimentos de **crítica e contra-resposta aos paradigmas dominantes** no espaço da esfera pública, consigam corresponder com alternativas para o *design* dos futuros possíveis, eles que têm sido cruciais para colocar os temas da crise ambiental contemporânea no topo das agendas políticas e mediáticas nos últimos cinquenta anos.

Capítulo 12 – Refundar 1968: o movimento ambiental na óptica da sustentabilidade como Antropologia da Esperança

12.1. Contra a primavera silenciosa dos paradigmas da modernidade: a ascensão do movimento ambiental no espaço público

12.1.1. As raízes do movimento ambiental (1850-1945): tendências conservacionistas

A emergência do que se designa como movimento ambiental, enquanto resposta às crescentes intervenções do ser humano sobre o meio natural, embora não possuindo uma cronologia específica¹ está geograficamente circunscrita. O solo que acolhe o seu despontar são essencialmente três países: Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha².

Robert Gottlieb, um dos mais destacados estudiosos contemporâneos do movimento ambiental, refere que nos EUA, por exemplo, este situa-se face aos impactos decorrentes do progresso económico e tecnológico americano no século XIX e resulta

¹ John McCormick, autor de uma das melhores obras sobre a história do movimento ambiental, *The Global Environmental Movement*, declara que: “The global environmental movement had no clear beginning. There were no landmark events which sparked mass outrage, no specific leaders who inspired a mass movement, and no sudden changes in human thinking”. Cf. *op. cit.*, p. 1. Recomendam-se igualmente, entre outras, as seguintes obras: Robert Gottlieb, *Forcing the Sprig – The Transformation of the American Environmental Movement*, Anna Bramwell - *Ecology in the 20th Century: a History*, que analisa profundamente as fontes do pensamento ecológico, Aaron Sachs – *The Humboldt Current, Nineteenth-Century Exploration and the Roots of American Environmentalism*, que nos dá conta da influência de Alexander von Humboldt nos primeiros ambientalistas dos EUA do século XIX e, para uma exposição mais breve sobre os primeiros focos do movimento ambiental em Inglaterra e nos EUA, Max Nicholson, *The Environmental Revolution*, capítulos 7 e 8.

² Cf. Anna Bramwell, *Ecology in the 20th Century: a History*: “The countries where ecological theories have been most prominent are Britain, Germany and North America”. *Op. cit.*, p. 5. Esta perspectiva é desafiada, no entanto, por Richard Grove, autor de *Green Imperialism - Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism - 1600-1860* que identifica as ideias e preocupações que constituíram o movimento ambiental no século XIX como tendo origem em meados do século XVII experiência colonial das potências ocidentais e, principalmente, da degradação ecológica da expansão comercial das Companhias das Índias, inglesa, holandesa e francesa. Cf. *op. cit.*, p. 1-16. Sustenta o autor que: “Moreover, such Anglo-Americans as George Perkins Marsh, Henry David Thoreau and Theodore Roosevelt have been so securely elevated to a pantheon of conservationist prophets as to discourage the proper investigation of even their earlier European counterparts, let alone those from elsewhere. All this has meant that the older and far more complex antecedents of contemporary conservationist attitudes and policies have quite simply been overlooked in the absence of any attempt to deal with the history of environmental concern on a truly global basis”. Grove, *op. cit.*, p. 2.

“(…) de um complexo de movimentos sociais que surgiram inicialmente em resposta às alterações industriais e urbanas aceleradas pela rápida urbanização e industrialização e o encerramento da fronteira que lançou a Era Progressiva da década de 1890”³.

Primando por abordagens teóricas circunstancialmente diferentes⁴ e derivando, em alguns casos, de uma espécie de nostalgia de um paraíso perdido⁵, há no entanto alguns denominadores comuns no que respeita à origem das três tradições ambientais: as suas raízes derivam das alterações tecnológicas, económicas e sociais promovidas pela Revolução Industrial ocorrida em Inglaterra no século XVIII⁶.

Distinguem-se, porém, duas atitudes no que diz respeito às preocupações ambientais: na Europa, os primeiros focos de ambientalismo incidem principalmente sobre a preservação do mundo rural⁷, o desenvolvimento urbano desenfreado e a poluição causada pelas gigantescas unidades fabris e pela protecção da vida selvagem⁸ ao passo que nos Estados Unidos, cerca de 1830⁹, emergiu uma tendência conservacionista e preservacionista da natureza face à utilização predatória dos recursos naturais¹⁰.

Os arautos desta tendência nos EUA são por um lado, Ralph Waldo Emerson (1803-1882) e Henry David Thoreau (1817-1862) cuja influência literária foi intelectualmente determinante para o movimento conservacionista americano¹¹, mas fundamentalmente o diplomata de influência humboldtiana¹², George Perkins Marsh (1801-1882), autor do influente *Man and Nature* (1864), onde a natureza modificada pela acção humana surge como tónica temática, e o naturalista John Muir (1838-1914), fundador do *Sierra Club* (1892), cujo empenhamento preservacionista foi fundamental para a criação dos

³ “This interpretation situates environmentalism as a core concept of a complex of social movements that first appeared in response to the urban and industrial changes accelerating with the rapid urbanization, industrialization, and the closing of the frontier that launched the Progressive Era in the 1890’s”. Robert Gottlieb, *Forcing the Sprig – The Transformation of the American Environmental Movement*, p. 7.

⁴ Veja-se Bramwell, *op. cit.*, capítulo 1.

⁵ “In all three countries there was a sense of loss of the past, associated with, but not confined to, the passing of the old rural world”. Bramwell, *op. cit.*, p. 6.

⁶ McCormick, *op. cit.*, p. 1.

⁷ Ver Bramwell, *op. cit.*, capítulos 5, 6 e 7 a este respeito.

⁸ Cf. McCormick, *op. cit.*, capítulo 1 para as distintas características do ambientalismo e americano e p. 297 e Viriato Soromenho-Marques, *O Futuro Frágil*, pp. 26-28 para uma descrição cronológica da constituição das primeiras associações cívicas de cariz ambiental.

⁹ “It was in the 1830’s that the seeds of the great American conservation movement began to sprout up”. Max Nicholson, *The Environmental Revolution*, p. 164.

¹⁰ McCormick, *op. cit.*, p. 1. Cf. igualmente Bramwell, *op. cit.*, cap. 4.

¹¹ Viriato Soromenho-Marques, *op. cit.*, p. 27.

¹² Aaron Sachs, *The Humboldt Current*, p. 341.

primeiros parques naturais nos EUA¹³ e determinante na política de conservação dos recursos naturais do país.

À época não existe ainda a noção clara da dimensão catastrófica da acção humana sobre a natureza. Os progressos científicos e tecnológicos do século XX, acoplados por duas devastantes guerras mundiais e as consequências da descoberta da energia nuclear elencarão de outra forma o espectro da consciencialização ambiental na segunda metade do século XX.

12.1.2. O movimento ambiental global nas décadas de 1960 e 1970: consciência e sensibilização face à gravidade dos problemas ambientais

Data do início da década de 1960 o surto de consciencialização de que o desenvolvimento da nossa civilização está a ter implicações graves para a sobrevivência dos habitats naturais e que constitui uma ameaça para os mesmos. É das consequências negativas geradas pelo desenvolvimento e expansão da sociedade industrial, bem como do perigo ambiental que representam os testes nucleares¹⁴, que se começam a desenhar as raízes do movimento ambiental.

Não sendo um movimento organizado nem homogéneo¹⁵, e contendo elementos que apelam a uma reforma política e social¹⁶, o movimento ambiental que começa a emergir terá, no entanto, a força suficiente para chamar à atenção sobre os efeitos nocivos da actividade humana sobre o meio ambiental, encetando uma crítica profunda aos principais fundamentos da modernidade, entre eles o seu paradigma tecnocientífico.

O primeiro momento de relevo do movimento ambiental surge de forma tão inesperada quanto surpreendente, precisamente de uma voz descontente na esfera científica americana face à forma como a ciência lidava com os problemas ambientais: a bióloga Rachel Carson. A publicação da sua obra, *Silent Spring*, no verão de 1962, na qual aborda as consequências negativas que o DDT e outros pesticidas tinham no meio natural e na saúde humana, além de se tornar um *best-seller*, teve o mérito de despertar

¹³ Foi influenciado pela leitura de Muir que Theodore Roosevelt, presidente dos EUA entre 1901 e 1909, criou o parque nacional de Yosemite, em 1906. A criação do primeiro parque, o de Yellowstone data de 1872. Veja-se, no entanto, Nicholson, *op. cit.*, p. 164 a propósito da influência de George Catlin, pintor e naturalista, na questão dos parques naturais na década de 1830.

¹⁴ John McCormick, *The Global Environmental Movement*, p. 60.

¹⁵ McCormick, *op. cit.*, p. 57.

¹⁶ McCormick, *op. cit.*, p. 57.

a consciência da população americana para o impacto da actividade humana sobre o meio ambiente¹⁷.

A preocupação de Rachel Carson não se resumiu apenas ao uso de pesticidas, centrando-se também nos

“(...) testes com armas nucleares, na contaminação geral do ar, da terra, dos rios e dos mares com produtos perigosos e até letais”¹⁸.

Devido ao impacto provocado por *Silent Spring* na consciencialização da opinião pública americana face aos problemas do ambiente, Rachel Carson é considerada como uma das vozes mais importantes na eclosão do movimento ambiental.

Outros nomes que se destacaram ao longo da década de 1960, devido à relevância do seu trabalho para a reflexão sobre a importância dos problemas ambientais, são os de Kenneth Boulding, autor cujas principais ideias em termos de economia ecológica analisámos no capítulo 9, Garrett Hardin, Lynn White e Paul Erlich.

Os dois primeiros alertaram para o limite da capacidade de regeneração dos recursos naturais¹⁹, White fez remontar ao Cristianismo as origens históricas da crise ambiental²⁰ e, por último, Erlich analisou, não sem algum tom de alarmismo, as implicações que o crescimento da população poderia ter no esgotamento dos recursos naturais num curto espaço de tempo²¹.

Mais importante ainda é o já referido estudo encomendado pelo Clube de Roma²² a alguns especialistas à equipa de cientistas do MIT liderada por Donella Meadows e que viria a ser publicado com o título de *Limits to Growth*, em 1972.

Algumas das conclusões deste estudo indicavam que a grande causa da crise ambiental era o crescimento exponencial da população mundial²³. Assumindo um discurso que

¹⁷ McCormick, *op. cit.*, p. 65.

¹⁸ “The most alarming of all man’s assaults upon environment is the contamination of air, earth, rivers, and sea with dangerous and even lethal materials”. Rachel Carson, *Silent Spring – Twenty Fifth Anniversary Edition*, p. 6.

¹⁹ Boulding, num artigo intitulado “The Economics of the Spaceship Earth” (1966) e Hardin em “The Tragedy of the Commons” (1968).

²⁰ Num artigo escrito em 1967, para a revista *Science*, intitulado “The Historical Roots of our Ecological Crisis”.

²¹ Nomeadamente na sua obra mais famosa, *The Population Bomb*, datada de 1968. Os cenários de catástrofe preconizados por Erlich não se vieram felizmente a confirmar.

²² Associação livre de trinta cientistas, economistas, industriais e professores universitários criada em 1970 pelo presidente da Olivetti, Aurélio Peccei, destinada a reflectir sobre os problemas económicos, políticos e sociais do mundo.

pretendia ser um alerta, o estudo afirmava igualmente que o final do século XX assistiria a cenários de catástrofe provocados pela exaustão dos recursos naturais, pelo aumento dos níveis de poluição e pelo aumento incontrolado da população mundial²⁴.

No decorrer da década de 1960 e nas décadas seguintes assistiu-se a um aumento crescente e generalizado da importância que os problemas ambientais tinham na sociedade ocidental e na relação entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento.

O movimento ambiental, granjeando cada vez mais a atenção da opinião pública ao longo dos anos, consegue tornar o ambiente em objecto de cimeira internacional, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, decorrida em Estocolmo, em Junho de 1972. Pela primeira vez, os problemas ambientais assumem uma perspectiva global²⁵ e são discutidos por um painel intergovernamental reunido para tomar medidas de forma a mitigar os efeitos do impacto humano sobre os recursos naturais.

Da *UNCHE – United Nations Conference on the Human Environment* (1972), realizada em Estocolmo, surgirá o *United Nations Environmental Programme* (1975), destinado a coordenar as políticas ambientais a nível internacional.

Apesar de muitos dos seus esforços não serem bem-sucedidos ao nível da implementação de políticas devido à grande resistência política e económica principalmente dos países desenvolvidos, o grande contributo do movimento ambiental, que actualmente se congrega em torno de uma constelação diversa de actores visando a defesa e a promoção de objectivos de natureza ambiental e social²⁶, reside no facto de ter trazido para o espaço público o debate sobre as questões relacionadas com o ambiente e por ter chamado à atenção para a importância que elas assumem no contexto da sociedade industrial, insustentável do ponto de vista ambiental.

Vejamos algumas alterações que o movimento ambiental conseguiu introduzir no espaço público contemporâneo, conduzindo à sua ampliação na análise de Ulrich Beck sobre esta questão.

²³ McCormick, *op. cit.*, p. 93.

²⁴ McCormick, *op. cit.*, p. 93.

²⁵ McCormick, *op. cit.*, p. 107.

²⁶ Robert Gottlieb, *op. cit.*, p. 6.

12.2. Os riscos tecnológicos e ambientais como alargamento do espaço público: Ulrich Beck e a ascensão do movimento ambiental na contemporaneidade

No entender de Ulrich Beck, a proliferação de ameaças ambientais e tecnológicas de matriz global marca o momento em que as instituições políticas enfrentam a sua própria incapacidade no que diz respeito à gestão adequada das mesmas. As instituições políticas debatem-se com a sua inoperacionalidade no combate eficaz às situações de risco e dos impactos potencialmente negativos que estas têm sobre as populações deriva da sua natureza problemática, o que induz ao questionamento dos próprios fundamentos das instituições e da racionalidade política.

Nesse sentido, a possibilidade de desastres ambientais e tecnológicos nas sociedades contemporâneas são politicamente explosivas e extraordinariamente difíceis de controlar, fruto da incerteza inerente aos seus impactos.

Esta situação tem também implicações profundas de natureza social: a própria condição do indivíduo dentro da sociedade contribui para colocar em causa a legitimidade que as instituições políticas detinham no sancionamento dos efeitos adversos das situações de catástrofe.

O desmoronamento, por assim dizer, da legitimidade das instituições políticas ocorre, em paralelo, com a desvinculação da esfera individual, no plano biográfico da existência individual e no plano das relações laborais, das estruturas e dos valores sociais tradicionais do modelo clássico da modernidade que, segundo Beck, já não é o nosso.

A crescente e cada vez mais intensa sucessão de acontecimentos que colocam em perigo as condições da existência de populações inteiras no âmbito da sua qualidade de vida contribui para aumentar não só o grau de consciencialização e informação destas face às possibilidades catastróficas que as ameaças ambientais e tecnológicas potencialmente detêm, bem como se traduz no declínio de confiança e das expectativas que os indivíduos depositam nas instituições políticas e científicas, mas sobretudo políticas, que têm a seu cargo a avaliação e a tomada de decisão face a situações de catástrofe ambiental e tecnológica.

À absoluta confiança do indivíduo nas instituições políticas que caracterizava a esfera pública em décadas anteriores sobrepõe-se, na contemporaneidade, o espectro de incerteza e cepticismo do cidadão comum face aos agentes políticos, traduzidos num

sentimento de insegurança e vulnerabilidade social. Surgem, assim, as condições para a emergência do que Beck denomina como a ascensão da individualização.

Na medida em que a existência individual começa a tornar-se um constante processo de adaptação a realidades de natureza transitória, a incerteza é assumida como algo que condiciona irremediavelmente a biografia pessoal presente e futura dos indivíduos:

“Espera-se que eles vivam com uma ampla variedade de diferentes riscos globais e pessoais, mutuamente contraditórios”²⁷.

Este fenómeno de individualização contribui de forma fulcral para o processo de descredibilização dos agentes e discursos políticos. Dado que a contemporaneidade é absolutamente vulnerável à natureza transfronteiriça dos riscos ambientais e que as estratégias de mitigação e adaptação a eles devem ser concertadas no plano global, a individualização e a globalização estão intimamente ligadas e a primeira não se remete apenas à esfera individual, assumindo contornos políticos importantes.

Claudicando ante a falência e a inoperância do seu modelo de actuação em face dos impactos das ameaças ambientais, as instituições políticas estão cada vez mais dependentes dos agentes individuais exteriores ao âmbito da actividade política²⁸. A incapacidade dos agentes políticos em gerirem situações de potencial catástrofe que eles próprios legitimaram através das suas decisões conduz a um vazio no campo da actuação política.

Os riscos ambientais contemporâneos propiciam o surgimento de novas oportunidades de actividade no domínio da gestão e avaliação dos riscos, uma vez que requerem competências e especializações em áreas de saber que até aí não faziam parte dos processos de tomada de decisão nem neles eram necessárias.

Essas oportunidades de actividade são assumidas por agentes individuais exteriores ao processo político e obrigam a uma redefinição do espaço público através da redefinição dos papéis nos processos de tomada de decisão. Beck denomina esta extensão dos processos de tomada de decisão política a outros agentes como **subpolítica** que, segundo ele, é

²⁷ “They are being expected to live with a broad variety of different, mutually contradictory, global and personal risks”. Beck, “The Reinvention of Politics: Towards a Theory of Reflexive Modernization” in *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, p. 7.

²⁸ Beck, *op. cit.*, p. 16.

“(…) um renascimento não institucional da política”²⁹.

O eixo em torno do qual se ergue o movimento da subpolítica são grupos de peritos científicos e de outras áreas de saber que são indispensáveis nos processos de tomada de decisão sobre a natureza dos riscos ambientais, ONG’s e iniciativas ou movimentos de cidadania que se agregam em protesto contra os efeitos de determinadas decisões políticas.

No domínio das questões ambientais, a emergência de novos actores nos processos de decisão política manifesta-se, sobretudo, através da pressão exercida por organizações ambientais, de membros da comunidade científica que emitem os seus pareceres sobre temas ambientais com relevância pública e iniciativas de cidadania participativa a nível local ou regional, condicionando assim a actuação dos agentes políticos e de interesses estabelecidos, obrigando-os a rever e alterar as suas decisões.

Independentes e exteriores ao espaço político, estes novos actores podem ser considerados como uma espécie de contrapoder às instituições políticas oficiais. Afrontando, muitas vezes, determinados interesses económicos e de outra índole, os movimentos de cidadania participativa contribuíram por mérito próprio para o alargamento do espaço público porque

“(…) foram eles que colocaram as questões de um mundo ameaçado na agenda [política] contra a resistência dos partidos estabelecidos”³⁰.

Segundo Beck, a emergência de novos actores no espaço político traduz-se, de facto, numa **desautorização das instituições políticas** porque a produção de riscos ambientais torna-as legitimadoras de um desenvolvimento tecnológico e científico que não foi verdadeiramente planeado e que tem que ser assumido e justificado de qualquer forma³¹.

A progressiva criação de riscos ambientais e tecnológicos tem profundas conotações políticas porque afecta directamente o destino das populações. Embora as decisões sejam tomadas pela esfera política, os potenciais efeitos de certas medidas abrem espaço nos processos de tomada de decisão porque exigem a participação de peritos científicos

²⁹ “(…) a non-institutional renaissance of the political”. Beck, *op. cit.*, p. 17.

³⁰ “They were the ones who put the issue of an endangered world on the agenda, against the resistance of the established parties”. Beck, *op. cit.*, p. 18.

³¹ Beck, *Risk Society*, p. 187.

que determinam até onde for possível o impacto positivo ou negativo de uma dada ameaça sobre as populações.

E dado que não há uma única entidade a quem seja possível imputar de forma absoluta a responsabilidade pelas ameaças ambientais antropogénicas, nem um firme empenhamento político para a mitigação das mesmas, cabe à sociedade civil uma parte da tarefa de as trazer para o espaço público.

Beck defende que

“Tem de ser dito aos políticos onde é que o caminho destituído de qualquer plano ou consciência está a levar e isso é-lhes dito por aqueles que também não sabem e cujos interesses estão dirigidos a algo substancialmente diferente (...)”³².

A ampliação do espaço público a outros actores que até aí dele estavam ausentes devido às incidências da crise ambiental contemporânea obriga não só a um repensar dos próprios fundamentos das instituições políticas, como também a perspectivar um modelo diferente no que concerne à sua forma de actuação.

Segundo Beck, a complexidade e interdependência de factores que estão em jogo nas questões associadas às potenciais situações de catástrofe ambiental inviabilizam de todo que as tomadas de decisão sejam feitas única e exclusivamente no âmbito do modo de fazer política da concepção clássica da modernidade.

A natureza transfronteiriça não multiplicou apenas exponencialmente os cenários de perigo iminente. Complexificou igualmente o número de respostas que a elas podem ser dados.

Perante isto,

“Nos campos da política (e da subpolítica) não há uma única nem uma ‘melhor’ decisão, mas sempre várias decisões. Como consequência, os processos de tomada de decisão política, independentemente do nível a que ocorram, já não podem ser entendidos como a aplicação ou implementação de um modelo determinado prioritariamente por algum líder ou por um homem sábio (...)”³³.

³² “Politicians have to be told where the path devoid of plan and consciousness is leading – and told by those who do *not* know either and whose interests are directed at something different (...)”. Beck, *Risk Society*, p. 182. O itálico é do autor.

³³ “In the fields of politics (and subpolitics) there is neither a single nor a ‘best’ solution, but always several solutions. As a consequence, political decision-making processes, no matter on what level they

No contexto da crise ambiental, o modo de funcionamento do sistema político deve-se pautar pela acção colectiva aberta à participação de outros actores no espaço de debate público e à inclusão de interesses e questões que dizem respeito a diversos grupos sociais, partes directa e potencialmente afectadas pela ocorrência de situações de risco.

Estamos em crer, pela argumentação de Beck, que se verifica com clareza a importância detida pelos problemas ambientais no reconfigurar de certos aspectos do funcionamento da esfera pública contemporânea e do que essa reconfiguração suscitou em termos de possibilidade: a da contribuição para a **criação de uma nova cultura política** em que a sociedade civil, em face da crise global do ambiente e dos desafios que nela estão implícitos, compromete-se politicamente nos seus destinos e na transição para um paradigma de sustentabilidade.

Nesta medida, a crise global do ambiente, enquanto necessidade de dar resposta aos seus desafios através do delinear de novas alternativas para o rumo das sociedades democráticas, de acordo com Beck,

“(...) desautoriza e desvincula a política e politiza a sociedade”³⁴.

Não obstante, a dinâmica de reconfiguração que a esfera pública sofreu em relação à sua arquitectónica institucional da modernidade clássica, do ponto de vista da sustentabilidade pensada com as tonalidades de um possível mito mobilizador da sociedade civil, encontramos-nos ainda no início desse processo. A sustentabilidade, em termos de acção colectiva, exige um **grau ainda maior de politização** do que aquele que Beck antevê no fenómeno que ele denomina como subpolítica.

Se tomarmos a sustentabilidade numa dimensão mais ampla do que aquela que se tem tomado até agora e se pensarmos o conceito como possibilidade de um efectivo mito mobilizador de acção colectiva, as tarefas associadas à construção de um paradigma civilizacional sustentável, múltiplas e convergentes, demandam a **refundação do espírito e do activismo** de uma época que só encontra lugar no nosso presente de forma depreciativa ou então com as tonalidades românticas de um idealismo utópico na acepção que More deu à palavra utopia.

occur, can no longer be understood as the enforcement or implementation of a model determined in advance by some wiser man or leader (...). Beck, *op. cit.*, p. 191.

³⁴ “(...) *political modernization disempowers and unbinds politics and politicizes society*”. Beck, *op. cit.*, p. 194. O itálico é do autor.

12.3. Refundar 1968: algumas reflexões sobre a cidadania e o movimento ambiental na óptica da sustentabilidade como antropologia da esperança

Nesta secção não pretendemos mais do que tecer algumas sumárias considerações algo enviesadas, diríamos, sobre o futuro do movimento ambiental e dos movimentos sociais do ponto de vista da nossa argumentação precedente, até porque além de não ser esse o nosso objectivo central, há quem o tenha feito de forma bastante meritória³⁵ e com um enfoque que não podemos dar aqui ao tema.

O movimento ambiental que começou a ganhar forma na década de 1960 não surge de forma isolada nas sociedades ocidentais, sendo aliás necessário salientar que faz parte, e tardiamente de acordo com alguns autores³⁶, de um movimento muito mais amplo de contestação social que foi eclodindo por todo o mundo ao longo dessa década³⁷ e que teve na Europa e nos EUA como eixos fundamentais os seguintes:

- A intervenção militar americana no Vietname;
- A luta pelos direitos civis da comunidade afro-americana que redundaria na aprovação do *Civil Rights Act* de 1964, bem como de outras comunidades minoritárias que começaram um combate cívico pela conquista dos seus direitos;
- As greves e os protestos da comunidade estudantil e da comunidade operária em Paris que culminaram nos acontecimentos que ficaram conhecidos como o Maio de 68;

³⁵ Além dos já citados estudos de McCormick e Gottlieb sobre o ambientalismo e o movimento ambiental, devemos citar alguns estudos de carácter mais abrangente sobre os movimentos sociais: entre outros são de referir as obras de James Jasper - *The Art of Moral Protest*, John Dryzek – *Green States and Social Movements*, Sidney Tarrow – *Power in Movement* e Charles Tilly *Social Movements, 1768–2004*.

³⁶ Entre eles, Adam Rome, autor do artigo “Give Earth a Chance. The Environmental Movement and the Sixties” (2003) publicado no *Journal of American History*, que afirma que embora o ambientalismo seja devedor do clima de protesto e dos acontecimentos que marcaram os anos 1960, a literatura académica dedicada aos movimentos sociais não lhe confere ainda o devido lugar de importância no contexto desses anos. Cf. Adam Rome, *op. cit.*, p. 525.

³⁷ Numa vastíssima bibliografia dedicada à década de 1960 nos EUA destacamos as seguintes obras: Terry Anderson, *The Sixties* e sobretudo *The Movement and the Sixties – Protest in America from Greensboro to Wounded Knee*, Morris Dickson, *Gates of Eden – American Culture in the Sixties*, Todd Gittlin, *The Sixties - Years of Hope Days of Rage* e Gerd-Rainer Horn, *The Spirit of '68: Rebellion in Western Europe and North America, 1956-1976*. No contexto europeu, mais especificamente, os capítulos 12 e 13 de *Pós-Guerra – História da Europa desde 1945* de Tony Judt oferecem uma primeira abordagem mais concisa dessa época, mas para uma visão de conjunto a obra citada de Horn contém indicações preciosas sobre o tema.

Como afirma Lucileide Costa Cardoso, relativamente ao movimento de Maio de 68:

“A geração 68 foi realizadora de rupturas culturais e políticas com o mundo capitalista, bem como questionadora das experiências do chamado socialismo real vivenciada nos anos de 1960 por pelo menos um terço da população do planeta”³⁸.

Não pretendemos traçar aqui uma genealogia dos movimentos sociais de contestação da década de 1960, até porque as suas motivações foram diversas a nível global e, muito por força dos seus excessos mais radicalistas ou inconsistência de muitas das suas posições, não suportaram consistentemente o duro embate com o teste do tempo.

O que queremos, outrossim, é recuperar para o âmbito da cidadania ambiental e da sustentabilidade os elementos que nos parecem ter sido transversais ao espírito que animou os movimentos sociais da década de 60, principalmente nos EUA e na Europa Ocidental, e que permaneceu como o seu legado muitas vezes olvidado³⁹ ou simplesmente recusado⁴⁰ pelas gerações que lhe seguiram:

- A sua **recusa perante o conformismo** amorfo da década de 1950, do seu modelo político, do seu materialismo económico conducente a um empobrecimento cultural e espiritual e do seu conservadorismo e imobilismo sociais que redundavam no consenso e conformismo acrítico⁴¹;

- O exercício de um **espírito crítico inconformista** e o seu **desejo de ruptura** com a heteronomia cívica, a sua **militância activa** patente na determinação de conceber alternativas aos paradigmas da modernidade das sociedades ocidentais, alternativas essas visando a construção de um mundo mais livre, mais justo e equitativo;

São estes, em nosso entender, os pontos fundamentais daquilo que podemos designar como o **espírito inconformista de 1968** que encontra ressonâncias amplas profundas

³⁸ Lucileide Costa Cardoso, “Ecos de 68: 40 anos depois”, p. 7.

³⁹ É o caso de um dos líderes da contestação estudantil de Paris em Maio de 1968, Daniel Cohn-Bendit, autor de *Forget 1968* (2011), em cuja apresentação editorial declarou: “J’ai écrit Forget 68 parce que 1968 était un moment extraordinaire pour tous ceux qui l’ont vécu, ça a été un accélérateur de l’histoire, ça a changé beaucoup de choses, mais aujourd’hui, on vit dans un autre monde. Recourir toujours à 1968 comme si on pouvait le refaire, repartir comme en 14... non, oubliez !”.

⁴⁰ A título de exemplo, mas que ilustra bem o que queremos dizer, recuperamos as declarações de Nicolas Sarkozy na campanha presidencial de 2007 em França sobre a herança de Maio de 68: “Maio de 1968 impôs a nós todos um relativismo intelectual e moral. Os herdeiros de Maio de 68 fizeram prevalecer a ideia de que não havia mais diferenças entre o bem e o mal, a verdade e a beleza. A herança de maio de 1968 introduziu o cinismo na sociedade e na política”. In Lucileide Costa Cardoso, “Ecos de 68: 40 anos depois”, p. 6.

⁴¹ Terry H. Anderson, *The Sixties*, p. 7 e ss.

com os primeiros anos deste século e que urge recuperar irremediavelmente para uma concepção de cidadania ambiental se se pretender fazer da sustentabilidade, enfocada com as lentes de uma antropologia da esperança, um mito mobilizador de acção colectiva em face dos desafios da crise global contemporânea.

Em jeito de síntese: se a lição mais duradoura dos movimentos sociais, e da sua vertente ambiental, da década de 60 foi a ideia de que **um outro mundo é possível**, de que existem outras alternativas sociopolíticas e socioeconómicas capazes de se oporem aos paradigmas dominantes e insustentáveis, e quanto a nós é esta a grande herança que devemos à geração de 60, então podemos afirmar que os aspectos essenciais da sua dinâmica contestaria e inconformista fazem parte de uma história social que **permanece ainda por construir** e que está integralmente presente e actualizada nos desafios contemporâneos em torno da crise do ambiente e da sustentabilidade.

Pode-se objectar, e com razão, que as coordenadas históricas de 1968 não são já as do nosso mundo globalizado e hipertecnológico: não vivemos já na bipolarização geoestratégica entre duas superpotências ideologicamente antagónicas como eram EUA e União Soviética, a Guerra do Vietname, rastilho de contestação e mobilização dessa década, findou, os direitos civis da comunidade afro-americana e de outras comunidades minoritárias foram ganhando expressão ao longo das décadas seguintes nos EUA e alguns dos ideais do Maio de 68 francês foram paulatinamente incorporados na dinâmica social sem que as gerações mais jovens estejam fortemente consciencializadas disso⁴², isto apenas para repassarmos os acontecimentos mais marcantes dessa década.

Contudo, tal como ecoavam os movimentos sociais em relação à sua época, e ainda que não tenhamos ou não queiramos ter plena consciência disso, actualmente **tudo está em causa**, desta vez fruto de uma crise ambiental de dimensões globais que nos impõe como necessária uma transformação civilizacional sem precedentes.

Se, na década de 1960, os movimentos sociais visavam, no campo do debate de ideias e sobretudo no âmbito da esfera pública, um exercício crítico profundo que colocava irremediavelmente em causa os paradigmas e o *establishment* das sociedades ocidentais,

⁴² Veja-se a este propósito o interessante estudo da socióloga francesa, Bernardette Bawin-Legros, *Génération Désenchantée – Le Monde des trentenaires* (2006), nomeadamente o capítulo 5, sobre a influência de Maio de 68 nas gerações posteriores em França e, para uma visão de conjunto, *Mai 68 – L'Héritage Impossible* (1998) de Jean-Pierre Le Goff.

a crise ambiental global na actualidade, através da sua complexa teia de impactos, replica a **continuidade** desse exercício crítico e cívico aos mesmos paradigmas.

Contemporaneamente está muito mais em jogo do que estava em 1968: o que está em causa é, como já sabemos, o equilíbrio ecológico da biosfera do planeta e o nosso paradigma civilizacional global baseado num modelo de crescimento económico e desenvolvimento tecnocientífico que já baliza os seus objectivos num futuro pós humano não muito distante, ambos fundados numa ideia irrealista e suicida de progresso.

Por outros motivos ou antes pela perpetuação e ampliação dos mesmos na contemporaneidade, a **lição fundamental de 1968**, isto é, a de que há outras **alternativas possíveis** que podem ser construídas, deve voltar a encontrar eco no âmbito da cidadania ambiental neste século polvilhado de complexidade e desigualdades globais.

Nesse sentido, para pensar a sustentabilidade como um mito efectivo que mobilize a sociedade civil para as suas tarefas sob o prisma da esperança e enriquecer o conceito com as dimensões críticas do pensamento utópico no que diz respeito ao exercício da cidadania ambiental, requer assim a recuperação do grau de politização, do activismo e da capacidade de mobilização colectiva, bem como de um certo espírito de ousadia e de vontade de transformar o mundo que animou os movimentos sociais da década de 1960.

Não se trata de recuperar à letra os estandartes evocativos do Maio de 68, como “A imaginação ao poder”, mas, sublinhe-se, a sustentabilidade, enquanto processo dinâmico e futuro permanentemente em aberto onde se inscrevem um leque diverso de possibilidades de transformação, exige, de facto, um exercício concreto de **imaginação** política e social no desvelar dos futuros possíveis a todos os que nela estão envolvidos.

Na óptica da cidadania ambiental, como a temos vindo a desenvolver nestas páginas, e como herdeiros do movimento ambiental das décadas precedentes a quem devemos a lenta mas gradual mediatização da gravidade planetária dos problemas ambientais, caberá, talvez, a esse mesmo movimento ambiental enquanto movimento social na actualidade uma parte da responsabilidade de, socorrendo-nos aqui da terminologia de Herbert Marcuse, superar, através da vertente crítica do pensamento utópico aplicado às tarefas de um futuro sustentável como apresentámos no capítulo anterior, a

unidimensionalidade que representam os paradigmas económicos e políticos dominantes de *business as usual* e de contribuir com soluções para forjar novas instituições, novos modos de produção e consumo sustentáveis⁴³.

Não com recurso à violência radical e revolucionária que Marcuse via, em *An Essay on Liberation* (1969), como inerente e necessária a um hipotético processo de profundas alterações sociais⁴⁴, mas sim, na óptica de Beck, isto é, no quadro de transformação das estruturas das sociedades democráticas através de um maior ampliação do espaço público à sociedade civil enquanto actor interveniente participativo e indispensável no debate e nos processos de tomada de decisão nas questões relativas à sustentabilidade.

Imperativo da sustentabilidade, a ampliação da esfera pública é também um **imperativo da própria democratização do exercício da democracia** nas sociedades contemporâneas, algo que 1968, através dos seus movimentos e constelações diversos, já almejava.

Quiçá, as tarefas de construção de uma sociedade sustentável, ressaltando obviamente a distância histórica que medeiam os dois períodos, sejam de alguma forma o prolongamento dos ecos e anseios de transformação social que ressoavam no já algo longínquo ano de 1968.

Uma última nota: se quisermos pensar a cidadania ambiental como possível ampliação dos princípios contratualistas da filosofia moderna e, na óptica desta, a sustentabilidade como mito mobilizador da sociedade civil sob o prisma da responsabilidade e da esperança, como uma utopia concreta de um futuro que está por construir, não podemos, não poderemos nunca, deixar de evocar 1968, o seu **espírito insurgente**, o seu **pendor utópico** no sentido da criação de alternativas sociais e, sobretudo, o seu incansável activismo que já não encontra grande eco numa era de amorfo conformismo como a nossa.

⁴³ Não seria justo se não mencionássemos aqui o excelente trabalho que têm desenvolvido os movimentos e iniciativas de transição (*transition networks*) a nível local espalhados ao redor do globo que tentam encontrar respostas sustentáveis para os grandes problemas ambientais do nosso tempo ao nível das comunidades. Estas iniciativas constituem um excelente exemplo do que a acção cívica pode fazer em prol dos desafios ambientais do nosso século e o seu espírito anima fielmente o que entendemos como antropologia da esperança. Veja-se a obra de Rob Hopkins, *The Transition Companion* (2011) que dá uma ideia bem clara do que constituem as iniciativas cívicas de transição.

⁴⁴ “Consequently, the struggle for changes beyond the system becomes, by virtue of its own dynamic, undemocratic in the terms of the system, and counter violence is from the beginning inherent in this dynamic”. Marcuse, *op. cit.*, pp. 69-70.

Se estaremos ou não à altura de tal desafio apenas o futuro o poderá dizer, embora o clima de apatia e de divórcio da sociedade civil em relação à esfera política que se tem intensificado nas últimas décadas nos permitam antever algumas perspectivas que não auguram as mais promissoras expectativas.

Não querendo enveredar por uma espécie de candor romântico ou nostálgico da década de 1960, no domínio das possibilidades de transformação social, somos profundamente devedores do fervor activista daquela geração. Muito mais do que sabemos ou queremos reconhecer, seja por uma questão de posição ideológica ou por puro desconhecimento histórico.

E é isso que devemos ter presente na nossa insustentável e incerta condição contemporânea. Ela exige-nos a **refundação de 1968** no domínio do activismo dos movimentos sociais. Ou mesmo mais do que isso. Para fazer face aos desafios titânicos da crise ambiental, à transformação radical que ela nos exige e da qual só nos podemos dar conta se a perspectivarmos na forma mais ampla possível, estamos em crer que devemos efectivar pensar em 1968 como o ano que **nunca** terminou.

Como sustenta Lucileide Cardoso:

“Não podemos perder de vista os ensinamentos dos vários 68 no campo da política, da cultura e da utopia enquanto poderosos instrumentos capazes de transformar comportamentos e mentalidades. Os caminhos podem ser diversos, contraditórios e também passíveis de críticas, mas sempre na tentativa de construir uma sociedade melhor no quadro atual de extrema violência e exclusão social”⁴⁵.

Eis, em nosso entender, as tarefas a que se deve propor um conceito de cidadania pensado do ponto de vista da complexidade da crise ambiental e da sustentabilidade como uma antropologia da esperança.

Neste âmbito, só o futuro poderá dizer se fomos dignos actores sociais merecedores do que de melhor nos foi legado pela geração de 1968 naquela que é sempre uma incessante busca do humano: a de um mundo melhor, habitado por uma redução das desmesuras tanto do humano para com o humano, como as do humano para com o meio natural que o envolve.

⁴⁵ Lucileide Costa Cardoso, “Ecos de 68: 40 anos depois”, p. 10.

Conclusão – Um novo contrato social ou um Contrato Ambio-Social?

Alguns tópicos inconclusivos sobre a ideia de Europa numa perspectiva cosmopolita

À semelhança do título de uma obra de Eduardo Lourenço, a Europa actual está desencantada e segue inconsistentemente perdida no rumo de integração e cooperação que procurou empreender paulatinamente após a Segunda Guerra Mundial. Para além da cooperação económica, a Europa divisada por Robert Schuman e Jean Monnet visava uma paz duradoura em solo europeu, depois de trinta anos belicosos, desoladores e destrutivos, o período decorrente entre 1914 e 1945 em que duas guerras mundiais flagelaram o continente e que alguns historiadores designaram como o período da guerra civil europeia.

Esse processo de integração, que se iniciou entre seis países com a constituição da **Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA (1951)**¹ e que se foi ampliando gradualmente até à actual configuração institucional da União Europeia constituída por vinte e oito Estados-membros abdicando de parte da sua respectiva soberania nacional em diversas esferas de acção governativa, encontra-se nos últimos anos submetido a uma grave crise económica e financeira, fruto da aplicação de severas medidas de austeridade que, além de discutíveis e duvidosas por parte de diversos autores², têm contribuído para agudizar o nível de desigualdades económicas e sociais, nomeadamente nos países da Europa do sul³.

Espaço por excelência consagrado no pós-Guerra à construção de políticas de bem-estar social, a Europa assiste actualmente de forma inapelável à perda e desmantelamento de grande parte dessas políticas e à confiscação de direitos sociais adquiridos, fruto da perpetuação de um paradigma de austeridade em matéria de política económica e financeira que preconiza a redução do papel do Estado nos assuntos sociais, bem como

¹ Para uma panorâmica dos primeiros passos do processo de integração europeia aconselhamos, sobretudo, as obras de Dusan Sidjanski, *O Futuro Federalista da Europa* (1992) e a detalhadíssima *Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945* de Tony Judt.

² Entre eles Joseph E. Stiglitz, Prémio Nobel da Economia em 2001, e um dos mais destacados economistas actuais, que afirma contundentemente que a austeridade falhou. Veja-se a este respeito o seu artigo “Europe’s Austerity Zombies”, bem como, entre outras, a obra do economista político Mark Blyth, *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa* (2013) que defende que a austeridade está a destruir socialmente os Estados-membros que estão a ser alvo de medidas impostas pela troika.

³ Como é o caso de Portugal. Confere-se a análise que V. Soromenho-Marques faz sobre o caso português e sobre a actual situação da União Europeia em *Portugal na Queda da Europa* (2014).

da anárquica e esquizofrénica desregulação dos mercados numa economia de matriz ultraliberal.

Arautos e executores eficazes de políticas de completa anestesia social, geradoras da diminuição de bem-estar, a estes paradigmas permanece anquilosada e como que por eles enfeitiçada a actual geração de líderes europeus, talvez a mais míope, medíocre e, seguramente, a mais indigna e impreparada herdeira do legado dos pais fundadores do projecto europeu e de alguns dos seus sucessores, como Adenauer ou Delors, que encontravam na ideia de uma Europa unida a não repetição de erros crassos de um passado histórico recente.

Além de não conseguirem olhar para o passado da Europa e intuir com clareza os sinais veiculados pela história, e incapazes de vislumbrar o futuro do projecto europeu num horizonte de longo prazo devido às suas agendas políticas de consumo imediato, a actual geração de líderes europeus é composta maioritariamente por tecnocratas sem uma clara noção da grandeza e da complexidade do fenómeno político.

Além de amarem apenas a fria exactidão dos números e de projecções macroeconómicas, os tecnocratas não sentem e, insensíveis política e socialmente aos cidadãos que representam, persistem fieis a uma gestão unidimensional dos destinos dos quase 500 milhões de habitantes que integram actualmente o espaço da União Europeia.

Por estes motivos, aquela que Ulrich Beck considera como a última **grande utopia política efectiva**⁴, a Europa, corre o risco de se desmoronar num futuro não muito distante, confrontando-nos com a possibilidade de regresso a um período histórico que as gerações mais novas conhecem apenas através dos manuais: o da manifestação das pulsões egoístas dos Estados europeus que conduziram, como se sabe, aos acontecimentos de 1914-18 e de 1939-45.

Apesar do impasse que conduziu a Europa a uma encruzilhada política geradora de inúmeras incertezas face ao futuro, e do paradigma neoliberal de austeridade significar uma espécie de regressão do discurso europeu sobre o ambiente e de uma certa subvalorização das prioridades de política ambiental em detrimento de uma visão de crescimento económico que teima não se concretizar, ainda assim, o ambicioso pacote

⁴ “(...) today Europe is the last politically effective utopia”. Ulrich Beck and Edgar Grande, *Cosmopolitan Europe*, p. 2.

de medidas de combate às alterações climáticas aprovado em 2007⁵ continua a fazer da Europa, pelo menos em teoria, uma referência política nesta matéria, contrariamente, por exemplo, à postura dos Estados Unidos.

Não obstante as titubeantes coordenadas em que navega o projecto de integração europeia, e sem um sinal claro de querer abandonar as linhas de rumo do paradigma da austeridade, o sucesso da estratégia europeia em torno das questões ambientais (bem como em qualquer outra área) a longo prazo não será seguramente bem-sucedido se fundado apenas com base na implementação de medidas políticas e institucionais, sem uma clara concepção de cidadania ambiental que promova a participação individual na execução das mesmas.

É precisamente neste ponto que a ideia de Europa, o seu impasse actual, assim como o seu futuro, e a crise global do ambiente coincidem. A nosso ver esta não representa já apenas e só uma franca possibilidade de repensar as bases do contratualismo moderno, de enriquecer a sua concepção teórica e de, partindo dela, dar lugar a uma concepção de cidadania ambiental realista e exequível como procurámos delinear ao longo de toda a nossa investigação.

A crise ambiental global representa, igualmente, uma oportunidade singular para repensar a ideia de Europa e de alargar os pressupostos teóricos da construção do seu futuro no contexto da existência de uma efectiva sociedade civil europeia. Findada que está a tarefa a que nos propusemos, isto é, pensar a cidadania ambiental e a sustentabilidade na perspectiva da complexidade inerente à crise ambiental para lá do que tem sido feito nesses domínios, talvez seja útil agora tecer algumas, ainda que inconclusivas, considerações sobre a forma como esta pode fornecer novas perspectivas e enriquecer a ideia de uma Europa que vive no limbo da incerteza.

Num ensaio recente sobre a actual situação da Europa⁶, Ulrich Beck conclui que é necessário forjar um novo modelo de contrato social de forma a aproximar as instituições europeias e a sociedade civil e, assim, refundar os princípios básicos que presidiram à edificação do projecto europeu.

⁵ Referimo-nos às medidas aprovadas pela Presidência Alemã do Conselho da União Europeia durante o primeiro semestre de 2007. Nelas, a Europa compromete-se a reduzir em 20% a 30% a emissão de gases de efeito de estufa até 2020 em relação aos valores de 1990 e a reorientar a sua política energética de modo a que, no mesmo ano, o consumo energético europeu seja também 20%.

⁶ *A Europa Alemã – De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro* (2013).

Afirma Beck que

“No início do século XXI, cabe-nos a tarefa de superar o Estado nacional e de chegar a um contrato social europeu”⁷.

Subscrevendo inteiramente a sua tese do autor de que

“A visão institucional habitual da UE deverá ser complementada e alargada por uma perspectiva que assuma o ponto de vista do indivíduo”⁸

estamos, no entanto, convencidos de que o momento presente da actual crise europeia, representa uma oportunidade singular que nos permite mergulhar mais fundo na raiz do problema do que os argumentos asseverados por Beck sobre esta matéria.

O cenário (não de todo impossível) de uma eventual ruptura do projecto europeu devido à inoperância institucional da sua dinâmica política e social no que toca às medidas de austeridade económica que têm sido impostas pela UE, bem como a existência de uma crise ambiental contemporânea com os amplos matizes que tentámos dar conta, colocam-nos perante a possibilidade de **repensar a ideia de Europa de uma forma radical**, de um regresso às suas origens, não só na perspectiva que foi sendo sempre relegada para segundo plano pelos sucessivos actores que construíram a Europa que hoje habitamos, isto é, na perspectiva da cidadania europeia, mas, também e sobretudo, na perspectiva da cidadania ambiental.

Em face desta oportunidade inédita que se nos apresenta, a nosso ver tão decisiva para o futuro da Europa como a crise ambiental contemporânea o é para o futuro da humanidade no seu todo, mais do que um novo contrato social como proposto por Beck, da perspectiva do indivíduo e da cidadania, necessitamos sim de refundar a ideia de Europa numa acepção algo mais ampla, de ampliar as suas fronteiras teóricas e os valores que a Europa representa, ao ambiente e à sustentabilidade, e repensá-la à luz dos princípios do Contrato Ambio-Social que procurámos empreender ao longo da nossa investigação.

À semelhança do que acontece com a noção de cidadania ambiental que procurámos desenvolver ao longo destas páginas são, contudo, imensos os obstáculos que medeiam

⁷ Beck, *op. cit.*, p. 93.

⁸ Beck, *op. cit.*, p. 92.

o princípio e o fim desse caminho, cuja meta constitui o procurar novas alternativas e novos paradigmas para esta Europa austerizada e profundamente desencantada.

No plano institucional, em termos ideais pelo menos, a solução para superar a actual encruzilhada e fragmentação da Europa radica possivelmente, como defende Viriato Soromenho-Marques⁹, numa solução de cariz federalista, embora a tarefa de consolidar politicamente a babel que são vinte e oito Estados com histórias nacionais seculares, línguas diferentes e sem vínculos comuns numa arquitectónica federal, incorra em dificuldades não vivenciadas pelos Estados Unidos da América aquando do seu processo federativo, além de não ser expectável a repetição da lição singular de maturidade política e democrática ocorrida em 1787.

Rumando ou não, no futuro, para uma solução de cariz federalista, há algo que nos parece evidente. A reforma institucional da União Europeia nunca terá sucesso se não contemplar simultaneamente o que diversas gerações de dirigentes políticos têm esboçado timidamente e que já existe formalmente consagrado nos artigos 17º a 22º da Parte II do *Tratado de Maastrich* (1992): a criação de um efectivo espaço público europeu de cidadania que permita uma afirmação e uma vivência por parte do indivíduo comum dos valores europeus inscritos na ideia de Europa sonhada no pós-Guerra.

Assim como não faria sentido, em face da crise ambiental contemporânea, propor um novo contrato social europeu e reconstruir a ideia de Europa desde a perspectiva da cidadania sem contemplar profundamente as questões ambientais. Daí deriva, em nosso entender, a necessidade de retomar a ideia de Europa não sob a óptica da formulação de um novo contrato social que regule a relação entre cidadãos europeus e instituições europeias, mas sim na perspectiva do Contrato Ambio-Social, que inscreva a crise ambiental em definitivo nos horizontes teóricos e práticos da cidadania europeia contemporânea.

A tarefa de aliar a cidadania ambiental suscita novos desafios à ideia de Europa na óptica do seu passado e no seu horizonte de futuro. Dos mesmos só poderemos elencar umas quantas considerações inconclusivas neste momento.

Em primeiro lugar, haverá, talvez, que romper com uma certa ideia de Europa que se firmou no imaginário mitológico da construção europeia, mas que se revela insuficiente

⁹ V. Soromenho-Marques, *op. cit.*, pp. 321-355.

e incapaz de afirmar plenamente a sua mensagem em termos da construção de um conceito de cidadania europeia.

A ideia de Europa não pode continuar apenas a vincar sistematicamente uma herança cultural radicada num património espiritual comum, como procurou fazer meritoriamente George Steiner¹⁰. Se atentarmos bem na realidade da história europeia, e não obstante a sua existência até certa medida, verificamos que esse património é um território mais **mitológico** do que real e que poucos dos habitantes dessa constelação humanista das letras europeias exprimiram verdadeiramente uma inclinação para fundar efectivamente o território de uma “Europa do Espírito” para lá dos seus territórios nacionais.

Eduardo Lourenço, cuja perspectiva da ideia de Europa até se pode considerar bastante próxima da de Steiner, alerta-nos precisamente para a inexistência desse fundo espiritual comum, ao afirmar que

“Culturalmente, a Europa é uma constelação imaginária, só com validade e participação para uma elite europeia. Não tem nenhum sol, nenhum centro que a polarize”¹¹.

Mas isto não é tudo. Por outro lado, devemos colocar as seguintes questões: Poderá alguma vez esta ideia apenas perfilhável por uma certa elite europeia dar lugar a uma ideia de Europa partilhável e identificável pelo comum dos cidadãos europeus? Poderá uma mitologia adulterada da história europeia encantar um continente cujas afinidades se construíram retrospectivamente¹²?

À semelhança do mercado único europeu, como afirmou uma vez Jacques Delors, as matrizes de um espírito cosmopolita cultural não chegam por si só para fazer ninguém apaixonar-se pela ideia de Europa.

Devemos acrescentar outro dado. É preciso não esquecer que, ao longo da sua história, a identidade europeia foi mais geradora de conflitos do que propriamente de consensos¹³, que, como refere Viriato Soromenho-Marques,

“(…) o maior inimigo da Europa são as paixões egoístas dos europeus (…)”¹⁴,

¹⁰ Especialmente no seu opúsculo de 2005, *A Ideia de Europa*.

¹¹ Eduardo Lourenço, “Da identidade europeia como um labirinto” in *A Europa Desencantada – para uma mitologia europeia*, p. 234.

¹² Gerard Delanty, em *Inventing Europe*, afirma que: “Most of Europe is only retrospectively European and has been invented in the image of a distorted modernity”. *Op. cit.*, p. 3

¹³ Gerard Delanty, *op. cit.*, p. 2.

A Europa dos cafés, da alta cultura, tão cara a um vagabundo celestial da cultura ocidental como é Steiner, e que ele, não sem uma certa falta de realismo, identifica como parte integrante de uma identidade europeia comum¹⁵, embora sedutora e partilhável por determinadas elites intelectuais, remete-nos para uma visão demasiado unívoca do que representa a Europa actual e na qual perpassa apenas o eixo ocidental do território, aponta para uma concepção assaz espartilhada de um imaginário europeu que, com excepção do período medieval em que a religião cristã funcionou como vínculo identitário territorial em face da expansão muçulmana, primou sempre pela fragmentação, pela dissidência e pela tónica do conflito até uma época relativamente recente.

As crescentes dificuldades que advêm da integração europeia nos últimos anos e do passado histórico de vinte e oito Estados-membros com historiografias nacionais ricas, complexas e díspares não é inteiramente compatível com esta narrativa de uma ideia de Europa elitista e pouco inclusiva de outras visões de Europa, forçando-nos, por isso, a reconhecer que não há uma só Europa, mas sim uma pluralidade de discursos e de imaginários dentro da sua ideia, tal como nos relembra acertadamente uma das mais lúcidas vozes que trilhou como quase ninguém a história europeia contemporânea, Tony Judt:

“Existem, por isso, muitas «Europas», todas com pretensão legítima ao título, nenhuma delas com o monopólio”¹⁶.

Nessa medida, mais do que procurar afinidades electivas europeias passadas para a construção de uma Europa unida cuja ideia nasceu *a posteriori* como faz Steiner na preciosa conferência proferida de 2005, talvez a identidade da ideia de Europa seja mais plausível e, simultaneamente, mais urgente em termos de um futuro partilhado, composto de causas comuns.

¹⁴ Viriato Soromenho-Marques, “O Espírito da Construção Europeia” in *Cidadania e Construção Europeia*, p.15.

¹⁵ George Steiner, *A Ideia de Europa*, p. 26.

¹⁶ Tony Judt, *Uma Grande Ilusão? – Um Ensaio sobre a Europa*, p. 66.

Neste ponto, estamos em completo acordo com Onésimo T. Almeida quando nos salienta que:

“A Europa não precisa inventar o seu futuro. Basta reinventar-se e tirar lições da sua História, de tal modo que se as nações que a compõem não tiverem tido muito em comum no passado, as suas esperanças e a sua melhor aposta é tentarem partilhar o mesmo futuro”¹⁷.

E onde se joga decisivamente o futuro dessa ideia de Europa em termos de objectivos comuns? Entre outras áreas sensíveis, a resposta a esta pergunta encontra-se nos desafios da crise global do ambiente e na transição para uma era de sustentabilidade.

Pensar a ideia de Europa de uma forma mais profunda e radical numa perspectiva de futuro e, sobretudo, na perspectiva de um futuro comum implica assim:

- 1) Partir da complexidade da crise global do ambiente e seguir as mesmas coordenadas de pensamento que seguimos no desbravar da concepção da cidadania ambiental;
- 2) Pensar a formulação do novo contrato social europeu a que alude Beck numa óptica mais ampla integrando as tarefas da crise ambiental no espaço da cidadania europeia, ou seja, na perspectiva de um Contrato Ambio-Social;
- 3) Tentar converter a ideia de Europa, à semelhança da sustentabilidade, num mito mobilizador de acção cívica sob o prisma da responsabilidade e da esperança, acompanhadas das ferramentas críticas do pensamento utópico na procura de novas alternativas sociais e políticas para uma Europa que, actualmente, navega sem bússola e sem terra à vista.

No fundo, o que está em causa, ao retomarmos a ideia de Europa sob a perspectiva do Contrato Ambio-Social, é a inquietante busca de uma Europa dos cidadãos na qual as questões ambientais assumem uma preponderância importante, de uma Europa mais sustentável e com um modelo social mais equitativo diametralmente oposto às tendências desumanas deste unidimensional modelo de austeridade.

De um outro ponto de vista significa, igualmente, alargar a ideia de Europa a um patamar mais elevado e inscrever a preocupação com as gerações futuras e com as formas não humanas de vida na galeria dos valores fundamentais que representam o

¹⁷ Onésimo T. Almeida, “O despertar do Iluminismo ou a condenação da modernidade como a única saída para a identidade europeia” in J.E. Franco, Béata Cieszyńska e Teresa Pinheiro (Coords.), *Repensar a Europa – Europa de Longe, Europa de Perto*, p. 84.

projecto europeu – como a democracia, os direitos humanos, o respeito pela diversidade e pelas minorias, a justiça – e de tentar contribuir para a criação de uma efectiva cultura cívica europeia abrangente e cosmopolita compatível com os padrões globais da crise do ambiente.

Isto, em termos do enfoque tradicional da cidadania, representa também uma reconfiguração do seu território conceptual. Independentemente do modo como caracterizarmos a contemporaneidade, seja ela uma modernidade líquida (Bauman), uma sociedade de risco global (Beck), uma pós-modernidade (Lyotard) ou uma sociedade pós-industrial (Touraine), devemos ter em mente que ela nos confronta com a compulsão forçada da cosmopolitização da nossa cultura cívica fundada nas estruturas conceptuais do nacionalismo territorial em relação a questões de âmbito global.

Segundo Beck, desafios desta natureza exigem um enfoque semelhante. A crise ambiental contemporânea sugere a necessidade de instituições políticas transnacionais, de forma a lidar com os seus problemas num âmbito de cooperação transnacional. Aliando isto à ideia de Europa verificamos que esta, a ser realizável na óptica da cidadania, implica a existência uma sociedade civil imbuída de uma cultura cívica cosmopolita com referência a matérias que ultrapassam o âmbito local e nacional.

Sem uma abordagem cosmopolita não existirá possivelmente uma solução viável para os desafios europeus e ambientais que impendem sobre nós, até porque

“No início do século XXI, a *conditio humana* não pode ser compreendida nacional ou localmente, mas apenas numa perspectiva global”¹⁸.

Nesse sentido, a ideia de Europa na perspectiva do Contrato Ambio-Social convoca inapelavelmente a uma abertura das fronteiras conceptuais do conceito de cidadania para lá do seu território nacional tradicional e pressupõe um processo de desterritorialização no sentido empreendido por Gilles Deleuze e Félix Guattari¹⁹ em termos relativos (geograficamente) e em termos absolutos (conceptualmente):

1) De uma perspectiva espacial/geográfica, isto é, das fronteiras modernas do Estado-nação a um território transnacional/cosmopolita;

¹⁸ “At the beginning of the 21st century the *conditio humana* cannot be understood nationally or locally but only globally”. Beck, “The Cosmopolitan Society and Its Enemies”, p. 17. O itálico é do autor.

¹⁹ Nos termos em que os dois pensadores franceses propõem os conceitos em *Qu'est-ce que la philosophie* (1991).

2) De uma perspectiva de desterritorialização absoluta porque, em termos conceptuais, a cidadania ambiental amplia o seu território conceptual às gerações futuras e às formas de vida não humanas como uma extensão dos direitos humanos entendidos como deveres de cidadania.

Porém, isto não é tudo. A cidadania deve ser repensada para lá do seu quadro de referência nacional também porque a sua representação tradicional está a ser geograficamente desterritorializada devido ao Estado-nação não deter já a exclusividade espacial onde ocorre a participação pública²⁰.

Não obstante esta situação, estamos ainda a tentar responder às alterações territoriais induzidas na contemporaneidade e existe ainda um abismo profundo que separa as coordenadas nacionais com as quais cartografamos o conceito de cidadania e a dinâmica de cosmopolitização de muitas das suas manifestações contemporâneas.

Para evitar um equívoco comum, deve-se, no entanto, proceder com cautela quando se aborda uma perspectiva de cosmopolitização da cidadania e se tenta aliá-la a uma concepção clássica tendo a esfera nacional como base de referência para o efeito.

Para alguns, a primeira é simples e sumariamente um objectivo inalcançável. Atente-se, por exemplo, no que diz o filósofo comunitarista americano, Michael Walzer, sobre a impossibilidade de desvincular o exercício cívico dos seus laços territoriais nacionais:

“Não sou um cidadão do mundo... Não sabia sequer que existe um mundo tal do qual se pudesse ser cidadão. Ninguém jamais me ofereceu a cidadania, me descreveu o processo de naturalização ou me incluiu nas estruturas institucionais do mundo (...)”²¹.

A afirmação de Walzer aponta para um dos maiores obstáculos na tentativa da cosmopolitização da cidadania aplicada à ideia de Europa: o facto de que nós, enquanto indivíduos limitados às fronteiras de um determinado território, possuímos um sentido de pertença a uma comunidade política circunscrita²².

Neste ponto torna-se necessário esclarecer o seguinte: repensar a ideia de Europa partindo da crise global do ambiente e tentar construir uma noção de cidadania

²⁰ Gerard Delanty, *Citizenship in a global age*, p. 53.

²¹“I am not a citizen of the world... I am not even aware that there is a world such that one could be a citizen of it. No one has ever offered me citizenship, or described the naturalization process, or enlisted me in the world’s institutional structures (...)”. In Andrew Linklater, “Cosmopolitan Citizenship”, p. 318.

²² Linklater, *op. cit.*, p. 318.

ambiental e europeia numa perspectiva cosmopolita não significa prescindir dos esteios e da estrutura conceptual do Estado-nação e muito menos da cultura política que lhe está inerentemente associada.

A cosmopolitização aqui discutida não se filia de modo nenhum na concepção moral estóica de cidadão do mundo, nem no cosmopolitismo legalista que Kant procurou fundar no seu ensaio de 1795, *A Paz Perpétua*, porque, e isto sem querermos retirar o valor de ambas as formulações, qualquer uma delas, e nomeadamente a kantiana, seria inadequadas para resgatar a ideia de Europa do seu passe.

E isto porquê? Porque, recuando às raízes do cosmopolitismo iluminista e a pensadores como Kant ou o Abbé Saint Pierre, a concepção cosmopolita elaborada no século XVIII, pelas suas características - entendida como um projecto de referência universal e culturalmente hegemónico, destinado a impor a supremacia da cultura ocidental ao resto do mundo sem se ter em conta as especificidades e as tradições culturais das minorias – melhor dito, pelo seu primado de superioridade e de exclusividade, é absolutamente inviável para uma ideia de Europa que procura definir-se ou redefinir-se a cada momento de integração de novos Estados-membros a partir de uma perspectiva inclusiva, ressalvando constantemente o *slogan* de unidade na diversidade.

Como Beck afirma, e isto aplica-se perfeitamente à realidade do projecto europeu a vinte e oito vozes, o cosmopolitismo actual, para lá de uma concepção moral ou política, é, sobretudo,

“(…) uma forma específica de lidar socialmente com as diferenças culturais”²³.

Nessa medida, o significado que atribuímos ao cosmopolitismo ou à cosmopolitização aplicada à cidadania europeia é a capacidade de os indivíduos participarem numa possível esfera pública europeia em questões de foro transnacional numa dialéctica entre a escala local, nacional e europeia com base numa cultura cívica cosmopolita que, mediante a diversidade de actores envolvidos, não deve ser monológica nem unidimensional politicamente, isto é, não pode ser apenas ditada *top down*, das instituições para os cidadãos, numa espécie de via de sentido único.

²³“(…) a specific way of dealing socially with cultural difference”. Beck, *Cosmopolitan Europe*, p. 12. O itálico é do autor.

De modo a percorrermos esse caminho com êxito será sempre necessário uma abordagem cosmopolita para lá das suas raízes iluministas, seja ela o cosmopolitismo metodológico divisado por Beck ou seja uma outra noção, esta denominada de cosmopolitismo dialógico, que contempla o conceito de **diversalidade**, isto é, a diversidade como um projecto universal, tal como ela é proposta pelo semiótico argentino especialista em geopolítica do conhecimento, Walter D. Mignolo:

“A diversalidade epistémica deverá ser o solo para projectos cosmopolitas éticos e políticos. (...) a diversidade como um projecto universal (...) deverá ser o objectivo, em vez de se procurar um novo cosmopolitismo abstracto e tentar uma nova universalidade fundada no legado iluminista ou da ‘verdadeira’ Grécia. A diversalidade, como horizonte de um cosmopolitismo crítico e dialógico, pressupõe um pensamento de fronteira ou uma epistemologia de fronteira fundada na crítica de todos os possíveis fundamentalismos (...)”²⁴.

E é o fundamentalismo desse paradigma de austeridade que poderá fazer cair a Europa e a sua ideia num precipício sem retorno que urge combater através de novas visões da Europa futura, de uma Europa Ambio-Social. Não obstante os seus defeitos, a Europa é uma ideia demasiado sedutora para que lhe viremos costas e abduquemos dela.

Que se considerem estas páginas como tópicos de uma possível reflexão futura em torno dessa Europa ainda quase inexistente. Porque, não se duvide, estamos ainda no grau zero dessa tarefa. Um pouco à semelhança de um outro insigne europeu contemporâneo que também partiu em busca de uma outra Europa, Zygmunt Bauman, reconhecemo-nos inteiramente nestas suas palavras:

“Tal como nossos ancestrais três séculos atrás, estamos no declive ascendente de um desfiladeiro que nunca escalamos antes, e portanto não temos nenhuma indicação do tipo de vista que se descortinará diante de nós quando atingirmos o topo. Não temos certeza quanto ao lugar a que a tortuosa garganta nos conduzirá. Só sabemos que não podemos parar e descansar aqui, numa trilha de um desfiladeiro. E assim prosseguimos "porque" - porque não podemos ficar parados muito tempo. Só quando (se) alcançarmos o

²⁴ “Epistemic diversity shall be the ground for political and ethical cosmopolitan projects. (...) diversity as a universal project (...) shall be the aim instead of longing for a new abstract and rehearsing a new universality grounded in the ‘true’ Greek or Enlightenment legacy. Diversity as the horizon of critical and dialogic cosmopolitanism presupposes border thinking or border epistemology grounded on the critique of all possible fundamentalism (...)”. Mignolo, “The Many Faces of Cosmo-Polis: Border Thinking and Critical Cosmopolitanism”, p. 741.

topo da garganta e examinarmos a paisagem do outro lado é que chegará o momento de prosseguir "a fim de" - puxados em vez de empurrados, e puxados por visões, escolher propósitos e destinos”²⁵.

²⁵ Zygmunt Bauman, *Europa – Uma aventura inacabada*, p. 140.

Bibliografia

ADORNO, Theodor and HORKHEIMER, Max, *Dialectic of Enlightenment*, London, Verso, 2010.

AGEYMAN, Julian, BULLARD, Robert D. and EVANS, Bob, “Exploring the Nexus: Bringing Together Sustainability, Environmental Justice and Equity”, *Space & Polity*, Vol. 6, No. 1, 2002, pp. 77–90.

ALMEIDA, Miguel, *Um Planeta Ameaçado – A Ciência Perante o Colapso da Biosfera*, Lisboa, Esfera do Caos, 2006.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, “O despertar do Iluminismo ou a condenação da modernidade como a única saída para a identidade europeia” in FRANCO, José Eduardo, CIESZYNSKA, Béata e PINHEIRO, Teresa (Coords.), *Repensar a Europa – Europa de Longe, Europa de Perto*, Lisboa, Gradiva, 2013.

AMARAL, Diogo Freitas do, *História do Pensamento Político Ocidental*, Lisboa, Almedina, 2012.

ANDERSON, Terry H., *The Movement and the Sixties – Protest in America from Greensboro to Wounded Knee*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

- *The Sixties*, New York, Longman, 1999.

ANDRÉ, José Gomes, *Razão e Liberdade – O Pensamento Político de James Madison*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012.

ANDREGG, William (2010), “Expert credibility in climate change”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*. Disponível em:

<http://www.pnas.org/content/early/2010/06/04/1003187107.full.pdf+html>

APTHEKER, Herbert, *American Revolution 1763-1783*, New York, International Publishers Co., 1960.

ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água, 2001.

- *On Revolution*, London, Penguin Classics, 2006.

- *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.

- “A Conquista do Espaço e a Dimensão do Homem” em *Entre o Passado e o Futuro – Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio de Água, 2006, pp. 275-289.

- “Verdade e Política” em *Entre o Passado e o Futuro – Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio de Água, 2006, pp. 237-274.

ARISTÓTELES, *Política*, Lisboa, INCM, 1998.

- *Ética a Nicómaco*, Lisboa, Quetzal, 2006.

ARON, Raymond, *A Era da Tecnologia*, Rio de Janeiro, Editora Cadernos Brasileiros, 1965.

ASHTON, T. S., *A Revolução Industrial*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995.

ATTFIELD, Robin, *The Ethics of the Global Environment*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1999.

- “Global Citizenship and the Global Environment” in DOWER, Nigel and WILLIAMS, John, *Global Citizenship: a critical introduction*, New York: Routledge, 2002, pp. 191-200.

ATTFIELD, Robin and BELSEY, Andrew (Eds.), *Philosophy and the Natural Environment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

BACON, Francis, *Novum Organum: True Directions Concerning the Interpretation of Nature*, London, Kessinger Publishing Co, 2004.

- *The New Atlantis*, London, Dodo Press, 2006.

BARBER, Benjamin R., *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press, 2003.

BARRY, John, “Sustainability, “Political Judgement and Citizenship: Connecting Green Politics and Democracy” In DOHERTY Brian and GEUS, Marius De (Eds.), *Democracy and Green Political Thought*, New York, Routledge, 1996, pp. 113-130.

- *Rethinking Green Politics: Nature, Virtue and Progress*, London, Sage, 1999.

- “Resistance Is Fertile: From Environmental to Sustainability Citizenship” in DOBSON, Andrew and BELL, Daniel, *Environmental Citizenship: getting from here to there*, Boston, MIT Press., 2005, pp. 21-48.

BAUMAN, Zygmunt, *Globalization: the Human Consequences*, Cambridge, Polity, 1998.

- *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2001.

- *Europa – Uma Aventura Inacabada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2006.

BAWIN-LEGROS, Bernardette, *Génération Désenchantée: Le Monde des trentenaires*, Paris, Payot, 2006.

BEAUMONT, Matthew, *Utopia Ltd. Ideologies of Social Dreaming in England 1870-1900*, Leiden and Boston, Brill, 2005.

BECK, Ulrich, *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage, 1992.

- *Ecological Enlightenment: Essays on the Politics of the Risk Society*, New York, Humanity Books, 1995.

- *Ecological Politics in an Age of Risk*, Cambridge, Polity Press, 1995.

- *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press, 1999.

- *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*, London, Sage, 2000.

- “The Cosmopolitan Society and its Enemies” in *Theory, Culture & Society*, Vol. 19 (1-2), SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi, 2002, pp. 17-44.

- “Living in the World Risk Society” (2006). Disponível em:
www.lse.ac.uk/collections/sociology/pdf/Beck-LivingintheWorldRiskSociety-Feb2006.pdf

- “Critical Theory of World Risk Society: A Cosmopolitan Vision” in *Constellations*, Vol. 16, No 1, 2009, pp. 3-22.

- “Climate for Change or How to Create a Green Modernity?” in *Theory, Culture & Society*, Vol. 27 (2-3), 2010, pp. 254-266.

- *A Europa Alemã – De Maquiavel a «Merkiavel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa, Edições 70, 2013.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony and LASH, Scott, *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press, 1994.

BECK, Ulrich and WILLMS, Johannes, *Conversations with Ulrich Beck*, Cambridge, Polity Press, 2003.

BECK, Ulrich and GRANDE, Edgar, *Cosmopolitan Europe*, Cambridge, Polity Press, 2007.

BECKERT, Cristina e VARANDAS, Maria José (Orgs.), *Éticas e Políticas Ambientais*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2004.

BENDIT, Daniel-Cohn, *Forget 68 - Entretiens Avec Stéphane Paoli et Jean Viard*, Paris, Editions de l'Aube, 2008.

BERNAL, J. D., *The World, The Flesh and The Devil - An Enquiry into the Future of the Three Enemies of the Rational Soul*, 1929. Disponível em:

<http://www.marxists.org/archive/bernal/works/1920s/soul/>

BIRO, Andrew (Ed.), *Critical Ecologies: The Frankfurt School and the Environmental Crisis*, Toronto, University of Toronto Press, 2011.

BLOCH, Ernst, *Experimentum mundi. Question, catégories de l'élaboration, praxis*, Paris, Payot, 1981.

- *Le Principe espérance*, traduit de l'allemand par Françoise Wuilmart, Paris, Gallimard, 1982-2009, 3 vol.

- *The Spirit of Utopia*, Stanford, Stanford University Press, 2000.

BLYTH, Mark, *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, Lisboa, Quetzal, 2013.

BOFF, Leonardo (2011), “Is the crisis of capitalism terminal?”. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/06/26/is-the-crisis-of-capitalism-terminal/>.

BOOKCHIN, Murray, *The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy*, Palo Alto, CA, Cheshire Books, 1982.

BOORSTIN, Daniel J., *Os Americanos – A Experiência Colonial*, Lisboa, Gradiva, 1997.

BOSTROM, Nick, “A History of Transhumanist Thought”, *Journal of Evolution and Technology*, Vol. 14 (1), 2005, pp. 1-25.

BOUCHER, David and KELLY, Paul (Eds.), *The social contract: From Hobbes to Rawls*, London and New York, Routledge, 1994.

- *Social Justice: From Hume to Walzer*, London and New York, Routledge, 1998.

BOUGUERRA, Mohamed Labri, *As Batalhas da Água – Para um bem comum da humanidade*, Porto, Campo das Letras, 2005.

BOULDING, Kenneth, “The Economics of the Spaceship Earth”, JARRETT, H. (ed.), *Environmental Quality in a Growing Economy*, Baltimore, Future/Johns Hopkins University Press, pp. 3-14.

BRAMWELL, Anna, *Ecology in the 20th Century – A History*, New Haven and London, Yale University Press, 1989.

BRINKHOFF, Theodore, *The Principal Agglomerations of the World*. Disponível em: <http://www.citypopulation.de/world/Agglomerations.html>

BRONOWSKI, J. e MAZLISH, Bruce, *A Tradição Intelectual do Ocidente*, Lisboa, Edições 70, 1983.

BRUSEKE, Franz Josef, “A Crítica da Técnica Moderna” in *Estudos Sociedade e Agricultura*, 10, 1998, pp. 5-55.

BUHR, Manfred & CHITAS, Eduardo (Coord.), *O Património Espiritual da Europa*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999.

BULLARD, Robert. D., “Environmental Justice in the Twenty-first Century” in BULLARD, Robert D. (Ed.), *The Quest for Environmental Justice - Human Rights and the Politics of Pollution*, San Francisco, Sierra Club Books, 2005, pp. 19-42.

BURKE, Edmund, *Reflections on the Revolution in France*, Indianapolis, Hackett Publishing Company, 1987.

BURY, J.B., *The Idea of Progress*, London, Create Space Independent Publishing Platform, 2011.

CALLICOTT, J. BAIRD, *Earth's Insights: A Multicultural Survey of Ecological Ethics from the Mediterranean Basin to the Australian Outback*, Berkeley, University of California Press, 1994.

CAMPANELLA, Tomaso, *A cidade do sol*, Lisboa, Guimarães Editores, 1996.

CARDOSO, Gustavo, *O que é a Internet*, Lisboa, Quimera, 2003.

CARDOSO, Gustavo e CASTELLS, Manuel (Orgs.), *A Sociedade em Rede – Do conhecimento à política*, Lisboa, INCM, 2005.

CARDOSO, Lucileide Costa, “Ecos de 68: 40 anos depois” in *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras* vol. 2 (1) 2008, pp. 5-12.

CARDOSO, Sara Casimira Abreu, *As redes sociais online, os jovens e a cidadania* Lisboa, ISCTE-IUL, 2011.

CARSON, Rachel, *Silent Spring: Twenty Fifth Anniversary Edition*, Boston, Houghton Mifflin, 1987.

CARVALHAIS, Isabel Estrada, “Pensar a cidadania, hoje” in CARVALHAIS, Isabel Estrada, *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*, Cascais, Princípia, 2007, pp. 9-24.

CASTELLS, Manuel, *A Era da Informação – A Sociedade em Rede*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius, *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa, Bizâncio, 1998.

CHABOT, Pascal, *Les Philosophes et la Technique*, textes réunis par Pascal Chabot, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2003.

CHRISTIANSEN, Drew, “Ecology, Justice, and Development” in *Theological Studies* 51.1, 1990, pp. 64-82.

CHRISTOFF, Peter, “Ecological Citizens and Ecologically Guided Democracy” in DOHERTY Brian and GEUS, Marius De (Eds.), *Democracy and Green Political Thought*, New York, Routledge, 1996, pp. 149-167.

CLAYTON, Susan, “Models of Justice in the Environmental Debate” in *Journal of Social Issues* 56.3, 2000, pp. 459-474.

COLLINGWOOD, R.G., *The Idea of Nature*, Oxford, Oxford University Press, 1945.

- *A Ideia de História*, Lisboa, Presença, 1972.

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica/Liber, 1991.

COMTE, Auguste, *Reorganizar a sociedade*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

CONDORCET (Marquis de Jean Antoine Nicola de Caritat), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Paris, Librairie philosophique J. Vrin, 1970.

CONNELY, James, “The Virtues of Environmental Citizenship” in DOBSON, Andrew and BELL, Daniel, *Environmental Citizenship: getting from here to there*, Boston, MIT Press, 2005, pp. 49-74.

CORNELLI, Gabriele (Org.), *Representações da Cidade Antiga – categorias históricas e discursos filosóficos*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010.

COSTA, António Firmino da, “Desigualdades Globais” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 68, 2012, pp. 9-32.

COULANGES, Fustel de, *A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*, Lisboa, Clássica Editora, 1980.

CRUTZEN, Paul, “The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?” in *Ambio*, Vol. 36, No. 8, 2007, pp. 614-621.

CURRY, Patrick, “Redefining Community: Towards an Ecological Republicanism” in *Biodiversity and Conservation*, 9, 2000, pp. 1059-1071.

CURTIN, Dean, “Ecological Citizenship” in ISIN, Engin and TURNER, Brian (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies*, London, Sage, 2002, pp. 293-303.

DALY, Herman, “Allocation, Distribution and Scale: towards an economics that is just, efficient and sustainable” in *Ecological Economics*, 6(3), 1992, pp. 185-193.

DARWALL, Stephen (Ed.), *Contractarianism/Contractualism*, Oxford, Blackwell Publishing, 2003.

DAVIDSON, Paul (2008), “A grande crise financeira de 2008”. Disponível em:
http://www.centrocelsofurtado.org.br/internacional2008/pdf/davidson_pt_cicef.pdf

DAWSON, Doyne, *Cities of the Gods: Communist Utopias in Greek Thought*, Oxford, Oxford University Press, 1992.

DEAN, Hartley, “Green Citizenship” in *Social Policy and Administration*, vol. 35, no. 5, London, Blackwell Publishing, 2001, pp. 490-505.

DEANE-DRUMMOND, Celia E., *The Ethics of Nature*, Oxford, Blackwell Publishing, 2004.

DEBORD, Guy, *A Sociedade do Espectáculo*, Cascais, Edições Antipáticas, 2005.

DeGROOT, Gerard, *The Sixties Unplugged: A Kaleidoscopic History of a Disorderly Decade*, London, Pab Books, 2008.

DELANTY, Gerard, *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*, London, MacMillan, 1995

- *Citizenship in a Global Age: Society, Culture, Politics*, Philadelphia, Open University Press, 2002.

- “Communitarianism and Citizenship” in ISIN, Engin and TURNER, Brian (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies*, London, Sage, 2002, pp. 159-174.

DeLEON, David (Ed.), *Leaders from the 1960's: A Biographical Sourcebook of American Activism*, Westport, Connecticut and London, Greenwood Press, 1994.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris, Les Editions de Minuit, 1991.

DERATHÉ, Robert, *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1979.

DESCARTES, René, *Le Discours de la Méthode, Oeuvres et Lettres presentes par André Bridoux*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade, Ed. Gallimard, 1953.

DEVALL, Bill and SESSIONS George, *Ecologia Profunda - Dar Prioridade à Natureza na nossa Vida*, Águas Santas, Edições Sempre em Pé, 2004.

DIAMANDIS, Peter, *Abundance: The Future Is Better Than You Think*, Free Press, 2012.

DIAMOND, Jared, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, London, Penguin Books, 2005.

DICKSTEIN, *American Culture in the Sixties*, London, Penguin Books, 1977.

DOBSON, Andrew, *Green Political Thought*, London and New York, Routledge, 1992.

- *Justice and the Environment: Conceptions of Environmental Sustainability and Dimensions of Social Justice*, Oxford, Oxford University Press, 1998.

- "Ecological Citizenship: A disruptive influence?" in PIERSON, Chris and TORMEY, Simon (Eds.), *Politics at the Edge: the PSA yearbook 1999*, London, Macmillan Press, 1999, pp. 1-29.

- *Citizenship and the Environment*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

- "States, Citizens and, the environment" in SKINNER, Quentin and STRÄTH, Bo (Eds.), *State and Citizens: history, theory, prospects*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

- "Environmental Citizenship: Towards Sustainable Development" in *Sus. Dev.* 15, 2007, pp. 276-285.

DOBSON, Andrew and BELL, Daniel, *Environmental Citizenship: getting from here to there*, Boston, MIT Press, 2005.

DOBSON, Andrew and ECKERSLEY, Robyn (Eds.), *Political Theory and the Ecological Challenge*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

DOBSON, Andrew and VALENCIA, Angel (Eds.), *Citizenship, Environment, Economy*, London, Routledge, 2005.

DOHERTY, Brian, *Democracy and Green Political Thought: Sustainability, Rights and Citizenship*, London, Routledge, 1996.

- *Ideas and Actions in the Green Movement*, London and New York, Routledge, 2002.

DOWER, Nigel, “Global Ethics and Global Citizenship” in DOWER, Nigel and WILLIAMS, John, *Global Citizenship: a critical introduction*, New York, Routledge, 2002, pp. 146-157.

DRYZEK, John S. (Ed.), *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*, Oxford, Oxford University Press, 1997.

- *Green states and social movements: environmentalism in the United States, United Kingdom, Germany and Norway*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

DUSEK, Val, *Philosophy of Technology: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006.

DUXBURY, Nancy and GILLETTE, Eileen, “Culture as a key dimension of sustainability: Exploring Concepts, Themes, and Models”, Creative City Network of Canada, Working Paper nº 1, February 2007.

EDEN, Amnon H., MOOR, James H. and STEINHART, Eric, *Singularity Hypotheses: A Scientific and Philosophical Assessment*, Springer, 2013.

EHRENBERG, Victor, *The Greek State*, New York, Norton, 1964.

EISENSTADT, S.N., “Modernidades Múltiplas” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 35, 2001, pp. 139-163.

ELAZAR, Daniel J., “What Happened to Covenant in the Nineteenth-Century” in ELAZAR, Daniel J. (Ed.), *Covenant in the 19th Century – The Decline of an American Political Tradition*, London, Rowman and Littlefield Publishers Inc., 1994, pp. 1-30.

- *Covenant and Commonwealth – From Christian Separation through the Protestant Reformation. The Covenant Tradition in Politics – Volume II*, London, Transaction Books, 1996.

ELLUL, Jacques, *A Técnica e o Desafio do Século*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

ENVIRONMENTAL JUSTICE FOUNDATION (2009), *No Place Like Home: Where Next For Climate Refugees*. Disponível em:

<http://ejfoundation.org/sites/default/files/public/no%20place%20like%20home.pdf>

ENTRALGO, Pedro Laín, *La Espera y la Esperanza*, Madrid, Alianza Editorial, 1984.

- *Creer, Esperar, Amar*, Barcelona, Galaxia Gutenberg, 1993.

ERLICH, Paul, *The Population Bomb*, New York, Ballantine Books, 1968.

ESPINOSA, Baruch, *Ética*, Lisboa, Relógio de Água, 1992.

ESTANQUE, Elísio, “Democracia, Cidadania e Participação” in CARVALHAIS, Isabel Estrada, *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*, Cascais, Princípia, 2007, pp. 191-210.

EUROPEAN COMMISSION (2009), *The World in 2025 – Rising Asia and Socio-Ecological Transition*. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/the-world-in-2025-report_en.pdf

EVANS, J. Claude, *With Respect for Nature: Living as Part of the Natural World*, Albany, State University of New York Press, 2005.

FALK, Richard, “The Making of Global Citizenship” in VAN STEENBERGEN, Bart, *The Condition of Citizenship*, London, Sage, 1994, pp. 127-140.

FAO (2009), *How to Feed the World in 2050*. Disponível em:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/docs/expert_paper/How_to_Feed_the_World_in_2050.pdf

FARRINGTON, Benjamin, *Francis Bacon: Philosopher of Industrial Science*, New York, Collier Books, 1961.

FERKISS, Victor, *O homem tecnológico : mito ou realidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

- “Technology and Culture: Gnosticism, Naturalism and Incarnational Integration” in *Cross Currents*, Vol. 30 (1), 1980, pp. 13-26.

- *Nature, Technology and Society – Cultural Roots of the Current Environmental Crisis*, New York and London, New York University Press, 1993.

FERREIRA, José Ribeiro, *A Grécia Antiga*, Lisboa, Edições 70, 2004.

FERRY, Luc, *Le Nouvel Ordre écologique - l'arbre, l'animal et l'homme*, Paris, Editions Grasset & Fasquelle, 1992.

FIDELIS, Teresa e FIGUEIREDO, Elisabete, “No meu quintal não - Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 65, 2003, pp. 151-173.

FIGUEROA, Robert e MILLS, Claudia, “Justiça Ambiental” in *Manual de Filosofia do Ambiente*, JAMIESON, Dale (Ed.), Lisboa, Edições Piaget, 2005, pp. 437-448.

FINKELKRAUT, Alain, *A Humanidade Perdida*, Lisboa, Asa, 1997.

FINLEY, Moses I., *Politics in the Ancient World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

FLAHAULT, François, *Le crépuscule de Prométhée – Contribution à une histoire de la démesure humaine*, Paris, Mille et une nuits, 2008.

FORREST, William G., *A History of Sparta – 950/192 BC*, New York, Norton Library, 1968.

FROMM, Erich, *The revolution of hope: toward a humanized technology*, New York, Perennial, 1974.

FUKUYAMA, Francis, “The End of History” in TUATHAIL, Gearóid Ó, DALBY, Simon and ROUTLEDGE, Paul (Eds.), *The Geopolitics Reader*, London and New York, Routledge, 1998.

- *O Nosso Futuro Pós-Humano – Consequências da revolução biotecnológica*, Lisboa, Quetzal, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo, “Cidadania Moderna e o Legado Romano” in PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 49-80.

FUNTOWICZ, Silvio & RAVETZ, Jeremy, “Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais” in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos IV* (2), Jul.-Out. 1997, pp. 219-230.

– “Global risk, uncertainty and ignorance” in KASPERSON, J.X. and KASPERSON, R.E. (Eds.), *Global Environmental Risk*, Tokyo, United Nations University Press, 2001, pp. 173-192.

– “Why knowledge assessment” in GUIMARÃES PEREIRA, Angela, VAZ, Sofia Guedes and TOGNETTI, Sylvia (Eds.), *Interfaces between Science and Society*, Greenleaf Publishing, 2006, pp.138-145.

GADAMER, Hans-Georg, *La Herencia de Europa – Ensayos*, Barcelona, Ediciones Peninsula, 1990.

GALLOPIN, Gilberto C., FUNTOWICZ, Silvio, O’CONNOR, Martin, RAVETZ, Jerry, “Science for the 21st century: from social contract to the scientific core” in *International Journal of Social Science*, Vol. 168 (In Press).

GARDINER, Stephen M., CANEY, Simon, JAMIESON, Dale and SHUE, Henry (Eds.), *Climate Ethics: Essential Readings*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

GARDNER, Jane F., *Being a Roman Citizen*, Routledge, London, 1993.

GEHLEN, Arnold, *A Alma do Homem na Era da Técnica*, Lisboa, Livros do Brasil, 1960.

GIDDENS, Anthony, “T.H. Marshall, the State and Democracy”, in BULMER, Martin and REES, Anthony M. (Eds.), *Citizenship Today: the contemporary relevance of T.H. Marshall*, London and Pennsylvania, UCL Press, 1996, pp. 65-80.

- *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 2005.

GIMPEL, Jean, *A Revolução Industrial da Idade Média*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

GITTLIN, Todd, *The Sixties – Years of Hope, Days of Rage*, Bantam Books, 1987.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK (2010), *Ecological Footprint Atlas 2010*.

Disponível em:

http://www.footprintnetwork.org/images/uploads/Ecological_Footprint_Atlas_2010.pdf

GORE, Al, *Earth in Balance – Ecology and the Human Spirit*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1992.

GOTTLIEB, Robert, *Forcing the Spring – The Transformation of the American Environmental Movement*, Washington, Island Press, 1993.

GRAHAM, A. J., “The colonial expansion of Greece” in *Cambridge Ancient History Volume 3, Part III –The Expansion of the Greek World Eight to Sixth Centuries B.C.*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 83-162.

- “The western Greeks” in *Cambridge Ancient History Volume 3, Part III –The Expansion of the Greek World Eight to Sixth Centuries B.C.*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 163-195.

GRAS, Alain, *Fragilité de la puissance. Se libérer de l’emprise technologique*, Paris, Fayard, 2008.

GROVE, Richard, *Green Imperialism - Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism - 1600-1860*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

GUARINELLO, Norberto L., “Cidades-Estado na Antiguidade Clássica” em PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 29-48.

GUATTARI, Félix, *Les Trois Écologies*, Paris, Éditions Galilée, 1989.

HABERMAS, Jürgen, *Um Ensaio sobre a Constituição Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2012.

HAIVEN, Max and KHASNABISH, Alex, *The radical imagination: Social movement research in the age of austerity*, London, Zed Books, 2014.

HALDANE, J.B.S. (1923), “Daedalus or Science and the Future”. Conferência proferida na Universidade de Cambridge a 4 de Fevereiro de 1923. Disponível em: <http://vserver1.cscs.lsa.umich.edu/~crshalizi/Daedalus.html>.

HAMILTON, Clive, *Earthmasters: Playing God with the Climate*, Sydney, Allen & Unwin, 2013.

HAMON, Hervé et ROTMAN, Patrick, *Generación*, Vol. 1 - *Les années de rêve* e Vol. 2 - *Les années de poudre*, Paris, Seuil, 1987-1988.

HARAWAY, Donna, KUNZRU, Hari, TADEU, Tomás (Org.), *Antropologia do Ciborgue – As vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

HARDIN, Garrett, “The Tragedy of the Commons”, *Science*, 162: pp.1243-1248, 1968.

HAWKES, Jon, *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture’s essential role in public planning*, Victoria, Cultural Development Network, 2001.

HEATER, Derek, *Citizenship: The Civic Ideal in World History, Politics and Education*, London, Longman Group, 1990.

- *A Brief History of Citizenship*, New York, NYU Press, 2004.

- *World Citizenship: Cosmopolitan Thinking and Its Opponents*, London, Continuum, 2004.

HEIDEGGER, Martin, “The Question Concerning Technology” in SCHARFF, Robert C. and DUSEK, Val (Eds.), *Philosophy of Technology: The Technological Condition. An Anthology*, Oxford, Blackwell Publishing, 2003.

HEINBERG, Richard, *The Party’s Over: Oil, War and the Fate of Industrial Societies*, Gabriola Island, British Columbia, New Society Publishers, 2003.

- *The End of Growth: Adapting to Our New Economic Reality*, Gabriola Island – Canada, New Society Publishers, 2011.

HENSON, Robert, *The Rough Guide to Climate Change: The Symptoms, The Science, The Solutions*, London, Rough Guides, 2005.

HILL, Christopher, *O Mundo de Ponta-Cabeça – Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- “A Revolução Inglesa de 1640” in *Fundo político da revolução inglesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1985.

HOBBS, Thomas, *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil*, Lisboa, INCM, 1998.

HOFFMANN, John, *Citizenship beyond the State*, London, Sage, 2004.

HOMER-DIXON, Thomas, “Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases” in *International Security*, Vol. 19, No. 1, 1994, pp. 5-40.

HOPKINS, Rob, *The Transition Companion: Making your community more resilient in uncertain times*, Vermont, Chelsea Green Publishing, 2011.

HORN, Gerd-Rainer, *The Spirit of '68: Rebellion in Western Europe and North America, 1956-1976*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

HOWARD, Philip N. (2011), “Open Closed Regimes – What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?” in *Project on Information Technology & Political Islam*. Disponível em: http://pitpi.org/wp-content/uploads/2013/02/2011_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid_pITPI.pdf

HUESEMAN, Michael and HUESEMAN, Joyce, *Techno-Fix: Why Technology Won't Save Us Or the Environment*, Gabriola Island – Canada, New Society Publishers, 2011.

HUGHES, J. Donald, *An Environmental History of the World: Humankind's changing role in the Community of Life*, London and New York, Routledge, 2001.

HUNT, Lynn, *A Invenção dos Direitos Humanos – Uma História*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

HUXLEY, Aldous, *Admirável Mundo Novo*, Lisboa, Antígona, 2013.

IEA (2013), *World Energy Outlook 2013 – Executive Summary*. Disponível em: <http://www.iea.org/Textbase/npsum/WEO2013SUM.pdf>

IGNATIEFF, “The Myth of Citizenship” in BEINER, Ronald (Ed.), *Theorizing Citizenship*, Albany, State University of New York Press, 1995, pp. 53-77.

ILLICH, Ivan, *La Convivialité*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.

INNERARITY, Daniel, *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema, 2010.

IPCC (2013), *Fifth Assessment Report Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers*. Disponível em: http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_SPM_FINAL.pdf

IRWIN, Ruth (Ed.), *Climate Change and Philosophy: Transformational Possibilities*, London, Continuum, 2010.

ISENBERG, Andrew C., “Historicizing Natural Environments: The Deep Roots of Environmental History” in KRAMER, Lloyd and MAZA, Sarah (Eds.), *A Companion to Western Historical Thinking*, Malden and Oxford, Blackwell Publishers, 2002.

ISIN, Engin Fahri, *Democracy, Citizenship and the Global City: Rights, Democracy and Place*, London, Routledge, 2000.

ISIN, Engin F. and WOOD, Patricia K., *Citizenship and Identity*, London, Sage, 1999.

ISRAEL, Jonathan, *Radical Enlightenment. Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

- *Enlightenment contested. Philosophy, Modernity and the Emancipation of Man 1670-1752*, Oxford, Oxford University Press, 2006.

JACKSON, Tim, *Prosperity without growth? - The transition to a sustainable economy*, Sustainable Development Commission, 2009.

JACOBSEN, Michael Hviid and TESTER, Keith, *Utopia: Social Theory and the Future*, Farnham, Ashgate Publishing Limited, 2012.

JACQUARD, Albert, *Lições de Ecologia Humana – Da Angústia à Esperança*, Lisboa, Instituto Piaget, 2004.

JACQUES, Peter J., DUNLAP, Riley E. and FREEMAN, Mark, “The organisation of denial: Conservative think tanks and environmental skepticism”, *Environmental Politics*, 17: 3, 2008, pp. 349-385.

JAEGER, Werner, *Paideia – A formação do homem grego*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

JAMIESON, Dale, *Ethics and the Environment: An Introduction*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

- “Ethics, Public Policy, and Global Warming” in *Science, Technology, & Human Values*, Vol. 17, No. 2, 1992, pp. 139-153.

JAMISON, Andrew, *The Making of Green Knowledge: Environmental politics and cultural transformation*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

JASPER, James, *The Art of Moral Protest: culture, biography, and creativity in social movements*, Chicago, University of Chicago Press, 2007

JONAS, Hans, *Ética, Medicina e Técnica*, Lisboa, Vega, 1994.

- *Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, Barcelona, Editorial Herder, 1995.

JUDT, Tony, *Pós-Guerra - História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2006.

- *Uma Grande Ilusão? – Um ensaio sobre a Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.

JÜNGER, Ernst, “A Mobilização Total” in *Natureza Humana* 4 (1), 2002, pp. 189-216.

KAPP, Ernst, “Líneas fundamentales de una filosofía de la técnica” in *Teorema* Vol. XVII/3, 1998, pp. 2-6.

KAPLAN, Robert D., “The Coming Anarchy” in O’ THUATAIL, Gearóid Ó, DALBY, Simon and ROUTLEDGE, Paul (Eds.), *The Geopolitics Reader*, London, Routledge, 1998, pp. 188-196.

KARNAL, Leandro, “Revolução Americana – Estados Unidos, Liberdade e Democracia” in PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 135-158.

- *Estados Unidos – A Formação da Nação*, São Paulo, Contexto, 2005.

KATES, Robert W., PARRIS, Thomas M. and LEISEROWITZ, “What is sustainable development” in *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, Vol. 47, nº 3, 2005, pp. 8–21.

KEYNES, John Maynard, “Economic Possibilities of our Grand Children” in *Essays in Persuasion*, New York, W. W. Norton & Co., 1963, pp. 358-373.

KHANNA, Parag and KHANNA, *Hybrid Reality: Thriving in the Emerging Human-Technology Civilization*, TED Conferences, 2012.

KITTO, H.D.F., *Os Gregos*, Coimbra, Arménio Amado, 1960.

KROPOTKIN, Piotr, *Mutual Aid - A Factor of Evolution*, New York, New York University Press, 1972.

KRUGMAN, Paul, *Acabem com esta crise já*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.

KÜNG, Hans, “A Global Ethic for a New Global Order” in DOWER, Nigel and WILLIAMS, John, *Global Citizenship: a critical introduction*, New York: Routledge, 2002, pp. 133-145.

KUNSTLER, James Howard, *O Fim do Petróleo – O Grande Desafio do Século XXI*, Lisboa, Bizâncio, 2006.

KURZWEIL, Ray, *The Singularity Is Near: When Humans Transcend Biology*, London, Penguin Books, 2005.

KYLMLICKA, Will and NORMAN, Wayne, “The Return of the Citizen” in *Ethics* 104, 1994, pp. 352-381.

LARRÉRRE, Catherine, “Ethics, Politics, Science, and the Environment” in CALLICOTT, J. Baird and ROCHA, Fernando J. R., *Earth summit ethics: toward a*

reconstructive postmodern philosophy of environmental education, Albany, State University of New York Press, 1996.

- *Les philosophes de l'environnement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

LASKY, Melvin J., *Utopia and Revolution: On the Origins of a Metaphor*, Chicago, University of Chicago Press, 1976.

LATOUCHE, Serge, *Pequeno Tratado sobre o Decrescimento Sereno*, Lisboa, Edições 70, 2011.

LEÃO, Delfim, FERREIRA, José Ribeiro e FIALHO, Maria do Céu, *Cidadania e Paidéia na Grécia Antiga*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010.

LEGARDA, Alicia Arriaga e BUENDÍA, Mercedes Parda, Justicia Ambiental: El Estado de la Cuestión, *RIS*, Vol. 69, nº 3, 2011, 627-648.

LE GOFF, Jean-Pierre, *Mai 68: L'Héritage Impossible*, Paris, La Decouverte, 1998.

LENOBLE, Robert, *História da Ideia de Natureza*, Lisboa, Edições 70, 1990.

LEOPOLD, Aldo, *Pensar como uma montanha*, Lisboa, Edições Sempre-em-Pé, 2008.

LEVITAS, Ruth, *Utopia as Method: The Imaginary Reconstruction of Society*, London, Palgrave Macmillan, 2013.

LINKLATER, Andrew, *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*, Columbia, University of South Carolina Press, 1998.

- "Cosmopolitan Citizenship" in ISIN, Engin and TURNER, Brian (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies*, London, Sage, 2002, pp. 317-332.

LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio de Água, 1989.

- "Sociedade de hiperconsumo e felicidade" in SOROMENHO-MARQUES, Viriato (Coord.), *O Ambiente na Encruzilhada – Por um futuro sustentável*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien, *Os Tempos Hipermodernos*, Lisboa, Edições 70, 2011.

LOCKE, John, *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LOMBORG, Bjorn, *The Skeptical Environmentalist*, Cambridge, University Press, 2001.

LOPES, Paula Duarte, “Água no Século XXI – Desafios e Oportunidades” in *Debater a Europa*, nº 1, 2009, pp. 76-98.

LOURENÇO, Eduardo, “Da identidade europeia como um labirinto” in *A Europa Desencantada – para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001.

LUBCHENCO, Jane, “Entering the Century of the Environment: A New Social Contract for Science” in *Science* 23 (1998), Vol. 279, no. 5350, pp. 491-497.

MACAULEY, David, *Minding Nature: The Philosophers of Ecology*, New York, Guilford Press, 1996.

MAGNETTE, Paul, *Citizenship – The History of an Idea*, Colchester, ECPR Press, 2005.

MANNHEIM, Karl, *Ideología y Utopía*, México, Fondo de Cultura Económica, 1987.

MANUEL, Frank E. (Ed.), *Utopias and Utopian Thought*, London, Souvenir Press, 1973.

MANUEL, Frank E. and MANUEL, Fritzie P., *Utopian Thought in the Western World*, Cambridge, Belknap Press, 1979.

MARCUSE, Herbert, “Some Social Implications of Modern Technology” in *Technology, War and Fascism, Collected Papers of Herbert Marcuse – Volume 1*, edited by Douglas Kellner, London and New York, Routledge, 1998, pp. 39-66.

- *One Dimensional Man - Studies in the Ideology of Modern Advanced Society*, Boston, Beacon Press, 1964.

- *An Essay on Liberation*, Boston, Beacon Press, 1969.

- *Eros et Civilization*, Paris, Les Editions de Minuit, 1970.
- “Ecology and the Critique of Modern Society” in *Capitalism, Nature and Society – A Journal of Socialist Ecology* 3, 1992, pp. 29-38.
- “The End of Utopia” - Lecture delivered at the Free University of West Berlin in July 1967. Disponível em:
<http://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/1967/end-utopia.htm>
- MARQUES, Fernando Pereira, *A praia sob a calçada: Maio de 68 e a “geração de 60”*, Lisboa, Âncora, 2005.
- MARSHALL, T.H., “Citizenship and Social Class” in MANZA, Jeff and SAUDER, Michael (Eds.), *Inequality and Society*, New York, W.W. Norton and Co., 2009, pp. 148-154.
- MARTINS, António M., “Contratualismo” (2011) in MARQUES, António e AURÉLIO, Diogo Pires (Orgs.), *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Disponível em: <http://ifl.pt/file/uploads/fcea344406ea985ed0b10cbb2f1ecdbd.pdf>
- MARTINS, Hermínio, “Tecnologia, Modernidade e Política”, *Hegel, Texas – e outros Ensaios de Teoria Social*, Lisboa, Século XXI, pp.199-245.
- *Experimentum Humanum – Civilização Tecnológica e Condição Humana*, Relógio de Água, 2011.
- MARTINEZ-ALIER, Joan, *The Environmentalism of the Poor – A Study of Ecological Conflicts and Valuation*, Cheltenham, Edward Elgar, 2002.
- MARX, Leo, *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- MARX, Leo e MAZLISH, Bruce (Orgs.), *Progresso: realidade ou ilusão?*, Lisboa, Bizâncio, 2001.
- MASLIN, Mark, *Global Warming: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

MATHEWS, Freya, “Ecologia Profunda” in *Manual de Filosofia do Ambiente*, JAMIESON, Dale (Ed.), Lisboa, Edições Piaget, 2005, pp. 227-242.

McCLELLAND, J.S., *A History of Western Political Thought*, London and New York, Routledge, 1996.

McCORMICK, John, *The Global Environmental Movement*, New York, John Wiley & Sons, 1995.

McIERNEY, Jeremy, “*Polis and koinon: Federal Government in Greece*” in BECK, Hans (Ed.), *A Companion to Ancient Greek Government*, Malden and Oxford, Wiley-Blackwell, 2013.

McINTYRE, Janet, *Global Citizenship and Social Movements: Creating Transcultural Webs of Meaning for the New Millennium*, Taylor & Francis Group, 2000.

MEADOWS, Donella, MEADOWS, Dennis, RANDERS, JORGEN and BHERENS III, William, *The Limits to Growth*, London, Pan Books, 1972.

MENDES, Sílvia, “A Europa, os direitos e a cidadania: o passado, o presente e o futuro” in *Cultura*, 19, 2004, pp. 161-180.

MEYER, John M., *Political Nature: Environmentalism and the Interpretation of Western Thought*, Cambridge, MIT Press, 2001.

MIGNOLO, Walter D., “The Many Faces of Cosmo-Polis: Border Thinking and Critical Cosmopolitanism”, *Public Culture*, 12(3), 2000, pp. 721-748.

MIRANDOLA, Giovanni Pico Dela, *Discurso sobre a dignidade do Homem*, Lisboa, Edições 70, 1989.

MITCHAM, Carl, *¿Que és la Filosofia de la Tecnologia?*, Barcelona, Anthropos, 1989.

- “Os desafios colocados pela tecnologia à responsabilidade ética” in *Análise Social*, vol. XLI (181), 2006, pp. 1127-1141.

MONBIOT, George (2009), “The Real Climate Scandal”. Disponível em: <http://www.monbiot.com/archives/2009/12/07/the-real-climate-scandal/>

MONDAINI, Marco, “Revolução Inglesa – O Respeito aos Direitos dos Indivíduos”, PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 115-135.

MORE, Thomas, *Utopia*, Lisboa, Edições Europa-América, 1997.

MORIN, Edgar, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1990.

MORTON, Timothy, *Ecology without Nature: Rethinking Environmental Aesthetics*, Cambridge and London, Harvard University Press, 2007.

- *The Ecological Thought*, Cambridge and London, Harvard University Press, 2010.

MOSSBERGER, Karen, TOLBERT, Caroline J. e MC NEAL, Ramona S., *Digital Citizenship – The Internet, Society and Participation*, London, MIT Press, 2008.

MUMFORD, Lewis, *The myth of the machine: technics and human development*, New York, Harcourt, Brace and World, 1967.

- *História das Utopias*, Lisboa, Antígona, 2007.

- *Technics and Civilization*, Chicago, University Of Chicago Press, 2010.

MYERSON, George, *Ecology and the End of Postmodernity*, Cambridge, Icon Books, 2001.

MYLONDO, Baptiste (Ed.), *La Décroissance économique. Pour la soutenabilité écologique et l'équité sociale*, Broissieux, Éditions du Croquant, 2009.

MYTHEN, Gabe, *Ulrich Beck: A Critical Introduction to Risk Society*, London, Pluto Press, 2004.

NAESS, Arne, “The Shallow and the Deep – Long Range Ecology Movements”, *Inquiry* 16, Oslo, 1973, pp. 1-7.

NEWBY, Howard, “Citizenship in a Green World: Global Commons and Human Stewardship” In BULMER, Martin and REES, Anthony (Eds.), *Citizenship Today: The Contemporary Relevance of T.H. Marshall*, London, UCC Press, 1996, pp. 209-221.

NEWTON, David, *Environmental Justice: A Reference Handbook*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 1996.

NICHOLSON, Max, *The Environmental Revolution*, New York, McGraw Hill, 1970.

NISBET, Robert, *Social Change and History: aspects of the western theory of development*, Oxford, Oxford University Press, 1969.

- “Citizenship: Two Traditions” in *Social Research*, vol. 41, pp. 612-637.

- *History of the Idea of Progress*, New York, Basic Books, 1980.

NURSE, Keith, “Culture as the Fourth Pillar of Sustainable Development”. Conferência proferida pelo autor na Commonwealth Secretariat, Marlborough House, Pall Mall, Londres, em Junho de 2006.

ODALIA, Nilo, “Revolução Francesa – A Liberdade como meta colectiva” in PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 159-170.

ORESQUES, Naomi e CONWAY, Eric, *The Merchants of Doubt - How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*, Bloomsbury Press, 2010.

ORWELL, George, *1984*, Lisboa, Antígona, 2007.

OSWALD, Martin, *Nomos and the Beginnings of the Athenian Democracy*, Oxford, Oxford Press, 1969.

OXFAM (2014), “Working for the Few: Political Capture and Economic Inequality”. Disponível em: <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en.pdf>

PAGDEN, Anthony, “Europe: Conceptualizing a Continent” in PAGDEN, Anthony (Ed.), *The Idea of Europe: From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 33-54.

PAINE, THOMAS, “The Rights of Man” in *Political writings*, edited by Bruce Kuklick, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

PAQUOT, Thierry, *A Utopia*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

PASSMORE, John, *Man's Responsibility for Nature*, London, Duckworth, 1980.

PATROCÍNIO, José Tomás, *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital – Aprender a formar-se dentro e fora da escola na sociedade tecnológica globalizada*. 2 Volumes. Lisboa, UNL-FCT, 2004.

PEPPER, David, *The Roots of Modern Environmentalism*, London and New York, Routledge, 1984.

- *Eco-Socialism: From deep ecology to social justice*, London and New York, Routledge, 1993.

PEREIRA, M.H. da Rocha, *Estudo de História da Cultura Clássica : Volume I – Cultura Grega*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

PEZZULLO, Phaedra C. and SANDLER, Ronald, “Revisiting the Environmental Justice Challenge to Environmentalism” in SANDLER, Robert and PEZZULLO, Phaedra C. (Eds.), *Environmental Justice and Environmentalism - The Social Justice Challenge to the Environmental Movement*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2007, pp. 1-24.

PIGOU, Arthur Cecil, *The Economics of Welfare*, London, Macmillan, 1938.

PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003.

PIRENNE, Henri, *As Cidades na Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2009.

PLANETARY BOUNDARIES INITIATIVE (2011), *Draft Declaration on Planetary Boundaries*. Disponível em: <http://planetaryboundariesinitiative.org/about-2/declarations/draftonpb/>

PLATÃO, *A República*, Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLOTINO, *Ennéades*, texte établi et traduit par Émile Bréhier, Paris, Les Belles Lettres, 2003.

PLUTARCO, *Licurgo – Reformador de Esparta*, Lisboa, Inquérito, 1938.

POCOCK, J.G.A., “Deconstructing Europe” in *History of European Ideas*, Vol. 18, No. 3, 1994, pp. 329-345.

- “The Ideal of Citizenship Since Classical Times” in BEINER, Ronald (Ed.), *Theorizing Citizenship*, Albany, State University of New York Press, 1995, pp. 29-52.

- “Some Europes in Their History” in PAGDEN, Anthony (Ed.), *The Idea of Europe: From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 55-71.

POGGE, Thomas, *World Poverty and Human Rights*, Cambridge, Polity Press, 2008.

POINTING, Clive, *A Green History of the World: The Environment and the Collapse of Great Civilizations*, London, Penguin Books, 1991.

PORTA, Donatella della and DIANI, Mario, *Social movements: an introduction*, Oxford, Blackwell Publishing, 2006.

PRESSEUROPE (11/10/2013), “Gás de Xisto: Revolução não chegará à Europa”. Disponível em: <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/4224401-revolucao-nao-chegara-europa>

RADULOVIC, Ifigenija, “Citizenship in Ancient Greece – Athens and Sparta: Terms and Sources” in ELLIS, Steven G., HÁLFDANARSON, Guomundur, and ISAACS, Ann Katherine (Eds.), *Citizenship in historical perspective*, Pisa, Pisa University Press, 2006.

RAMMÊ, Santos Rogério, *Da Justiça Ambiental aos Direitos e Deveres Ecológicos: Conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica*, Caxias do Sul, Educ, 2012.

RAWLS, John, *Justice as Fairness*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

REES, Anthony M., “T.H. Marshall and the progress of citizenship”, in BULMER, Martin and REES, Anthony M. (Eds.), *Citizenship Today: the contemporary relevance of T.H. Marshall*, London and Pennsylvania, UCL Press, 1996, pp. 1-24.

- “Conclusion: citizenship in the twenty-first century” in BULMER, Martin and REES, Anthony M. (Eds.), *Citizenship Today: The Contemporary Relevance of T.H. Marshall*, London and Pennsylvania, UCL Press, 1996, pp. 269-283.

REES, Martin, *Our Final Century: Will Civilization Survive the Twenty-First Century?*, London, Arrow Books, 2003.

REESE, Byron, *Infinite Progress: How the Internet and Technology Will End Ignorance, Disease, Poverty, Hunger, and War*, Austin, Texas, 2013.

RICOUER, Paul, *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70, 1991.

RIDOUX, Nicolas, *La Décroissance pour tous*, Lyon, Parangon/Vs, 2006.

RIESENBERG, Peter N., *Citizenship in the Western Tradition: Plato to Rousseau*, North Carolina, The University of North Carolina Press, 1992.

RIOT-SARCEY, Michèle, BOUCHET, Thomas e PICON, Antoine, *Dicionário das Utopias*, Lisboa, Edições Texto&Grafia, 2009.

ROCHE, Maurice, “Social Citizenship: Grounds of Social Change” in ISIN, Engin and TURNER, Brian (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies*, London, Sage, 2002, pp. 69-86.

ROCKSTRÖM, J et al., “Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society* 14 (2), 32, 2009.

RODRIGUES, Eugénia, “Os novos movimentos sociais e o associativismo em Portugal” in *Oficina*, nº 60, Revista do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 2-33.

ROLSTON III, Holmes, *Environmental Ethics: Duties and Values in The Natural World*, Philadelphia, Temple University Press, 1988.

- “Rights and Responsibilities on the Home Planet”, *Yale Journal of International Law* 18, 1993, pp. 251-279.

- “Ethics on the Home Planet” in WESTON, Anthony (Ed.), *An Invitation to Environmental Philosophy*, New York, Oxford University Press, 1999, pp. 107-139.

ROME, ADAM, “Give Earth a Chance. The Environmental Movement and the Sixties” in *The Journal of American History* Vol. 90, No. 2, 2003, pp. 525-554.

ROUGEMONT, Denis de, “Europa Unites - A Lecture on The History of the Ideal for a United Europe” in ROUGEMONT, Denis de, *The Meaning of Europe*, London, Sidgwick & Jackson, 1965.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O Contrato Social*, Lisboa, Presença, 2010.

ROSAS, João Cardoso, *Concepções de Justiça*, Lisboa, Edições 70, 2012.

- (Org.), *Manual de Filosofia Política – 2ª Edição Revista e Aumentada*, Lisboa, Almedina, 2013.

ROSAS, João Cardoso e ESPADA, João Carlos (Orgs.), *Pensamento Político Contemporâneo: uma introdução*, Lisboa, Bertrand, 2004.

ROUVILLOIS, Frédéric, *L'utopie*, introd., choix de textes, commentaires, vade-mecum et bibliogr. par Frédéric Rouvillois, Paris, Flammarion, 1998.

RUSSELL, Bertrand, *The Impact of Science in Society*, New York, AMS Press, 1968.

SACHS, Aaron, *The Humboldt Current: Nineteenth-century exploration and the roots of American Environmentalism*, Penguin Books, 2006.

SAÍZ, Angel Valencia, “Teoría Política Verde” in *Revista Española de Ciencia Política*, Num. 3, 2000, pp. 181-194.

- “Ciudadanía Ecológica: Una noción subversiva dentro de una política global” in ALCÁNTARA, M. (Ed.), *Política en América Latina. I Congreso Americano de Ciencia Política*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2002, pp. 269-300.

- “Globalisation, Cosmopolitanism and Ecological Citizenship” in *Environmental Politics*, Vol. 14, nº 2, 2005, pp. 163–178.

- “El reto de la ciudadanía ante la crisis ecológica” in *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, nº 105, 2009, pp. 25-37.

- “Ciudadanía ecológica y responsabilidad social en la teoría política verde” in PORTALES, Rafael Aguilera y IZQUIERDO, Daniel Lorenzo (Coords.), *Ciudadanía y*

responsabilidad social en la Teoría Política contemporânea, Monterey - México, Colegio de Estudios Científicos y Tecnológicos del Estado de Nuevo León, 2012.

SANTMIRE, H.P., *The Travail of Nature: The Ambiguous Ecological Promise of Christian Theology*, Minneapolis, Fortress Press, 1985.

SANTOS, Boaventura Sousa, *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, New York, Routledge, 1995.

SANTOS, Filipe Duarte, *Que Futuro? – Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, Lisboa, Gradiva, 2007.

- “Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável” in OLIVEIRA, Eduardo de [et al], *Partilhar o Futuro*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.

- *Alterações Globais – Os desafios e os riscos presentes e futuros*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SARGENT, Lyman Tower, *Utopianism – A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

SCIENCE INSIDER (2010) “Scientists ‘convinced’ of Climate Consensus more Prominent Than Oponents, says paper”. Disponível em:
<http://news.sciencemag.org/scienceinsider/2010/06/scientists-convinced-of-climate.html>

SCHAMA, Simon, *Cidadãos – Uma Crónica da Revolução Francesa*, Lisboa, Civilização, 2011.

SCHNEIDER, Helmut, “Nature” in *The Cambridge History of Literary Criticism*, Vol. 5 – *Romanticism*, edited by Marshall Brown, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 92-114.

SCHUMACHER, E.F., *Small is Beautiful – A Study of Economics as if People Mattered*, London, Abacus, 1973.

SEGAL, Howard P., *Technological Utopianism in American Culture*, Syracuse, Syracuse University Press, 2005.

- *Utopias: A Brief History from Ancient Writings to Virtual Communities*, Oxford, Blackwell Publishing, 2012.

- SEN, Amartya, *Development as Freedom*, London, OUP Oxford, 1999.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo, “Natura Mater – O habitar ético na natureza, segundo Ludwig Feuerbach” in SERRÃO, Adriana Veríssimo (Org.), *Pensar a sensibilidade – Baumgarten – Feuerbach*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.
- SERRES, Michel, *O Contrato Natural*, Lisboa, Edições Piaget, 1994.
- SERVIER, Jean, *Histoire de l’Utopie*, Paris, Gallimard, 1967.
- SESSIONS, George (Ed.), *Deep Ecology for the Twenty-First Century*, Boston and London, Shambala, 1995.
- SHALLCROSS, Tony and ROBISON, John, “Is There a Common Language of Environmental Justice and Global Citizenship?” in SHALLCROSS, Tony and ROBISON, John (Eds.), *Global Citizenship and Environmental Justice*, New York, Editions Rodopy, 2006.
- SHIVA, Vandana, “The Greening of Global Reach” in O’ THUATAIL, Gearóid Ó, DALBY, Simon and ROUTLEDGE, Paul (Eds.), *The Geopolitics Reader*, London, Routledge, 1998, pp. 231-236.
- SIDJANSKI, Dusan, *O Futuro Federalista da Europa – A Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- SIEYES, Emmanuel J., *Qu’ est-ce que le Tiers état?*, Paris, Editions du Bocher, 2002.
- SINGER, Peter, *Um só mundo – A ética da globalização*, Lisboa, Gradiva, 2004.
- SMITH, Mark J., *Manual de Ecologismo - Rumo à Cidadania Ecológica*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.
- SNOW, C.P., *The two cultures*, Cambridge, Cambridge University, 1996.
- SOBOUL, Albert, *A Revolução Francesa*, Lisboa, Teorema, 1987.
- SORRELL, Roger D., *St. Francis of Assisi and Nature: Tradition and Innovation in Western Christian Attitudes Towards the Environment*, Oxford, Oxford University Press, 1988.
- SPENGLER, Oswald, *A Decadência do Ocidente*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

- *O Homem e a Técnica*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993.

- SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *Direitos Humanos e Revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1991.

- *Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente*, Lisboa, Fim de Século, 1994.

- *A Era da Cidadania. De Maquiavel a Jefferson*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996.

- *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

- *Razão e Progresso na filosofia de Kant*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

- *Ecologia e Ideologia*, Lisboa, Livros e Leituras, 1999.

- “Cidadania e ambiente”, *Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais. Viver a Cidadania*, direcção de Roberto Carneiro, Lisboa, Lexicultural, 2001, pp.220-221.

- “Reinventar la ciudadanía en la era de globalización. Esbozo de un programa de investigación”, *Revista Internacional de Filosofía Política*, Madrid, nº 17, júlio 2001, pp. 77-99.

- *A Revolução Federal – Filosofia política e debate constitucional na fundação dos E.U.A.*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

- *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

- “A Crise da Política Internacional de Ambiente: Balanços e Perspectivas” in SOROMENHO-MARQUES, Viriato (Org.), *O Desafio da Água no Século XXI – Entre o conflito e a cooperação*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, pp. 11-31.

- (Coord.), *Cidadania e Construção Europeia*, Lisboa, Ideias e Rumos/Museu da Presidência da República, 2005.

- “Economia e Ambiente na perspectiva de uma crise global”. VIII Curso de Verão da Ericeira (2006). *Viver a Natureza, Pensar o Desenvolvimento*, pp. 1-11.

- *Portugal na Queda da Europa*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.

SOUSA, J. Francisco Saraiva de, “Ernst Bloch - Ontologia da Possibilidade” in *Revista Desenredos*, Ano V, nº 16, Teresina – Piauí, 2013, pp. 1-5.

STEINER, GEORGE, *No Castelo do Barba Azul – Algumas notas para a redefinição da cultura*, Lisboa, Relógio de Água, 1992.

- *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2006.

STERNHELL, Zeev, *Les anti-Lumières – Une tradition du XVIIIe siècle à la guerre froide*, Paris, Gallimard, 2010.

STEVENS, Paul, “The ‘Shale Gas Revolution’: Hype and Reality”. A Chatham House Report, September 2010.

- “The ‘Shale Gas Revolution’. Development and Changes” in *Energy, Environment and Resources*. A Chatham House Briefing Paper, August 2012.

STIGLITZ, Joseph E. (2014), “Europe’s Austerity Zombies”. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/joseph-e---stiglitz-wonders-why-eu-leaders-are-nursing-a-dead-theory>

TARROW, Sydney, *Power in Movement: social movements and contentious politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

TEIXEIRA, Luís Humberto, *Verdes Anos – História do Ecologismo em Portugal 1947-2011*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011.

THE EARTH CHARTER INITIATIVE (2002). *Earth Charter: Values and Principles for a Sustainable Future*. Disponível em: <http://www.earthcharterinaction.org/content/pages/Read-the-Charter.html>

THE GUARDIAN (14/05/2013), “Record 400ppm CO2 milestone ‘feels like we’re moving into another era’”. Disponível em: <http://www.theguardian.com/environment/2013/may/14/record-400ppm-co2-carbon-emissions>

TILLY, CHARLES, *Social Movements 1768-2004*, Boulder, Paradigm Publishers, 2004.

TINBERGEN, Jan, *On the Theory of Economic Policy*, North-Holland Pub. Co, 1952.

TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América*, Cascais, Principia, 2002.

TOUCHARD, Jean, *História das Ideias Políticas, Vol. 1 – Da Grécia ao Fim da Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991.

TOULMIN, Stephen, *Cosmopolis – The Hidden Agenda of Modernity*, Chicago, University of Chicago Press, 1990.

TOURAINÉ, Alain, *Le Communisme Utopique: le mouvement de Mai 1968*, Paris, Editions du Seuil, 1972.

- *La Société Post-Industrielle*, Paris, Denöel, 1976.

- *Critique de la modernité*, Paris, Fayard, 1992.

TUCÍDIDES, *História de la Guerra del Peloponeso*, Madrid, Centros de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

TURGOT, Anne Robert Jacques, “A Philosophical Review of the Successive Advances of the Human Mind” in *The Turgot Collection - Writings, Speeches, and Letters of Anne Robert Jacques Turgot, Baron de Laune*, edited by David Gordon, Auburn – Alabama, Ludwig von Mises Institute, pp. 321-346.

TURNER, Bryan S., “Outline of a Theory of Citizenship” in *Sociology* 24, 1990, pp. 189-217.

- “Contemporary Problems in the Theory of Citizenship”, in TURNER, B. (Ed.), *Citizenship and Social Theory*, London, Sage, 1993, pp. 1-18

- “Postmodern culture/Modern Citizens” in VAN STEENBERGEN, Bart, *The Condition of Citizenship*, London, Sage, 1994, pp. 153-168.

UN-HABITAT, *State of the World's Cities 2008/2009 – Harmonious Cities*, 2008.

UNITED NATIONS (2013), *The Millenium Development Goals Report 2013*.

Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>

VALLE, Maria Ribeiro do, “Herbert Marcuse e a defesa da violência revolucionária nos anos 60” in *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 15, 2003, pp. 45-61.

VAN PARIJS, Philippe, “International Distributive Justice” in GOODIN, Robert E., PETIT, Philip and POGGE Thomas (Eds.), *A Companion to Contemporary Political Philosophy – Vol.2*, 2007, Oxford, Blackwell, pp. 638-52.

VAN STEENBERGEN, Bart, “Towards a global ecological citizen” in VAN STEENBERGEN, Bart, *The Condition of Citizenship*, London, Sage, 1994, pp. 141-152.

VANEIGEM, Raoul, *Traité du savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*, Nápoles, Vico Acitillo, 2009.

VAUGHAN, Sharon K., *Poverty, Justice, and Western Political Thought*, Plymouth, Lexington Books, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre, *O Mito e Religião na Grécia Antiga*, Lisboa, Teorema, 1991.

VIEIRA, Fátima, “O Utopismo e a Crise da Contemporaneidade: Velhas Receitas para Novos Caminhos” in VIEIRA, Fátima e CASTILHO, Maria Teresa (Orgs.), *Estilhaços de Sonhos – Espaços de Utopia*, Famalicão, Quasi Editores, 2004, pp. 32-47.

VINCENT, Jean-Marie, “Ernst Bloch” in RIOT-SARCEY, Michèle, BOUCHET, Thomas e PICON, Antoine, *Dicionário das Utopias*, Lisboa, Edições Texto&Grafia, 2009, pp. 42-44.

VINGE, Vernor (1993), “The Coming Technological Singularity: How to Survive in the Post-Human Era”. Disponível em: <https://www-rohan.sdsu.edu/faculty/vinge/misc/singularity.html>

VIVERET, Patrick, *Reconsidérer la richesse*, La Tour d’Aigues, Éditions de l’Aube, 2010.

WALL, Derek, *Green History: A Reader in Environmental Literature Philosophy and Politics*, New York, Routledge, 1994.

WALZER, Michael, *Citizenship in a changing society*, Conferência proferida nos IV Encontros Internacionais de Sintra – SEDES, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1996.

WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004,

WEINTHAL, Erika, “From Environmental Peacemaking to Environmental Peacekeeping”, *ECSP Report*, Issue 10, 2004, pp. 19-23.

WENZ, Peter S., *Environmental Justice*, Albany, State University of New York Press, 1988.

WINNER, Langdon, *Autonomous Technology - Technics-out-of-Control as a Theme in Political Thought*, Cambridge, Massachusetts, and London, England, The MIT Press, 1978.

WGBU (2011), *World in Transition - A Social Contract for Sustainability - Summary for Policy Makers*. Disponível em:

[Http://www.wbgu.de/fileadmin/templates/dateien/veroeffentlichungen/hauptgutachten/jg2011/wbgu_jg2011_kurz_en.pdf](http://www.wbgu.de/fileadmin/templates/dateien/veroeffentlichungen/hauptgutachten/jg2011/wbgu_jg2011_kurz_en.pdf)

WHITE, Lynn, *Medieval Technology and Social Change*, Oxford, Oxford University Press, 1966.

- “The Historical Roots of our Ecological Crisis”, *Science* (1967), 155, No. 3767, pp. 1203-1207.

WORLD COMMISSION OF CULTURE AND DEVELOPMENT (1995), *Our Creative Diversity*. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001055/105586e.pdf>

WORSTER, Donald, “The Shaky Ground of Sustainability” in REDCLIFT, Michael (Ed.), *Sustainability – Critical Concepts in the Social Sciences, Vol II – Sustainable Development*, London and New York, Routledge, 2005.

WULFHORST, J. D. and HAUGESTAD, Anne K. (Eds.), *Future as Fairness: Ecological Justice and Global Citizenship*, Amsterdam, Rodopi, 2004.

YOUNG, George M., *The Russian Cosmists: The Esoteric Futurism of Nikolai Fedorov and His Followers*, Oxford, Oxford University Press, 2012.

ZAMIATINE, Evgueni, *Nós, Antígona*, 2004.

ZERON, Carlos, “A cidadania em Florença e Salamanca” in PINSKY Jaime e PINSKY Carla (Orgs.), *História da Cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 97-113.

ZIMMERMAN, Michael E., *Contesting Earth's Future: Radical Ecology and Postmodernity*, Berkeley, University of California Press, 1997.

ZIMMERMAN, Michael E., CALLICOTT, J. Baird, SESSIONS, George, WARREN, Karen J. and CLARK, John (Eds.), *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*, New Jersey, Prentice-Hall, 1993.